X Conferência Nacional de Assistência Social

CONSOLIDAR O SUAS DE VEZ RUMO A 2026

BRASÍLIA - 7 A 10 DE DEZEMBRO DE 2015

ANAIS DA X CONFERÊNCIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME

CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

ANAIS DA X CONFERÊNCIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOMECONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

COMPOSIÇÃO CNAS – GESTÃO 2014/2016

Edivaldo da Silva Ramos – presidente
Marlene Azevedo/Léa Lúcia Cecílio Braga – vice-presidentes

REPRESENTANTES GOVERNAMENTAIS
Titulares
Telma Maranho Gomes – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS)
Bárbara Pincowsca Cardoso Campos – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS)
Solange Teixeira – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS)
Léa Lúcia Cecílio Braga – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS)
Jorge Abrahão de Castro – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG)
Elise Andreolla – Ministério da Previdência Social (MPS)
José Ferreira da Crus – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS)
Célia Maria de S. M. Lima – Representante dos Estados (FONSEAS)
Maria Lúcia Marquim – Representante dos Municípios (CONGEMAS)

Suplentes representantes governamentais
Antônio Lídio de Mattos Zambon – Ministério da Educação (MEC)
Maria José de Freitas – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS)
Laís Maranhão Santos Mendonça – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS)
Mariana Souza Silva – Ministério da Saúde (MS)
Fábio Moassab Bruni – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS)
Denise Mafra Gonçalves – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS)
Isabel de Souza Costa – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS)
Maira Leiliane Oliveira Almeida – Representante dos Estados (FONSEAS)
Márcia Cristina Leal Góes – Representante dos Municípios (CONGEMAS)

REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL
Titulares
Carlos Nambu – Inspetoria São João Bosco
Claudia Laureth Faquinote – União Brasileira de Educação e Ensino
Márcia de Carvalho Rocha – Lar Fabiano de Cristo
Alceu Khun – Organização Nacional de Cegos do Brasil
Anderson Lopes Miranda – Movimento Nacional de População de Rua
Samuel Rodrigues – Fórum Nacional de População de Rua
Clatia Regina Vieira – Federação Nacional dos Empregados em Instituições Beneficentes Religiosas e Filantrópicas (FENATIBREF)
Edivaldo da Silva Ramos – Associação Brasileira de Educadores Deficientes Visuais (ABEDEV)
Patricia Alves Vieira – Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB)

Suplentes representantes da sociedade civil
Thiago S.de Barbosa Ferreira Cabral – Fundação Dorina Nowill para Cegos
Naelson da Silva Ferreira – Rede Brasileira de Cooperação ao Desenvolvimento (UNEPE)
Dulcineia Reginato Francisco – Pia Sociedade de São Paulo
Aldenora Gomes González – Instituto Ecovida
Carmen Lúcia Lopes Fogaça – Organização Nacional de Entidades de Deficientes Físicos (ONEDEF)
Eufrasia Agizzo – Associação Brasileira de Autismo (ABRA)
Margareth Alves Dallaruvera – Federação Nacional dos Assistentes Sociais (FENAS)
Jucileide Ferreira do Nascimento – Conselho Federal de Serviço Social (CFESS)
Leovane Gregório – Conselho Federal de Psicologia (CFP)

EQUIPE DE RELATORIA DA X CONFERÊNCIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Célio Vanderlei Moraes
Márcia Helena Carvalho Lopes
Maria Luiza Rizzotti
Carlos Eduardo Ferrari
Denise Ratmann Arruda Colin

APOIO DE RELATORIA

Abigail Torres
Ana Conegundes
Ana Farias
Ana Lígia Gomes
Carlos Maciel
Darci Maria Vilaça
Elias de Souza
Eutália Barbosa
Fatima Valeria Ferreira de Souza
Heloisa Mesquita
Iraci Andrade
Jaciana Moura Magalhães
Jose Maestro
Jucimeri Isolda
Lídia Lira
Luciano Oliveira
Marcia Biondi
Margareth Coutrin
Maria Eunice Malacarne Bernat
Maria Jose Lanzetti
Maria Rosangela Pinheiro
Natalina Ribeiro
Patricia Larrissa de Lima
Rosa Maria Castilhos Fernandes
Rosangela Paz
Rosária Rabelo
Sandra Nishimura
Stela da Silva Ferreira
Valdete Barros
Valeria Gonelli

SECRETARIA EXECUTIVA DO CNAS
Secretária Executiva
Maria das Mercês Avelino de Carvalho
Coordenação de Política da Assistência Social
Maria Auxiliadora Pereira
Coordenação de Normas da Assistência Social
Rosângela Almeida
Coordenação de Financiamento da Assistência Social
Becchara Miranda
Coordenação de Acompanhamento aos Conselhos da Assistência Social
Celda Maria Chaves de Souza

APRESENTAÇÃO

O Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), em consonância com suas atribuições, apresenta, a partir desses ANAIS, o conjunto de deliberações e discussões, assim como os aspectos históricos e conceituais que permearam o processo e a realização da X Conferência Nacional de Assistência Social, realizada entre 7 e 10 de dezembro de 2015. Destaca-se que a construção deste documento resgata, de forma objetiva e fidedigna, todos os momentos da conferência. Esta produção é resultante da degravação das exposições e debates transcorridos durante toda a X Conferência Nacional de Assistência Social e dos registros da equipe da relatoria com a devida organização e sistematização.

Nessa perspectiva, o documento contém: o registro do processo preparatório; a base normativa e regulatória expressa no regimento e regulamento; a organização do temário e metodologia; o perfil dos participantes; o desenvolvimento da programação; o processo deliberativo e as prioridades aprovadas em plenária; a avaliação pelos conselheiros; a conclusão e os anexos.

Além da função precípua de registrar o processo conferencial, espera-se que este documento provoque debates e avaliações futuras para o aprimoramento contínuo da gestão participativa, oriente a elaboração do plano decenal e balize a preparação da XI Conferência Nacional de Assistência Social.

Boa leitura!

Sumário

APRESENTAÇÃO 5
PROCESSO PREPARATÓRIO 7
FUNDAMENTOS NORMATIVOS 9
PROGRAMAÇÃO 10
METODOLOGIA 11
PERFIL DOS PARTICIPANTES NA X CONFERÊNCIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL 13
DESENVOLVIMENTO DA CONFERÊNCIA 18
MESA BALANÇO DO SUAS 18
ENTREGA DA HOMENAGEM AOS 22 ANOS DE LEI ORGÂNICA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, 10 ANOS DE SUAS . 57
CERIMÔNIA DE ABERTURA 58
RODAS DE CONVERSAS DO SUAS 70
PLENÁRIAS REGIONAIS 155
REGIÃO CENTRO-OESTE 155
REGIÃO NORDESTE 1 165
REGIÃO NORDESTE 2 172
REGIÃO NORTE 186
REGIÃO SUDESTE 199
PLENÁRIA REGIÃO SUL 210
PLENÁRIA FINAL 221
PRIORIDADES POR REGIÃO 221
PRIORIDADES POR DIMENSÃO 228
AVALIAÇÃO PELOS CONSELHEIROS 247
CONCLUSÃO 252
ANEXOS 253

PROCESSO PREPARATÓRIO

Projeção e planejamento para o futuro, compromisso com as conquistas acumuladas, criação de estratégias voltadas ao estímulo e intensificação da participação dos mais diversos segmentos da sociedade e busca de consolidação do SUAS – foram desafios que nortearam todos os momentos de discussão e trabalhos da X Conferência Nacional de Assistência Social.

Partindo da decisão do Conselho Nacional de Assistência Social de fomentar o debate e captar subsídios em conjunto com toda sociedade brasileira para elaborar um novo plano decenal para o SUAS, intelectuais, movimentos sociais, gestores públicos, usuários e trabalhadores da política debateram quais os melhores caminhos para se chegar a essa construção. Orientados pelo tema "Consolidar o SUAS de vez rumo a 2026" e por outros subtemas descritos a seguir, esses coletivos passaram a vislumbrar possibilidades e apontar ao CNAS alternativas de avanço:

- Subtema 1: **O enfrentamento das situações de desproteções sociais e a cobertura dos serviços, programas, projetos, benefícios e transferência de renda nos territórios**
- Subtema 2: **O Pacto Federativo e a consolidação do SUAS**
- Subtema 3: **Fortalecimento da participação e do controle social para a gestão democrática**

Nesta perspectiva, o Conselho Nacional constituiu, nos primeiros meses de 2015, uma equipe de relatoria, responsável por trabalhar, em conjunto com o CNAS, a metodologia e as orientações, assim como fazer a consolidação desses debates, para que estados e municípios pudessem realizar seus processos conferenciais, cujas deliberações referentes às prioridades indicadas para o II plano decenal se consubstanciariam na X Conferência Nacional.

O trabalho foi estruturado considerando que a Conferência Nacional é o ápice de um processo complexo e altamente participativo, dado que é produto de todas as mobilizações anteriores. Na sistemática desenvolvida, todos foram convidados a tratar o tema e subtemas da X Conferência Nacional com um olhar multidimensional, materializado a partir de cinco dimensões:

1. **Dignidade Humana e Justiça social**: princípios fundamentais para a consolidação do SUAS no pacto federativo.
2. **Participação social** como fundamento do pacto federativo no SUAS.
3. **Primazia da responsabilidade do Estado**: por um SUAS Público, Universal, Federativo e Republicano.
4. **Qualificação do Trabalho** no SUAS na consolidação do pacto federativo.
5. **Assistência Social é direito** no âmbito do pacto federativo.

Essa reorganização dos conteúdos trouxe outra inovação substantiva. Tratava-se de um chamamento para que nas conferências, os delegados apontassem prioridades para o Plano

Decenal da Assistência Social. Esse novo paradigma baseava-se na ideia de que uma postura propositiva no momento de se planejar e olhar para o futuro deveria se dar considerando-se as limitações e possibilidades orçamentárias, políticas, históricas e territoriais.

O Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) adotou como principal caminho para dar conta deste olhar inovador o amplo diálogo com os conselhos estaduais e municipais, além da propositura de uma metodologia que provocava as comissões organizadoras de cada conferência no país a dar início aos debates antes do evento propriamente dito. Assim, entendendo as conferências como um processo, foram propostas etapas de mobilização e pré-avaliação, planejadas para envolver usuários, entidades, trabalhadores, gestores, legislativo, Ministério Público, entre outros atores. Foram oferecidas questões norteadoras para esses momentos preparatórios, voltados a avaliar a implementação do SUAS em seus respectivos âmbitos.

Nessa jornada, 97,5% dos municípios do Brasil realizaram conferências, mobilizando e empoderando milhares de pessoas. Para qualificar ainda mais os debates, o Conselho Nacional propôs, para cada dimensão, questões norteadoras que posteriormente se mostraram fundamentais para maior aprofundamento dos debates.

No mês de setembro de 2015, o CNAS levou à Brasília representações de Conselhos Estaduais, Municipais e do Distrito Federal, assim como representantes de gestores de todos os níveis. Nessa oportunidade, por meio de momentos formativos e de debates, pôde-se identificar problemas e insatisfações que surgiram até ali, além, claro, de transformar todas as reflexões e proposituras em novos elementos para a continuidade do processo conferencial.

Conforme registros formais no CNAS, a preparação e a realização da X CNAS seguiram rigorosamente as resoluções, planejamento e cronograma de atividades executadas pela relatoria e comissão organizadora, submetendo-os ao acompanhamento sistemático do pleno do CNAS.

FUNDAMENTOS NORMATIVOS

A realização de Conferências Nacionais está prevista na Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), em seu artigo 18, inciso VI. Com base nisto, o Conselho Nacional da Assistência Social (CNAS) em conjunto com o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome publicaram a Portaria Conjunta MDS e CNAS nº 1, de 9 de fevereiro de 2015 (Anexo), convocando a X Conferência Nacional de Assistência Social.

Na sequência, pela Resolução CNAS nº 1 de 10 de fevereiro de 2015 (anexo), foi instituída a comissão organizadora responsável por seu desenvolvimento, que sempre submeteu suas decisões ao Plenário do Conselho Nacional.

Durante o desenvolvimento do processo de Conferência foram emitidos oito informes nacionais (anexos) e, em 26 de novembro de 2015, foi publicado o Regulamento da X Conferência Nacional de Assistência Social através da Resolução CNAS nº 13/2015.

É importante salientar a distinção entre o regulamento e o regimento interno da Conferência, que devem ser também adotados pelos estados, Distrito Federal e municípios. O regulamento é legitimado pelo Conselho e define as condições prévias do momento da conferência, como seu local e data, critérios para a participação e outros aspectos que precisem ser preparados com antecedência. Essas questões não competem ao regimento interno de uma conferência porque não poderiam mais ser mudadas durante sua realização. O regimento interno, por sua vez, regulamenta o desenvolvimento das ações durante a conferência, como as regras do uso da fala, o processo decisório e outras questões deste nível. Além disso, é votado pelos delegados que são constituídos conforme os critérios aprovados no regulamento.

A proposta de regimento interno da X Conferência Nacional de Assistência foi construída em conjunto pela equipe de relatoria e a comissão organizadora, aprovada no plenário do CNAS e submetida aos delegados presentes na conferência. Depois de discutido e alterado, o regimento interno (anexo) foi aprovado e passou a regrar o desenvolvimento da conferência.

PROGRAMAÇÃO

Tomando o tema, os subtemas e as dimensões definidas para organizar o processo conferencial, conforme contidos no regulamento da X Conferência Nacional, a programação (anexa) foi elaborada de forma a contemplar o máximo de tempo para as discussões dos participantes.

No primeiro dia, em que chegam as delegações no período da manhã, foram previstos o credenciamento e a aprovação do regimento interno, seguidos de uma mesa de balanço dos 10 anos do SUAS e da abertura solene. No segundo dia, os trabalhos foram centrados na discussão das cinco dimensões nas rodas de conversa. O terceiro dia contemplou as plenárias simultâneas por região geográfica no período da manhã e as plenárias simultâneas por dimensão no período da tarde; o quarto e último dia foi inteiramente dedicado à plenária final, com a discussão e aprovação das prioridades e moções.

METODOLOGIA

Buscar estratégias inovadoras com foco na priorização de diálogos e na intensa vocalização das diferentes realidades do país foram decisões que balizaram toda a metodologia aprovada pelos conselheiros nacionais de Assistência Social. Rodas de conversa, plenárias regionais, plenárias por dimensão e plenária final foram momentos criados com vistas a oportunizar aprendizado, debates e, principalmente, o protagonismo de todas as pessoas que participaram da Conferência Nacional.

Apresentações dinâmicas com quinze minutos de duração realizadas por autoridades nacionalmente reconhecidas em sua área de atuação, seguidas por reflexões, proposituras e questionamentos, deram enorme densidade propositiva para o que se denominou "rodas de conversa do SUAS". Essas vivências asseguraram aos delegados e observadores uma experiência de participação ainda mais qualificada nas plenárias que debateram as dimensões, derivadas dos temas e subtemas discutidos na Conferência Nacional. A exemplo do que fizeram estados e municípios, esses também foram momentos de priorização, balizados pelos cadernos com as prioridades sistematizadas, advindas dos outros entes da federação.

Nas plenárias regionais, a concepção metodológica foi semelhante, porém antecedida de uma explanação elaborada por um especialista de cada região. As apresentações foram planejadas considerando toda a complexidade dos territórios de cada região, oferecendo aos delegados e convidados presentes uma enorme gama de questões para aprofundar, debater e apontar prioridades para o SUAS.

Cabe destacar que tanto nas plenárias por dimensão, quanto nas plenárias regionais, o apontamento de novas prioridades foi permitido, salvaguardando as regras pré-estabelecidas no regimento interno aprovado pelos(as) delegados(as).

Outro ponto importante em todo o processo conferencial que merece destaque foi a preocupação do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) com a acessibilidade em todos os aspectos do evento. Audiodescrição, libras, material em braile e ampliado, além de orientações prévias aos palestrantes sobre boas práticas de acessibilidade, foram medidas que fizeram desse tema um diferencial metodológico de toda a conferência.

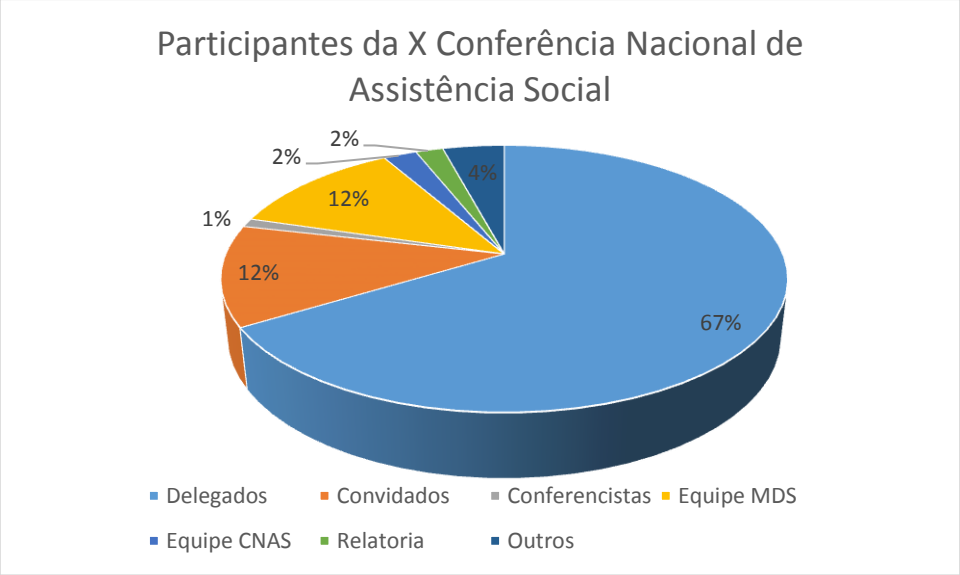
Na plenária final, os produtos das plenárias por dimensão e por região foram intensamente debatidos, alterados, em alguns casos suprimidos e finalmente validados como deliberações da X Conferência Nacional de Assistência Social. Nesse momento, moções propostas e validadas pelos

delegados(as) conforme regimento interno em anexo também foram produto de apreciação, debates, em alguns casos supressão e, em tantos outros, ampla aprovação pelos(as) delegados(as) com direito de voto.

A X Conferência Nacional de Assistência Social teve como produto de todo o processo de mobilização popular prioridades que apontam os rumos a serem seguidos pelo Brasil nos próximos dez anos. Tais indicativos dialogam com a política pública de Assistência Social, porém mais do que isso indicam, a todo o país, quais novos patamares civilizatórios guardavam nexos com os avanços da proteção social e implicam na coordenação e envolvimento dos gestores públicos municipais, estaduais e do Distrito Federal.

PERFIL DOS PARTICIPANTES NA X CONFERÊNCIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

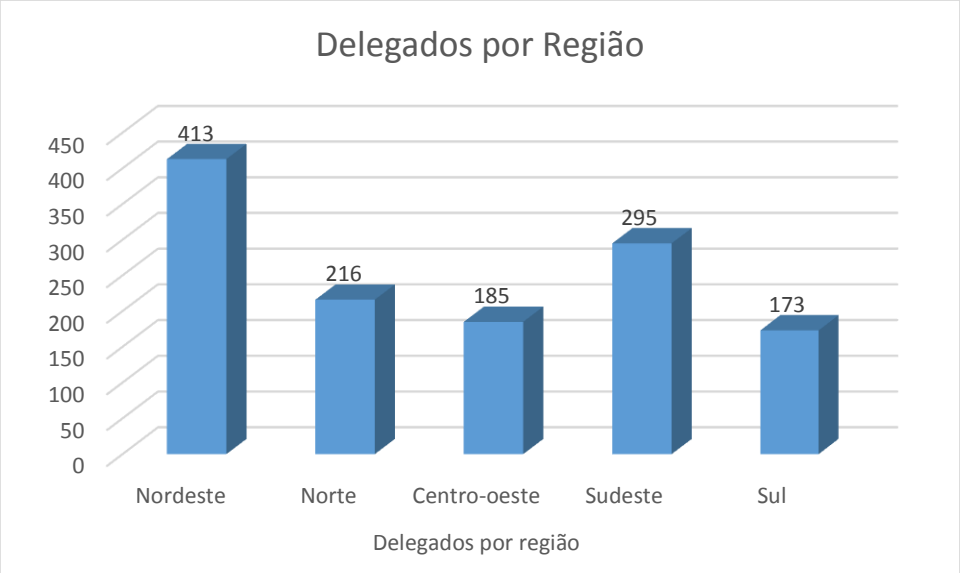
A X Conferência Nacional de Assistência Social, realizada entre 7 e 10 de dezembro de 2015, contou com a participação de 1.932 pessoas assim distribuídas:



Delegados	Convidados	Conferencistas	Equipe MDS	Equipe CNAS	Relatoria	Outros
67%	12%	1%	12%	2%	2%	4%

Figura 1: Participantes da X Conferência Nacional de Assistência Social
Fonte: MDS/CNAS – Sisconferência, 2015.

Importante observar que os dados acima correspondem à emissão de credenciamento para entrar no Centro de Convenções, e que somente os delegados tiveram direito a voto – os demais apenas à voz. Os delegados – um total de 1.182 – tinham o seguinte perfil:

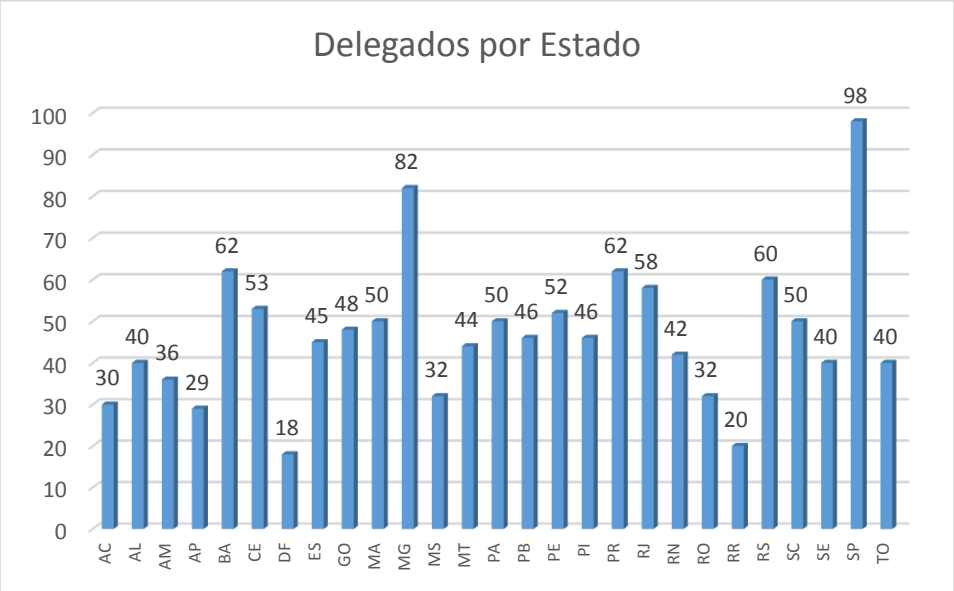


Nordeste	Norte	Centro-Oeste	Sudeste	Sul

413	216	185	295	173

Figura 2: Delegados da X Conferência Nacional de Assistência Social por Região
Fonte: MDS/CNAS – Sisconferência, 2015.

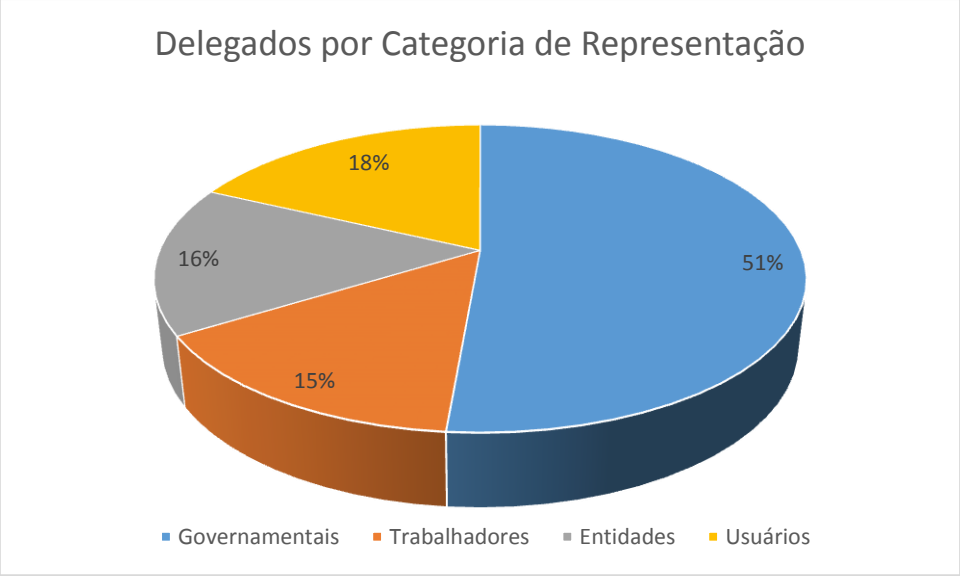
A distribuição dos delegados na X Conferência Nacional de Assistência Social seguiu critérios previamente aprovados pelo Conselho Nacional, conforme consta do informe CNAS nº 04/2015. Em relação aos estados, podemos observar a seguinte ordenação:



AC	AL	AM	AP	BA	CE	DF	ES	GO	MA	MG	MS	MT	PA	PB	PE	PI	PR	RJ	RN	RO	RR	RS	SC	SE	SP	TO
29	38	37	29	59	53	67	43	44	47	84	33	41	47	44	51	44	62	60	30	31	10	61	50	38	108	33

Figura 3: Delegados da X Conferência Nacional de Assistência Social por Estado
Fonte: MDS/CNAS – Sisconferência, 2015.

Quanto às categorias representadas pelos delegados, tivemos:

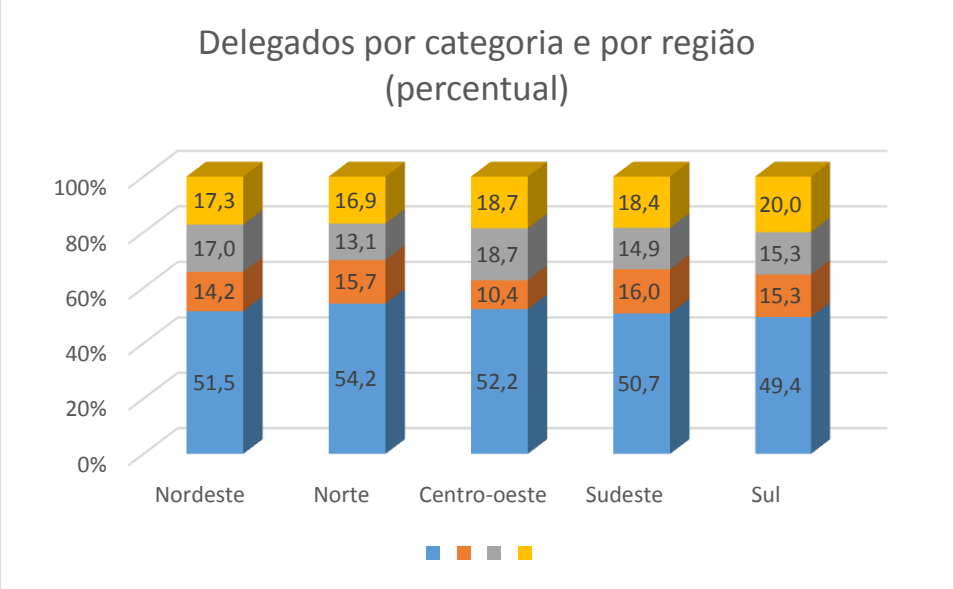


Governamentais	Trabalhadores	Entidades	Usuários
51%	15%	16%	18%

Figura 4: Delegados da X Conferência Nacional de Assistência Social por Categoria de Representação

Fonte: MDS/CNAS – Sisconferência, 2015.

Observa-se pequena variação dos percentuais em relação à paridade instituída, relativa à maior presença de representação governamental e de usuários, entre os delegados não governamentais. Quando ponderamos os dados por região, obtemos o seguinte quadro:

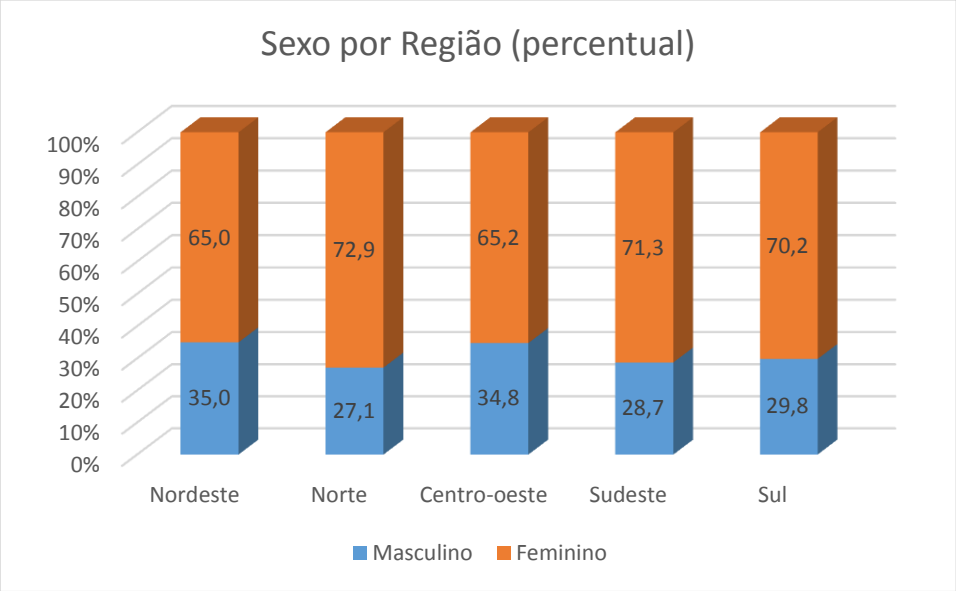


	Nordeste	Norte	Centro-Oeste	Sudeste	Sul
Governamentais	51,5%	54,2%	57,2%	50,7	49,4%
Trabalhadores	14,2%	15,7%	10,4%	14,9%	15,3%
Entidades	17%	13,1%	18,7%	16%	15,3%
Usuários	51,5%	16,9%	18,7%	50,7%	20%

Figura 5: Delegados da X Conferência Nacional de Assistência Social por Região
Fonte: MDS/CNAS – Sisconferência, 2015.

Podemos observar que a maior presença proporcional dos usuários se deu na região Sul e a menor na região Norte do país. Inversamente, encontramos maior presença governamental da região Norte e menor no Sul. Outro dado que chama atenção diz respeito à participação dos trabalhadores, com destaque para a região Norte novamente. Vale salientar que a distribuição das vagas previa metade para delegados governamentais e outra metade para sociedade civil, distribuída nos três segmentos, o que significaria um percentual de 16,6% para cada um.

Quanto ao sexo temos 64% feminino e 36% masculino, dado previsível considerando-se a história da Assistência Social. Ao ponderarmos as regiões, entretanto, verificamos variação significativa nestes números:

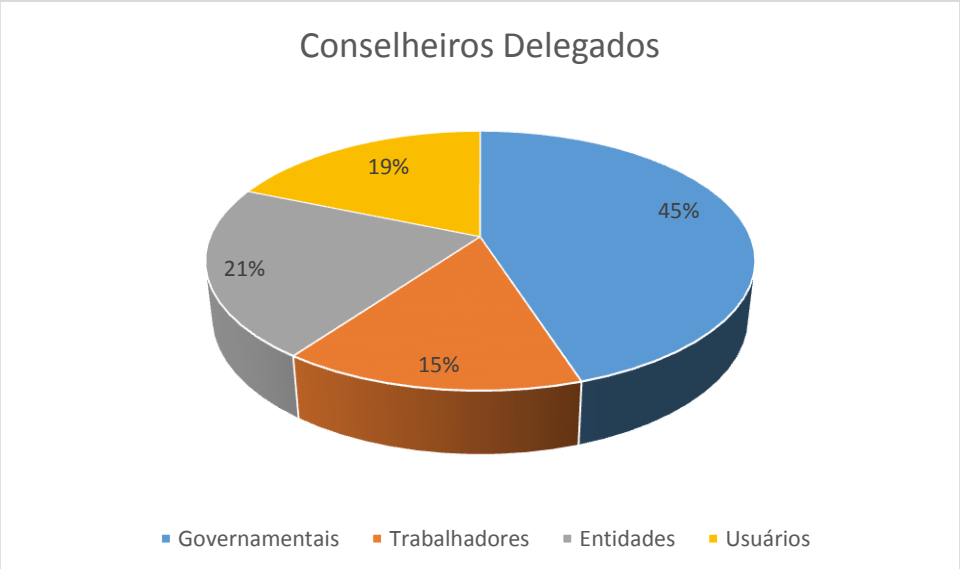


	Nordeste	Norte	Centro-Oeste	Sudeste	Sul
Feminino	65%	72,9%	65,2%	71,3%	70,2%
Masculino	35%	27,1%	34,8%	28,7%	29,8%

Figura 6: Delegados da X Conferência Nacional de Assistência Social por Região e Sexo
Fonte: MDS/CNAS – Sisconferência ,2015.

Na região Nordeste podemos observar que a representação masculina teve uma diferença percentual de quase oito pontos percentuais em relação ao Norte, que apresentou a maior presença proporcional de sexo feminino.

Sobre a presença de conselheiros(as) na X Conferência Nacional de Assistência Social, verificamos que 26% dos delegados exercem essa função e observa-se que há diferença em favor dos conselheiros da sociedade civil. Entre estes, destaca-se a representação de entidades socioassistenciais, embora o segmento dos trabalhadores tenha menor presença:

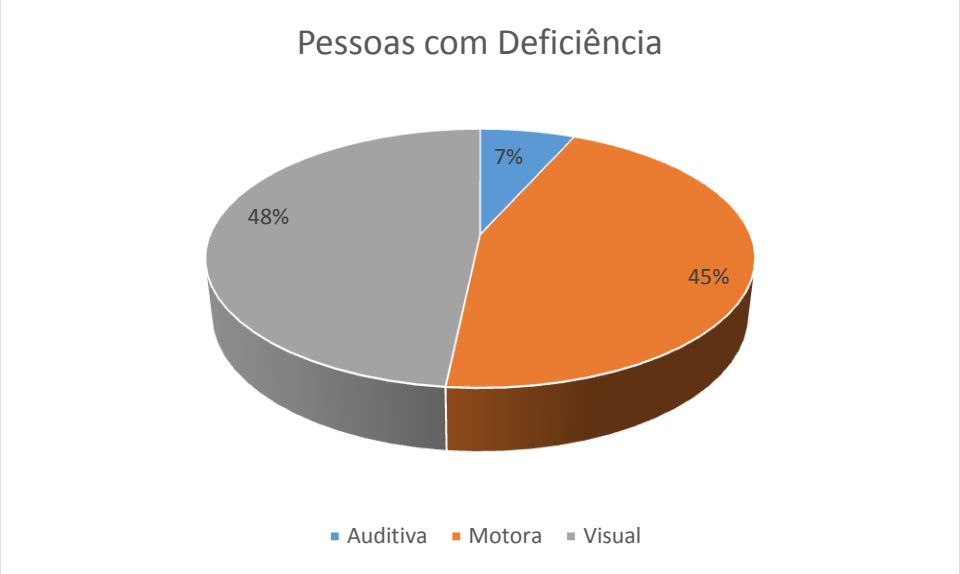


Governamentais	Trabalhadores	Entidades	Usuários

45%	15%	21%	19%

Figura 6: Conselheiros Delegados da X Conferência Nacional de Assistência Social por Representação
Fonte: MDS/CNAS – Sisconferência, 2015.

Em relação à presença de pessoas com deficiência entre os delegados, verificamos apenas que 4% dos delegados participantes assim se identificaram. Estes, um total de 60 pessoas, indicaram o tipo de deficiência, distribuindo-se da seguinte maneira:



Auditiva	Motora	Visual
7%	45%	48%

Figura 7: Tipo de Deficiência entre os delegados da X Conferência Nacional de Assistência Social
Fonte: MDS/CNAS – Sisconferência, 2015.

Verifica-se que as deficiências visuais (cegueira e baixa visão) tiveram prevalência em relação às motoras e auditivas, o que pode ser atribuído ao nível de organização do segmento de acordo com a política de assistência social.

DESENVOLVIMENTO DA CONFERÊNCIA

MESA "BALANÇO DO SUAS"

Coordenação:
Vice-presidente do CNAS – Léa Braga
Conselheira – Margareth Dallaruvera

Participantes:
Ministra – Tereza Campello
Secretária Nacional de Assistência Social – Ieda Castro
Secretária Maria Lúcia Nogueira Linhares Marquim – presidente em exercício do CONGEMAS
Secretário André Quintão – presidente do FONSEAS
Professora Aldaíza Sposati

Sra. Aldaíza Sposati – doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Pós-Doutora pela Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, sob supervisão de Boaventura Souza Santos, professora titular do corpo permanente da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, onde coordena o núcleo de estudos e pesquisas em Seguridade e Assistência Social e o Centro de Estudo das Desigualdades Socioterritoriais, em parceria com o INPE.

"Boa tarde a todos. Boa tarde Sra. Ministra, boa tarde a todos componentes da mesa, Sra. Secretária, caro presidente do FONSEAS, amigo de longa data e luta, André Quintão, Léa Braga e todos os demais presentes nesta mesa.

Senhor Presidente do CNAS, autoridade maior, nesta comemoração dos dez primeiros anos do SUAS, o SUAS 10.

Quero iniciar agradecendo esta possibilidade que recebo em trazer alguns elementos de reflexão e discussão sobre esses 10 anos e os cenários que se apresentam para o Sistema Único de Assistência Social na próxima década.

Considero que a primeira palavra a se dizer é que o SUAS tornou-se tão forte, que nós sentimos que ele tem agregação e força até mesmo maior do que a nominação da política de Assistência Social. Essa condição decorre do fato pelo qual o SUAS é, efetivamente, força viva.

As reflexões que desenvolvemos na PUC-São Paulo se deram em parceria; somos quatro autores:

Dirce Koga, José Maestro Queirós e Carola Arregui. Trabalhamos com muito apoio do Departamento de Gestão do SUAS, que nos ofereceu muitos elementos, dados e encaminhamentos, e realizamos algumas discussões com a Sra. Secretária do SNAS Ieda Castro, pois os pontos de vista são importantes neste momento-chave de travessia entre o SUAS que temos e o SUAS que queremos.

Nesta jornada começamos por definir alguns princípios orientadores para a reflexão. Antes de mais nada, partimos do entendimento de que toda política social se constitui concretamente na relação com o cidadão, a partir do chão, das relações vivas, onde ela está se dando concretamente. A segunda orientação indicou a preocupação com o movimento histórico entre resgatar o feito em 10 anos e vislumbrar algo adiante, a partir sobretudo dos elementos que fortalecem a proteção social da população brasileira.

Portanto, vamos apontar questões relativas ao preparo dos órgãos gestores, mas sempre na direção e do olhar direto ao fortalecimento dos direitos socioassistenciais.

Demos a esta reflexão o subtítulo 'diversidade no SUAS', embora possa parecer que ele seria um contraponto com o princípio de que o SUAS é unidade. Todavia ser único não quer dizer uma homogeneidade. Tem-se aqui dois sentidos a destacar. Primeiro, o direito supõe a isonomia, a igualdade, mas esta implica na equidade, o que significa o respeito à diversidade.

Um segundo sentido deriva do fato de que nós não podemos afirmar que exista um consenso sobre o conteúdo quanto ao entendimento das responsabilidades da política de Assistência Social entre os 5.597 entes gestores, que a coordenam desde os municípios brasileiros. Persistem nesse cenário desde concepções antepassadas de benesses, de costas para os direitos, até concepções que avançam para os direitos; ou ainda concepções residuais que quase fazem da Assistência Social um quase Governo paralelo voltado para suprir precariamente uma diversidade de necessidades de proteção social daqueles que são considerados sem capacidade de consumo, isto é, sem capacidade financeira para adquiri-las como mercadorias. Essa condição não é caracterizada como direito, mas como seleção de mérito. Ou ainda, há os que consideram a Assistência Social nada mais do que uma ação do governo motivadora da intersetorialidade, isto é, uma política que não tem respostas próprias resguardando-se a ser uma ativadora das outras políticas governamentais.

O partido analítico que aqui se toma é o da Constituição de 1988, da Política Nacional de 2004, na qual a Assistência Social é uma das políticas de seguridade social com a responsabilidade de

exercer a proteção socioassistencial, provendo seguranças sociais. É uma política distributiva, com campo de ação governamental que define respostas concretas para o alcance dessas proteções sociais.

O SUAS, nessa diversidade de concepção, torna-se múltiplo ao depender da concepção de quem efetiva sua gestão ou dos entes gestores que vai afirmá-lo em suas formas concretas. Portanto, o alcance do SUAS ainda depende do que ocorre em cada ente federativo, em qual parte do Brasil, em qual região do país.

Em 2005 decidimos pelo SUAS mais 10, uma decisão coletiva em construir o edifício SUAS, como Márcia Pinheiro então presidente do CNAS afirmara há 10 anos atrás. E nós construímos, esse é o fato. Talvez não saibamos quantos andares atingimos, talvez estejamos aqui ou ali ainda em alicerces, ou num primeiro andar. Considero que estamos em alturas diversas como mostram os gráficos do Censo SUAS, conforme a conjuntura, a maturidade e as condições objetivas de cada órgão gestor. Não temos ainda, entre todos os 5.597 entes gestores, um perfil similar quanto ao entendimento de solidez do SUAS. Mas mesmo assim e apesar disso, podemos afirmar que o SUAS é uma realidade na gestão social brasileira.

O SUAS, pelo espalhamento da presença dos CRAS, é uma realidade no Brasil, a presença dos benefícios socioassistenciais é uma realidade no Brasil. Não temos ainda uma rede de serviços compatível; temos mais proteção básica do que especial, mas, efetivamente, a política de Assistência Social vingou nesses 10 anos.

O que se apresenta agora é a questão de como dar qualidade, solidez, avanço no campo dos direitos à proteção socioassistencial distributiva. Um dos feitos maiores nesses 10 anos, mais emblemático, foi a mudança do CNAS – ele deixou de ser um órgão cartorial, deixou de ser o órgão da benesse para entidades sociais, da isenção da cota patronal do INSS, para ser, efetivamente, o órgão sólido, da discussão e direção da política pública de assistência social. Mas há aqui um novo desafio. Toda a mudança do CNAS não contaminou como deveria os conselhos municipais e estaduais, isto é, ainda os conselhos municipais têm uma forte presença da ação cartorial. Esta realidade precisa tomar outro rumo. Não se pode concordar que a demanda pela inscrição de uma organização em um conselho municipal seja o argumento que vai barrar a reponsabilidade desse conselho com os rumos da política pública ou fazer derivá-lo daquilo que é sua finalidade.

Direcionando esta reflexão para a gestão e para os usuários, retomo o que se disse de início: que a política social se faz concretamente no lugar onde o cidadão está. Isto significa que um primeiro

confronto na concretização da política é a diversidade dos municípios brasileiros. Pois proteção social supõe as condições concretas de vida, a partir do lugar onde se vive. Proteção social não paira no ar, ela aterrissa, e, portanto, temos que examinar com mais força essa caracterização da diferenciação de realidades municipais, estaduais e regionais.

Nos 5.570 municípios temos altíssima concentração daqueles com até 50 mil habitantes, isto é, só 4.915 municípios, ou 88% dos municípios brasileiros, e neles vivem 32% da população do país. De outro lado, os 304 maiores municípios, ou 5,5% do total, variam em concentração populacional entre 100 mil até 12 milhões, mas concentram 56% da população brasileira.

Esta questão paradoxal, presente no SUAS, vem se transformando em uma questão política de gestão extremamente séria. Vem se instalando um conflito quanto ao número de representação dos municípios maiores, que concentram população, mas que são em menor número de entes federativos. Este paradoxo entre a quantidade unitária de entes gestores e o grau de concentração da população brasileira que representam está a aguardar um novo pacto, pois o atual mostra-se contencioso.

Uma primeira proposta que apresentamos a esta conferência é a revisão da agregação dos intervalos de portes populacionais dos municípios que fundearam a PNAS-04. Em vez de mantermos as cinco agregações de portes da Política Nacional de Assistência Social de 2004, que antecedeu a implantação do SUAS, é preciso que possamos enxergar as diferenças existentes entre os 88% dos municípios brasileiros que têm até 50 mil habitantes. Dentre esses, 1.985 municípios não chegam a 5 mil habitantes, isto é, concentram pouco mais do que mil famílias. Cabe, portanto, a questão fundamental: qual é o modo de gestão do SUAS em um município de tal porte. Não temos nos dedicado a essa análise. Qual o melhor modelo de gestão do SUAS a desenvolver? Como nele deve se dar o alcance da proteção básica e da especial? Como é que se dá a articulação entre serviço e benefício no pequeno município?

Durante esses 10 anos, o lugar da gestão estadual do SUAS mostrou-se um tanto fluido. Todavia, quando abordamos as distinções entre os municípios, a responsabilidade dos governos estaduais em efetivar a consolidação do SUAS a partir das condições objetivas das realidades de cada estado e seus municípios explode claramente ao nosso olhar. Evanesce a fluidez e se apresenta a realidade, o concreto extremamente forte e bem delineado.

Mas se essa realidade do volume populacional é um ponto de partida, ela é insuficiente para a efetivação dos SUAS garantidores da proteção social de cidadania, a proteção social da Assistência

Social. Vários outros atributos dos municípios têm que ser considerados.

Um atributo que se ressalta, sobretudo para o desenho da cobertura da rede socioassistencial é a densidade demográfica. Em uma cidade em que ocorra forte espalhamento populacional pela baixa densidade, como se decide a localização de um CRAS? As pessoas que deveriam se locomover ao CRAS independentemente de onde ele se situe, ou é o CRAS que deveria gerar condições para ser acessível.

Quando analisamos as condições de mobilidade, acesso e acessibilidade dos usuários a partir da conformação concreta da distribuição populacional no âmbito de todo município estaremos fortalecendo o direito à atenção socioassistencial. Outra grande característica é a das manifestações de ruralidades no âmbito de cada município. Um dos direitos socioassistenciais presentes no Decálogo de Direitos da política é a isonomia de trato entre o rural e o urbano. As ruralidades podem assumir diferentes formatos; um exemplo é a posição do lócus rural diante da sede do município: esse lócus rural pode se situar de forma isolada, ou interligada, distante ou próximo à sede. Quando as famílias rurais vivem em áreas isoladas, qual é o formato que o CRAS deveria adotar?

A qualidade da atenção a ser prestada pelo SUAS inclui a condição dos acessos ou das barreiras que introduz para a realização da atenção aos usuários. Pelo estudo que desenvolvemos encontramos CRAS rural em municípios que não são marcados por tão alta ruralidade e ausência de CRAS rural em municípios que tem alta ruralidade. Portanto, a gestão do SUAS para o próximo período tem que atentar para essas condições objetivas da realidade para que suas atenções sejam acessíveis aos usuários. Há um conjunto de mapas que foram construídos que estão na publicação SUAS 10 (cada participante está recebendo um exemplar, e essa publicação estará acessível por via digital no site do MDS).

Uma das responsabilidades da política de assistência social, e que veio a ser um dos seus grandes resultados nestes seus 10 anos de SUAS, é a ação em retirar da invisibilidade grupos que não são visíveis para a proteção social. A política mostrou sua capacidade em romper com a invisibilidade de vários segmentos da população brasileira, e até estrangeira considerandos os migrantes. Esse resultado mostra o sentido em que a política atuou de forma afirmativa com a justiça social e a justiça distributiva no país

O Censo SUAS é revelador de um conjunto de grupos tradicionais que não eram sequer nominados como existentes. Um primeiro segmento que a política incorporou, alterando a LOAS de 1993, foi

o da população em situação de rua que não é incluída nos Censos do IBGE, pois ela não é domiciliada. Hoje, o Anderson do Movimento Nacional da População em Situação de Rua está nesta conferência e é representante de usuários no Conselho Nacional de Assistência Social. Durante os últimos 10 anos, outros representantes já compuseram o CNAS. A assistência social mostrou que tem possiblidade de dar atenção a grupos específicos.

Como se percebe estamos aqui caracterizando alguns atributos dos municípios, enxergando-os não como mero pedaço de chão, que pertence a alguns proprietários, mas desenvolvendo o entendimento sobre a relação dinâmica de forças sociais quanto à proteção social dos que vivem nesse chão, e com os donos desse chão. Chegamos, portanto, à concepção de território como construção socio-histórica que implica condições objetivas da população que nele vive e de seu cotidiano.

Um novo atributo que se destaca diz respeito aos biomas. O SUAS na Amazônia por certo não pode ser gerido e caracterizado no mesmo formato que no Rio Grande do Sul. Uma coisa é considerarmos o SUAS na Amazônia, outra será o SUAS na Caatinga. O regime de água das cheias e o da água da seca, o que isto provoca, e quais respostas isso exige da nossa capacidade de gestão. Todos esses elementos são fatores geradores de desproteção social.

Quando os índios amazônicos não dispunham de tempo suficiente para sair de suas casas para retirarem em dinheiro o Bolsa Família na cidade mais próxima, seu acesso ao benefício apresentava barreiras. Para se deslocarem eles precisavam de recursos financeiros para pagar a gasolina da voadeira; enquanto buscavam formas de pagar a tal gasolina, não raro seus benefícios eram recolhidos pela ausência do interessado. Portanto levar a proteção social pelo benefício a essa população implicou articular novos prazos, novas formas de acesso, diversas das aplicadas em outras regiões.

Outra aproximação do estudo se concentrou no exame de algumas das coberturas da política, buscando entender o nível de universalidade de cobertura de atenção que o SUAS já alcançou em suas respostas. Para esse exame utilizamos o universo de famílias e não o de habitantes ou população de forma geral. Somos, pelo Censo 2010, 61,7 milhões de unidades domésticas. Este é o dado mais próximo de agregados de pessoas em núcleos familiares no país. Aplicando os dados do CadÚnico, verifica-se que desse total, 55% das unidades familiares estão cadastradas. Mas o comportamento do CadÚnico entre os municípios ainda é heterogêneo sem que se saiba claramente as razões dessa ocorrência. Há municípios em que estão cadastradas mais de 100% das unidades familiares quantificadas pelo IBGE. Mesmo sendo consideradas as situações em que

habita mais de uma família por domicílio, pois isso o IBGE quantifica.

Outra análise realizada foi relativa ao percentual de cobertura pelo Programa Bolsa Família entre as famílias cadastradas. Aqui novamente aparece profunda heterogeneidade da taxa de cobertura entre os municípios independentemente do porte. Nenhuma das curvas de cobertura tem afinidade sob os critérios examinados. Pode ser que o município tenha 70% das famílias no CadÚnico, mas isso não quer dizer, necessariamente, que ele terá o percentual de cobertura idêntico ao de outro que tenha 20% das unidades familiares cadastradas. Poderá ser maior, igual ou menor. O exame de cobertura dos beneficiários do BPC [Benefício de Prestação Continuada] apresenta comportamento similar, ainda que os beneficiários não estejam incluídos no CadÚnico. Vamos perceber que no BPC a presença do benefício para pessoas idosas é muito mais forte no Sul do que no Norte e Nordeste, onde predomina o benefício voltado para pessoas com deficiência. Algumas hipóteses precisam ser traçadas sobre essas ocorrências e é necessário buscar explicações. É possível que o trabalho urbano no Sudeste tenha sido mais informal e no Nordeste o trabalho rural tenha sido formalizado a partir do benefício rural, o que eliminaria mais idosos em obter o BPC, pois já seriam previdenciários.

O estudo desenvolve vários indicadores que permitem mostrar a heterogeneidade de cobertura dos benefícios socioassistenciais, assim como quanto à proteção especial do SUAS, que também apresenta cobertura extremamente diferenciada ao se considerar os números de habitantes de cada município por CREA implantado. Cabe registrar que foram encontradas algumas disparidades que ocorrem no processo de regionalização dos CREAs; há enorme discrepância quanto à quantidade de população atendida pelos CREAS.

Esses aportes são significativos pois indicam que o modo de distribuição da cobertura dos benefícios e serviços do SUAS pode estar sendo gerador de desigualdade. Para superar tal risco é preciso estabelecer padrões de cobertura como referência às metas que se pretende atingir. É preciso que caminhemos para a definição padrões de referência de cobertura nos serviços e benefícios.

A fase do SUAS de marcar presença, de se espalhar no território nacional para sua visibilidade foi atingida com êxito, e já está consolidada, mas faltam padrões de operação que possam permitir verificar a diferenciação de SUAS que cada ente federativo oferece.

Quanto à gestão do SUAS, vive-se formas diferenciadas de institucionalidade dos órgãos gestores da política. Ainda não são todas as prefeituras ou gestões estaduais que têm o órgão de gestão

formal, só voltado para Assistência Social. Estamos nos ressentindo da ausência de um estudo de qualidade sobre esse fato. A estrutura administrativa do órgão gestor da assistência social é reduzida, mas nela destaca-se a presença de uma unidade de proteção básica, que por vezes é seguida por outra de gestão do SUAS, e uma terceira de monitoramento e avaliação. A vigilância socioassistencial, aparece separada de monitoramento e avaliação, e tem aproximadamente cerca de 8% a mais de presença do que a vigilância. Uma unidade de gestão do trabalho e outra de proteção especial ainda têm reduzida presença.

Outro aspecto a se registrar diz respeito à presença da parentalidade no órgão gestor. São 1.305 municípios brasileiros que congregam cerca de 31 milhões de habitantes, onde o gestor da assistência social é um parente do prefeito. Este é um dos pontos que melhoramos na década, mas ainda não o suficiente, sobretudo em Roraima e em Goiás.

A distribuição dos trabalhadores pelos órgãos tem uma escala bastante diferenciada. Quanto ao indicador de estabilidade dos trabalhadores da Assistência Social, pode-se detectar que, do total de trabalhadores, 22% apresentam ótima estabilidade e 21,7% apresentam boa estabilidade. Portanto, para 44% dos trabalhadores a estabilidade está mais assegurada, mas esta é uma condição que varia por porte de município e nas gestões estaduais. Ocorre o predomínio do nível de escolaridade média sobre o superior nos trabalhadores dos municípios. Esse predomínio do nível médio insiste e persiste, embora em algumas regiões se mostre menor. Construímos o índice relacional entre trabalhadores de nível superior e população, ficando evidenciada enorme diferença de situação entre os entes gestores. A escala mostra, de um lado, a realidade de 4 trabalhadores de nível superior para mil habitantes e, de outro, 0,4 trabalhadores para cada mil habitantes.

São grandes impactos de forte discrepância que se obtém ao examinar a realidade dos entes gestores e que afetam diretamente a qualidade da atenção que é oferecida.

O exame desses dados nos permitem fortes referências para que sejam estabelecidos horizontes para que o SUAS caminhe para ser uno, múltiplo e republicano. Ser uno não significa ser homogêneo. Insistimos no alcance do princípio da territorialização no SUAS, a partir dos assentamentos humanos, que constituem a população dos municípios e estados do país.

O respeito às expressões de diversidades, densidade, concentração e isolamento populacional, especificidades climáticas, intensidade de urbanização e ruralidades e biomas deve ser levado em conta para que a qualidade de cobertura e operação do SUAS seja mais condizente com a vida da

população. É preciso que sejam garantidos padrões de cobertura de serviços e benefícios, respeitando-se essa diversidade, afiançando-se a busca de isonomia, atendendo-se a essa heterogeneidade urbana e rural e também às manifestações de desproteção, proteção social.

A construção de padrões de referência para os resultados da política deve ser uma realidade buscada na próxima década. É preciso fortalecer o SUAS nessa direção. É preciso superar os paradoxos entre a quantidade e entre federativos e respectivo percentual de população representada.

O que a análise mostra é que chegamos, sim, a muita coisa em 10 anos, mas precisamos de maior coesão no processo de gestão entre os entes federativos para que alguns valores sejam efetivamente assegurados e traduzidos sob a dimensão ético-política, em defesa dos cidadãos e cidadãs na luta pelos enfrentamentos e superação de desproteções sociais que afetam suas vidas e reduzem sua dignidade.

Muito obrigada.”

Sr. Edivaldo da Silva Ramos – presidente do CNAS, representante da Associação Brasileira de Educadores de Deficientes Visuais e professor de matemática

"Cumprimento as autoridades que compõem a mesa e saúdo, de maneira especial, todos os delegados desta X Conferência Nacional de Assistência Social.

Abordarei neste momento o balanço dos dez anos do SUAS na perspectiva do controle social, destacando o diferencial significativo trazido pelo Sistema para a efetivação da política de assistência social, tal como as normativas, as diretrizes, as orientações técnicas, a institucionalidade adquirida na LOAS, a previsão de 15 artigos na NOB-SUAS/12, que fortalecem as instâncias de controle social (conferências e conselhos) e definem instrumentos para viabilizar a participação dos usuários.

Referendo as análises efetuadas pelo professor Edval Bernardino acerca das dimensões que conformam o controle social e passo a descrever as iniciativas adotadas pelo CNAS.

No âmbito da dimensão política, que envolve a capacidade da sociedade em pressionar para a inserção de suas demandas na agenda pública, o Conselho tem ampliado largamente o debate e deliberado avanços para a política de assistência social.

Na dimensão técnica, que engloba a fiscalização do acesso e da qualidade da prestação dos serviços e benefícios, embora se tenha bastante avanço, ainda se reconhece que tem muito a crescer, porque os Conselhos de Assistência Social, em geral, ainda não deram conta de cumprir seu papel, particularmente quanto à deliberação, fiscalização, orientação e acompanhamento da política de assistência social. Existem diversos elementos dessa tarefa que ainda não foram assimilados pelos Conselhos, a exemplo do acompanhamento de todas as nuances inerentes à gestão do SUAS (técnica, administrativa, financeira, ética e política).

Na dimensão ética, que tem por pressuposto os valores éticos da sociedade, como a soberania e a justiça social, acumula inúmeros avanços, como o reconhecimento dos direitos das populações dos diversos espaços da nossa sociedade – o reconhecimento de que a população ribeirinha também tem direito de acesso à política, assim como os povos e as comunidades tradicionais, os povos indígenas, as pessoas com deficiência etc. Cabe reforçar que a sociedade é dinâmica e que o Conselho deverá ficar sempre atento para os novos públicos que demandam a proteção social não contributiva. Tem-se hoje, por exemplo, a questão da migração, que em 2003 não era tão acentuada quanto agora, e que requer acolhimento da política de assistência social, tanto desses

povos de distantes localidades do nosso planeta, ou até mesmo dentro de um movimento interno do país, na perspectiva de um olhar da valorização desse indivíduo enquanto pessoa. A assistência social e as instâncias de controle social do SUAS tem conseguido construir diretrizes e orientações para atender estas situações, mas é preciso estar vigilante por causa desse dinamismo que cerca essa matéria.

No intuito de ampliar a participação, o Conselho Nacional de Assistência Social tem estabelecido como dinâmica a realização de reuniões descentralizadas e ampliadas, denominadas RDA, que são reuniões abertas ao grande público, a todos os atores da política de assistência social, e onde se debatem os temas mais gerais, os temas mais amplos que envolvem o SUAS. Para alinhamento das discussões, ocorrem também reuniões trimestrais com os Conselhos Estaduais e do Distrito Federal, e as reuniões por região do país, com o objetivo de debater as especificidades, as questões próximas do diálogo de cada uma dessa regiões e também aproximar o Conselho Nacional dos Conselhos Estaduais que compõem essas regiões. Outro avanço primordial são as Conferências de Assistência Social, que naturalmente são espaços de aprofundamento do debate da política, mas, principalmente, de cumprimento do que está na Lei da Assistência Social, que é avaliar a política de assistência social e propor novas diretrizes, novos rumos. Nessa dinâmica também temos as reuniões mensais ordinárias e as extraordinárias, quando necessário, realizadas por todos os conselhos (nacional, estaduais, distrital e municipais).

Assim, a agenda política do CNAS tem se pautado na atuação colaborativa e em uma parceria constante com o MDS. Busca-se assegurar que os Conselhos cumpram suas funções de instâncias deliberativas do SUAS, enquanto estrutura permanente e composição paritária, embora ainda seja um desafio assegurar a paridade das representações e a proporcionalidade entre os segmentos da sociedade civil.

O acompanhamento das ações de capacitação dos conselheiros é uma ação que precisa ser intensificada nos próximos 10 anos, particularmente quanto aos conteúdos de informação para a gestão e ao controle social da política. Há também que se potencializar a relação dos Conselhos de Assistência Social entre si, e destes com os demais Conselhos de Defesa de Direitos, e Conselhos de outras políticas setoriais, bem como com as Comissões Intergestores, tanto as CIBs [Comissões Intergestores Bipartites] quanto as CITs [Comissões Intergestores Tripartites], no sentido de ampliar o controle social por meio do acompanhamento e avaliação do SUAS, priorizar o debate da gestão do trabalho no SUAS e a valorização dos seus trabalhadores, o financiamento e o ciclo orçamentário.

Na trajetória histórica da política de assistência social é possível apontar inúmeros avanços que tiveram o protagonismo do CNAS no desempenho de suas atribuições. Antes de apresentar o balanço das realizações de 2005 a 2015, temos que registrar que a cada dois anos acontecem as conferências de assistência social.

Em 2003, a Conferência Nacional de Assistência Social deliberou pela constituição do SUAS. Em 2004, o CNAS aprovou a Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004); em 2005, a Norma Operacional Básica do SUAS (NOB-SUAS/2005), e em 2006 a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS (NOB-RH/SUAS/2006). A NOB-SUAS foi revista em 2012, mas talvez, com base nos avanços que já ocorreram, seja importante fazer uma releitura das demais normativas.

E mais, tem-se ainda a celebração do Pacto de Aprimoramento da Gestão do SUAS; a regulamentação do artigo 3º da LOAS sobre as entidades de assistência social, e a transição da educação infantil da área de assistência social para a de educação, de 2005 a 2008.

Em 2009, a Lei nº 12.101 retirou, como bem lembrou a professora Aldaíza, aquele papel cartorial do Conselho Nacional, e repassou a competência de concessão do CEBAS para os respectivos Ministérios (Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Ministério da Educação e Ministério da Saúde). A tipificação dos serviços socioassistenciais foi um passo bastante significativo e trouxe a compreensão das prestações ofertadas pela política de assistência social, que foi um norte, um apontamento de rumo que deu cara para essa política de maneira mais transparente e mais efetiva.

Em 2010 foi desencadeada a consulta pública sobre a revisão da Norma Operacional Básica (NOB-SUAS) que efetivou-se em 2012. Na sequência, a edição da Resolução Conjunta do CONANDA [Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente] e do CNAS, que estabeleceu os parâmetros para a convivência familiar e comunitária de crianças e adolescentes, e a Resolução do CNAS que define os parâmetros para a inscrição das entidades de assistência social nos conselhos de assistência social, que foi substituída recentemente, além do processo de regulamentação dos benefícios eventuais.

O marco de 2011 foi a Lei do SUAS, Lei Federal nº 12.435, que instituiu o SUAS na LOAS, com uma atuação bastante acentuada do Conselho para que isso viesse a acontecer, tendo por objetivo que a LOAS absorvesse todas as construções postas por meio de resoluções do Conselho Nacional, de portarias, decretos, visando um SUAS mais consistente, e tornando a política de assistência social

um direito reclamável. Houve ainda a ratificação das equipes de referência do SUAS, com a Resolução CNAS nº 09; a caracterização das entidades de assessoramento e defesa de direito, por meio da Resolução CNAS nº 27; a promoção da integração no mercado de trabalho, com a Resolução CNAS nº 33; e a Resolução CNAS nº 34, que define a habilitação e reabilitação da pessoa com deficiência no SUAS.

Em 2012, a instituição do programa de capacitação (Capacita SUAS); a criação do Programa Nacional de Promoção e Acesso ao Mundo do Trabalho (Acessuas Trabalho); e a aprovação da revisão da Norma Operacional Básica do SUAS (NOB/SUAS 2012).

Em 2013 foi instituída a Política Nacional de Educação Permanente, por meio de Resolução do CNAS nº 03; a aprovação do Pacto de Aprimoramento da Gestão do SUAS nos municípios, com a definição das prioridades e metas para a gestão municipal; a criação do Programa Nacional de Aprimoramento da Rede Socioassistencial (Aprimora Rede); o reconhecimento dos trabalhadores do SUAS com formação de ensino fundamental e médio, com as Resoluções do CNAS nº 19 e 09, respectivamente.

Em 2014, houve a orientação da Resolução nº 15 do CNAS para que os Conselhos de Assistência Social se constituíssem enquanto instância de controle do Programa Bolsa Família. Em 2015, a revisão da concepção dos usuários da política de assistência social, com a edição da Resolução nº 11 do CNAS.

Além de todas essas conquistas, o CNAS também reconhece a existência de muitos desafios para o controle social nos próximos 10 anos, como o desenvolvimento de agendas integradas nas comissões temáticas do CNAS, com questões que contemplem as dimensões políticas, técnicas e éticas do controle social, conforme já mencionado; a promoção de debates e orientação em conjunto com os Conselhos de Assistência Social para a implementação da Resolução nº 15/2014 do CNAS, que é o reconhecimento dos Conselhos como instâncias do controle social do Programa Bolsa Família; a orientação aos Conselhos sobre os mecanismos de divulgação, disseminação das legislações e normas do Conselho e o seu reconhecimento como instância deliberativa e permanente; o fortalecimento dos usuários como participantes fundamentais no exercício do controle social; a construção com os Conselhos de como efetivar o processo de acompanhamento e fiscalização da Política Nacional de Assistência Social, levando em conta suas respectivas competências.

Outro aspecto importante trata da retomada junto com o Ministério de Planejamento, Orçamento

e Gestão sobre o reconhecimento dos recursos da Assistência Social como obrigatórios, acompanhada da discussão dos planos plurianuais, dos ciclos orçamentários, da articulação das políticas de seguridade social, e da criação de novas fontes de recursos para a política de assistência social, como a taxação das grandes fortunas e de percentual de recursos do pré-sal.

Ainda é preciso dar continuidade ao debate sobre a regionalização do SUAS, a partir das deliberações desta X Conferência, principalmente as advindas das plenárias regionais, e tantos outros temas que surgirão.

Esta agenda deverá ser desencadeada em conjunto, visando o fortalecimento da gestão e do controle social no âmbito da União, estados, Distrito Federal e Municípios, o que irá exigir do MDS e do CNAS uma atuação em parceria com o CONGEMAS, o FONSEAS e os Conselhos de Assistência Social, pois, como apontou a pesquisa da professora Aldaíza, há uma diferença muito grande, uma disparidade muito grande entre os Conselhos de Assistência Social. Cabe ainda a definição de uma agenda comum do CNAS com os Conselhos de outras políticas setoriais e de defesa de direitos para fortalecer a intersetorialidade e a rede de proteção social.

É preciso avaliar a implementação da Resolução CNAS nº 33, que trata do acesso ao mercado de trabalho, e da Resolução CNAS nº 34, sobre a competência da assistência social na habilitação e reabilitação da pessoa com deficiência.

A X Conferência Nacional de Assistência Social deverá apontar as prioridades, as estratégias para superar as dificuldades levantadas nessa mesa de balanço, que já são de conhecimento de todos. Além disso, foram também apontadas pela pesquisa da professora Aldaíza e retratadas por mim nos slides que projetei. Em razão de o tempo ser bastante curto, não deu para fazer uma avaliação mais aprofundada, mas é sabido por todos nós que, no papel dos conselhos de controle social, existem ainda muitos desafios pela frente e que cabe ao CNAS, Conselhos Estaduais, do Distrito Federal, municipais, construir, a partir dessa X Conferência, as diretrizes e prioridades que irão orientar a elaboração do Plano Decenal de Assistência Social 2016-2026, e o fortalecimento do SUAS.

Faço questão de frisar aqui a fala de uma grande amiga minha do Mato Grosso do Sul, Taciana, que diz que, em grande parte das vezes, a cara da gestão é a cara do conselho e vice-versa, a cara do conselho é a cara da gestão. Então, para que nós possamos criar essa sintonia entre conselho e gestão, precisamos aprofundar o debate, principalmente na linha de reconhecer que o conselho e a gestão não são concorrentes, não são adversários, mas sim tem o papel de fazer uma soma de

esforços porque a construção da política é de todos nós. Muito obrigado e boa conferência a todos.”

Sra. Maria Lúcia Nogueira Linhares Marquim – conselheira nacional/CNAS e representante dos municípios – CONGEMAS

Maria Lúcia é graduada em Serviço Social pela Universidade Federal de Pernambuco, vice-presidente do Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social (CONGEMAS), atualmente presidente em exercício. Integra a Comissão Intergestores Bipartite do Estado de Pernambuco, e é conselheira estadual de Assistência Social de Pernambuco.

"Reforço que estou aqui na presidência em exercício porque nosso presidente José Rodrigues Rocha Junior precisou se afastar, não podendo participar desta Conferência; temos certeza que ele lamenta muito, porque é o momento da culminância do que trabalhamos tão bem este ano, nós que fazemos a representação de todos os municípios. Eu quero iniciar meu pronunciamento cumprimentando a excelentíssima ministra Tereza Campello e reconhecer sua disposição em valorizar o diálogo com o CONGEMAS, possibilitando assim a contribuição que nós temos tido para a consolidação do SUAS. Cumprimento também o Conselho Nacional em nome do presidente Edivaldo e da vice-presidente Léa Braga, reconhecendo a dedicação para realizar essa Conferência, que sabemos que acolherá propostas reveladoras sobre nossos avanços e os desafios para os próximos 10 anos.

Quero destacar também a importância nesta mesa da nossa querida Ieda Castro, secretária nacional de Assistência Social, que mantém nesse lugar que ocupa seu compromisso municipalista, que, com tanto entusiasmo e dinamismo, marcou fortemente o CONGEMAS quando foi presidente. Ao companheiro André Quintão, presidente do FONSEAS, reafirmo o compromisso de trabalharmos juntos fortalecendo as gestões estaduais e municipais, consolidando o sistema descentralizado e participativo. Em nome de André, saúdo também esta plenária dando as boas-vindas aos companheiros e companheiras que atuam nos territórios estaduais e municipais. Também quero registrar o nome da Professora Aldaíza, expressando o reconhecimento do nosso colegiado da sua importante contribuição, que tem levado à academia a realidade cotidiana das nossas famílias, ampliando assim as possibilidades e a construção de praxe que aqui já nos traz novidades nos dados que nos apresenta.

E, olhando para essa plateia de revolucionários e revolucionárias que bravamente fincam no chão desse país um modelo de proteção social, cumprimento com respeito e o orgulho de pertencer à categoria, os membros da diretoria do CONGEMAS e dos COEGEMAS, os conselheiros, os

trabalhadores, em especial os usuários, os protagonistas nesse momento máximo da X Conferência Nacional de Assistência Social. Dizer para todos e todas que, como já disse, a Professora Aldaíza é o nosso expoente, sempre nos provocando e trazendo dados que apontam para onde a gente deve caminhar nos próximos dez anos. Mas lembrar também, professora Aldaíza, que a senhora já trouxe em outros momentos para nós a dificuldade que foi o início para organizar essa conferência, porque muitos dos nossos municípios sequer tinham elaborado o plano decenal 2005-2015, dificultando o entendimento desse novo momento da Política de Assistência Social que, de fato, tanto tem avançado, tem se concretizado e que nós, dos municípios, queremos registrar alguns dados, algumas informações que temos de fontes oficiais dos nossos avanços nesses últimos 10 anos.

De vez em quando vou citar Professora Aldaíza, porque me inquietou para avançar esses próximos 10 anos, mas também para lembrar como éramos lá em 2005, quando se falava de não termos ainda todas as secretarias municipais como exclusividade da assistência social. Mas a maioria dos municípios já as tem e isso faz uma diferença enorme, porque até as primeiras-damas não vêm mais do 'primeiro-damismo', mas vem de técnicas que tentam acompanhar o rito e o conhecimento para efetivamente consolidar o Sistema Único de Assistência Social. As nossas secretarias eram desmembramento das outras, Secretaria de Saúde e Bem-Estar Social, de Obras e Ação Social, e era aquela confusão lá em 2005, e hoje temos dados concretos, porque eu não gostaria de ficar dizendo percentual; eu entendo que esse momento foi para a professora porque é na academia que se processa isso. Nós apenas queremos legitimar que, de fato, temos a maioria das secretarias implantadas.

Também queremos dizer que a maioria dos municípios possui plano de ação aprovado pelos conselhos municipais. Um grande passo, porque sequer lá em 2005 tínhamos os conselhos municipais na nossa maioria. O fundo municipal, como matriz e o ordenador de despesa, da Política de Assistência Social, grande conquista municipal de companheiros e companheiras. Chegávamos a dizer que somente na saúde haveria esse reconhecimento, e nós também caminhamos destacando que não na totalidade, mas temos, em grande parte, isso já executado.

Também, como já foi dito aqui, a implantação de CRAS com atenção integral às famílias na quase totalidade dos municípios. A disponibilidade de equipes técnicas de referência, a implantação de serviços, programas, projetos, benefícios e transferência de renda que na maioria dos municípios já se executa de forma satisfatória, não ideal, mas de forma satisfatória. Um outro dado era uma luta permanente e o MDS reconheceu: foi com a liberação da utilização do recurso de IGD/SUAS

para o fortalecimento das nossas gestões municipais, incluindo o apoio aos conselhos, que se viu avançar também as nossas estruturações enquanto secretarias municipais.

A responsabilidade pelo CadÚnico, como a professora Aldaíza informou, é quase 100% das secretarias de assistência social, quando sabemos que se travou um embate no início, quando as secretarias de saúde e educação também lutaram para ficar com elas. Fomos vencedores e vencedoras, mesmo sendo uma política ainda menor no entendimento do tempo que tem a educação e a saúde. Somos na maior parte responsáveis pelo CadÚnico. O controle social também funcionando como instância de controle social do Programa Bolsa Família é um importante dado, e através do Conselho Nacional temos feito um trabalho intenso para concretizá-lo em 100% dos municípios, com o cofinanciamento pelos três entes federados – município, estado, governo federal –, sabendo da necessidade de ajuste de alguns de nós.

Isso a gente destaca como avanços, destaca como momento único, nesse ano que a gente celebra os 10 anos do SUAS, os 22 anos de LOAS, e hoje, 7 de dezembro – o dia nacional da Assistência Social –, queremos dividir com vocês nesse balanço esses avanços que efetivamente acontecem. Mas a professora já provocou, o presidente Edivaldo também, e temos que continuar avançando, já temos desafios aqui. Temos um desafio que perpassa todas as conferências, de não se conseguir tirar do papel, e que se refere à vinculação orçamentária. Companheiros e companheiras, isso é lamentável, porque nos municípios se se processa 25% para educação, 15% para saúde, e o restante para todos os outros, e nesses outros está a política de assistência social com características de política pública de direito tão fortes como educação e saúde, precisamos sair daqui fortalecidos nessa luta da vinculação orçamentária.

Há pouco espaço para participação dos trabalhadores e usuários nos nossos controles através dos conselhos, portanto, precisamos, enquanto gestores, ter essa leitura e esse entendimento, e fortalecer as organizações e fóruns de trabalhadores e de usuários para que se concretize também na participação dos conselhos municipais. A dificuldade que temos sentido na implantação da vigilância socioassistencial, ficando à mercê realmente da análise dos dados que são produzidos nos nossos municípios, pelo ministério, pela academia, pelos órgãos parceiros, mas que nós, nos municípios, também precisamos crescer com a vigilância socioassistencial ao lado da gestão, fazendo acontecer, de imediato, após termos os dados tabulados.

Os repasses dos governos federal, estadual e municipal também são ainda insuficientes; precisamos avançar no pacto federativo – acho que esse é o entendimento já unânime, e que já estamos começando hoje, terminaremos quinta-feira nesse processo, mas que temos bons

anúncios de sequenciamento da discussão sobre essa conferência. Sobre a necessidade de regulamentar a lei do SUAS, sabemos que ainda é incipiente o número de municípios que já o concretizaram. A realização de concursos públicos também precisamos assegurar, porque temos a fragilidade dos vínculos dos nossos trabalhadores e trabalhadoras que de fato operacionalizam a política de Assistência Social. O cofinanciamento para a construção de equipamentos, aquisição de veículos e outros é escasso – como a Ieda sabe quando presidiu nosso colegiado; temos o interesse de cada vez mais ter essa autonomia de elaborarmos os planos e sermos os gestores efetivos, de como gerir esse recurso, podendo destiná-los às nossas principais necessidades.

Sobre a implantação de atendimento de alta complexidade, a professora Aldaíza já falou logo no início, destacando os municípios de pequeno porte em que somos maioria; temos um problema enorme porque em 2005 entendíamos que a média complexidade, aliás, que a proteção especial de média e alta complexidade estaria concentrada nas metrópoles, nos municípios de grande porte e até de médio, e hoje a gente sabe que não. Temos população de rua nos municípios de pequeno porte, temos a droga, o crack nos municípios de pequeno porte, e não temos uma rede da proteção especial que nos assegure fazer esse trabalho como a gente sabe que é um direito para os nossos usuários.

Está aqui hoje representando um Colegiado de Gestores, o CONGEMAS, que a partir de cada território municipal desenha esse país contribuindo para a consolidação do SUAS – é sem dúvida instigante. A força do CONGEMAS não está nos 5 mil gestores municipais, a força do CONGEMAS se estabelece numa base que se solidifica a partir da atuação de nossas equipes, da participação dos usuários, das famílias que despertam para um novo olhar sobre a vida com direitos, respeito e dignidade. Neste país usar sensos e refluxos é surpreendente e revelador. A atual crise econômica e política é impulsionador de movimentos de vanguarda, reafirmando a nossa crença na democracia e no papel que hoje é exigido de nós. Não podemos nos deixar abater, não estamos abatidos, pois temos legados de Josué de Castro, Dom Helder Câmara, Herbert de Souza, Neide Castanha, Antônio Carlos Gomes da Costa, Zilda Arns e tantos outros e outras, brasileiros e brasileiras que marcaram a caminhada. Essa caminhada agora, companheiros e companheiras, está nos nossos passos firmes, crentes e protagonistas de defender esse SUAS que já temos, e que queremos avançar.

Essa Conferência Nacional agrega num polo as identidades de brasileiros e brasileiras traduzidas nas necessidades expressas em centenas de propostas construídas de Norte a Sul, de Leste a Oeste nesse imenso território. 95% dos nossos municípios realizaram conferência, e 100% dos

estados realizaram conferência, portanto estamos prontos para o enfrentamento que o momento exige. Estamos cada vez mais atentos às populações ditas minoritárias, e as populações tradicionais que, na maioria das vezes, tornam-se invisíveis, sendo desconsideradas nas suas peculiaridades. Hoje, comemorando os 22 anos da LOAS, percebemos o quanto ela já amadureceu na nossa caminhada, cada traço de sua história revela novos desafios – crescer, crescer, crescer. Com 22 anos e 'filhos' tão legítimos como a política e o SUAS, dona LOAS se estabelece na garra dos conselhos e dos fóruns das redes. Que, nesta conferência, passos largos sejam dados em direção às populações indígenas, quilombolas, ribeirinhas e faxinais; que a nossa conduta seja em defesa do estado laico contra a diminuição da maioridade penal, pelo respeito às famílias homoafetivas e pelos direitos das mulheres no que se refere à desconstrução da lógica machista.

Melhor é dizer que, contando com vocês, a gente diz para cada delegado e delegada dessa conferência… essa mesa reafirma que não vai negociar nossas conquistas, seja no Programa Bolsa Família, seja nas ações de alta complexidade, seja em todos os avanços que temos que promover. Portanto, garantir o orçamento é fundamental, consciente de nosso compromisso e responsabilidade no planejamento para a implantação e implementação da política nos próximos 10 anos. O CONGEMAS já elegeu para o nosso 18º encontro o tema nacional "Plano Decenal Concretizando Pacto Federativo", que será realizado em maio de 2016, numa proposta discutida efetivamente com a nossa ministra e com a nossa secretária Ieda, e que essa pauta está no Conselho Nacional, no CONGEMAS e no FONSEAS, que a partir de janeiro e fevereiro estaremos em encontros regionais, culminando com o nacional para que no primeiro semestre asseguremos que os nossos municípios tenham construído os seus planos de ação para 2016. Temos como principais indicativos para essa discussão a efetivação da gestão compartilhada entre os entes federados o cofinanciamento estadual, a expansão dos valores de cofinanciamento federal, a regularidade no repasse dos recursos, a vinculação orçamentária e a reorganização dos serviços da proteção social especial de média e alta complexidade. Esses são os desafios que julgamos que vamos enfrentar.

Finalizando minha fala, desejo enquanto representante do CONGEMAS muita produção, e o exercício do pertencimento que resultará num plano decenal vivo; temos que nos ver nesse plano, onde será possível reconhecer a importância da intersetorialidade e as metas que queremos alcançar; o prazer de cada um e cada uma que neste momento aqui presente me escuta, representando tanto os outros que possivelmente ainda não sabem do que estamos falando, mas precisam de nosso grito em sua defesa, e nós gritaremos alto. Um forte abraço de acolhida, uma

boa conferência, avante SUAS, viva o Brasil!

Sr. André Quintão Silva – Secretário de Trabalho e Desenvolvimento Social de Minas Gerais e presidente do FONSEAS

Inicia cumprimentando a mesa e os presentes, em seguida passa a tratar do tema do Balanço, tendo como foco uma agenda para os próximos 10 anos em relação ao papel dos estados.

"Considerando ser esta uma mesa de balanços e que a conferência acontece num momento político muito importante, é dever histórico reconhecer os avanços do SUAS nesses últimos 10 anos. O caminho mais curto para termos retrocessos é exatamente a amnésia histórica, é não reconhecermos processos de conquistas, até porque estas conquistas são de todos nós usuários, gestores, trabalhadores, conselheiros, são conquistas republicanas de um país, de uma nação e não podemos arredar pé delas. Eu fui secretário municipal de capital há 20 anos; na minha época não havia política nacional unificada, na minha época o SUAS não existia e a política de Assistência Social não tinha a capilaridade em praticamente todos os municípios brasileiros, inclusive com unidades públicas como os CRAS e os CREAS. Nós não tínhamos há 10 anos, 12 anos um programa de renda nacional unificado; nós não tínhamos compatibilização de benefícios e serviços socioassistenciais; não tínhamos vigilância e monitoramento; não tínhamos pactuações republicanas entre municípios, estados e a União. Não havia organização e tipificação de serviços socioassistenciais. Mas o principal era o que tínhamos e que hoje não temos graças ao SUAS e a um conjunto de políticas públicas. Há pouco tempo tínhamos 40 milhões de brasileiros na pobreza, na pobreza extrema, e graças às políticas públicas conseguiram a mobilidade, a ascensão, a dignidade e a retirada do Brasil do mapa da fome. Temos muito a avançar, mas se nós não reconhecermos que estas conquistas se devem também principalmente a este sistema, nós não seremos capazes de, na luta política e orçamentária, garantirmos não só a permanência, mas o seu avanço.

Agora nessa nova etapa é muito importante que os estados façam mais. Quando eu fui eleito, agora no início do ano, presidente do FONSEAS, no Fórum de Secretários, eu disse de maneira muito clara para os colegas secretários e secretárias de estado: 'não sou presidente, não serei presidente do FONSEAS para fazer defesa corporativa de um ente de governo, quero ser presidente do FONSEAS para fazer com que os estados, dentro dos seus limites, possam fazer mais'. É sobre isso que eu queria rapidamente tratar aqui, reconhecendo que neste ano, com os atuais secretários e secretárias, há uma consciência sobre a importância destes desafios e desta postura. Se não fosse isso, não estaria presidindo o FONSEAS. E tem sido feito esforço de

melhorias e avanços; nesses 10 anos ocorreram, sim, avanços em relação à participação dos estados, mas nós queremos e podemos mais. O primeiro ponto: a questão da ampliação do cofinanciamento estadual; quando percebemos a curva, os gráficos do cofinanciamento, destaca-se que o governo federal o ampliou, que nos municípios permanece um pouco o mesmo, mas fazendo a sua parte, e os estados, ao longo dos anos, decaíram um pouco a sua parcela. Nós não podemos deixar que essa tendência continue e, mais do que ampliar o cofinanciamento, é preciso simplificar o cofinanciamento, desburocratizá-lo, tornando-o regular e automático, deixando condições para que os municípios possam programar e planejar as suas ações.

Nós sabemos, e a Maria Lúcia mencionou, que a ausência de vinculação é um obstáculo para municípios e estados; independentemente da vinculação, o MDS ampliou de 7 para 80 bilhões seu orçamento nos últimos 10 anos. Nos estados, a educação e a saúde com orçamentos vinculados, e a despesa na segurança pública fazem com que, nos momentos de crise e ajuste, a corda arrebente exatamente para o lado da assistência social, e essa é uma luta que temos que travar em nosso cotidiano. O segundo desafio que compete aos estados: ampliar iniciativas de capacitação, qualificação e assessoramento de gestores, usuários, trabalhadores e conselheiros constitui-se como atribuição estratégica dos estados, e precisamos fortalecer a capacidade institucional dos municípios. Não é possível que, mesmo com todo esse esforço de 10 anos, ainda tenhamos um volume grande de saldos em conta; nós não podemos fechar os olhos para essa realidade; ter mais de 1 bilhão de saldo em conta joga contra a nossa luta pela ampliação do orçamento da assistência, a nossa luta pela ação continuada vai por água abaixo, porque se se tem dinheiro parado, deve ter serviço socioassistencial não sendo prestado e/ou ampliado. Mas nós não podemos culpar simplesmente os municípios, nós temos que ter proatividade no assessoramento, na qualificação, e não só do gestor da assistência, mas do contador, do escritório de contabilidade, do advogado, do procurador da prefeitura, porque muitas vezes nós estamos falando em “SUAS Mais 10”, e o setor meio da prefeitura está 30, 40 anos atrasado, não chegou ainda nem na LOAS e isso é um entrave para a execução da política pública. Terceiro: nós precisamos ampliar a cobertura da proteção social especial, principalmente nos municípios com menos de 20 mil habitantes.

A professora Aldaíza mencionou o fato… a Maria Lúcia, o Edivaldo, nós temos que ter modelos conjugados, temos que ter os CRAS regionais, mas temos também que apoiar aqueles CREAS municipais dos municípios que assim desejarem, fortalecendo suas equipes técnicas de referência. Temos que fazer diagnósticos precisos e identificar as demandas pelos serviços de acolhimento

nas regiões, inclusive com a organização da demanda e da oferta de vagas. Nós precisamos cuidar da proteção especial; é lógico que a proteção básica é estratégica, vai ser errado o dia em que a especial for mais necessária do que a básica, mas nós trabalhamos com um passivo e, para resgatar esse passivo, é preciso cobrir a proteção social especial, porque senão o que acontece é o CRAS fazendo o seu papel na proteção social básica, mas também o papel da proteção especial e virando uma espécie de posto de gasolina, onde todo mundo recorre, inclusive outras políticas públicas. E para isso é importante também uma discussão franca, sincera, aberta, com o Ministério Público e o poder judiciário. Porque se é verdade que a judicialização tende a atender o cidadão, é verdade também que uma judicialização desconectada da política pública prejudica a sua construção e espreme o gestor e, muitas vezes, desconsidera as próprias pactuações do âmbito do controle social. Então, para enfrentar esse debate temos que trazer o Ministério Público e o judiciário nas nossas pactuações de cobertura da proteção social especial. Com relação à rede privada socioassistencial, temos que reconhecer que antes do SUAS, antes da LOAS, antes da Constituição de 1988, quem sustentou as ofertas na área social foram essas entidades que, antes de o poder público assumir, faziam a seu modo, conforme sua ética, princípios e lógica um tipo de acolhimento. Nós não podemos querer que ela seja substitutiva, a responsabilidade é do poder público. Mas ela pode e deve ter uma ação de complementariedade e com protagonismo em alguns setores públicos e em alguns segmentos. Mas para isso nós temos que tratá-las: no âmbito dos direitos e deveres; com custo e remuneração adequados; e com o tratamento do seu corpo de pessoal adequado.

É importante lembrar que entrou em vigor o novo marco legal das organizações da sociedade civil, e nós temos um grande desafio de preparar essas entidades sem gerar nenhum tipo de descontinuidade naquilo que já é prestado hoje. O Edivaldo aqui discorreu de forma muito positiva sobre o controle social, nós não podemos ter o controle social ritualístico, conselhos homologatórios, precisamos disseminar informações, criar canais mais ágeis de comunicação. Precisamos fortalecer a organização dos segmentos com o apoio às organizações, aos fóruns dos trabalhadores do SUAS, além de ser igualmente fundamental apoiar o fórum de organização dos usuários do SUAS. Nós gestores temos que entender esses fóruns, ainda que por vezes com tensionamentos, com visões diferentes, mas como parceiros e não como adversários na construção de um sistema que visa o sujeito, o usuário, o cidadão brasileiro. O trabalho que o Edivaldo coordena atualmente é muito importante e precisa também repercutir nos estados e municípios. E para isso é preciso criar mecanismos, e eu já falei de um deles, do cofinanciamento.

Regular e automático, para evitar a precarização e a rotatividade dos trabalhadores e trabalhadoras do SUAS – este pode ser o maior risco que o SUAS enfrenta hoje, não adianta ter CRAS em todos os municípios, não adianta ter tipificação, se não tivermos o material humano, o trabalhador capacitado, valorizado, para realizar suas atribuições. Agora para isso – e aí eu falo dos estados também – o governo federal está à frente; os estados muitas vezes hoje têm financiamento via convênio ainda, não é fundo a fundo, repasses atrasados, para não falar de outros, eu falo do meu no ano passado, porque graças a Deus neste ano está rigorosamente em dia, com transferências regulares e automáticas mensais. Mas isso tem que ser uma prática de todos, porque senão o prefeito não vai abrir concurso público e também não estabelecerá uma ação continuada com as entidades da rede privada socioassistencial. Agora, nós trabalhadores do SUAS e nossas organizações também não podemos admitir formas indignas de contratação como pregão eletrônico – isso é um descaso com o trabalhador do SUAS. Não pode tratar o trabalhador do SUAS como se compra um detergente ou um rolo de papel higiênico, fazendo uma cotação de preço, a menor. A precarização e a rotatividade fazem com que nossas políticas de capacitações sejam desperdiçadas. Você capacita um trabalhador hoje no Capacita SUAS, que é um belíssimo programa, mas amanhã ele se torna usuário do SUAS e vai fazer outra coisa, porque ele não tem um salário digno que o sustenta. Então nós temos que enfrentar essa questão; esse é um debate, pois tem a ver com a nossa formação, com as instituições de ensino superior, com a nossa política continuada, com as especializações, com as capacitações e serviços, mas o material humano no SUAS é fundamental. Outros desafios são também tão importantes quanto esses que os estados têm que assumir: coordenação de ações territoriais, integradas, intersetoriais, em territórios.

Felizmente, nesta mesa há uma convergência, nós temos especificidades de públicos, segmentos e de desafios. Poderia falar da juventude urbana em situação de vulnerabilidade – a gente faz um balanço positivo do SUAS e de outras políticas públicas. Mas como explicar que 30 mil jovens sejam assassinados em nosso país/ano, principalmente jovens pobres e negros? Isso tem que nos instigar, isso tem que nos provocar. Onde estamos errando? Onde podemos acertar mais? As pessoas que exigem cuidados, as pessoas com deficiência, os idosos, nós temos especificidades e desafios dos quais apenas uma política pública não dá conta.

Foi mencionada aqui pela Lúcia a questão dos usuários de drogas, enfrentar o drama da juventude em situação de vulnerabilidade significa combater a evasão escolar, principalmente no ensino médio, significa o tratamento do usuário de droga, significa dinamizar políticas de esporte e cultura nos territórios. E esse conceito de territorialidade é importante – no semiárido mineiro não

há como combater a pobreza sem nós enfrentarmos a questão do acesso a recursos hídricos como o Plano Brasil Sem Miséria enfrentou. Tem municípios com distritos rurais – comentei com a Professora Aldaíza em Minas – que estão a 100 quilômetros de estrada de terra da sede, lá não é CRAS itinerante e nem busca ativa, tem que ter um CRAS naquele lugar. Então, temos que construir esses modelos diferenciados e intersetoriais para combater a pobreza rural, os núcleos extremos ainda que persistem em algumas regiões; e o SUAS nas metrópoles e regiões metropolitanas.

O CONGEMAS organizou encontro interessante em Curitiba, pois temos especificidades na dimensão metropolitana e temos que associar o SUAS com outras políticas. Desse modo, vou concluindo a minha intervenção com uma avaliação muito positiva dessa construção do SUAS, por isso comecei por ela, porque temos que reconhecê-la e reconhecer o esforço desse comando nacional unificado, exercido pelo Ministério do Desenvolvimento Social e pelo Conselho Nacional de Assistência Social. Trata-se de uma questão de justiça. Muitos destes avanços atenderam a uma requisição de direito humano, alimentação, de renda mínima, de combate à pobreza extrema. Agora nós queremos mais oportunidades, mais brilho nos olhos das pessoas, para essa geração jovem de hoje que está no ProUni, que está entrando na universidade, quilombolas que hoje entram na universidade, o jovem lá da periferia que quer ser um empreendedor individual. Ou aquele agricultor que já está em associação em cooperativa agrofamiliar. Nós queremos ampliar a qualidade dos serviços ofertados, a renda e as oportunidades, nós temos que ir além; não é sentar simplesmente em cima do patamar básico. Por isso que eu acho que a política de trabalho e a inclusão produtiva é estratégica. Nesse sentido, nós temos que discutir o SUAS com a Política Nacional de Aprendizagem, nós temos que discutir o SUAS e o PRONATEC, o SUAS e a economia solidária, o SUAS e o empreendedorismo individual, o SUAS e as políticas de cota para pessoas com deficiência. Nós precisamos associar, e isso parece óbvio, mas quando, na ponta do município, sequer um SINE, um equipamento da área do trabalho, dialoga com o CRAS que é um equipamento da área da assistência…

Muitas vezes o nosso público da assistência não é atendido prioritariamente em outros espaços de inclusão produtiva, e nós temos que reverter essa lógica. A professora Aldaíza colocou parâmetros para reflexão instigantes que com o tempo nós temos que aprofundar. O Edivaldo colocou desafios no campo do controle social fundamentais. A Maria Lúcia fez uma belíssima pauta de desafios no âmbito dos municípios; e quero dizer a Maria Lúcia que nós vamos construir uma coisa nova também no âmbito das pactuações. Vai acabar esse negócio de encontro de CONGEMAS

numa região um dia, encontro de FONSEAS no outro dia, encontro de CNAS no outro. Vamos fazer o debate juntos, na mesma mesa, estados, municípios, conselho, de peito aberto. Nós retardamos, no âmbito do FONSEAS, o início da pactuação dos estados de 2016 a 2019 porque dissemos: 'não faz sentido pactuar sem ouvir as deliberações da Conferência Nacional da Assistência Social'. E isso vale para os municípios, e o próprio ministério fez essa sugestão na última CIT; vamos partir destas deliberações para organizarmos um processo coletivo no qual se pactue metas realistas, realizáveis, adequadas à realidade regional e à diversidade dos estados. Não adianta um ente federado jogar a questão para cima do outro, o município jogar para o estado, o estado jogar para a União e falar que tem que rever o bolo federativo. A União joga para a crise internacional – não se pode fazer isso, temos que reconhecer quem está fazendo mais, quem está fazendo menos, quem pode fazer mais, e quem pode, de maneira convergente, apresentar melhores resultados. Esse é o espírito que está presidindo esse momento positivo da assistência social, e nisto e em outras coisas o MDS tem sido muito aberto em todas as pactuações como, por exemplo, a pactuação da simplificação dos blocos de financiamento que facilitará muito o processo para os municípios.

Mas nada disso vai adiantar, e é a minha última frase aqui, talvez nessa conferência aqui (eu vou participar dos grupos, da roda de conversa e das discussões regionais). Nós também não podemos nos fechar dentro do SUAS e fingir que não está acontecendo nada lá fora. Independentemente de posição política – até porque aqui cada um tem a sua – tem muitos técnicos, gestões municipais, estaduais de várias bandeiras políticas e ideológicas. Mas aqui nós temos uma bandeira em comum: é a bandeira do direito social, é a bandeira da cidadania e ela está sendo ameaçada com a proposta de corte de R$ 10 bilhões do orçamento do Programa Bolsa Família. Este corte vai representar, delegados e delegadas dessa conferência, nada mais, nada menos do que aproximadamente 6,7 milhões de famílias fora do Programa, mais de 23, 26 milhões de pessoas fora do Programa, porque se vai cortar o recurso, vai ter que cortar a família. Do meu estado Minas Gerais nós temos uma belíssima delegação que veio unanimemente nessa conferência – lá, companheiros, são 1.149.000 famílias, e se essa proposta passar, 695 mil famílias vão sair do programa no nosso estado – 61%. E aproximadamente 200 mil retornarão para a pobreza extrema, e esse é o quadro dos estados brasileiros que serão penalizados. Portanto, eu espero desta conferência, como diria o saudoso Leonel Brizola, um 'não rotundo' a este corte absurdo do Programa Bolsa Família, corte proposto pelo relator do orçamento. Então, nós temos que identificar as responsabilidades para buscarmos no convencimento e na mobilização essa

alteração, essa reversão. Nós não podemos neste caso e em muitos outros deixar que os pilares da democracia brasileira, que permitiu a emancipação dos pobres no Brasil sejam hoje atacados, porque por trás do ataque à democracia está o preconceito contra os pobres e contra as políticas sociais. Muito obrigado.

Sra. Ieda Maria Nobre de Castro – Secretária Nacional de Assistência Social – MDS

Graduada em Serviço Social pela Universidade Estadual do Ceará, possui mestrado em Educação pela Universidade Federal do Ceará e doutorado em Política Social pela UNB. Foi assessora parlamentar da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, Secretária de Assistência Social e Cidadania de Maracanaú, e assessora especial da Secretaria do Trabalho, Desenvolvimento Social e Combate à Fome de Fortaleza. Foi também presidenta do Colegiado Estadual dos Gestores Municipais de Assistência Social – o COEGEMAS Ceará – e posteriormente presidenta do Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social. Atualmente é a Secretária Nacional de Assistência Social do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

"Cumprimento todas e todos os presentes, e estou muito satisfeita e feliz pelo resultado de chegar nesta X Conferência Nacional de Assistência Social com o debate do SUAS que temos e o SUAS que queremos, envolvendo a discussão com quase um milhão de pessoas em todo o país. Tenho reafirmado nas Conferências Municipais de capitais e nas Conferências Estaduais de Assistência das quais participei que, nesse processo de 10 anos de SUAS, há muito o que mostrar e comemorar.

Cumprimento o presidente do CNAS Edivaldo Ramos e o parabenizo pela condução de todo esse processo, a vice-presidenta do conselho, Léa Braga, militante aguerrida da assistência social, e atualmente diretora da Proteção Social Básica da Secretaria Nacional de Assistência Social, a conselheira Margareth Dallaruvera, representante da sociedade civil no CNAS, os segmentos dos trabalhadores, a professora Aldaíza, que muito engrandece as discussões e as interlocuções, o presidente do FONSEAS e Secretário Estadual de Minas Gerais, André Quintão, um grande achado para a assistência social, a presidenta do CONGEMAS em exercício e Secretária Municipal, Lúcia Marquim. Por fim, cumprimento a ministra Tereza Campello, dizendo publicamente que é uma honra e uma satisfação poder participar do time do MDS e estar junto com esta grande líder, que é uma pessoa que aprendeu a conhecer o que é a assistência social fazendo um sistema público, assim como toda a equipe dirigente do MDS, Thiago Falcão – Secretário Nacional da SESEP [Superação da Extrema Pobreza], Helmut Schwarzer – Secretário Nacional da SENARC [Secretaria Nacional de Renda de Cidadania], Paulo Jannuzzi – Secretário Nacional da SAGI [Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação] e Arnoldo Campos – Secretário Nacional da SESAN [Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional], salientando que esse é um bom time, e que se conseguir integrar forças, irá mudar este país, e a assistência social vai estar em outro patamar.

O SUAS foi pensado na perspectiva de que a política de assistência social seja reconhecida por cada usuário como um direito, um direito que pudesse ser reclamado. Foi organizado por meio de um sistema que fosse capaz de criar uma porta de entrada para que o usuário se identificasse e chegasse à assistência social. Como um sistema público que dialogasse com outras políticas setoriais para enfrentar a desigualdade social e, principalmente, para ampliar a capacidade de proteção do Estado. Foi assim que nasceu o SUAS, como modelo de atenção por um sistema não federal, mas um sistema nacional, construído pela vontade política de gestores municipais, gestores estaduais, o gestor do Distrito Federal e o Governo Federal.

Vale lembrar que até 2005 a área da assistência social era bastante reduzida, muitas vezes coordenada pelas primeiras-damas, e com repasse pequeno de recursos via convênios e programas segmentados. Assim, o Sistema Único de Assistência Social não brotou do chão, ele foi construído a várias mãos, os usuários foram se reconhecendo como sujeitos do processo, os trabalhadores assumindo um grande protagonismo e as entidades como grandes parceiras, também se identificando como ofertas públicas que precisariam ser reconhecidas no sistema. Foi reafirmado o princípio republicano no SUAS, onde tudo é debatido em instâncias de deliberação, pactuação e participação – por isso a importância dessa X Conferência, porque ela vai demarcar uma linha de fronteira, o que era o SUAS 10 anos atrás e o que será o SUAS 10 anos para frente.

Era também preciso imprimir uma nova lógica no financiamento público, pois aquela lógica do recurso carimbado via convênio não atendia a um sistema público e, para tanto, foi criado o repasse fundo a fundo. O SUAS previu ainda a constituição de equipamentos públicos para ofertar os serviços continuados de sua responsabilidade, e definiu níveis de proteção social básica e especial. Projetou a capilarização dos CRAS em todo território nacional, e tinha uma grande meta, que é o enfrentamento à pobreza urbana e rural. Tudo isso compunha o plano decenal de 2005-2015.

Na sequência, a ministra irá discorrer acerca dos grandes ganhos obtidos com o sistema público de assistência social. De lá para cá muita coisa caminhou, muita coisa mudou. Foram instituídas as lanchas da assistência social para se fazer busca ativa e chegar até a população ribeirinha e pantaneira; foi estabelecido um novo modelo de provisão dos serviços; foi acordado um pacto federativo que determina o que é competência exclusiva da União, o que é competência dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, bem como o que é competência conjunta entre os estados, o Distrito Federal e a União, e entre a União e os municípios, e entre os estados e os municípios.

Coube à União a maior carga de financiamento, que é o financiamento direto das transferências do governo federal para o usuário, ou seja, o Benefício de Prestação Continuada (BPC) e o Bolsa Família, que são os dois grandes benefícios que garantem o acesso à renda no campo da assistência social. Esta se constitui uma grande vitória assumida pela sociedade brasileira de assimilar a cobertura de benefícios, e hoje o BPC é realidade na vida de mais de 4 milhões de pessoas, idosos e pessoas com deficiência, atingindo 81% da população idosa acima de 65 anos que atende aos critérios de concessão, e o Bolsa Família foi ampliado consideravelmente.

Por isso não podemos aceitar qualquer retrocesso em relação ao Bolsa Família, porque a grande luta é avançar neste programa e, inclusive, elevar a renda do Bolsa Família e não cortar seus recursos. Ninguém consegue viver com a renda do Bolsa Família, pois ele não substitui renda, mas, sim, complementa a renda para que as famílias possam ter o mínimo de dignidade. A luta para ampliação dos recursos do Bolsa Família e para a permanência da vinculação do BPC ao salário-mínimo se justifica porque esses são dois instrumentos de redução da pobreza que tem um impacto muito forte. Os estudos dizem que até 20% da redução da pobreza pode estar associada a esses dois benefícios.

Foi instituído o cofinanciamento federal também para os serviços socioassistenciais, resultando inclusive no aumento de recursos para a seguridade social. Embora ainda seja insuficiente, o avanço é visível. Todos os recursos para benefícios e serviços integram o Fundo Nacional de Assistência Social, e, no caso dos serviços, programas e projetos são repassados na modalidade fundo a fundo pelo Governo Federal tanto para os fundos estaduais quanto para os fundos municipais de assistência social.

Com a legislação de 2009, a certificação das entidades beneficentes de assistência social adotou novo modelo e passou a responsabilidade de análise e concessão do CEBAS [Certificados de Entidade Beneficente de Assistência Social], antes do CNAS, para a Secretaria Nacional de Assistência Social. Atualmente já foi analisado todo o passivo e atendida a previsão legal dentro dos seis meses, sendo que 5.714 entidades estão certificadas.

A União também possui como competência o apoio técnico, a capacitação e o cofinanciamento aos estados e municípios. O apoio técnico se traduz nos encontros presenciais, nos seminários nacionais, entre outros. No âmbito da capacitação foi aprovada a Política Nacional de Educação Permanente, constituída a Rede Nacional de Educação Permanente e criado o programa Capacita SUAS, com a adesão dos 26 estados e do Distrito Federal, e atualmente 121 mil vagas estão sendo ofertadas em todo território nacional.

Há ainda um montante de recursos que o Governo Federal disponibiliza para os estados e municípios, via cofinanciamento do Índice de Gestão Descentralizada do SUAS (IGD/SUAS) e o IGD-PBF para a gestão do Programa Bolsa Família.

Os estados também têm a obrigação junto aos municípios de cofinanciamento dos serviços, programas e projetos socioassistenciais e do benefício eventual, além de ofertar serviços especializados regionalizados e oferecer apoio técnico para os municípios. No que se refere ao cofinanciamento dos estados para os municípios, temos 22 estados que cofinanciam 74% do total dos municípios. Ainda é baixo o número de estados que cofinanciam os benefícios eventuais, mas isso é uma luta de um processo histórico de vários sujeitos. A gestão estadual tem feito grande esforço para implantação dos serviços regionalizados, atingindo 54 CREAS regionais.

E os municípios também têm responsabilidades. É o município que chega mais perto do usuário, que transforma o SUAS em algo concreto, em algo palpável, sendo que são 30 milhões de famílias que podem acessar serviços e benefícios por meio dos CRAS e dos CREAS – são 8 mil CRAS e uma rede de CREAS significativa.

Dos 8 mil CRAS existentes no país, 7.400 são cofinanciados pelo Governo Federal, que também participa do custeio das equipes volantes, do custeio das lanchas, principalmente nas regiões Norte e Centro-Oeste, e do custeio de 5 mil municípios oferecendo serviços de convivência. Em 2005 havia muitos vazios de CRAS, e agora em 2015 tem-se quase a universalização de cobertura de CRAS. Mas o problema não é aumentar CRAS, é ressignificar esse CRAS, é saber o sentido desse CRAS para a vida das pessoas.

A professora Aldaíza traz um questionamento fundamental: o que significa a gente priorizar a proteção social básica? Não pode significar apenas ter um CRAS, uma unidade pública estatal em um território de alta vulnerabilidade e não ser capaz de transformar as vidas naqueles territórios. A proteção básica deve significar ter a capacidade de agir intersetorialmente e enfrentar as condições que o território oferece para a família. Nem sempre é a família que tem a dificuldade de enfrentar as adversidades sozinhas, às vezes o território é que não oferece absolutamente nada para aquela família, e precisamos ter uma rede de proteção naquele lugar. Além de discutir sobre o significado da proteção social básica, é preciso repensar o espaço que ela tem que ter nas regiões metropolitanas, nos grandes centros urbanos.

Quanto à rede socioassistencial observa-se que as regiões Sul e Sudeste concentram o maior número de entidades socioassistenciais, enquanto as regiões Norte e Nordeste dependem

basicamente das ofertas públicas dos CRAS, dos CREAS, do Centro POP. Em 98% dos municípios já são ofertados o serviço de convivência e fortalecimento de vínculos, cuja importância do serviço auxilia na construção de uma contracultura, que é a cultura do viver junto, em contraposição à uma sociedade muito individualista. Então, fazer grupo de convivência intergeracional, é fazer com que o idoso volte a participar da vida social, mesmo que não contribua diretamente para a vida produtiva e para a provisão de seus membros.

Por sua vez, as unidades de acolhimento, conforme o mapa, estão espalhadas em todas as regiões do Brasil e ofertam 151 mil vagas, mas devem ser encaradas como medida de último recurso, pois para a assistência social a diretriz é fortalecer o convívio familiar e comunitário. Por isso que a proteção social básica e a proteção social especial de média complexidade precisam ser intensificadas e articuladas, adquirindo muito sentido.

A gestão e o cofinanciamento da política de assistência social são responsabilidades compartilhadas entre os entes da federação, o que resultou que um grande número de secretarias já se constituíram em órgãos gestores, tanto nos estados quanto nos municípios.

O grande gargalo ainda se concentra na gestão do trabalho, e este é um aspecto que precisa amadurecer. Apesar do Capacita SUAS ainda é preciso incentivar as outras modalidades e previsões da política de educação permanente. O número de trabalhadores, mesmo tendo sido ampliado largamente, e obtendo uma média efetiva e estável, ainda representa uma média baixa. A participação e o controle social são diretrizes bastante caras para o SUAS e encontram espaços nas CIBs, na CIT, nos fóruns nacionais – Fórum Nacional de Usuários, Fórum Nacional de Trabalhadores, Fórum Nacional das Entidades, na mesa de negociação da gestão do trabalho, entre outros.

Também se apresenta como um grande gargalo a participação dos três entes federativos no cofinanciamento da política de assistência social. Neste sentido, é preciso ter mais transparência e clareza de quanto cada ente aplica de recursos na assistência social. Como pode ser observado no gráfico, os dados são declarados por cada ente, e mesmo assim há um distanciamento muito grande do Governo Estadual, da esfera estadual na participação do financiamento da assistência social.

Por fim, entre os resultados, vamos ter que aprender a olhar o impacto que isso tudo produz na redução da desigualdade, no enfrentamento à pobreza. O SUAS não é um sistema estéril, voltado para si mesmo, o SUAS é um sistema público que visa romper com a lógica do clientelismo, da

cultura conservadora do atraso, e implantar de vez a lógica do direito nas ofertas da assistência social.

Que essa conferência seja uma conferência madura, uma conferência de resistência, de embate e combatividade, porque não vamos aceitar em nenhuma hipótese um passo atrás nas inúmeras conquistas desses 10 anos.

Sra. Tereza Campello – Ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS)

Tereza Campello, economista, formada pela Universidade Federal de Uberlândia, e ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).

Cumprimento todos os delegados e delegadas da X Conferência Nacional de Assistência Social, que representam meio milhão de delegados(as) que se reuniram em Conferências Municipais e Estaduais por todo o Brasil. É uma alegria muito grande chegar neste dia 07 de dezembro de 2016 comemorando não só os 10 anos do SUAS, mas comemorando os 10 anos de afirmação da assistência social como direito, construída por meio de uma trajetória que envolve inúmeros atores em todos os municípios, em todos os estados.

Agradeço ao presidente do Conselho Nacional de Assistência Social, Edivaldo Ramos, e aos conselheiros nacionais, estaduais, distritais e municipais pela parceria com o MDS, com os estados, o Distrito Federal e os municípios, na construção e condução de todo processo conferencial, que viabilizou a participação social durante esse ano e possibilitou chegar à X Conferência, que já se mostra vitoriosa, em um ambiente rico de debates, que será aprofundado ao longo desses dias.

Cumprimento a Secretária Nacional de Assistência Social, Ieda Castro e a toda equipe da SNAS que junto com o Conselho ajudou a organizar a Conferência. Os demais Secretários Nacionais presentes, Thiago Falcão, Helmut Schwarzer, Paulo Jannuzzi, Arnoldo Campos e o Secretário-Executivo do MDS Marcelo Cardona. Agradeço ao MDS pelo apoio para a realização dessa conferência vitoriosa. Também ao presidente do FONSEAS, Secretário de Estado de Assistência Social e Desenvolvimento Social de Minas Gerais, André Quintão, grande parceiro, que em sua fala já demonstrou grande capacidade de liderança. Aproveito a oportunidade para ressaltar a necessidade de a Conferência aprofundar o debate do pacto federativo e de seu desdobramento para os próximos 10 anos na Política de Assistência Social. Agradeço à presidente interina do CONGEMAS, Maria Lúcia Marquim, e ressalto o entusiasmo e o compromisso de todos os gestores municipais para com o SUAS, reforçando a importância dos municípios na construção das políticas sociais, não só da assistência social, mas da saúde e da educação. Agradeço a grande colaboradora Professora Aldaíza Sposati e os demais colaboradores que vêm trabalhando para a formação dessa agenda. Ainda à vice-presidente do CNAS e diretora do Departamento da Proteção Social Básica da SNAS/MDS, Léa Braga, e a conselheira do CNAS, Margareth Dallaruvera. Agradeço também o deputado federal Antônio Brito, presidente da Comissão de Seguridade Social e Família, ao deputado federal Eduardo Barbosa e vários deputados presentes, que sempre apoiaram a consolidação da assistência social. Ao final, cumprimento os delegados, gestores, usuários,

trabalhadores e representantes de entidades de assistência social.

Todos esses atores são desafiados no dia a dia a construir o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), e particularmente desafiados nesse momento, diante de uma conjuntura tão complexa, a olhar para frente, não aceitar retrocesso, continuar construindo políticas sociais e avançar nas conquistas. Assim, nos impulsionam também a reconhecer o que foram esses 10 anos de construção do SUAS, e a realizar um balanço desse processo, tema por excelência de abertura desta Conferência.

O balanço se justifica ainda pelos motivos que o secretário André Quintão explanou anteriormente, ou seja, para que não se ignore todo o esforço para a estruturação do SUAS, e se coloque o debate em uma perspectiva estratégica, avaliando o que já foi feito, tendo como referência: o ponto de partida, o que se conquistou, e onde se quer chegar. Demarcar que esses 10 anos foram de muitos avanços, mas que é possível e necessário, por exigência da própria população atendida, avançar muito mais.

Diante deste cenário é fundamental dizer: isto é o nosso piso, isto aqui é a nossa laje, daqui nós só temos que avançar; portanto, o SUAS que nós queremos é muito mais do que o SUAS que nós temos hoje. Mas ele se constrói a partir dessa história, ele se constrói sobre esse caminho que nós trilhamos juntos. Por isso nós podemos muito mais. Porque a nossa luta gerou essa conquista, que é conquista de cada de um vocês, conquista da luta dos trabalhadores do SUAS, conquista na luta dos usuários que disseram não querer favor, pois reconhecem seu direito ao Sistema Único de Assistência Social, a um sistema universal, em superação à uma política assistencialista.

Os avanços são inúmeros:

(i) Na legislação, com um marco legal complexo, completo, mas que ainda precisa ser aperfeiçoado, principalmente no que se refere ao pacto federativo, como abordado no início. Vários estados construíram suas políticas de assistência social, e revisaram suas legislações, como Minas Gerais, como tantos outros estados e municípios, mas muitos ainda não se mobilizaram nesse sentido. Continuando no campo legislativo, houve a aprovação do Marco Regulatório que irá regular a relação do Estado com as entidades não governamentais. E nesta Conferência, a ministra do MDS vai assinar a Portaria que normatiza a adoção dos blocos de financiamento da política de assistência social, aprovada na última CIT;

(ii) Na rede de proteção social e da universalização de suas ofertas, atingiu-se a presença dos

serviços da Proteção Social Básica e do equipamento público Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) em 99,93% dos municípios brasileiros. Todavia, são requeridos equipamentos com mais estrutura e com mais qualidade, com acesso à internet e com qualificação dos trabalhadores, para que possam receber de forma digna e humanizada a população;

(iii) No âmbito da gestão do trabalho, existem hoje 600 mil trabalhadores do SUAS, atuando na rede pública e privada. No entanto, é preciso avançar mais, avançar na profissionalização dos trabalhadores, reduzir o nível de vulnerabilidade dos trabalhadores e a fragilização dos vínculos de trabalho. Foi elaborada e aprovada a Política Nacional de Educação Permanente, implantado e cofinanciado o Programa Capacita/SUAS e instituída a Rede Nacional de Educação Permanente, composta por instituições de ensino superior públicas e privadas, escolas de governo e institutos tecnológicos;

(iv) Avançou muito o cofinanciamento, superando a lógica de convênio e estabelecendo a sistemática de repasse regular e automático na modalidade fundo a fundo. O SUAS definiu critérios de repasses republicanos, o que é aplicado particularmente pelo Governo Federal e por alguns estados e municípios. Mas é preciso que todos os entes federados compareçam com sua parcela de contribuição no cofinanciamento dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais. Dois grandes desafios precisam ser destacados: superar as dificuldades financeiras de arrecadação dos governos vivenciadas em 2015, e que gerou inclusive atrasos nas transferências de recursos; e aperfeiçoar a capacidade de gestão financeira, especialmente dos gastos dos recursos e da destinação para as ofertas dos serviços e para os benefícios dos usuários. Os repasses federais foram regularizados, e a nova parcela de R$ 162 milhões (cento e sessenta e dois) está sendo depositada na conta. O MDS, a CIT e o CNAS estão dando mais um passo, simplificando e desburocratizando a utilização dos recursos financeiros por meio dos blocos de financiamento e viabilizando sua aplicação em despesas de custeio e de investimento, cuja Resolução será publicada durante a Conferência.

Esta conferência é a cara do SUAS hoje: democrática, transparente, republicana e participativa, com gestores de todas as matizes políticas, profissionais de várias áreas, interdisciplinares. Os critérios de estruturação do Sistema e de partilha de recursos são discutidos na CIT e aprovados no CNAS, independentemente do gestor ou do seu partido político.

Há que se avançar também no processo de monitoramento e no de controle social, entendidos como agendas estratégicas para o próximo período; estabelecer metas para os atendimentos nos serviços, não sob a ótica fiscal, mas para serem ofertados com qualidade pela rede de assistência social. Aprimorar o Censo SUAS, construir sistemas informatizados de monitoramento e avaliação, e continuar avançando no Cadastro de Entidades de Assistência Social. É um grande desafio conseguir demonstrar como se pode medir o serviço prestado, a quantidade de pessoas atendidas, a transformação na vida das pessoas. Mas agora, com a assistência social, existem algumas formas de medir, como, por exemplo, a redução da extrema pobreza, por meio do programa de transferência de Renda Bolsa Família e pelo conjunto de aportes das políticas públicas (assistência social, educação, saúde, habitação, trabalho etc.), cujos acessos e coordenação local são viabilizados pelo SUAS.

Este movimento vem sendo delineado ao longo do tempo. Houve um primeiro período de queda da pobreza em 1994 com o Plano Real, seguido de um período de estabilização na pobreza. A partir de 2002 ela passa a diminuir de forma consistente e sistemática, e não parou até hoje, com redução da pobreza e da extrema pobreza em índices abaixo de 3%, que é a meta dos objetivos de desenvolvimento sustentável para 2030. O desafio atual é não deixar essa população voltar para a extrema pobreza. Por sua vez, a pobreza multidimensional, que, como disse a professora Aldaíza, é a pobreza em suas diversas expressões: de renda, de falta d'água, de falta de educação, de falta de saúde, de falta de energia elétrica, também foi bastante reduzida no Brasil. E vocês foram os atores fundamentais para garantir que essa população pobre pudesse ter acesso não só ao Bolsa Família, mas através da referência e da contrarreferência, à educação, à saúde, à energia elétrica, e a um conjunto de bens e serviços. Portanto, a parcela de contribuição para reduzir a pobreza crônica no Brasil, de um patamar de quase 9% para 1%, é um trabalho que a assistência social tem que reivindicar, pois é ela que está na base e que chega à população mais pobre.

Mas ainda existe o desafio para esta Conferência de discutir as especificidades do território, em especial das regiões do Brasil, do meio urbano e rural, das faixas etárias, entre outras. Por exemplo, apesar de ter sido onde mais caiu, ainda persiste a pobreza rural, a pobreza nas famílias jovens com crianças, a pobreza na vertente de raça e cor, com foco na população negra e parda, a pobreza nas periferias da cidade e nos municípios pequenos. Porque o Brasil continua sendo um país muito desigual, e há muito o que se fazer; será um trabalho gigantesco para que este país possa garantir direitos não só de assistência social, mas de educação, saúde, trabalho, habitação etc. para toda sua população.

Diante deste balanço, observa-se que há muito do que se orgulhar, por ter sido parte dessa agenda de construção de uma ação que vai para além da renda. De uma ação que mudou o Brasil; esse Brasil de hoje é muito diferente do Brasil de 2005. A ação do Estado brasileiro e essa mudança não aconteceram naturalmente, mas é fruto de uma atuação estatal, e parte importante dessa transformação se deu pela rede e pelas instâncias do SUAS, que foram criadas em 2005.

Então, esta Conferência tem que olhar os próximos 10 anos tendo como referência tudo o que já foi feito, mas mirando onde se pretende chegar, com um parâmetro de qualidade para transformar o território e a vida dos brasileiros, para continuar reduzindo a pobreza, não só a pobreza de renda, mas de acesso a direitos, a serviços de assistência social e de outras políticas públicas.

Esta Conferência tem o desafio de olhar para 2026, mas tem outro desafio que é olhar para o que está acontecendo hoje e para a ameaça de retrocesso que está colocada para o Brasil. O retrocesso é questionar a maioridade penal, questionar o que é família no Brasil, querer tirar R$ 10 bilhões do Bolsa Família. Estes seriam retrocessos que afetam não somente o mandato da presidenta Dilma, mas fundamentalmente a democracia, quando colocam em questão as conquistas sociais. Portanto, nós temos um desafio que é avançar – viva o SUAS e viva o Brasil!”

ENTREGA DA HOMENAGEM AOS 22 ANOS DE LEI ORGÂNICA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, 10 ANOS DE SUAS

O Conselho Nacional de Assistência Social decidiu reconhecer as maiores contribuições nos 22 anos de vigência da Lei Orgânica da Assistência Social e dez anos de implementação do Sistema Único de Assistência Social. Para isto criou uma comissão especial de conselheiros que propôs categorias, definiu critérios e os submeteu à plenária do Conselho Nacional. Depois disso, aplicando os critérios aprovados, apurou os congratulados, que receberam as estatuetas e certificados com o reconhecimento da contribuição aos 22 anos de LOAS e 10 anos de SUAS. Foram eles:

- Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social (CONGEMAS)
- Fórum Nacional de Secretários de Assistência Social (FONSEAS)
- Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS/MDS)
- Fórum Nacional dos Usuários do SUAS
- Fórum Nacional das Trabalhadoras e Trabalhadores do SUAS
- Articulação das Entidades de Assistência Social

CERIMÔNIA DE ABERTURA

Mestre de Cerimônia

"Boa noite a todos e todas. Neste momento, convidamos para compor o palco a senhora Maria Alves de Souza, representante dos usuários da Política de Assistência Social; a senhora Leila Pizzato, representando a articulação das entidades de Assistência Social; a senhora Luciana Carvalho Maranhão, representando o Fórum Nacional de Trabalhadoras e Trabalhadores do SUAS; o senhor Anderson Miranda, representando o Fórum Nacional dos Usuários do SUAS; a presidente em exercício do Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social, Maria Lúcia Nogueira Linhares Marquim; o Presidente do Fórum Nacional de Secretários e Secretárias de Estado da Assistência Social, André Quintão; a Secretária Nacional de Assistência Social, Ieda Castro; os deputados federais Antônio Britto, presidente da Comissão de Seguridade e Família da Câmara dos Deputados; deputado Eduardo Barbosa; a senadora Gleisi Hoffmann; o presidente do Conselho Nacional de Assistência Social, Edivaldo Silva Ramos; os ministros de Estados, Tereza Campello, do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Patrus Ananias, do Desenvolvimento Agrário e Nilma Lino Gomes, das Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos. Senhoras e senhores, a Presidenta da República Dilma Rousseff. Ouviremos neste instante o Hino Nacional brasileiro."

Mestre de Cerimônia

"Neste instante, ouviremos as palavras do presidente do Conselho Nacional de Assistência Social, Edivaldo Silva Ramos."

Sr. Edivaldo Da Silva Ramos – presidente do CNAS – representante da Associação Brasileira de Educadores de Deficientes Visuais

"Boa noite. Boa noite, senhores e senhoras. Quero, por meio da nossa Excelentíssima Presidente Dilma, cumprimentar a todas as autoridades que compõe esse palco. Quero dizer da honra imensa que temos, de recebermos aqui ilustres atores da política de Assistência Social, os quais não vou nominar para não incorrer na injustiça de esquecer alguns deles. Faço aqui algumas falas fora do microfone para que os colegas com deficiência visual possam saber em que posição está a tribuna. Senhores delegados, senhoras delegadas, senhores convidados, senhoras convidadas, gestores

aqui presentes, todos os nossos representantes dos diversos segmentos da Política de Assistência Social. Senhora Presidente Dilma, este momento para nós é ímpar, porque estamos aqui num espaço para um debate, uma discussão, para uma análise do Sistema Único de Assistência Social – o SUAS que temos e o SUAS que queremos. A construção do tema dessa Conferência foi pensada na perspectiva de se planejar um Sistema Único de Assistência Social para os próximos 10 anos, porque, nesse mesmo exercício, em processo de Conferência em 2005, definimos as prioridades para a construção do plano decenal 2005-2015, e agora, então, no fechamento desse plano, temos uma política pensada toda na ótica do planejamento, da orientação ofertada pela norma operacional básica do SUAS, a NOB/SUAS e pela própria Lei Orgânica da Assistência Social nessa perspectiva do planejamento.

Então, não poderia ser diferente para fazermos uma Conferência em 2015, que não no exercício do planejamento. Planejamos este momento, por meio das etapas das Conferências Municipais, das Conferências Estaduais e do Distrito Federal. Senhora Presidente, senhores e senhoras autoridades aqui presentes, os delegados já sabem e todos os demais presentes, o quanto lutamos para chegar aqui hoje. Dos 5.570 municípios, num período de crise e dificuldade econômica que temíamos no início do ano, não lograrmos tanto êxito, mas conseguimos realizar as Conferências Municipais em 5.429 municípios, num envolvimento direto de participação, de aproximadamente 1 milhão de pessoas e cerca de 500 mil delegados. E desse universo de aproximadamente 500 mil delegados, temos aqui praticamente a presença do que estava previsto: 1.800 pessoas já neste primeiro dia de abertura.

Precisamos reconhecer o esforço de cada um dos gestores estaduais e municipais em ofertar as condições de se realizar essa Conferência; precisamos reconhecer o empenho dos Conselhos Municipais e Estaduais em organizar o processo de Conferências em seus âmbitos e precisamos reconhecer mais ainda o esforço de cada um dos delegados em deixar suas famílias, seus lares e aqui estarem conosco, para pensar essa política para os próximos 10 anos. Um desafio que demonstra o compromisso que cada cidadão aqui presente, tanto os delegados quanto os convidados, os nossos palestrantes, os nossos colaboradores, o compromisso que cada um desses atores tem para com a Política de Assistência Social, para com o povo brasileiro. Sabemos que a condução da transformação social que esse país teve nesses últimos 12, 13 anos é motivada por um conjunto de ações, orientadas por diversas políticas públicas, saúde, educação, enfim, moradia e tantas outras. Mas a Política de Assistência Social ocupa e deve ser reconhecida como uma política de posição de destaque nesse contexto, porque ela é que trouxe a retirada, em grande

parte, da maioria da população brasileira, do grau de vulnerabilidade profunda de pobreza.

Tivemos grandes conquistas numa construção coletiva, toda a Política de Assistência Social sempre pensada na construção da participação de todos no processo de Conferência, desde a conquista, como eu mencionei hoje à tarde, da inserção da Assistência Social no tripé da seguridade social, onde diversos atores foram para as galerias do Congresso. Tivemos a construção do SUAS num processo de Conferência em 2003, tivemos todas as orientações do plano decenal, como eu disse anteriormente, na Conferência de 2005, enfim, tudo o que se pensa nessa política foi motivado e orientado pela participação coletiva.

Tivemos diversas conquistas da política, instrumentalizadas por meio de portarias do MDS, resoluções do Conselho Nacional de Assistência Social, mas tudo motivado por deliberações das Conferências e que a nossa Presidente Dilma sancionou por meio da lei 12.435, com o apoio do Congresso, aqui representado pelos nossos parlamentares deputado Eduardo Barbosa, deputado Antônio Britto, senadora Gleisi, me desculpem, não vou lembrar o nome de todos. Mas, enfim, todos os congressistas nos apoiaram para a transformação de todas essas conquistas em lei, para que o nosso SUAS fosse sólido, forte, no sentido de não ser vulnerável a ponto de ser alterado por corrente A ou B que venha assumir esse país. Bem, em síntese, tantas foram as conquistas e agora nos cabe pensar qual é o Sistema Único de Assistência Social que queremos para os próximos 10 anos. E isso vai se dar por meio dessa Conferência, por meio desse processo que se instalou desde as etapas municipais, estaduais, participação do Distrito Federal e agora todos esses delegados e convidados aqui presentes – vamos pensar nas diretrizes e nas prioridades que queremos que componha o plano decenal para o próximo período. Isso confirma o que eu já havia dito, como sendo uma demonstração do compromisso que temos para com essa política, e faz com que nós tenhamos aqui a assunção de um compromisso em que somos todos copartícipes e corresponsáveis por este momento, por este divisor de águas, por assim dizer.

Vivenciamos 10 anos – parece um menino o SUAS, só tem 10 aninhos. No entanto, alcançar o que alcançamos, em tão pouco tempo, com uma cobertura de 98,4% do território nacional, é o resultado, é uma comprovação de que só alcançamos isso pela participação de todos. Todos os atores já nominados são responsáveis por essa conquista e tenho plena convicção de que se pensássemos uma política desenhada em formato vertical, de cima para baixo, teríamos talvez alcançado muito menos do que conseguimos, porque, naturalmente, onde não há a participação do povo, as conquistas são mais lentas, e talvez não teríamos sequer a terça parte do SUAS que temos. E isso é creditado na fatura de cada um dos senhores e de cada um daqueles que

participaram desse processo das Conferências e nas demais. Então, vejam os senhores que se conseguimos ter tamanho avanço em 10 anos, depois de termos acumulado tanto conhecimento, tanta experiência, qual é o desafio que temos para os próximos 10 anos? Transformar um SUAS que dê conta de atender às diversas demandas da população brasileira, fazer com que o SUAS consiga reconhecer ainda mais os direitos que já vem reconhecendo, fazer com que consigamos, dentro da proposta dessa Conferência e do pacto federativo, a construção da assunção, da responsabilidade de todos os entes. Tivemos algumas dificuldades, do ente da União, do ente federal, por exemplo, agora no repasse de recursos, que está praticamente superado, mas tivemos dificuldades para cumprir aquilo que está posto na norma operacional básica do SUAS, que é o repasse com regularidade.

Sabemos e temos plena confiança de que esse foi um período muito motivado por questões adversas e que isso não vai mais acontecer. E, da parte da União, temos tido a demonstração de diversos exercícios positivos, mas temos desafios a superar com os estados, temos desafios a superar com os municípios e ainda temos desafios a superar com o próprio ente União também, e tudo isso temos que debater nestes quatro dias de Conferência.

Para finalizar, senhores delegados, senhores e senhoras que compõem o grupo deste palco, digo aos senhores, qualquer que seja o esforço que venhamos a fazer nessa política, para nós, já é muito, já pode ser motivo de festa termos um SUAS nessa proporção, de 98,4% do território brasileiro. Aliás, a quantidade já foi superada, agora é hora de lutarmos pela qualidade das ofertas dos nossos programas, projetos e benefícios. É hora de lutarmos pela qualidade da gestão; é hora de lutarmos pela qualidade do trabalho e aí, naturalmente, o reconhecimento do papel do trabalhador como principal tecnologia dessa política. Temos desafios, ministra Tereza, presidente Dilma, de fazer com que este país deixe de tratar o trabalhador da Assistência Social como mercadoria, sendo submetido à escolha por processo de pregão; temos o desafio de conferirmos mais voz aos nossos usuários, porque se ele é o público da nossa política, é ele quem tem de dizer o que é que ele quer, o que é que ele espera, porque como dizia a minha avó: 'Sabe onde está o calo quem sente o sapato apertar'. E são os usuários, então, quem tem que ser reconhecidos como principal definidor daquilo que a gente precisa desenhar para a nossa política. Assim eu finalizo minha fala, ratificando que todo e qualquer empenho que nós fizermos, toda e qualquer conquista que nós tenhamos tido até aqui, ainda é muito pouco para a superação da dificuldade do povo brasileiro, e precisamos enfrentar… O desafio é nosso e vamos à luta. E viva o SUAS e viva a Conferência de 2015."

Mestre de Cerimônia

"Convidamos a todos para assistir agora o vídeo institucional *10 anos do SUAS*."

Mestre de Cerimônia

"Ouviremos agora as palavras da representante dos usuários da Política de Assistência Social, Maria Alves de Souza."

Sra. Maria Alves de Souza – Política de Assistência Social

"Eu quero cumprimentar todas e todos com um saudoso boa-noite. E quero cumprimentar aqui, todos vocês, que acho que posso chamar de companheiras e companheiros. Aqui não é mesa, mas acho que é uma bancada que neste momento fortalece o SUAS. A nossa companheira e eterna lutadora, a nossa presidente Dilma. E também a nossa ministra. E gostaria que todos se sentissem cumprimentados pelas pessoas aqui citadas, presidente Dilma e ministra Tereza Campello.

Mas eu não poderia deixar neste momento de cumprimentar todos os gestores, delegados e demais presentes nesta Conferência, em nome do nosso honroso, saudoso Secretário de Estado, André Quintão, e da nossa Simone Albuquerque, que está aqui também nesta Conferência como delegada. Cumprimentar também todos os usuários do coração, com esse calor de luta, de força. Também cumprimentar os trabalhadores que fazem com que o SUAS caminhe cada dia, e as entidades parceiras que fortalecem a nossa política, para ações cada vez mais efetivas. Eu poderia continuar aqui saudando todos, os fóruns já construídos, os beneficiários dos programas sociais, todos os que nos estados fizeram com que as Conferências pudessem acontecer de forma cada vez mais forte, mais valorosa e democrática. Eu poderia continuar falando aqui dos 10 anos do SUAS, de todas as conquistas que nós tivemos, o que, inclusive, antes de mim, já foi falado. Eu poderia enumerar tantas conquistas, pessoas que saíram da condição da extrema pobreza, pessoas a quem o SUAS deu a oportunidade de pensar na sua própria história, como eu disse no filme, mas a quem deu, também, a dignidade, o acesso às políticas públicas, pessoas que, muitas vezes, como aqui todos conhecem no Brasil, não tinham sequer a oportunidade de serem consideradas gente, de serem consideradas pessoas de cidadania, pessoas que também têm condição, têm conhecimento e que precisam muitas vezes de uma oportunidade.

Mas eu quero aqui render uma homenagem à nossa presidenta e dizer para ela que eu, como mulher, negra, rural, quilombola, tenho a certeza e imagino o quanto ela tem, talvez, nesses últimos dias, sofrido com a repressão de uma ditadura que assola o Brasil neste momento. Dizer para ela que nós temos conhecimento do quanto esse Brasil vivia o retrocesso porque nunca se acreditava na população que sofria neste país; ao contrário, nos usavam, nos mendigavam com assistencialismo, fazendo com que a gente ficasse na pobreza extrema, para cada política ir lá e nos tirar a dignidade com a ação de votar no retrocesso. E que foi nos últimos 12 anos desse país que nos enxergaram e que nos deram a oportunidade. Portanto, nós, aqui com essa Conferência, queremos reafirmar, presidenta Dilma, a democracia nesse país, queremos aqui dizer que nós não aceitamos e que o Brasil não vai ter golpe. Não vai ter golpe… E que foi com o SUAS que a população negra e a igualdade racial, a agricultura familiar, os direitos humanos e as mulheres tiveram vez nesse país. E que foram nos últimos 12 anos que a gente conseguiu garantir através das políticas sociais o protagonismo das pessoas mais vulneráveis neste país, presidenta. E que nós não podemos retroceder, nós não podemos retroceder para que aqueles que historicamente nesse país tentaram nos tirar a dignidade consigam inclusive fazer com que o SUAS retroceda, porque nós estamos juntos aqui, gestores, usuários, mulheres, jovens, terceira idade, trabalhadores, entidades, para fazer com que nos próximos 10 anos do SUAS a gente continue avançando. Avançando na melhoria da qualidade e da oferta dos serviços, avançando na qualidade da força e da organização dos trabalhadores, com mais condições e fortalecimento das entidades e com mais protagonismo dos nossos usuários. E ainda mais queremos, inclusive com as políticas sociais, garantir que independentemente da condição social, da raça e da cor, nós mulheres, possamos estar cada vez mais efetivas dentro da política, porque querem nos tirar isso, querem tirar o direito das mulheres participarem nos municípios, nos estados, aqui, na União. Querem tirar o direito de nós disputarmos ideias políticas aqui neste país. E nós não vamos permitir, porque nós acreditamos na democracia, nós acreditamos no SUAS e nós acreditamos e vamos afirmar cada dia e cada minuto nesta Conferência que nós queremos cada vez mais o SUAS avançando, e nós queremos estar presentes e fortalecer não só o SUAS, como o crescimento desse país.

Era isso o que eu queria dizer, é isso o que eu deixo de recado. Mas eu queria dizer para vocês: vamos juntos unir força em cada lugar desse país, com o calor dessa Conferência, para que isso que aconteceu conosco, que inclusive eu pudesse estar aqui, porque vir de onde eu venho, antes do SUAS, antes dos 12 anos de gestão deste país, jamais. Para que uma mulher, negra, rural,

quilombola, filha de pais analfabetos, pudesse estar aqui neste lugar. É por isso que vamos continuar juntos e é por isso, presidenta, que nós estamos com a senhora. Pode contar conosco porque a democracia há de reinar eternamente neste país. Muito obrigada."

Mestre de Cerimônia

"Senhoras e senhores, com a palavra a Presidenta da República, Dilma Rousseff."

Sra. Dilma Rousseff – Presidenta da República Federativa do Brasil

"Eu quero começar dirigindo dois cumprimentos especiais aqui: um para o Edivaldo Silva Ramos, presidente do Conselho e que fez uma fala maravilhosa, e o outro para essa mulher. Essa mulher, como ela disse, negra, quilombola, rural, cidadã desse país. Queria, então, cumprimentar a Maria Alves de Souza. Eu cumprimento a Maria e o Edivaldo e, em nome deles, eu abraço cada uma e cada um dos delegados desta X Conferência. E porque nós estamos no Natal, eu também vou cumprimentar o Papai Noel ali, que está muito animado. Quero saudar também os ministros que estão aqui, todos eles sempre determinados, sempre presentes nas lutas, nas políticas, nas iniciativas, nas ações para garantir que a Assistência Social seja uma política pública, uma política que seja a porta e a oportunidade para milhões de brasileiros e brasileiras terem acesso às nossas políticas, como o Bolsa Família, o PAA, o Programa de Aquisição de Alimentos, como o Minha Casa Minha Vida e tantos outros. Então, cumprimento a Tereza Campello, a nossa querida ministra do Desenvolvimento Social de Combate à Fome. Cumprimento também o Patrus, ministro do Desenvolvimento Agrário e também ex-ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. A nossa Nilma Lino Gomes, ministra das mulheres, da igualdade racial e dos direitos humanos. Quero cumprimentar duas mulheres, que foram ex-ministras do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Cada uma delas deu sua contribuição para a gente chegar aqui, então, a Márcia Lopes e a minha querida Benedita da Silva, ali sentada, ex-governadora do Rio de Janeiro. As duas que colocaram tijolos nessa construção que nós estamos vendo aqui. Queria cumprimentar a senadora Gleisi Hoffmann, ex-ministra Chefe da Casa Civil; os dois deputados federais, em nome de quem cumprimento todo o parlamento. O Antônio Britto que é presidente da Comissão de Seguridade e Família, da Câmara dos Deputados. Parabenizo o Antônio Britto pelo trabalho de aprimoramento da lei do marco regulatório das organizações da Sociedade Civil. O Eduardo Barbosa, a quem eu quero agradecer o empenho como relator da AMP 684, que revisou a lei do

marco regulatório das organizações da Sociedade Civil. Isso, gente, significou a descriminalização das organizações da Sociedade Civil. E cumprimento também a nossa querida deputada federal Moema Gramacho, Moeminha. Cumprimento também a Ieda Castro, Secretária Nacional de Assistência Social; cumprimento o Anderson Miranda, representante dos usuários do SUAS. E cumprimento cada um dos delegados, 1 milhão de pessoas envolvidas, 500 mil delegados. É a eles que eu me dirijo, cumprimentando cada um de vocês aqui presentes. Cumprimento também os conselheiros, os senhores jornalistas, fotógrafos e cinegrafistas.

Queridos delegados e queridas delegadas, primeiro eu tenho de agradecer e, por isso, as minhas primeiras palavras são de agradecimento aos gestores, aos trabalhadores, a todos aqueles que se empenharam e que tornaram possível que milhões de brasileiros fossem também usuários das políticas sociais, as quais nós, ao longo dos últimos 13 anos, construímos no Brasil. Queria dizer para vocês que se hoje a Assistência Social é reconhecida e praticada como direito, como base de cidadania e, ao mesmo tempo, como um dever do Estado, vocês, além da legislação, construíram isso, tornaram isso realidade. Eu sei do esforço que foi construir as políticas sociais neste país. Primeiro, porque nós não tínhamos experiências em políticas sociais feitas pelo governo, porque elas eram ou muito pequenas ou pilotos. E não davam conta de atender à população que tinha que ser atendida, os milhões de brasileiros mantidos à margem das riquezas desse país. Então, eu sei que este foi um trabalho, um trabalho para o qual vocês se dedicaram, e a gente pode dizer que vocês dedicaram sangue, suor e lágrimas. Dedicaram o esforço de construir uma tecnologia. Nós sabemos, e o Edivaldo até falou nisso, que hoje temos tecnologia, a tecnologia é o grande mecanismo pelo qual as sociedades, os países, as nações avançam. Pois bem, o Brasil tem orgulho de ter construído uma tecnologia social, uma tecnologia social cuja expressão máxima é o SUAS, é um sistema, não é uma única política, é um conjunto de políticas, não é uma única unidade, é uma rede. Não é uma pessoa, mas é o trabalho cooperativo de milhares e milhares de pessoas que levam à frente essa que eu considero uma das mais estratégicas políticas que o Brasil adotou nos últimos anos.

Essa X Conferência se dá num dia especial, 07 de dezembro. Hoje faz 22 anos da promulgação da Lei Orgânica da Assistência Social, mas faz 13 anos também que nós tivemos a competência em conjunto, de criar de fato os primeiros passos para que este país tivesse uma política social adequada a seu tamanho e não a vergonha que nós carregávamos, e ainda carregamos em parte, de sermos um dos países mais desiguais do mundo. Desiguais porque fomos um país que teve escravidão e que tem que olhar para a questão de a maioria de sua população ser

afrodescendente, com orgulho, mas não é só orgulho, tem de cuidar para que as pessoas sejam capazes de ter oportunidades. Daí, eu me orgulho muito, viu Nilma, da lei de cotas, que é uma política afirmativa. Eu me orgulho pelo fato de a universidade neste país passar a ter as cores e a cara deste país. Nós estamos também comemorando, portanto, a primeira década de existência do SUAS. E aí o sujeito dessa comemoração está aqui presente, representando os 500 mil profissionais que atuam. Mas, sobretudo, os milhões e milhões de brasileiros, os 36 milhões, aliás, que saíram da pobreza extrema, e os 40 milhões que se elevaram à classe média. Nós somos os protagonistas desse processo e vocês são os principais agentes dele. Nós não fomos empurrados para ele, nós não chegamos nele por acaso; escolhemos um caminho, uma política e podem ter certeza de que essa escolha, ela sempre, mais cedo ou mais tarde, é cobrada. Por isso, hoje nós somos cobrados muito mais pelos nossos acertos, como o Bolsa Família, como o Minha Casa Minha Vida e com todas as políticas sociais. Eu até perguntei para a Tereza: 'Teresa, você já explicou aqui para o pessoal o que é que eles chamam de pedalada fiscal?' A Teresa disse que ela não explicou, mas ficou de voltar aqui e explicar para vocês. Uma parte do que me acusam é de ter pagado o Bolsa Família e o Minha Casa Minha Vida. Uma parte do que me acusam é isso. Paguei, sim. Mas nós pagamos com o dinheiro do povo brasileiro, não foi empréstimo que pagou o Minha Casa Minha Vida, foi um dinheiro legítimo dos tributos pagos pelo povo desse país.

Nós, desde o início, assumimos compromissos com o povo desse país, nós sempre assumimos esse compromisso. E mais, nós assumimos um outro compromisso. O compromisso de criar condições para que as pessoas tivessem oportunidades iguais. Essa luta ainda continua, nós temos muito o que fazer no quesito oportunidades iguais neste país onde as pessoas são diferentes. Eu estou vendo aqui uma das coisas bonitas, que é a diversidade do povo do meu país, a imensa diversidade. Nós valorizamos isso e valorizamos profundamente. Valorizamos mulheres, negros, ciganos, quilombolas, indígenas. Nós valorizamos os homens, as crianças, a juventude. Eu quero dizer também das pessoas com deficiências, todas essas pessoas são portadoras de futuro, elas carregam o futuro desse país. Como é que elas carregam? Se elas tiverem oportunidades iguais. O Sistema Único de Saúde, o Sistema Único de Assistência Social e toda a estrutura de educação do nosso país têm que se voltar para garantir que as pessoas tenham direito a acessar serviços públicos que levem à melhoria da sua condição de vida, a uma trajetória de crescimento e à superação da sua condição, principalmente, os mais vulneráveis socialmente.

E eu quero dizer para vocês que nós vivemos um tempo muito estranho; é um tempo em que muitos lutam como vocês, diuturnamente, para que este país seja cada vez mais desenvolvido, aí

entendido um país em que as pessoas tenham melhores condições de vida, e há um pequeno grupo que acha que quanto pior, melhor, é o melhor caminho. O quanto pior para nós, quanto melhor para eles. Mas nós temos força suficiente para lutar contra isso. Eu tenho certeza que nós temos que unir e unificar o país, o Brasil unido e unificado é mais forte do que tudo, mas nós só conseguimos unificar e unir nosso país dentro da legalidade, da democracia, do Estado de direito. Ao longo da história, os golpes não construíram harmonia, não construíram a unidade, nem construíram a pacificação necessária para os países, os povos, as nações avançarem. Pelo contrário, geralmente o que os golpes constroem é o caos e deixam feridas e marcas profundas. Na semana passada, vocês sabem que deram início a um pedido que ainda não virou nem processo, mas é um pedido de impedimento do meu segundo mandato. Vocês já me ouviram dizer e eu repito aqui: não há nenhuma justificativa para que isso ocorra, exceto aqueles que acham que tem um atalho para chegar à Presidência da República, que não é o voto popular. Eu quero dizer para vocês que eu vou lutar com todas as minhas forças para que a gente tenha um Brasil que respeite as instituições, um Brasil que construa a estabilidade para voltar a crescer o mais rápido possível. Mas, meus amigos e minhas amigas aqui presentes, em julho de 2011, logo no início do meu mandato, do meu primeiro mandato, eu sancionei a lei que instituía e institucionalizou como política de estado no Brasil o SUAS. E eu disse naquele momento que a gente tinha muitos desafios e que a gente tinha que estar alerta.

Esta X Conferência faz parte dessa necessária consciência que a gente tem que ter, do que falta fazer e do que devemos fazer. Nós temos que aprimorar a estrutura pública de prestação de serviços de Assistência Social; nós temos que fortalecer a gestão compartilhada e a participação da sociedade civil; nós temos que fazer do Sistema Único de Assistência Social um elemento fundamental para que possamos desenvolver este país e, sobretudo, reduzir e superar a extrema desigualdade. Podemos afirmar com orgulho, fazendo um balanço, que muitas coisas nós superamos e que hoje são realidades. A Assistência Social pública está em 100% dos municípios deste país. Temos 8 mil Centros de Referência de Assistência Social, pouco mais de 2 mil centros especializados, e 16 mil entidades de Assistência Social. Isto vocês podem ter certeza, não é só uma conquista, mas também a garantia que nós não vamos voltar atrás, que nós não vamos retroceder. E não porque nós do governo vamos lutar, mas porque vocês não vão deixar. E com isto, nós chegamos a 30 milhões de pessoas atendidas no SUAS. Hoje são 14 milhões de famílias no Bolsa Família. Vocês se lembram que falavam que o Bolsa Família era o bolsa-esmola? Que o Bolsa Família tinha só equívocos, porque ele incentivava as pessoas a não trabalhar. A realidade é

outra, completamente outra. O Programa Bolsa Família talvez seja o exemplo melhor de igualdade e de oportunidades.

E vou contar uma história que talvez alguns saibam, mas outros não. Existe uma olimpíada, que é a olimpíada do conhecimento. E nessa olimpíada do conhecimento entram vários países do mundo, como o Japão, um especialista em tecnologia, um país reino e pátria da tecnologia; o Japão, a Alemanha, a França, a Suíça, e vários outros países. Nós ficávamos lá atrás, no 5º ou 6º lugar, a gente não ganhava. Este ano nós ganhamos o primeiro lugar. Mas a melhor história começa agora: o rapaz que ganhou o primeiro lugar, ganhou uma medalha de ouro e disse que a mãe dele recebeu durante esse período, desde o Governo Lula até agora, o Bolsa Família. E por isso ele teve condições de estudar e fazer o ensino técnico profissionalizante. E com isso foi beneficiado com uma medalha de ouro. Beneficiado? Não. Ele conquistou sua medalha de ouro, mas teve a oportunidade dada pelo Estado brasileiro.

Eu acredito também que nós fizemos outra coisa muito importante: nosso país não enxergava a população de rua e os catadores de materiais recicláveis. Assim, enxergá-los, ouvi-los, discutir com eles, ter uma política comum, entender que eles são sujeitos da sua história, foi algo muito importante. Eu tenho orgulho dos Centros POP e das unidades de acolhimento em todas as capitais brasileiras e municípios. Queria aproveitar e dizer aqui que nós temos uma grande luta pela frente, que vocês serão essenciais, porque essa luta tem como exército milhões de brasileiros. É a luta contra o Zika vírus. Nós não temos ainda a completa garantia de que o Zika vírus é o responsável pelo enorme surto de microcefalia. Então, o que eu peço a vocês? Peço que participem das campanhas de conscientização das pessoas, orientando que não se deve deixar água parada em nenhum local, porque aumenta a contaminação, porque ali o mosquito põe seus ovos, e é assim que se espalha a doença. Eu conto com vocês para a gente enfrentar este problema de saúde pública.

Vocês sabem mais do que eu que sem o SUAS nós não teríamos o Bolsa Família como ele é hoje; sem o SUAS nós não teríamos construído o Brasil Sem Miséria, sem o SUAS certamente nós não teríamos saído do mapa da fome. E nós saímos, construímos e fizemos, e tem muito mais para ser feito. Por isso eu quero encerrar dizendo o seguinte: vocês são muito bem-vindos a esta X Conferência Nacional de Assistência Social. No que se refere ao governo, vocês são muito bem-vindos para dar todas as opiniões, fazer todas as críticas, propor todas as ações que julgarem necessárias. Eu vou lutar contra o processo de interrupção do meu mandato. Nós, em conjunto, vamos lutar para que essa política social, que o Brasil iniciou e deu continuidade, avance e seja

mais forte. Eu desejo a todos os participantes desta X Conferência Nacional muito trabalho, muita opinião, muita sugestão, e quero dizer que nós estamos inteiramente abertos a receber essa grande contribuição de vocês. Sejam bem-vindos para dar a contribuição que o Brasil precisa. Muito obrigada."

Mestre de Cerimônia

"Está encerrada esta cerimônia."

RODAS DE CONVERSA DO SUAS

1. Dignidade Humana e Justiça social: princípios fundamentais para a consolidação do SUAS

Convidados:

Paulo de Tarso Vannuchi

Edval Bernardino Campos

Mediador: Célio Vanderlei Moraes

Paulo de Tarso Vannuchi

Formado em jornalismo, com mestrado em ciência política, foi ministro da Secretaria de Direitos Humanos de 2005 a 2011 durante o governo do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Atualmente é diretor do Instituto Lula e responsável pelo Projeto do Memorial da Democracia; compõe a Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos [OEA] e é um intenso militante histórico da luta pelos direitos humanos.

"Começo saudando esse conjunto impressionante de militantes, mulheres, homens, jovens, trabalhadores, lutadores sociais que se reúnem na X Conferência, o que já é um indicativo da série histórica. Eu recebi essa honrosa tarefa de preparar uma reflexão inicial, partilhada com o professor Edval, e começar com um voo mais livre sobre os conceitos e fazer a conexão do tema da Conferência com o tema dos direitos humanos.

Para isto eu comecei a minha preparação procurando o significado das palavras – o que é *dignidade* e o que é *justiça*. Eu lembrei que dignidade é uma palavra que eu aprendi a dizer ainda em latim quando eu tinha 10 anos de idade, porque eu era coroinha do tempo em que a missa ainda era em latim e aprendia aquelas coisas como *Domine Non Sum Dignus…*, isto é, 'Senhor eu não sou digno'. Então dignidade é uma palavra que eu usei sem saber o que queria dizer. 'Justiça' eu também menino começava a falar que era preciso lutar por paz e justiça social. Quando a gente vai buscar o significado, a origem da palavra, ou pela etimologia, ou pela semântica, vemos que as duas palavras são conceitos-chave, portanto, não é como a palavra 'salário' que você vai pesquisar e descobre que vem de sal, porque lá atrás se pagava o trabalho em sal. Quando você começa a procurar 'digno', 'dignidade' no Google, você vai ver muito Kant, Tomás de Aquino, Santo

Agostinho. Eu procurava mais Hannah Arendt, que é um dos temas que eu aprofundei no meu mestrado em ciência política quando fui estudar democracia, liberalismo e socialismo. Reparei que o conceito de dignidade é muito vinculado à ideia de 'a pessoa que tem importância', a pessoa que merece ser respeitada, aquilo que é imanente, inerente, intrínseco. Hannah Arendt, que é conhecida também por discutir um tema absolutamente central do seu trabalho hoje a partir da dignidade humana, discute a dignidade da política. No momento temos uma campanha de regressão medieval e de ódio que está em curso no Brasil, que começa a atacar a dignidade da política. A política está sendo tratada como coisa suja, a política é vista como algo que foi feito para atrapalhar a vida das empresas privadas. E Hannah Arendt diz que fora da política só existe a selva, a guerra de todos contra todos, ou a empresa privada, a empresa que contratará individualmente cada um de nós para trabalhar para ela e demitirá no momento que quiser.

A política é a organização da comunidade em vida social, em convivência social civilizada com choque de classes, de grupos, de interesses que são naturais, especialmente na disputa democrática. Atenção: as disputas são elementos constitutivos da vida democrática. Eu falo isso nessa antevéspera da data magna dos direitos humanos, o 10 de dezembro que terá vocês reunidos aqui para lembrar que aquela Declaração Universal aprovada em 10 de dezembro de 1948, com a Europa especialmente, o mundo perplexo com o horror da Guerra Mundial que ceifou 60 milhões de vidas humanas; sessenta milhões de judeus por serem judeus e ainda os comunistas, negros, homossexuais, pessoas com deficiência; segmentos vulneráveis exterminados, uma guerra que terminou com duas bombas atômicas desnecessárias sobre Hiroshima e Nagasaki dão lugar ao esplêndido documento que em 30 artigos desdobra o primeiro: "Livres e iguais em dignidade e direitos nascem todos os seres humanos". Hannah Arendt alerta que esse artigo primeiro não descreve a realidade em lugar nenhum do planeta hoje. Em nenhum lugar hoje do planeta as pessoas nascem livres e iguais em dignidade. Estão presas por preconceitos, por estruturas de dominação de classe, dominação ideológica, e vocês no dia a dia do seu trabalho compõem um dos segmentos que mais vive de perto, que trabalha com as pessoas a quem essa dignidade é negada, ignorada e desconhecida. E ela diz na linha de uma discussão antiga, filosófica: por que o ser humano é dotado dessa dignidade imanente ou intrínseca? Uma resposta que prevaleceu talvez para muitos de nós é: porque o ser humano foi criado à imagem e semelhança de Deus. Ótimo para todos os teístas cristãos, os teístas de todas as religiões: para islâmicos, judaicos está muito bom, mas e para as pessoas que não tem religião? A fundamentação era *jus naturalista*, do direito natural, também não era convincente. Eu considero

este o maior achado de Hannah Arendt e, infelizmente, não é tão reconhecido nas centenas de livros que são escritos sobre ela, quando ela diz que o artigo primeiro quer dizer o seguinte: 'Saindo da guerra a pretensa comunidade das nações, a ONU recém-fundada se reúne e ousa estabelecer como o artigo primeiro do que será o programa maior da ONU: que livres e iguais em dignidade e direitos nascem todos os seres humanos'. Ela quer dizer: é um programa, e é um programa político. Nós decidimos aqui que todos os seres humanos devem existir, nascem e devem ser considerados livres e iguais em dignidade e direitos. E assim se desdobra o processo de construção que a gente sabe.

Outra peça-chave dos direitos humanos é o que Norberto Bobbio vai dizer: 'Se você quiser ter um panorama mundial dos direitos humanos' – e eu falei isso para o Lula no dia que tomei posse em 21 de abril de 2005 no meu posto de ministro –, 'se você quer ter um panorama dos direitos humanos no mundo inteiro, tem um exercício muito simples: leia a declaração, é quase uma peça poética, do trabalho escravo, tortura, a pobreza, exige o direito, o devido processo, ninguém vai poder ser julgado e condenado sem provas'. Tudo isso e depois dê uma olhada no mundo a sua volta. Aqui no Brasil ocorre a mesma coisa: o avanço e a afirmação que fazemos e olhamos o que está acontecendo; quando as pessoas perderam há mais de cinco ou dez anos o elemento mais central da vida democrática, que é: eu me constituo no outro, eu só existo na relação com meu semelhante, concordando, discordando... a chamada *alteridade.* E alteridade não é gostar de uma pessoa porque ela pensa igual a mim, porque, se for isso, não é gostar, é um exercício narcisista. Alteridade é aprender a pensar a dignidade das pessoas na diferença, respeitar e proclamar a diversidade. A maravilha de ter um país com pessoas de cores tão diferentes, com gostos, gestos, perspectivas, com possibilidades e a partir disso construir…

Toda a declaração dos direitos humanos é assentada no tripé liberdade, igualdade, fraternidade da Revolução Francesa de 1789. Vamos deixar de lado a fraternidade, porque até no Gênesis, na Bíblia, uma das origens do mundo, uma das cosmogonias possíveis, vocês sabem o que aconteceu com os dois primeiros irmãos Caim e Abel. Então vamos atualizar esse conceito para tirar o laço de sangue e vamos utilizar *solidariedade*, *liberdade*, *igualdade*. Solidariedade é a capacidade humana, e só humana, de cada um de nós poder entender como se acontecesse com a gente mesmo qualquer preconceito, discriminação, descaso, violência, opressão, exploração, o que seja. E vocês são trabalhadoras e trabalhadores, são militantes da solidariedade. Toda a ação política de vocês com seu prefeito, com o governador, a entidade, a sociedade, a igreja é uma ação política de construção dessa capacidade humana da solidariedade.

A liberdade e igualdade vocês sabem o que é liberdade. Conceito difícil, a liberdade será para Cecília Meireles 'essa palavra que o sonho humano alimenta, que não há ninguém que explique e ninguém que não a entenda'.

A igualdade é o tema bobbiano que lembra que nos direitos humanos consolidou uma separação entre dois ramos, alguns falam duas gerações, a primeira dos direitos civis e políticos, quer dizer direitos fundamentais de crença, expressão, manifestação, organização e do devido processo. Mas se a igualdade nesses quase 70 anos ficasse abafada no segundo plano, como se houvesse um predomínio da visão capitalista de que 'o importante é ter liberdade, e as pessoas vão procurar as suas oportunidades'. Não, para que haja liberdade é preciso que haja igualdade no ponto de partida, senão não é liberdade. Não há liberdade possível se eu não assegurar as condições básicas de igualdade que vocês buscam construir com o seu trabalho. Bobbio diz que a equidade que nós assim chamamos: 'equidade, ou justiça do caso concreto, é fazer o que vocês fazem, tratar desigualmente os desiguais e produzir a igualdade'.

É por isso que há um ódio contra as políticas de cotas, é por isso que querem acabar com programas como Bolsa Família; querem condenar a presidenta por pedaladas fiscais que todos os presidentes cometeram, porque queriam ver paralisados os programas sociais. Nesse contexto histórico, o trabalho que vocês fazem na base é um trabalho de afirmação dessa igualdade, justiça e liberdade na construção de um processo de solidariedade.

Eu termino com meu tempo para dizer também que, nesse sentido, o meu trabalho na OEA hoje, na Comissão Interamericana de Direitos Humanos, que tem sua sede em Washington e nós temos lá sete semanas de sessão por ano – eu sou o responsável exatamente pelo tema dos direitos econômicos, sociais e culturais – é começar a trabalhar lá dentro que os direitos de liberdade são importantíssimos, mas não se pode falar em igualdade onde a liberdade é focada. Em Viena, em 1993, a maior Conferência das Nações Unidas já ocorrida sobre o tema proclamou a indivisibilidade entre essas questões. É uma condenação absoluta aos experimentos socialistas que diziam: aqui não existe liberdade, mas nós garantimos igualdade. Onde não existe liberdade essa igualdade nunca se implanta. Sempre vai haver uma camarilha. Na Rússia é a burguesia atual, que veio do comitê central do partido comunista, de um sistema igualmente ditatorial. A indivisibilidade quer dizer: não venha também o discurso cínico, neoliberal do capitalismo, de que o fundamental é valorizar a liberdade. Que liberdade tem uma criança que não pode entrar em um shopping? Quando não é barrada pela segurança na porta – pelas suas roupas – ela vai ficar na vitrine vendo a boneca, a Barbie, o seu objeto de desejo, mas não tem dinheiro para comprar.

Então, nessa construção de igualdade e liberdade eu termino a minha fala e quero ouvir muito e aprender com os comentários. E dizer que vocês não têm que ter depressão, desânimo, perante esse movimento difícil em que uma pessoa volta sua vida inteira para estar com os mais pobres nessa busca de justiça social. Passa a ser quase que um estigma, são pessoas que ficam aí trabalhando com gente que nunca devia ter entrado em um aeroporto, que invadiram as nossas praias. Eu ouvi isso em Salvador de amigos meus, branquelos, se lamentando há trinta anos das primeiras avenidas que permitiram a chegada daquele povo mais pobre às nossas praias. As "nossas praias" é o que se dizia. A mesma coisa se ouviu no Rio de Janeiro, quando o Brizola cria canais para trazer para Copacabana, para Ipanema e para o Leblon esse direito.

Então não é hora de esmorecer, não é hora de vacilar, não é hora de depressão, é hora de reerguer mais alto do que nunca esses sagrados ideais de justiça social, dignidade humana, liberdade, igualdade, solidariedade. Muito obrigado."

Edval Bernardino Campos

Graduado em serviço social pela Universidade Federal da Paraíba, tem mestrado em planejamento do desenvolvimento pela Universidade Federal do Pará e doutorado em ciência política pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro. Atualmente é professor da Faculdade de Serviço Social e do mestrado em Serviço Social, ambos do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas.

"Quero dizer da minha alegria em participar desse momento histórico, porque essa conferência, pelos objetivos que a mobilizaram, é uma conferência altamente significante para a sociedade brasileira. Projetar a Política de Assistência Social pela segunda vez para dez anos significa estruturar uma política pública com horizontes para cumprir os ideais que a congregam. Mas essa conferência é também muito importante pela circunstância histórica em que ocorre. Não haverá o SUAS que queremos com a ruptura da ordem democrática. O SUAS que queremos é produto de um projeto político, democrático, comprometido com a redução das desigualdades sociais no nosso país; portanto, o SUAS que queremos não se limita às deliberações desse magnífico auditório. Tem a ver com a nossa inserção na luta política em defesa da institucionalidade democrática e sobretudo em defesa do respeito da vontade popular.

A dignidade humana é um princípio estruturante do Estado Democrático de Direito e – ao lado da soberania, da cidadania e do pluralismo político – compõe o elenco de fundamentos éticos e políticos da nossa República. Serve para estabelecer balizas da sociedade que nós queremos, da

sociedade que nós desejamos e pretendemos construir. O Brasil nascido das lutas contra o arbítrio da ditadura se insinua como a sociedade orientada por valores democráticos, cabendo destaque à afirmação inquestionável da busca para construir uma sociedade livre, justa e solidária. A seguridade social tem abrigo nesse compromisso. O nosso desafio no presente, portanto, já não é mais de ordem legal, de aprovar as leis. Pelo conteúdo ético que representa, nosso desafio é de natureza política, e estamos instigados a construir uma sociedade socialmente justa, que reconheça o ser humano como seu bem mais precioso. Respeitar a dignidade humana, entre outros compromissos, significa reconhecer a igualdade como parâmetro das relações humanas, repudiando-se toda forma de discriminação negativa e toda sorte de privilégios, respeitando a independência e a autonomia do ser humano e, por decorrência, posicionando-se contrário às práticas clientelistas e tuteladoras que estão no berço do assistencialismo. Significa repúdio a toda forma de violação de direitos e, dessa forma, a defesa de uma sociedade amplamente inclusiva e corajosa na superação dos fatores que envergonham, constrangem e humilham pessoas.

Estamos numa conferência, no momento de debate em que uma questão é inescapável. Nós precisamos nos perguntar e tentar responder: 'que contribuições a Assistência Social pode oferecer para a construção de um país que tenha, como fundamento e como prática, a justiça social e o respeito à dignidade humana? O que nos cabe neste desafio? O que nos cabe neste processo?' Correndo o risco de ser ingênuo ou até mesmo atrevido, quero apontar aqui algumas indicações e algumas reflexões.

A primeira é que a Assistência Social, que integra a seguridade social, precisa adquirir o estatuto de uma política com capacidade resolutiva. Precisa se afirmar como uma política que expande a seguridade social em significância, em serviços, em conteúdos e também em destinatários. A Assistência Social tem a sua ontologia histórica, sua essência, que não está fora da construção humana. Portanto, é um equívoco supor que à Assistência Social cabe apenas um horizonte das práticas pequenas, da atenção do imediato como durante muito tempo vigorou entre nós. A Assistência Social expande a seguridade social, dando luz e lugar às demandas que não estão diretamente contempladas na relação capital-trabalho, aí nascida no horizonte das relações formais de trabalho. O trabalhador existe; o ser humano também. Esse debate exige espírito aberto, análise dialética, horizonte ético e político expandido. Vejamos alguns limites que, no meu entendimento, precisam ser superados com urgência: os programas de distribuição de renda, no que concerne aos critérios de acesso, supervalorizam o critério de renda e minimizam as circunstâncias sociais que desencadeiam as desproteções. Precisamos assumir esse debate. Nós

estamos invertendo a lógica do princípio da LOAS – nós devemos zelar pela supremacia dos interesses sociais em detrimento dos interesses econômicos. Na prática, nós estamos supervalorizando os critérios econômicos e sabemos disso: porque há um debate que diz 'não há dinheiro para as demandas sociais'. As petições que são judicializadas em relação ao Benefício de Prestação Continuada, por exemplo, na grande maioria dão 'ganho de causa' para o requerente, revelando o limite do critério de renda e também a sua injustiça. Precisamos ir adiante nessa discussão.

A gestão do Benefício de Prestação Continuada precisa urgentemente ser assumida pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Não cabe na Previdência. Previdência e Assistência Social são políticas orientadas por lógicas conflitantes. Enquanto a assistência social tem uma dimensão distributiva, tem no seu horizonte a justiça social; a previdência social é uma política de contribuição submetida à lógica do mercado e sua finalidade não é a justiça social, é o superávit financeiro. São duas lógicas em conflito e não podemos aceitar que um programa tão estratégico fique sob a gestão de uma política que, na essência, entre em conflito e até contrarie a Assistência Social.

Outro programa que também é afetado pela lógica da renda é o Programa Bolsa Família. Estratégico sobretudo quando alcança as populações mais pobres, esse programa no meu entendimento, padece de dois problemas que precisam de solução. Primeiro, os valores são muito baixos e é preciso corrigir. É preciso ter ousadia e acabar com essa ideia de que para os pobres não podem ser distribuídos valores maiores. Todos os preconceitos contra o Bolsa Família estão sendo historicamente anulados: nem cresceu o número de filhos, nem estimulou o parasitismo, mas o mercado informal existe, e as condições são desumanas, portanto, esse programa tem contribuições a oferecer.

Outro problema é que os recursos do trabalho social com as famílias são insignificantes. Tem-se a distribuição de renda, mas não existem nem recursos, nem meios para que essas pessoas e famílias possam construir projetos alternativos de vida, porque são problemas complexos que exigem soluções e resoluções complexas. Não dá para encaminhar como nós estamos acostumados a fazer. Os programas de distribuição de renda efetuados no escopo da política de assistência social são devedores de seguranças sociais já tipificadas e reconhecidas como direitos. Não investir recursos regulares e adequados para assegurar as aquisições corresponde a declinar da perspectiva emancipacionista que a assistência social tem, e abdicar do seu compromisso com a justiça e com a dignidade humana. Em síntese, submeter o complexo e difícil trabalho dessas

proteções às orientações técnicas, corresponde admitir que as circunstâncias desencadeadoras de proteção social que afetam tantas pessoas decorrem de suas atitudes, dos seus comportamentos e das suas opções. Só é possível combater a desproteção social com fortes e sistemáticas medidas protetivas e com recursos adequados.

Uma sugestão que eu considero ousada: entendo que os trabalhadores que estão no mercado informal de trabalho, que são beneficiários do Bolsa Família, assim como os jovens beneficiários do BPC com mais de 16 anos, deveriam ser inscritos no sistema de previdência social como contribuintes isentos, para assegurar, quando do ingresso no mercado de trabalho, todos os benefícios de inscrição conquistados pelos trabalhadores. Os benefícios são muito limitados, e nós precisamos dar à seguridade social uma dimensão mais universalizadora. Já não cabe mais o recorrente argumento de falta de recursos; os escândalos de corrupção que só conseguiram vir à luz no governo democrático revelam que dinheiro há, e há muito, porém proliferando nos abjetos subterrâneos da corrupção. As elites já não têm nem autoridade moral nem argumento político para dizer que falta dinheiro; elas precisam assumir sua indiferença com a pobreza e o seu desprezo pelo interesse público.

Uma palavra final: estamos desafiados a corrigir as injustiças sociais e construir uma sociedade livre, justa e solidária. Voltemos ao filósofo Kant: “Cada coisa tem seu valor; ser humano, porém, tem dignidade”.

Comentário dos participantes

Eurico de Andrade – São João Batista (SC) – Usuário do grupo de idosos. Relata que era beneficiário do Programa Bolsa Família, não tinha renda nenhuma e não entende porque foi excluído. Sua esposa é beneficiária do BPC. Ele afirma que ao completar 65 anos se inscreveu para receber o benefício e lhe foi negado. Precisou recorrer judicialmente para ter acesso, o que conseguiu. Acrescenta que seu município tem 32 mil habitantes, e que teve um crescimento muito rápido por causa da migração de trabalhadores para a produção de calçados, e que o município precisa de mais viaturas para o CRAS e Conselho Tutelar para “atingir mais famílias, para que venham a receber os seus direitos e estar aptos para divulgar que o cidadão tem valor na sociedade e pertence à sociedade onde exista a justiça”.

Jorge Luz – São Francisco de Itabapoana (RJ) – Presidente da associação de moradores da praia de Santa Clara e também vice-presidente do Conselho de Assistência Social de São Francisco de Itabapoana, comparou o Bolsa Família a uma "bolsa de fome", na medida em que "não dá nem para fazer uma cesta básica durante o mês", além de apontar que há pessoas que não têm necessidade de receber Bolsa Família e estão recebendo através de políticos.

Rafael Kelvin Dias (Nordeste) – Afirma que em Brasília não há liberdade para a comunidade LGBT e comunidade de terreiros. "Quantos terreiros aqui em Brasília foram queimados, foram apedrejados? Quantos LGBTs aqui em Brasília foram mortos por homofóbicos?" Não vê a presença da assistência social e do governo nesta hora. Parabeniza o governo da Bahia que assinou um decreto que faz com que a comunidade de terreiro tenha os mesmos direitos que a comunidade de uma igreja evangélica ou católica. Parabeniza o governo de São Paulo, que assinou um decreto no qual um ato homofóbico leva uma multa de R$ 60 mil reais. Sente-se indignado por não ter esses direitos em Brasília. Faz parte da comunidade LGBT e da comunidade de terreiro também. É casado no papel e isso considera que é uma conquista depois de muita luta. Questiona se a comunidade LGBT não têm o direito de ter família e o direito de adotar uma criança, se não seriam dignos de ser pais, de construir uma família, de educar uma criança só por serem gays. Questiona ainda os direitos da comunidade trans, de usar a identidade com seu nome de mulher. Cita o episódio de uma amiga trans que na conferência anterior não pode colocar no crachá seu nome social e sentiu-se constrangida.

Clécio – São Vicente (RN) – Repudia a situação da assistência social em seu município, que estaria sendo maquiada. Considera que a presidente muitas vezes leva a culpa, mas que quando chega lá no município as coisas são desviadas. Aponta que as casas dos programas de moradia estão sendo trocadas por carro, e as pessoas de baixa renda continuam sem casa. Ocupou uma casa da Caixa Econômica Federal porque estava inscrito há mais de seis anos e não era chamado, quando pessoas com um mês na cidade já estavam morando. É usuário do CRAS e do CREAS de seu município. Faz parte da luta antimanicomial, Associação Brasileira de Saúde Mental (ABRAS) e frequenta o CAPS de Currais Novos. Finaliza elogiando a assistente social Paula Erika, que o atende no CAPS.

Rafael Machado – Alagoas – Faz críticas ao seu estado porque considera que os direitos dos usuários não são respeitados. Refere-se à política nacional para a população de rua, prevista no decreto 7.053 de 23 de dezembro de 2009. Foi usuário dessa política há oito anos e agora é um militante. É líder do movimento da população em situação de rua de Maceió e funcionário do SUAS por suas lutas e conquistas. Era usuário de drogas e considera que deve sua saída desta condição, primeiramente a Deus e ao apoio da Assistência Social. Afirma que para 2026 precisam ser melhoradas muitas coisas, principalmente, a hospedagem e a alimentação que considera não serem de qualidade.

Afirma que não está pedindo, mas cobrando o que é seu por direito. Chama todos os usuários a unir forças para fazer valer a pena a conferência de 2015. Aponta ainda a necessidade de comprometimento de seu estado com os municípios. Cita a situação de Maceió, que tem uma casa de passagem que acolhe 50 usuários e este número é insuficiente para o município. Finaliza parabenizando as assistentes sociais e desejando "dignidade de trabalho para todos".

JUVENIL – Minas Gerais – Compara o valor recebido por um beneficiário do Bolsa Família com o recebido por um deputado. Questiona essa diferença e aponta que, com o valor do salário-mínimo, "como queremos ter um país justo?" Considera que "tem que focar no direito e não é direito ganhar 30 mil reais quando o salário mínimo é R$ 788,00."

CLÓVIS PEREIRA – São Paulo – Parabeniza Paulo Vannuchi pela troca do termo "fraternidade" por "solidariedade". Questiona até que ponto a democracia, que é tão cara para todos os presentes, tem braços tão longos a ponto de não atingir as pessoas com deficiência? A falta de acessibilidade, tanto física quanto em relação às informações, lazer, cultura, educação e trabalho, que são temas também inerentes à dignidade humana, coloca em xeque a democracia, no seu entender. Questiona também se os conselheiros municipais, estaduais, distritais e nacionais estão de fato conseguindo dar conta da demanda da pessoa com deficiência. Finalizou afirmando que "é preciso dentro do eixo dignidade termos um olhar atento, não só para com a pessoa com deficiência, mas também para com sua família, sua comunidade, com o professor que muitas vezes não sabe como receber essa pessoa na sala de aula".

Keila Pinto Rodrigues – Parintins (AM) – Considera que a assistência social não tem braços tão

longos e precisa do apoio, da parceria da intersetorialidade, como a educação e a saúde. Em relação aos benefícios, considera que há três dimensões: o alívio imediato da necessidade, as condicionalidades para acesso e a questão do desenvolvimento da família e suas potencialidades que precisam ser trabalhadas. Entende que a região Norte, por suas dificuldades próprias, precisa de maior apoio e de fortalecimento dos conselhos. Finaliza dizendo que em relação à dignidade, "a gente precisa acreditar que o ser humano ainda é capaz".

Edineuza Oliveira – Rio de Janeiro – "Dignidade é aquele olhar e o reconhecimento de que existe o outro, que você não está sozinho e que vive em sociedade". Considera que os trabalhadores têm que falar de dignidade e pensar sua dignidade em termos de salários e condições de trabalho. Refere-se ao depoimento de uma usuária no dia anterior que trouxe confiança nos trabalhadores, uma vez que falou como cidadã. "Aquela mulher negra que a gente ouviu foi um dos discursos mais brilhantes que eu ouvi e ela encheu minha vida de esperança; e aponta que é possível a gente caminhar e ter responsabilidades."

Francisvaldo Rocha – Piauí – Considera que "a maior deficiência não é a pessoa com deficiência; a maior deficiência é aquele que acha que não têm deficiência e discrimina as pessoas com deficiência". Considera que a assistência social não está funcionando integralmente no interior, que há secretarias praticamente abandonadas e que as assistentes sociais ganham muito pouco e não estão sendo valorizadas. Afirma, em relação ao seguro defeso, que há estados que não tem pesca e tem pessoas recebendo e ninguém fala nisso porque tem vergonha ou medo de morrer. "Estão recebendo dinheiro que é meu, que é nosso, não é de governo, não, o dinheiro é do povo e muitas pessoas não têm coragem de falar isso." Defende ainda que as pessoas com deficiência e os idosos que recebem BPC tenham direito ao 13º salário, "que possa se transformar em uma aposentadoria digna para que eles tenham o direito de sobreviver mais dignamente".

Cristiano Miguel – Alagoas – Enfatiza o fato de ser deficiente visual e que "as oportunidades eram nulas e eu persisti; hoje estou em uma conferência nacional lutando pelos direitos do meu segmento, os direitos que existem, as leis estão aí só que não estão sendo cumpridas". Considera que as propostas que sejam aprovadas devem englobar todos os segmentos: "pessoas com deficiência, moradores de ruas, idosos e outros". Questiona como se pode falar em dignidade e

acessibilidade na conferência, se nem tudo no evento era acessível – nem todos os materiais foram entregues em braile desde o início, e um dos hotéis não era totalmente acessível para os cadeirantes e tiveram que mudar. Como exigir dos municípios e dos estados se nem a nacional cumpre? Acrescenta, enquanto profissional assistente social que é, que os trabalhadores precisam ser mais valorizados, incluindo melhores salários. Chama a todos para "lutar pela nossa dignidade para que nós profissionais também não venhamos necessitar futuramente de programas socioassistenciais".

Bianca Fick – Campinas (SP) – É usuária do Centro POP e gostaria de ser tratada com dignidade, não ficar dependendo só do Bolsa Família ou mesmo de passes para ir até o serviço. Gostaria de ser incluída também em um emprego para não depender mais dos benefícios. "Gostaríamos ao menos de ter a oportunidade de dar o primeiro passo como cidadão, como vocês."

Aparecido Oliveira – Porto Seguro (BA) – Educador Social. Afirma que, em relação à dignidade humana, a mudança da qualidade de vida decorre de suas atitudes. Considera que é necessário mais coragem, determinação, fiscalização e engajamento dos trabalhadores do SUAS. Questiona se quem comanda a política, "ao menos em nível municipal, está realmente imbuído em defender aqueles que mais necessitam?" Aponta o primeiro-damismo como uma questão ainda não resolvida.

Wagner Santana – São Paulo – Considera importante, para a discussão da dignidade humana e justiça social, que sejam abordados os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, sob responsabilidade da ONU, e dos quais o Brasil é signatário. Refere o primeiro objetivo que trabalha a erradicação da extrema pobreza e da fome, cuja quantidade está sendo alcançada, mas que até 2030 deve ser erradicada totalmente no território nacional. Considera ainda que para atingir a justiça social é preciso pensar nos trabalhadores do SUAS, em especial os assistentes sociais e, neste sentido, defende que o Congresso Nacional aprove o projeto de lei do piso salarial para a categoria.

Adelina Francisca De Souza – São Sebastião (DF) – É usuária do CRAS e atua no "método saber". Afirma que as quatro profissionais envolvidas estão sem receber há quatro meses. Reclama da

repressão policial em relação aos vendedores informais, sem registro, enquanto não atua em relação aos ladrões. Afirma que o CRAS tem pessoas boas e outras que não se interessam. Relata sua experiência de vida – e aos 75 anos trabalha com dignidade: "Eu sou mulher da verdade, criei nove filhos, adotei mais um, foram dez, já criei cinco netos e peço a Deus forças para me dar, prolongar a minha vida mais para frente para me deixar criar mais. Ainda tem mais coisas".

2. Participação social como fundamento do Pacto Federativo no SUAS

Convidados:

Pedro de Carvalho Pontual

Raquel Raichelis Degenszajn

Mediador: Carlos Ferrari

Pedro de Carvalho Pontual

Possui graduação em psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) concluída em 1976, mestrado em Educação também pela PUC (1995) e doutorado em Educação pela PUC (1999). É presidente honorário do Conselho de Educação Popular da América Latina. Tem experiência na área de educação, com ênfase na área de educação popular, atuando em temas como educação para a cidadania, políticas públicas, gestão democrática e participação social.

"Bom dia a todos e todas. Queria dizer da minha honra e emoção de estar aqui com vocês nessa X Conferência Nacional de Assistência Social. Em primeiro lugar, aqui como educador popular, na minha trajetória sempre tive na Assistência Social e no trabalho que vocês desenvolvem um alimento fundamental para o trabalho da educação popular. Em segundo lugar, de poder estar nesse momento tão importante de avaliação de 10 anos do SUAS e de projeção de um futuro para 2026, para consolidar o SUAS de vez. Aqui me cabe falar um pouco a respeito dos fundamentos da participação social na ideia de um pacto federativo. E eu começaria falando sobre como é importante pensar no conjunto da política de assistência social, mas isso a minha companheira de grande jornada, a professora Raquel, vai falar. É preciso pensar um novo pacto federativo pela participação social. Começo afirmando que em primeiro lugar é fundamental o reconhecimento da participação social como direito, como direito humano e como direito constitucional. E temos já

isso reconhecido na Declaração Universal dos Direitos Humanos, na Constituição de 1988 e no Plano Nacional de Direitos Humanos, o famoso PNDH 3. A pergunta que eu coloco depois para o debate é a seguinte: será que no cotidiano das nossas práticas temos conseguido trabalhar com a cidadania no sentido da percepção de que participação social deve ser um direito e não apenas uma atitude de bondade de um governo ou outro? Porque para mim isso é uma precondição à compreensão da pactuação social como direito para que ela se torne efetivamente uma política de Estado e não apenas uma política do governo de plantão. Em segundo lugar, é preciso entender a questão da participação social como uma das dimensões fundamentais de uma democracia substantiva. Temos na construção democrática a chamada democracia representativa, fundada no princípio do voto, da eleição dos representantes, mas para que ela se torne efetivamente uma democracia substantiva a pactuação social vem incorporar a construção democrática à chamada democracia participativa, ou seja, aquela dimensão da democracia que se ancora na concepção de que as definições e autorizações para as decisões públicas competem ao conjunto dos cidadãos.

Então, se nós queremos pensar em uma democracia de verdade, tem que associar essas duas dimensões e tem que incorporar fortemente a democracia participativa como seu elemento constitutivo. Quando construímos a política nacional de participação social – sobretudo nos doze últimos anos em que se ampliou muito no âmbito do Governo Federal –, estabelecemos e nos referimos a algumas diretrizes que são fundamentais para podermos chegar àquilo que considero elemento efetivo para o pacto federativo: a criação de um sistema nacional de participação social. Mas falando desse princípio da política, quero destacar alguns deles: primeiro, a necessidade de que uma política nacional de participação social promova e concretize essa ideia da participação social como direito humano e como direito constitucional; segundo, que ela promova o que chamamos de uma cultura da participação social; terceiro, que ela possa fortalecer e aperfeiçoar a participação social como método de governo, ou seja, que em todas as ações, que em todas as práticas do governo a participação social seja um ingrediente essencial da acumulação das políticas; quarto, que ela possa promover a participação social na formulação, implementação, monitoramento e avaliação das políticas. E aqui fica uma pergunta para vocês também debaterem: até que ponto a participação social que vem sendo desenvolvida no SUAS tem conseguido promover a participação em todas essas bases que compõem o ciclo das políticas públicas, ou seja, na formulação, implementação, monitoramento e avaliação? A participação social deve também consolidar a relação com a sociedade civil, promovendo e apoiando as suas iniciativas, contribuindo para o fortalecimento da sua autonomia, e ao mesmo tempo

reconhecendo e integrando os atores da sociedade civil nos diversos mecanismos institucionais de participação social; quinto, é preciso – e aí entramos diretamente no tema do pacto federativo – que essas diretrizes estabeleçam canais de articulação entre gestores e atores da sociedade civil nas três instâncias de governo, no Governo Federal, nos governos estaduais e nos governos municipais; sexto, é preciso que a gente trabalhe muito para consolidar a participação social no sentido de promover programas de formação de capacitação, tanto de gestores públicos, quanto de lideranças da sociedade civil sobre a temática da gestão participativa – e aaqui fica também uma pergunta: temos investido nas três esferas de governo efetivamente em processo de formação, capacitando gestores e lideranças da sociedade civil para a consolidação dos canais de participação social?

Considero, assim, que devemos trabalhar com essa ideia de um novo pacto federativo pela participação social, que é a constituição de um sistema nacional de participação social ancorado nessas diretrizes às quais eu me referi. Esse sistema nacional de participação social, para que seja vivo e promova sinergia entre as três esferas de governo, deve ter algumas características: não pode ser simplesmente um sistema hierarquizado; não deve ter uma hierarquia; deve ser um sistema flexível, aberto a mudanças e inovações; deve ser um sistema sustentável, ou seja, que nas três esferas de governo haja efetivamente empenho, políticas e recursos para que a participação social possa se desenvolver; e deve promover a articulação dos movimentos de participação já existentes, dos instrumentos de participação existentes com as novas linguagens de participação social – falo, em especial, com a linguagem das redes sociais, com a linguagem da participação digital.

Em que medida temos conseguido associar essas duas formas de participação social: a participação que se dá em nível presencial, dos canais e instrumentos já existentes, com a linguagem que vem se consolidando enquanto linguagem de mobilização social, que é a linguagem das redes sociais, da participação digital? Esse sistema nacional de participação social, portanto, deve ter algumas diretrizes: uma delas é justamente fortalecer nas três esferas de governo a ideia de participação social como método de governo, devendo promover o aperfeiçoamento dos instrumentos de participação já existentes.

Precisamos repensar a questão dos conselhos, das conferências, das ouvidorias, criar novos instrumentos de participação, novas formas de participação e promover, principalmente, muito fortemente a articulação e a interdependência entre esses vários instrumentos, tanto os já existentes, quanto os que se criam. E deve-se promover a ampliação das formas de participação,

incorporando aquele cidadão que ainda não está presente em nenhum desses mecanismos e instrumentos de participação social. Para que isso seja possível é preciso estabelecer a construção de um novo pacto federativo, um verdadeiro pacto nacional pela participação social. Um compromisso nacional para a participação social deve estabelecer um pacto pela democracia participativa nas três esferas de governo, consolidar todos os avanços já existentes e promover novas formas de participação social para que a participação social seja efetivamente um método de governo. Precisamos investir muito no tema da formação, na formação de gestores e lideranças da sociedade civil.

Por fim, uma última palavra, é preciso pensar na participação social como algo que se consolida passo a passo em um método de governo, mas sobretudo em uma política de Estado; e aqui fica também um recado em relação ao momento que nós estamos vivendo – só é possível termos a participação social como método de governo e como política de Estado no âmbito de um estado democrático, que não aceita rupturas institucionais, que não aceita a violação de mandatos legitimamente constituídos. Muito obrigado."

Raquel Raichelis Degenszajn

Possui graduação, mestrado e doutorado em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e pós-doutorado pela Universidade Autônoma de Barcelona/UAB (2012-2013). É professora-assistente doutora da PUC-SP. Foi vice-reitora acadêmica da PUC-SP (2000-2004) e coordenadora do Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social (2009-2011; 2011-2013). Atualmente é coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas Trabalho e Profissão do Programa de Estudos Pós-Graduados (PEPG) em Serviço Social da PUC-SP, cadastrado no diretório do CNPQ. Pesquisadora da Coordenadoria de Estudos e Desenvolvimento de Projetos Especiais (CEDEPE-PUC-SP) e bolsista produtividade do CNPQ, com produção nas áreas de fundamentos do Serviço Social, trabalho, política social, gestão pública, política de assistência social, SUAS, democratização e controle social. Autora de livros, capítulos, verbetes e artigos publicados em revistas especializadas de serviço social e ciências sociais no país e no exterior.

"Bom dia a todos e a todas, delegados, delegadas presentes nesta X Conferência Nacional de Assistência Social. Cumprimento o CNAS por essa organização, o MDS e agradeço o convite, a honra e a grande responsabilidade de estar aqui neste momento para compartilhar com vocês o

debate, a discussão de um tema tão importante quanto esse da participação e do controle social. Este é um momento privilegiado, pois as conferências representam espaços privilegiados de participação, de democratização e de deliberação sobre os rumos da Política de Assistência Social em nosso país, que tem a atribuição de avaliar o seu desempenho, de conferir o desempenho da política nos três níveis e propor diretrizes para seu aperfeiçoamento. Mais ainda, porque neste momento em que estamos realizando o balanço dos dez anos do SUAS e programando, prospectando o Sistema Único para mais dez anos. Portanto, para debater o tema proposto da participação e do controle social temos que começar discutindo este próprio espaço em que estamos, o que implica garantir voz e voto aos distintos segmentos sociais aqui representados para que possam se expressar, decidir sobre diretrizes e prioridades, produzir impacto nas agendas governamentais e na vida, especialmente dos usuários, de suas famílias, e da população em geral.

Como o Pedro acabou de colocar, conferências e conselhos fazem parte de um sistema nacional de participação que foi definido, no caso da Assistência Social desde a LOAS, desde 1993, e ali já tinha um sentido que procurava inverter a ideia de controle social, que no capitalismo historicamente se faz do Estado sobre a sociedade. Então, desde a Constituição Federal, desde a LOAS, um princípio, um conceito fundamental é a revisão da própria ideia de controle social, invertendo a direção desse controle, fazendo com que a sociedade, os grupos organizados, coletivamente possam controlar as ações do Estado, fiscalizar, acompanhar as políticas públicas de maneira geral.

O tema proposto para essa conferência tem uma importância estratégica, pois vários conferencistas desde ontem estão colocando esta questão – passados exatamente dez anos de implantação do SUAS, temos que nos perguntar: o que conseguimos avançar? O que conquistamos? Quais são os desafios que permanecem? Como faremos para enfrentá-los? Principalmente diante de uma conjuntura política complexa de implantação de medidas de ajuste econômico que ameaçam as conquistas sociais da última década, que cortam direitos históricos e penalizam a classe trabalhadora, especialmente as camadas mais vulnerabilizadas, temos que nos unir na luta para impedir retrocessos no SUAS e na seguridade social, inclusive lutando por uma seguridade social mais ampla do que essa definida na Constituição Federal, e isso só se consegue com muita participação e controle social no sentido em que estão sendo colocados. Esse me parece um dos maiores desafios do SUAS – fortalecimento da participação e do controle democrático de sua gestão.

As práticas de participação e controle social que foram definidas pela Constituição Federal de 88 e amplamente incorporadas pelas políticas sociais, inclusive pela Assistência Social desde a década de 90, trouxeram avanços inegáveis na gestão pública, na constituição da política de assistência social como política pública, mas não significa que deixaremos de reconhecer os limites e o caráter restrito da efetiva partilha de poder entre governos e sociedade civil. É tarefa dessa conferência de assistência social problematizar as resistências, as tensões que se colocam nas relações entre governo e sociedade civil e também em cada uma dessas instâncias, entendendo que essas tensões são parte da disputa política que se trava hoje em uma difícil correlação de forças para trabalhadores e para o campo popular.

Embora desde a Constituição Federal muitas práticas participativas tenham sido colocadas em funcionamento, como, por exemplo, os fóruns, as plenárias populares, as audiências públicas no processo de construção, priorizamos a participação nos conselhos estaduais, nacional e municipais. Os conselhos foram privilegiados nesse processo e esse foi um movimento que mobilizou grande número de sujeitos, principalmente nos municípios, e que permanecem ativos até hoje em todo o país. Por isso, quero colocar de saída que os conselhos representam uma conquista da sociedade civil pela democratização do Estado e da própria sociedade, mas que exige um esforço continuado de todos os sujeitos comprometidos com essa construção. O que está acontecendo hoje, segundo o que observamos em nossa experiência, nos estudos que têm sido feitos, depois de mais de duas décadas de experiência conselhista, se pensarmos que a saúde começou a implantar os conselhos e logo depois a Assistência Social e outras políticas, percebemos que hoje os conselhos têm sido muito discutidos, avaliados, questionados, provocando um acalorado debate sobre sua efetiva possibilidade de interferir na produção e nas prioridades da ação política, para que de fato as necessidades sociais da população possam ser atendidas.

O acompanhamento dos conselhos indica que inúmeras dificuldades, desde sua criação, precisam ser enfrentadas, por exemplo, a sonegação de informações, principalmente em relação ao orçamento, o desrespeito do tempo necessário que conselheiros têm para analisar as propostas dos governos, estes sempre apressando e dizendo que isso é muito importante, que não tem tempo, que precisa ser aprovado quando é preciso tempo para debater, para discutir e para aprovar deliberações tão importantes. Outras dificuldades dizem respeito à nomeação de representantes da sociedade civil sem processo eleitoral, manipulação de regras eleitorais, presidências impostas, burocratização dos conselhos e o cartorialismo ainda presente, como disse

a professora Aldaíza na primeira mesa.

Quero chamar a atenção de vocês para o fato de que no caderno de prioridades há várias propostas de rediscussão, seja da composição, da representação dos conselhos e outras experiências como a da saúde que trabalha com outra forma de representação. Há proposta de eleição de conselheiros nas próprias conferências no sentido de conferir maior democratização nesse processo, e eu acho que precisamos enfrentar isso, esse é o momento de pensarmos em alternativas. Mas na Assistência Social permanece uma questão que é incompatível com o perfil da política pública da Assistência Social e com o processo democrático que ela vive, que é a permanência do primeiro-damismo, ou seja, ainda é forte a presença das primeiras-damas presidindo conselhos de Assistência Social em todo país. A nossa luta deve ser incansável no sentido de romper com esse estatuto do primeiro-damismo, emblemático da cultura política brasileira, patrimonialista, tuteladora, que representa, como diz o Caetano, 'o avesso do avesso do avesso' da política pública no campo da assistência social.

Os conselhos enfrentam inúmeras dificuldades no campo da representação das entidades no caso dos trabalhadores, mas queria chamar a atenção aqui para a questão da representação dos usuários, que continua sendo um grande desafio, talvez o maior dos desafios seja a representação dos usuários nos conselhos, especialmente nos estaduais e municipais que, em grande parte, permanecem sub-representados nos conselhos de Assistência Social. Essa é uma questão política da maior importância porque a assistência social ainda continua sendo confundida com assistencialismo; apesar dos grandes avanços que realizamos, ainda representa um solo fértil, um caldo de cultura para relações autoritárias e paternalistas que reproduzem a subalternidade dos usuários, impedindo que ele se reconheçam como sujeitos de direitos.

O que observamos é que muitos falam em nome dos usuários, tanto governos, entidades e mesmo trabalhadores. É preciso que os usuários falem a própria voz, que não seja sonegado a eles o direito de sua própria fala através das suas próprias organizações de autorrepresentação. E falo isso porque mesmo com a resolução do CNAS, que redefine o que são usuários, o que são organizações de usuários, flexibilizando normas de inscrição das entidades dos usuários nos conselhos, exigências burocráticas de constituição, de diretorias, de atas e de sede continuam sendo feitas no âmbito dos conselhos municipais, e isso não podemos aceitar mais. O Pedro falou da não existência de uma hierarquização no sistema de participação; isso é verdade, os conselhos estaduais e municipais não são subordinados hierarquicamente ao conselho nacional, no entanto é preciso que pactuemos o compromisso de resoluções do conselho nacional que são

fundamentais para democratizar a participação e para fortalecer trabalhadores e usuários nessa representação. Portanto, mesmo a questão da proporcionalidade e da paridade são questões que temos que discutir; além de serem questões numéricas, elas também são questões essencialmente políticas.

O Paulo Vannuchi colocou que a participação exige condições concretas e que não podemos colocar condições iguais quando as situações são diferentes, quando as condições de cada um são diferentes. Então eu pergunto: quais são as condições que os usuários da Assistência Social têm de participar dos conselhos, que são convocados em horários de trabalho, com uma rotina, sendo que os usuários não podem estar presentes sem apoio material, sem condições de infraestrutura, sem conseguir faltar no emprego para poder participar da rotina de funcionamento das instituições, dos conselhos? E isso precisa mudar, se queremos de fato fortalecer essa representação. Os conselhos, portanto, são espaços importantes de participação, mas eu queria chamar a atenção para o que eu disse no começo da minha fala: há muitos espaços de participação, mas os conselhos foram a instância mais valorizada em detrimento de outros espaços de participação.

Defendo que temos que ampliar o conceito de controle social, visto que os conselhos são muito importantes e precisam ser fortalecidos, mas não podem ser entendidos como os únicos espaços de controle social da política de assistência social e do SUAS. Várias experiências, pesquisas e estudos têm mostrado que os conselhos funcionam melhor quando há uma sociedade organizada, quando a representação das bases que estão no conselho são ativas, são mobilizadas e, portanto, é preciso que os conselheiros saiam das suas salas, abram suas portas para a sociedade, para escutar aquilo que está acontecendo nos movimentos populares, nas associações de bairros, nas comissões de moradores, nas comissões de serviços dos CRAS e CREAS.

Os conselhos têm que ser desprivatizados e têm que ser ativados pela mobilização, que muitas vezes está fora dele. Quanto maior a mobilização fora dos conselhos mais os conselhos, as representações terão força para exigir que os gestores cumpram aquilo que foi deliberado e aquilo que foi pactuado nos conselhos. Por isso eu diria que é preciso investir na participação, não só nos conselhos, nos fóruns, nas assembleias, mas é preciso investir na participação, na perspectiva que o professor Pedro Pontual colocou, no cotidiano dos serviços, é preciso investir no trabalho de base com os usuários nos territórios onde estão os CRAS, os CREAS, o Centro POPs, porque o protagonismo dos usuários não se faz apenas nas conferências e conselhos, mas se faz no cotidiano do trabalho em que esses serviços são realizados. E aí o papel dos trabalhadores é

fundamental, eu quero chamar a atenção para a importância de duas instâncias recentemente organizadas e que são fundamentais do meu ponto de vista para fazer avançar a participação – o controle social e especialmente dos usuários e dos trabalhadores. Aqui eu me refiro ao fórum nacional de trabalhadores da Assistência Social, que recentemente realizou sua primeira mesa de negociação, o que é absolutamente fundamental para discutir muitas das coisas que foram colocadas aqui, precárias condições de trabalho, precariedade de contrato, de salário etc. e uma questão fundamental, que essa conferência vai precisar validar, que é a recente criação do fórum nacional de usuários da assistência social, fundamental para fazer avançar o processo de consolidação da representação dos usuários através da sua própria fala, das suas próprias entidades de representação.

Quero terminar dizendo o seguinte, para lutar contra possíveis retrocessos e reafirmar coletivamente o SUAS que queremos foi dito aqui desde ontem: público, radicalmente democrático e participativo, capaz de consolidar outro lugar para usuários e trabalhadores; no SUAS é preciso fortalecer a participação em todos os níveis, e essa conferência tem um papel fundamental de apontar diretrizes para dez anos na perspectiva de fortalecimento do papel dos usuários e dos trabalhadores no SUAS. Termino com as palavras de um professor recentemente falecido, um importante intelectual marxista, Edmundo Dias: 'A democracia, mesmo a mais limitada, interessa mais aos trabalhadores do que a ditadura mais esclarecida do capital'. Muito obrigada."

Comentários dos participantes:

Sr. Dipson Flores – Amazonas – "Representando aqui usuários, delegado nacional a convite do Conselho Nacional de Assistência Social. Eu acho de grande importância esse momento da discussão, mas não equivale aqui à 'debatência', mas sim o dia de amanhã quando vamos discutir as ideias e as dificuldades que nós enfrentamos. A hipocrisia que se dá é que as falas são muito bonitas, mas a realidade é totalmente diferente; lá, nós que vivemos no Amazonas, um Brasil dentro do outro Brasil onde as nossas dificuldades são a logística e o descompromisso que muitas vezes a fala da professora citou aqui, que a demasia de colocar as primeiras-damas no poder, que nossos conselhos não funcionam, onde os senhores secretários colocam pessoas de influência para que não haja democracia e respeito pelas políticas públicas de Assistência Social.

O nosso município e tantos outros municípios que sofrem pela falta de compromisso dos seus gestores, que coloca em demasia para que sejam aprovados os seus projetos da forma que querem sem a participação social. Então é essa a minha revolta de tanto tempo: que não é feita a participação social, aquilo que se ampara na Constituição Federal, a participação de uma proposta, de unir o governo e a sociedade e assim de fato teremos uma política que vai abranger e atingir os usuários. Muito obrigado."

Sr. Jesaías Rosário – Norte – "Eu queria que vocês olhassem mais pelos moradores de rua; eu sou representante, morador de rua, e vejo as dificuldades que nós temos no nosso estado. E como eu vejo em outros estados alguns projetos que são colocados, eu queria que vocês, aliás, nem um pouco mais para gente, e mostrassem uma coisa mais digna, é isso, muito obrigado e até a próxima."

Sr. Richard Campos – "Eu tenho duas… eu tenho duas colocações para fazer: a primeira, ela ainda antecede um pouco, tem a ver com o tema que surgiu na outra rodada de conversas, eu queria poder falar sobre isso assim… primeiro, eu acho fundamental a gente poder discutir a participação social quando a gente tem uma quantidade imensa de usuários participando desse processo. Mas eu queria também lembrar, porque na outra inscrição teve uma fala que falou muito mal das atuais condições que se tem nesse processo de conferência para participação social dos usuários. Eu queria poder lembrar cada delegado e cada delegada que está aqui, para que nós pudéssemos participar de um Estado democrático de direito. Tiraram muitas outras pessoas que tiveram condições muito piores do que as nossas para garantir a participação social em processo como esse. Então, eu queria que a gente pudesse partir do critério da razoabilidade e que a gente não ficasse só enchendo o conselho de críticas; eu acho que tem de encher, mas que a gente também lembrasse que pessoas como Dilma Rousseff, como Leonel Brizola, por exemplo, como lutar contra, eu acho que hoje se tivéssemos direito à livre expressão, essas pessoas tiveram condições ainda piores. Então que a gente não fique fazendo uma fala de ter em relação as condições da conferência, porque eu acho que tem muito que melhorar, mas certamente a gente está em uma condição bem melhor do que muitas pessoas já tiveram."

Sr. Diomar Duarte – Ceará – "Eu sou Diomar Duarte do estado do Ceará, da cidade de Várzea

Alegre, a cidade mais alegre do Brasil. Esse conselho é muito importante, porque eu estou aqui graças à participação em conselhos. Desde 2005 eu participava de conselho de representantes de pais na escola, e dentro dos conselhos eu resolvi voltar a estudar graças a Deus e melhorar o grupo de convivência familiar dentro da minha casa. Então depois de quinze anos eu estudei, me formei, fiz concurso, passei e eu saí da pia e do tanque, e hoje sou Assistente Social em uma conferência nacional graças a políticas públicas, onde o município faz a participação e usa a garantia de direito para todos. Está bonito a LOAS, é a pupila dos olhos da assistência, mas é preciso que chegue aos pequenos municípios, aos gestores, aos secretários, aos profissionais na garantia de direito, para que façam valer essa lei, porque ela é bonita. O Brasil precisa continuar com essa garantia de direito para que todo mundo participe, tenha a participação popular."

Sr. Darci Vale – Rio de Janeiro – "Eu sou Darcy Vale, eu sou do Rio de Janeiro, da cidade de Porciúncula, cidade mais mineira do estado do Rio de Janeiro. Eu quero dizer que, para nós consolidarmos o SUAS rumo a 2026, precisamos do nosso município, no estado, onde nós estivermos, dizer não ao corte na área social, não ao corte na área social, como há rumores. Para consolidar o SUAS em 2026 nós precisemos mandar e-mails para o Congresso, para todos, senão nós vamos enxugar gelo, nós vamos retroceder. E nós, como representantes do município e do estado, podemos mandar e-mails para os nossos deputados, para os senadores do nosso estado. Nós podemos retroceder e quando nós falamos de projeto social nós não levantamos bandeira política, nós temos paixão é por pessoas, pelas necessidades das pessoas. Não podemos levantar bandeiras porque os políticos trocam a todo momento, mas nós estamos lá no nosso município. Por participar desse projeto aqui eu pude ver, pude participar, conversar com vários representantes de vários estados, nós precisamos ter paixão por servir as pessoas, porque a gente segue a Deus quando nós servimos as pessoas. Essa é a minha fala."

Sr. William – Minas Gerais– "Sou William, sou de Minas Gerais e vim aqui, mas eu tenho uma colocação. Eu vi uma reportagem durante a semana na Internet, depois no Facebook, Twitter, que estão querendo tirar os direitos dos deficientes, estão querendo acabar com os direitos que têm no estudo, no estacionamento, em todos os direitos que nós deficientes temos, vamos lutar para que os direitos nossos, que é direito federal não sejam ultrapassados. É isso que a gente tem que fazer, porque se nós não lutarmos pelos direitos nossos quem vai lutar por nós?"

Sra. Ana Carolina – Rio Janeiro – "Sou Ana Carolina do Fórum Estadual dos Trabalhadores do Rio e da coordenação do fórum nacional dos trabalhadores do SUAS. Considero esse momento importante, e é uma pena que, com o avançar do horário, a gente está com espaço esvaziado, porque é um espaço para gente estar maturando, amadurecendo as discussões para as dimensões. Bom, estamos aqui discutindo participação social. A professora Raquel colocou de forma muito feliz, foi muito feliz na colocação quando falou da questão das ações de poder, das tensões que existem no cotidiano dos demais, dos diversos segmentos; a gente tem o segmento GOV, a gente tem na sociedade civil as entidades, os trabalhadores, os usuários, e a gente sabe que na realidade esses espaços não se dão necessariamente de forma harmônica – isso não é um grande problema, a gente entende que isso faz parte dos processos de construção democrática e de política pública. Uma coisa importante que a gente tem discutido é a necessidade de estabelecimento de uma relação, de uma resolução, de uma normatização em âmbito nacional para a gente pensar nos votos para o processo eleitoral, para gente pensar o processo eleitoral da sociedade civil. Não é em todo município, não é em todo o estado que a gente tem a eleição por segmento no sentido de cada par votar no seu par, o trabalhador vota no trabalhador, entidade vota em entidades, o usuário vota no usuário, isso se faz necessário, isso não é uma realidade de âmbito nacional; alguns municípios, alguns estados funcionam dessa forma, mas não são todos, e isso é uma questão importante para gente pensar, porque considerando que esses espaços não se dão sem tensões é necessário a gente pensar em legitimidade de eleição nas escolhas dos nossos representantes. Então, algo importante para a gente estar pleiteando, a gente vai levar isso para a discussão da dimensão dois é por que não em âmbito nacional a gente regulamentar isso? O trabalhador vai votar no trabalhador, o usuário, quem vai escolher o seu representante de usuário é o usuário, porque senão a gente tem lá a composição dos nossos conselhos respondendo a interesses que não necessariamente respondem aos usuários, os trabalhadores das entidades. Exato, muito obrigada."

Sr. Leonildo Prado – Maranhão – "Primeiro, eu quero lamentar a vacância do plenário, eu acho que é uma falta de respeito com as falas dos colegas, pessoas que vão estar na roda de discussão das propostas, eu acho que elas não têm direito de participar, porque não estão vendo as falas dos colegas. Sou do estado do Maranhão, estou aqui, eu também reclamo da nossa delegação que, se brincar, só tem quatro pessoas. Eu quero focar mais a fala da professora Raquel no sentido dos

conselhos; os conselhos estão formados de direitos, as leis estão aí, mas quando a gente vai lá para a ponta que é os municípios, é feita ou não eleição dos conselheiros, em especial os usuários no conselho, infelizmente nossos conselhos têm pessoas que vão lá para defender interesses pessoais, os seus próprios egos e dizer: hoje eu sou conselheiro. Ou foram colocados pelo prefeito, ou indicado pelo secretário. E conselho não é para isso, não. É para discutir o que precisam os usuários e a sociedade nos nossos municípios e no estado. Infelizmente no nosso estado também há pessoas que defendem seus próprios egos e aqui eu estou representando os usuários, sou vice-presidente do conselho no meu município, e meu município precisa muito melhorar e essas leis também – uma vez que são garantidas tem que ser colocadas em prática pelos nossos prefeitos, nossos gestores, nossos governadores.

O conselho não é só de nome, conselho é para trabalhar, porque no nosso município, no nosso estado tem muita coisa para fazer, no nosso município, sou do município de Timon, não é diferente no município do Maranhãozinho, não é diferente no de São Bento e nem no município de Pinheiros, onde tudo isso acontece. A falta de consideração pelos conselheiros lá, a gente não pode pegar a prestação de contas, a gente não pode decidir o quanto tem que gastar, a gente não pode dizer o que tem feito, porque o gestor chega lá e diz: 'eu quero ver aprovado e preciso que seja agora'. Muito obrigado."

Sra. Célia Lurdes – "É uma satisfação muito grande estar aqui participando dessa X Conferência, porque é um sonho que eu tenho desde 2009 e fico indignada, não só agora, desde do período da manhã que eu estou percebendo que as pessoas querem consolidar o SUAS de que jeito? Cadê a plenária? Estão pensando em almoçar, estão pensando em bater perna na rua? Acho que a gente lutou para estar aqui hoje, é recurso público que está sendo gasto. Gente, que feio, a plenária está vazia, eu quero deixar aqui a minha indignação de repúdio contra essas pessoas que saíram, andaram seis quilômetros, 1.200 quilômetros, deixaram suas famílias para vir passear e não vir aqui defender o SUAS. Muito obrigada."

Sra. Maria Goreti da Silva – "Sou solidária à fala da colega anterior. Mas eu queria instigar o povo aqui a pensar que a Assistência Social, saúde, tudo isso, conselho, tudo isso é muito bom, mas eu acho que a gente deveria consolidar isso dentro da educação. A gente não pode ficar pensando num passado e num presente com utopia para o futuro; a gente tem que consolidar isso na

educação, somos grêmios, na juventude, porque o futuro do Brasil eu penso que ainda seja a herança que nós hoje possamos plantar para o futuro. Então que seja aqui, que seja como reflexão também para os palestrantes, para que nas suas falas empoderem isso tudo dentro da educação, para que isso fique sólido de verdade, sem raízes, porque o SUAS se faz ainda hoje pela necessidade do desconhecimento do cidadão – quando o cidadão realmente precisa do SUAS, ele precisa na linha do assistencialismo mesmo, ele não entende, o usuário ainda não sabe o que é essa política, ele não entende para que veio essa política. Se a gente fosse fazer aqui uma grande votação, e a gente fosse essa para quem é usuário, quem é gestor e profissional, nós usuários estaríamos no prejuízo. Então, a gente tem que refletir essas questões. Vamos também colocar o SUAS na educação; eu só vejo o futuro se for começando por aí. Obrigada."

Sr. Malon Aragão – "Meu nome é Malon Aragão, sou da delegação da terra do frevo e do maracatu do estado do Pernambuco, estado mais bonito dessa federação. Pois bem, elogios à parte as minhas terras, eu acredito que a gente deve começar a discutir a participação social a partir de uma construção histórica do nosso país, em que esse país não foi acostumado, as pessoas não foram acostumadas a participar. Nós passamos por um grande processo de ruptura da democracia brasileira com a ditadura militar, e aí eu trago isso com ênfase muito grande até pela formação de professor de história, porque na realidade nesse período os brasileiros e as brasileiras foram impedidos depois de 64 de participar. E aí nós queremos como uma fórmula mágica que essas pessoas participem hoje, nós temos que construir esse processo de participação social. A ditadura rompeu com isso e nós não podemos fazer com que isso continue. Agora, como é que nós vamos fazer isso? E aí a companheira, como a companheira falou aqui antes que é a partir de diversos espaços, como, por exemplo, as pessoas não estão mais participando, os conselhos escolares, por exemplo, não funcionam muitas vezes, nós temos que fazer com que isso ocorra. O poder e a legitimidade da representação do conselheiro e da conselheira, independentemente de sua participação ser governamental ou da sociedade civil.

Nós temos que garantir a existência desses grupos, a persistência dessa função. Uma das deficiências que nós temos nos próprios conselhos é a autorrepresentação, eu me represento, eu me basto, eu sou absoluto. Isso acontece porque a representatividade não vem com o arcabouço por detrás, não tem quem nos dê sustentação, e essa sustentação é necessária para que quando nós estivermos lá nos conselhos, em diversos espaços, nós possamos ter essa representatividade. O que ocorre ainda é que muitas vezes muitos oprimidos acabam querendo se tornar opressores,

e existe essa ideia de que muitas vezes o conselho se torna oposição ou situação, mas o que nós devemos fazer é fortalecer o conselho.

Sra. Elaine – Espírito Santo – "Meu nome é Elaine, eu sou do município de Vitória, moro no Espírito Santo e venho aqui fazer a declaração a respeito da fala da mesa, que disse que nós somos usuárias da assistência social por direito, constituído por lei e que é preciso melhorar muitas coisas na assistência. Concordo plenamente, e venho também diante da fala de alguns amigos que moram no interior e que estão insatisfeitos com a gestão de lá. Quero dizer para todos que eu moro na capital, uma cidade linda, Vitória, mas que infelizmente hoje, exatamente hoje, os CRAS estão fechados, porque as assistentes sociais estavam pagando passagem com o próprio dinheiro para ir trabalhar, isso é uma coisa absurda e sabe por que elas tiraram dinheiro do bolso? Porque elas não queriam ver a porta do CRAS fechada, mas só que pior do que não ter a passagem é o centro de convivência que está vulnerável, sem os salários de novembro. Então assim é uma vergonha, e aí o prefeito cortou a verba da Assistência Social, diminuindo −28% o orçamento para ser aprovado para 2016, quando ao mesmo tempo aumentou na publicação para divulgação, ele aumentou a verba justamente o que a assistência precisava, de 11,5 milhões, ele liberou essa verba. Então como que vamos dar poder ao trabalhador do SUAS, se ele não tem nem passagem e nem salário para ir trabalhar? E eu acho assim, tirar, eu agradeço muito pelo apoio das entidades, só que o que eu acho é que isso torna o serviço muito vulnerável, porque tem entidade que trabalha sem receber recursos para os serviços, não é nem com fins lucrativos, são para os serviços, e aí fica com aquela bomba na mão e joga a bomba fora. E aí somos nós, os usuários que são prejudicados nessa história. Então precisamos, sim, consolidar o SUAS para 2026, principalmente com concurso público, porque é mais caro manter a entidade, fazer o serviço terceirizado do que cumprir a sua obrigação.

Sra. Geílza – Sergipe – "Sou estudante de serviço social. O SUAS de hoje e o SUAS de 2026 têm que ser totalmente diferente, porque muitos falam de direito igualitário, mas eu pergunto a vocês: será que é verdade, será que existem mesmo esses direitos igualitários para todos? Não, existem apenas para aqueles que estão ali, mas tem muitos em situação vulnerável a tudo isso, tem muitos deficientes que não podem estar aqui, mas estão aqui. Então eu falo em nome daqueles que estão aqui como eu e com outros mais. Pessoal, o SUAS de hoje, eu sou assistida pelo SUAS, porque recebo o BPC, é com ele que eu pago a minha faculdade, mas assim, eu não falo tanto por mim, mas por outras pessoas que necessitam, vamos aprovar projeto que realmente dignifique o ser

humano, que tenha mais inclusão social e mais humanização. Obrigada."

Sra. Cláudia de Jesus Oliveira – São Paulo – "Eu penso que é importante o que a professora Raquel trouxe sobre a ampliação da participação; o que muitos delegados falaram é que talvez o que nós vemos aqui representa o quanto nós estamos implicados com a participação, inclusive lá nos espaços dos municípios. Eu faço parte de um conselho municipal de assistência também, e a gente sabe cotidianamente: é um desafio todo dos dias fazer controle social, isso passa por compromisso. E aí eu queria pegar uma fala que foi colocada pela roda de que isso tem que ser ampliado e cotidianamente no chão de serviços. Eu queria colocar como observação: qual é a estrutura dos serviços e qual é o conhecimento que os trabalhadores levam para esses serviços, e como a gente tem se organizado para dialogar com os usuários daquelas realidades que passam pela vida deles? E eu queria colocar o seguinte: serviço da assistência acontece ou deveria acontecer como é preconizado na tipificação; infelizmente a gente vê muitas coisas que atravessam os serviços como prova, por exemplo, a inclusão produtiva, não é uma resposta da Assistência Social, não deveria ser cobrado do CRAS, por exemplo, não deveria ser cobrado das equipes de referência, mas por vezes se perde tempo em discutir a inclusão produtiva, oficinas e não se discute a estratégia de trabalhar a participação com os usuários lá no chão do território. Obrigada."

Sr. Carlos Eduardo Queiroz – Bahia – "Pegando gancho da fala dos demais companheiros, como nós estamos com o tema, consolidar o SUAS até a 2016, eu levanto uma questão companheiros – inclusive ao professor que construiu conosco a primeira conferência sobre transparência e controle social. Companheiros, precisamos nessa conferência garantir, sim, a maior efetivação dos programas de transferência de rendas, sim, mas acima de tudo temos de sair dessa conferência com o indicativo de 5 ou 10% do orçamento da União destinado ao Sistema Único da Assistência Social. Porque programa de transferência de renda, isso passa e hoje infelizmente o SUAS não tem um, que dirá cinco. Outra coisa, eu não me apresentei, eu sou Carlos Eduardo Queiroz, de Salvador, Bahia. Outra coisa, companheiros, nós trabalhadores precisamos aprovar uma moção indicativa ou, nos grupos de trabalho, a função de carreira de auditor do Sistema Único Da Assistência Social para que esses auditores venham auditar conselhos de participação e controle social. Muitas vezes a representação, ou seja, o conselheiro da assistência é da sociedade civil, na saúde, e ele é trabalhador, ou seja, fica esse círculo com os mesmos conselhos. Precisamos auditar

as contas de secretarias de ações sociais e prender esse meio mundo de prefeitos e gestores; me desculpem o termo, ladrões que roubam o dinheiro da Assistência Social. Muito obrigado."

Sr. Antônio Regivaldo – Pará – "Somos de uma região amazônica – o fator amazônico pesa –, mas as dificuldades são territoriais e em nível nacional. Falar de conselheiros é falar de trabalho árduo, é falar de exclusão, porque quando o conselheiro usuário vai lá com a boa vontade fazer o trabalho, ele é podado, ele é excluído, ele muito menos é informado de quando vai ser a reunião, só é chamado na hora de aprovar aquilo que interessa à gestão; só quando interessa aprovar o relatório de gestão chamam o conselheiro, vai lá, dá cafezinho, dá almoço, promete viagem, promete aquilo… o conselheiro não tem tempo sequer de olhar, analisar qual é realmente seu papel. E quando vai fiscalizar o serviço diz: lá vem o capeta, porque ele vai lá olhar como realmente o usuário está sendo bem tratado, se realmente o espaço é adequado como as normas dizem. Então, meu amigo, ser conselheiro nesse país parece ser tarefa fácil, mas não é, porque não é remunerado igual aos nossos deputados, os nossos senadores, que têm esse papel e não fazem… eles têm o papel de fiscalizar o dinheiro público em cada canto desse país, mas eles não fazem, porque ele têm conluio com o gestor, as gestoras, para roubarem junto, para comerem juntos os dinheiros, porque quando o projeto chega, ele diz: 'Epa, a minha parte tem que vir'. É desta maneira que funciona, porque se o controle social funcionasse desde o Senado até a Câmara Legislativa, não precisava de conselheiro, se as leis desse país funcionassem nós não precisaríamos de vários conselhos, porque a constituição já garante os nossos direitos, viu, senhores usuários, eu sou usuário. Então, meus amigos, concluindo, ser conselheiro não é caso, fica a aqui a minha nota de repúdio."

Sra. Solange Bueno – Florianópolis – "Represento o segmento da pessoa com deficiência visual no Conselho Municipal de Florianópolis, estou como vice-presidente, estou na militância em defesa da Assistência Social já há algum tempo como usuária, como militante, mas gostaria de iniciar a minha fala parabenizando a mesa e também aproveitando esse momento para reforçar os nossos votos de solidariedade aos fatos que recentemente ocorreram na Europa, com as mortes de tantas pessoas, que não esperavam; pelo acidente em Mariana que assolou a cidade e que estamos há um mês acompanhando pelos noticiários; pela chegada dos imigrantes dos outros países e pelas nossas enchentes nos estados do Sul e outras regiões. E chamar a atenção: qual é a política que de quem realmente quer acompanhar e está presente nesses momentos, se não a

política de Assistência social? Onde estão os benefícios? E agora recentemente estamos à mercê de um golpe político nas bases da nossa política, nas bases do SUAS. Chamou a atenção que nesses dez anos o controle social está aí, está à frente lutando contra a precarização do trabalhador, na estrutura dos conselhos municipais, estaduais. Lembrando que nós ainda não vencemos demandas cartoriais, concordo plenamente, hoje a demanda de entidades, que era do conselho nacional, passou para os municípios em relação à inscrição. Estamos enfrentando os processos judiciais, e por isso que eu entendo que nos próximos dez anos é importante efetivar realmente o controle social. Um bom-dia a todos e uma boa conferência!"

Sr. João Maurício Cecílio – Amazonas – "Queria aqui reforçar a fala dos colegas, dos companheiros que passaram aqui, e reforçar dizendo que seria trágico – como se não fosse trágico estarmos falando aqui de participação social justamente quando quem promoveu todo esse processo de conferências municipais e estaduais, ou seja, os conferencistas hoje estão deixando esse importante momento de estar participando diretamente com o auditório aí esvaziado, infelizmente justamente na hora que nós estamos falando de participação social. Sou presidente do Conselho Municipal de Assistência Social e na fala dos colegas (saúdo aqui os dois palestrantes) passaram questões importantes referentes à participação social para a consolidação das diversas políticas públicas. Nós sabemos que as conferências, os conselhos municipais são importantes mecanismos de controle social, de participação social que promovem a proposição, a implementação das diversas políticas públicas. É nesse contexto eu trago dois pontos importantíssimos: o primeiro é de que forma os municípios e os estados estão se empoderando com essas diversas propostas que saem das conferências municipais e estaduais. Fala-se muito na responsabilidade do Governo Federal, mas nós sabemos também que a gestão é compartilhada; temos a responsabilidade do município e dos estados, e infelizmente a gente observa que todas as propostas que saem das conferências municipais se perdem, os gestores públicos municipais acabam não tendo o comprometimento, a responsabilidade com aquilo que é deliberado nas conferências municipais e estaduais. Temos, sim, prioridades, mas muitas questões que seriam de rearranjo, de reorganização dos serviços, as questões muitas das vezes simples, acabam passando pela falta de compromisso, de comprometimento aí dos nossos gestores, nossos secretários, enfim. E um segundo ponto, só para encerrar a minha fala: nesse contexto de intervenção, de tensionamento, nós conselheiros, nós trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social, o que nós estamos fazendo para que esse SUAS ganhe novos rumos, ganhe uma nova cara e contemple

de fato a população? Então façamos essa reflexão, essa autoanálise, essa autocrítica, o que nós, enquanto participantes da Conferência Nacional de Assistência Social, estamos fazendo para modificar, alterar esse sistema único de assistência social para melhor? Fica a minha fala e agradeço a todos. Bom dia."

Sra. Ana Lygia Gomes – Distito Federal – "Meu nome é Ana Lygia, eu sou daqui e do DF, militante da Assistência Social. Primeiro eu queria fazer duas propostas, mas antes queria trazer uma memória aqui – eu fui conselheira do primeiro Conselho Nacional de Assistência Social em 94, assim que a LOAS foi editada. E queria dizer que aquele governo que tomou posse em 94, como a vossa memória pode não estar presente, não queria participação social. É importante dizer isso agora para a gente ter muito claro que participação social é luta, é conquista. A professora Carmelita Yazbek que estará aqui foi a primeira vice-presidente do Conselho Nacional de Assistência Social é uma testemunha importante – nós lutamos para tomar posse nesse conselho que aconteceu em fevereiro, junto com a Abong [Associação Brasileira de Organizações não Governamentais], com movimento nacional de meninos de rua, com o Ibase [Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas], com a CUT [Central Única dos Trabalhadores], e eu representei com muito orgulho o segmento dos trabalhadores pelo Conselho Federal de Serviço Social. Não vim aqui dar especialmente esse testemunho, mas não resisti em reavivar a memória de que participação social é conquista, e quando a gente escolhe um projeto político que quer participação as coisas podem ficar mais fáceis. Mas vim aqui fazer duas propostas importantes – é importante a gente pensar nas estratégias de escolha dos conselheiros, há tempos que eu tenho debatido que os usuários têm que ser escolhidos em espaços ampliados que são as conferências; chega de fazer igrejinha para escolher os conselheiros. Tenho defendido, a conferência nacional de saúde já tem feito isso, espaços colados na conferência não é tomar o lugar da conferência para isso, mas espaços amplos colados na conferência, que seja lugar, por exemplo, o Conselho Nacional de Assistência Social tem que ter seus membros escolhidos em fóruns ampliados, colados na Conferência Nacional, isso para que todo mundo possa participar. A outra e última questão: pensar na estratégia de escolha dos usuários é também um espaço para democratizar a escolha dos usuários. E outra coisa é: o que representa o usuário de fato? Uma vez por todas temos que pensar que às vezes há entidades que são prestadoras de serviços e se colocam como representação de usuários – essa é uma questão importante para definitivamente incorporar essas estratégias para as propostas dessa conferência. Muito obrigada."

Sr. Wagner Santana – São Paulo – "Primeiro quero parabenizar as falas que me antecederam e dizer que fiquei muito feliz em ouvir esse histórico aqui da querida companheira Ana Lygia. Veja só, ao defender a participação, para mim existe uma diferença muito grande quando você faz com a pessoa, com a participação do que fazer para ela, quando você envolve a participação com a pessoa conforme está na política nacional de Assistência social, o impacto e o resultado é muito mais positivo, é muito mais participativa a discussão. Agora, de fato, o CNAS como recomendação, no meu ponto de vista, precisaria rever a Resolução 237, se não me falha a memória, de 2006, que recompõe e que estrutura os conselhos municipais de assistência social e dos conselhos estaduais e do Distrito Federal, precisa rever. Quando saiu aquela resolução em 2006 nós estávamos com um ano de SUAS, muita coisa avançou. Então é preciso que aquela resolução seja revista por completo; essa discussão, principalmente, nessa dimensão dois, que falamos da participação social, participação social que envolve a participação de todos. E quando você faz com a pessoa, com a participação envolvendo, envolvendo serviços, programas e projetos, e a rede complementar do SUAS, o impacto é muito maior. E aí eu quero parabenizar muito, não posso deixar de registrar a fala do Pedro Pontual que trabalhou muito bem e, principalmente, da professora Raquel, que falou aqui brilhantemente a sua fala do que precisamos ampliar, e ampliação faz dessa fala que eu vou colaborar com a querida Ana Lygia, ampliando e não fazendo em pequenos currais, a participação tem que ser feita para todos, com todos, por todos e juntos por um SUAS mais democrático e participativo. Muito obrigado."

Sra. Márcia Lopes – Professora – "Eu queria dizer um pouco na mesma linha da Ana Lygia, porque nós somos das antigas, estávamos desde a constituição de 88. E para dizer para vocês e para uma geração que vem vindo a nossa responsabilidade de sermos protagonistas nesse processo, que hoje nós conquistamos uma política nacional de participação social. Nós enfrentamos a ditadura, enfrentamos todos os regimes que não admitiam que a sociedade civil falasse, que as pessoas falassem. Então eu quero dar um depoimento de que, a partir de 93 da LOAS até 2003, os primeiros dez anos foram anos decisivos de mobilização, de consciência política, de ir para a rua, de realizar audiências públicas, de construir fóruns e de qualificar os nossos conselhos municipais, estaduais e o conselho nacional. O conselho nacional, nós sabemos, foi sempre um grande cartório da certificação das entidades e nós lutamos, enfrentamos e hoje o conselho nacional é um conselho que de fato tem a condição de deliberar sobre a política nacional de Assistência social,

nós temos que olhar para o interior dos nossos conselhos e ver que perfil de conselheiros nós temos, que decisão, que visão, que consciência política essas pessoas têm para estarem na militância, conselheiros jamais podem pensar em remuneração. Senão nós não estamos fazendo o contraponto com o Estado; o contraponto com o diálogo, com a sociedade. Então me parece que esse é o momento. O Pedro Pontual e a Raquel Raichelis falaram muito bem disso; que a gente leve para as nossas plenárias amanhã esse debate nas prioridades para que nessas próximas gerações nós tenhamos conselhos fortes, democráticos, participativos, que a gente ocupe o espaço das nossas cidades para debater o controle social. Obrigada.

3. Primazia da responsabilidade do Estado: por um SUAS Público, Universal, Federativo e Republicano

Convidados:

Rômulo Paes de Sousa

Renato Francisco de Paula

Mediadora: Márcia Helena Carvalho Lopes

Rômulo Paes de Sousa

Médico epidemiologista e especialista em avaliação de políticas públicas. Especialista em medicina social pela Universidade Federal de Minas Gerais, PhD em epidemiologia ambiental pela London Scholl of Hygiene & Tropical Medicine, University of London. Foi professor adjunto da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais no programa de pós-graduação em ciências sociais. Foi Assessor de Planejamento e Avaliação Estratégica da Unimed BH. No período de março de 2004 a maio de 2007 foi o primeiro Secretário de Avaliação e Gestão da Informação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, a tão conhecida SAGI. No período de 2001 a 2004 foi consultor do Ministério da Saúde, coordenando o desenvolvimento do Atlas de Saúde do Brasil/2004. Foi docente de epidemiologia na Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais e de sistemas de informação do mestrado em administração pública da Fundação João Pinheiro. É pesquisador associado do Centro de Estudos Internacionais sobre Governo (CEGOV) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Foi secretário executivo do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e em alguns momentos ocupou o cargo de ministro.

Tem trabalhado como consultor nacional e internacional e hoje dirige o Centro Rio Mais de Desenvolvimento Sustentável vinculado ao Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

"Eu queria conversar nesta tarde com vocês partindo de três ideias básicas: quando a gente pensa que, por exemplo, a assistência social é dever do estado, podemos analisar isso de três formas: podemos olhar a legislação, ou seja, o que uma sociedade escreve no seu corpo de leis e que define o que é o básico para todos os cidadãos de um país. Significa dizer qual é a responsabilidade que se assume enquanto sociedade e que o Estado é o guardião dessa responsabilidade. Podemos também fazer uma avaliação mais econômica, observando o investimento que o Estado faz para que dê consequência a algo definido em lei ou, ainda, mesmo quando não esteja está definido em lei, mas que se entenda como necessidade de uma sociedade, de um país, de uma população. Há uma terceira forma, que é avaliar até que ponto a política pública, quando materializada enquanto serviços e bens, é consistente com o que se pretende na lei. Quando nós pensamos essas três formas de observar essa questão, a primeira delas, do ponto de vista legal, é muito importante, e isso traz muita segurança para que a política pública seja definida em lei, quais são as atribuições do estado em relação a vários temas. Entretanto, é preciso entender com muita clareza a limitação que existe entre definir enquanto lei e aquilo que se constitui enquanto políticas públicas. Há uma distância razoável em relação a esses dois níveis.

Vou dar um exemplo para vocês: a União Africana, que trabalha com todos os países da África. Quando nós olhamos o que está definido enquanto acordo de países pela instância máxima que é a cúpula presidencial em relação às políticas de proteção social, só 60% dos acordos do continente se convertem em políticas nacionais. O que chega a ser implementado nos países enquanto política pública de fato, serviços constituídos e bens transferidos é menos de 40%. Isto é um exemplo importante porque mostra que muito do que se escreve em lei, que é a inspiração de uma parte da sociedade, uma parte que se expressa majoritariamente no Congresso, não necessariamente se converte em política pública. Algumas ficam flutuando nesse espaço legal e nunca aterrissam. Nós podemos pensar o seguinte: como é que eu posso aferir que o direito se converteu em política pública e, portanto, foi realizado? Eu posso olhar do ponto de vista do investimento. Para quem tem uma experiência de gestão pública, essa é uma coisa muito prática. Quando alguém diz que uma política é importante, você logo pergunta: quanto do orçamento do Estado está alocado para esta política? Aí temos um indicador muito claro da importância deste

item nessa agenda de políticas públicas.

No caso da assistência social, sabemos que, se formos comparar os últimos 15 anos do Brasil, essa foi uma das áreas de maior investimento de política pública. Se nós compararmos as três grandes políticas sociais: assistência social, educação e saúde, vamos observar que na saúde há mais ou menos seis anos a proporção do investimento em relação ao PIB está mantida de forma constante. Na educação houve um crescimento, mas um crescimento muito inferior do que, por exemplo, na assistência social. Se pegarmos o orçamento do surgimento do MDS para hoje, que tem mais de R$ 80 bilhões de orçamento anual, verificamos que o crescimento foi mais de 12 vezes. Em relação aos serviços prestados, há 15 anos nós tínhamos somente na rede vinculada à Política de Assistência Social – composta por servidores públicos ou contratados pelo poder público – algo inferior a 40 mil pessoas, hoje nós temos 600 mil. Um número muito expressivo.

Em relação às transferências de renda, em 2003, no início do primeiro ano do Governo Lula, o número de beneficiários de transferências diversas – que eram quatro na época e muitos deles com uma transferência muito pequena, a exemplo do auxílio-gás – eram 18 milhões de benefícios. Isto não significa necessariamente 18 milhões de pessoas, porque muitas pessoas recebiam mais de um benefício. Hoje nós temos mais de 55 milhões de pessoas que recebem o benefício unificado. O número de CRAS e CREAS hoje já está próximo dos 13 mil, antes eram 800. Isto indica um crescimento muito expressivo do Estado em relação ao investimento feito para garantir bens e serviços de assistência social para a população que necessita. Por que eu digo bens e serviços? Serviços são aqueles que se materializam através da rede de assistência social, e os bens são, sobretudo, as transferências financeiras na forma de benefícios. Me refiro principalmente ao Bolsa Família e ao BPC, embora existam outros. Grande parte desse investimento está vinculado ao crescimento do BPC, pelo fato de estar vinculado ao salário-mínimo, e a apreciação do salário-mínimo leva também à apreciação do BPC.

Há também um crescimento no investimento em serviços, pelo tamanho da rede de assistência social, não só em relação aos CRAS e CREAS, mas também pela diversificação da rede e o surgimento de outros equipamentos necessários para as populações vulneráveis, sejam populações de rua, indígenas ou outras com demandas específicas de atenção da Política de Assistência Social. Tivemos um crescimento expressivo do investimento, e nenhuma política pública brasileira cresceu tanto. Tivemos um crescimento enorme de recursos humanos envolvidos com essas atividades. Na verdade, o poder público criou o mercado de trabalho novo, expandiu tanto que mudou qualitativamente o mercado de trabalho vinculado à Política de

Assistência Social. Tivemos também uma mudança nas estruturas administrativas e políticas do Estado brasileiro com a evolução da Secretaria Nacional de Assistência Social que se tornou o Ministério de Assistência Social e depois Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Da mesma maneira, tivemos o surgimento de várias secretarias no nível estadual e no nível municipal, com atividades mais específicas. Sabemos que a força desse investimento veio principalmente do Governo Federal, do ponto de vista dos recursos financeiros, mas implementado no plano municipal, o que fez com que os municípios criassem estruturas específicas para isso e também desenvolvessem seus recursos humanos nessa direção. Há muita precariedade nos contratos de trabalho, e essa precariedade faz com que grande parte dos trabalhadores vinculados a essas atividades sejam jovens, mas muito qualificados. Esses são processos ainda próprios de um sistema em transição.

Uma outra questão é a forma de medir, de aferir o grau de comprometimento de um país com determinada política, e isto depende do que está escrito em lei, depende do grau de investimento que se faz, dos recursos alocados, sejam recursos financeiros, recursos humanos e estrutura política administrativa. É fundamental refletir sobre a qualidade dos serviços e benefícios e ainda a cobertura em relação à população que necessita deles. Investir muito dinheiro não implica bom investimento. É importante investir, mas é importante investir com qualidade. É preciso medir até que ponto a política que se pratica com o investimento realizado e o que está escrito em lei. Há vezes em que o processo de implementação da política pública transforma profundamente seus objetivos. Implementar política pública, sobretudo serviços de boa qualidade é muito difícil. Fazê-lo de forma rápida, com uma cobertura muito grande num país desse tamanho é incrivelmente difícil.

Existe um estudo feito pelo Flávio de Castro, um arquiteto que trabalhou no MDS e que olhava a adequação dos CRAS em relação ao que está escrito e à agenda de políticas públicas na qual deveria fornecer os serviços. A simples análise do espaço, sem entrar na dinâmica dos serviços, segundo o autor, indicava que assim não daria para funcionar porque a maioria dos CRAS tem problemas na estrutura física. Escrever a política como lei e transferir recursos é muito importante, mas é preciso observar como a política é praticada, como nós conseguimos nos organizar para responder às demandas de forma efetiva. Para isso precisamos ter parâmetros e ter critérios de avaliação, ter mecanismos de comunicação com os usuários e mecanismos de comunicação entre os gestores. Para nós, interessados nesta política, é importante que saibamos a qualidade do serviço prestado. Esse desafio é maior do que escrever em lei, é maior do que

alocar recursos financeiros e humanos.

Diante de uma crise econômica e política podemos nos perguntar se ela pode gerar uma oportunidade para a assistência social. A crise tem um aspecto fundamental para a Política de Assistência Social. Ela testa o país, o quanto consistente esse país é no compromisso do Estado com esta política. Porque a crise cria também as oportunidades de fazer mudanças estruturais que já estão lá há décadas. Está acontecendo na Europa agora, questões que são conhecidas há muito tempo. Para nós, uma política de 13 anos, mais recente, tem problemas estruturais no nível federal, estadual e municipal. A crise cria uma oportunidade porque as pessoas estão mais dispostas a mudar na crise, porque querem soluções, aceitam mais sacrifícios. É claro que isso tem um limite que pode levar a uma ruptura. Eu particularmente não acho que essa crise levará a isso. E penso que esta crise é uma oportunidade para quem vem construindo o SUAS, no seguinte sentido: existem reformas estruturais necessárias, como, por exemplo, a capacidade de execução dos recursos transferidos aos municípios pelas dificuldades que as prefeituras têm em usá-los.

Para concluir esta minha conversa nesta primeira abordagem, quero dizer o seguinte: este país na minha percepção é comprometido com a Política de Assistência Social, é comprometido com o SUAS. Ele escreveu em lei e há muito ainda a ser escrito. Ele transferiu recursos de forma impressionante, mais do que qualquer outra política. E este país tem melhorado na qualidade dos serviços prestados. Mas, como disse a vocês, é aí que reside o maior desafio, precisa melhorar ainda muito mais. Muito obrigado."

Renato Francisco de Paula

Doutor (2013) e mestre (2005) em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Coordenador e docente no curso de Serviço Social da Universidade Federal de Goiás (UFG). Assessor, coordenador-geral e técnico na Secretaria Nacional de Assistência Social do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (Brasília – DF – 2005-2012) e conselheiro (2008-2010) e vice-presidente (2010-2012) do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS). Tem experiência na área de políticas públicas com ênfase nas de seguridade social, gestão pública, políticas sociais, controle social, desenvolvimento urbano, comunidades, criança e adolescente, fundamentos do serviço social, tendo produção acadêmico-científica nestas áreas.

"Primeiro eu quero dizer que não é muito fácil pensar um sistema ao qual a gente consegue

atribuir esse sistema de substantivos que o adjetivam infinitamente. O que é que eu quero dizer com isso? Vejam vocês que o nosso tema diz que o SUAS, que nós defendemos tem que ser público, tem que ser universal, tem que ser federativo e republicano. Eu acrescentaria outros substantivos adjetivadores nesse processo. Diria também que o SUAS tem que ser laico, tem que ser democrático, tem que ser participativo e descentralizado. Ou seja, nós estamos falando de um sistema que, pela vontade que temos de fazer dar certo, nos possibilita adjetivá-lo com inúmeros substantivos. Quando a gente vem para uma conferência como esta, encontra vocês que vieram dos municípios e o pessoal costuma dizer: ah, eu venho lá da ponta. Eu não gosto muito dessa palavra 'ponta', que eu acho meio estranha, mas, enfim, quem veio do município, se frustra ou fica muito incomodado quando percebe que a implementação do SUAS não está sendo pública, nem universal, nem federativa, nem republicana, nem laica, nem democrática, nem participativa, nem descentralizada.

E a gente vem para uma conferência como essa e quer evidentemente expor as nossas angústias e discutir por que é que esses substantivos adjetivadores não estão 'rolando'. Aqui a proposta que nos foi feita de discutir esses adjetivos, e eu quero combinar com vocês um esquema: nós podemos pegar esses quatro adjetivos e reuni-los em dois grupos. O primeiro grupo poderíamos pensar como 'federalismo e republicanismo', ou seja, o SUAS federativo e republicano. E num outro grupo, pensar o SUAS 'público e universal'.

Pensar um SUAS federativo e republicano significa que, por tabela, estamos dizendo que queremos um SUAS democrático, porque a história do federalismo no Brasil é antiga e acompanha a própria história da república brasileira. O federalismo no Brasil começa desde 1889 quando a República é proclamada. De lá para cá, o nosso federalismo tem tido momentos de muito ataque. Atacar o federalismo significa também atacar a democracia. Desde a Proclamação da República até mais ou menos os anos 30, nós tivemos no Brasil o federalismo como uma condição para que essa República acontecesse. A partir dos anos 30, temos aquilo que na história conhecemos por Estado Novo, onde esse federalismo, de maneira geral, pode significar uma forma democrática de Estado, pois mesmo existindo um poder central, este poder é partilhado com os outros entes da federação. A partir de então, esse federalismo, essa descentralização, essa partilha de poder no Brasil é ameaçada pelo Estado Novo, e a gente tem uma enorme concentração de poder na esfera central. Eu não sei se vocês têm conhecimento disso, mas nessa época Getúlio Vargas, numa das suas cerimônias de posse, marca uma posição no sentido dessa centralização, no sentido da destruição do federalismo, queimando as bandeiras dos estados, vocês sabiam disso? Isso

significou simbolicamente uma forma de mostrar que o poder era central. E isso dura mais ou menos até o fim do Estado Novo, quando a gente tem uma nova tentativa de colocar na nossa agenda a república, a democracia e o federalismo. Isso dura muito pouco porque a História mostra que em 1964 acontece um novo ataque à ideia de se implementar o federalismo. Que ataque é esse que acontece em 64? O golpe civil-militar. Isso dura mais ou menos até a segunda metade dos anos 80 e de lá para cá a gente então vem tentando fazer uma nova implementação dos ideais republicanos e federativos. Por que é que eu usei um pouco do meu tempo para compartilhar esse resgate histórico com vocês? Para que a gente entenda que a construção, não só do SUAS, mas de todas as políticas públicas numa República Federativa como o Brasil pressupõe o nosso entendimento do que significa essa partilha de poder e a descentralização. No nosso caso especificamente, como a Constituição Brasileira estabelece as competências dos três entes, mas, ao mesmo tempo, não cria uma instância de articulação interfederada, isso acabou ficando por conta de cada uma das políticas públicas especificamente.

Então, a saúde tem que dizer na sua formatação como vai lidar com a lógica federativa e a articulação entre os entes federados no Brasil. A educação tem que dizer como vai fazer isso e a assistência social também. No caso da assistência social, quando falamos do federalismo e dos ideais republicanos da política, a gente pensa só na esfera da gestão, porque precisamos aprimorar a relação entre União, estados e municípios. Mas eu queria dialogar com vocês que um SUAS federativo e republicano significa pensar essa partilha de poder e essa relação entre as três esferas, em todas as instâncias do sistema e isso inclui também as conferências.

Aqui quero abrir um parêntese para discutir uma impressão que eu tenho tido desde o início desta conferência, mais especificamente hoje na parte da manhã. A gente cobra muito dos entes federados, não só o financiamento, mas a qualidade dos serviços, o atendimento, abrangência etc. O que nós estamos fazendo aqui, participando de uma conferência, é o exemplo claro e vivo de que esse federalismo, ou seja, essa relação entre os entes federados que a gente quer que aconteça pode também partir da qualidade que se imprime a esse processo conferencial. Por exemplo, nós estamos numa Conferência Nacional que o CNAS tentou inovar na maneira em que o diálogo é feito com os delegados. E eu perguntaria para vocês: nas conferências municipais e nas conferências estaduais tem havido esforços no sentido da inovação dessa interlocução ou as conferências municipais e estaduais ainda seguem aquele mesmo modelo, aquele mesmo padrão de fazer aquelas mesas, as palestras com muito tempo e depois, na hora da deliberação, há pouco tempo? E a confusão maior fica na hora da eleição do delegado? Ainda é assim? Eu entendo que

nós devemos rever isto, porque se vocês acabaram de dar aqui um uníssono 'sim', que o nosso modelo nos estados e municípios continua o mesmo; então, cabe tirar o maior proveito das inovações que são propostas nesta Conferência Nacional para que as nossas aspirações e aquilo que a gente quer que aconteça comecem a ter resolutividade lá no município, porque não adianta chegar numa Conferência Nacional e querer resolver aqui. Eu não estou dizendo que nós não devemos discutir as questões locais na Conferência Nacional. Eu estou dizendo que devemos mudar o paradigma da centralização, da ideia da centralização do poder na esfera nacional, como se a esfera nacional fosse resolver as particularidades dos municípios. O processo conferencial é o maior exemplo que a gente pode dar do entendimento que temos do que significa a lógica federativa no Brasil. E é por isso que estamos discutindo o pacto federativo nessa conferência como eixo central da implementação do SUAS e da proposta de construir um plano para os próximos 10 anos da Assistência Social. Então, eu queria partir dessa reflexão, em que eu trouxe alguns elementos para a gente pensar, por exemplo, a democracia a partir da lógica republicana e federativa.

E temos também a lógica pública e universal. Vejam os senhores que a LOAS, todo mundo aqui conhece a LOAS? Muito bem (esse 'sim' foi menos uníssono do que o outro), mas eu vou partir do princípio de que vocês conhecem a LOAS, e que lá no seu artigo 4º traz, como princípio da Assistência Social, a universalização dos direitos sociais e no artigo 5º a primazia da responsabilidade do Estado. E vamos aqui tentar traduzir esses dois elementos, para que a gente possa discutir este eixo e esta dimensão de maneira a subsidiar o debate que vamos fazer nos grupos pequenos, mas subsidiar, sobretudo, aquilo que vocês vão levar desta Conferência Nacional de volta para os estados e para os municípios, para que possamos fazer as coisas acontecerem lá nos estados e municípios. Então, do ponto de vista da universalização, quando o SUAS e a LOAS trazem o princípio da universalização, nós estamos entendendo que há uma opção pela especificidade da assistência social que não esvazia o aspecto relacional da política, ou seja, ainda que a assistência possa ser pensada, e é nisso que a gente acredita a partir da sua especificidade, essa especificidade não se constrói se não for em relação a outra coisa. Se não for em relação à saúde, à educação, ao trabalho, e isso não significa que ela seja uma ação processante, daquela política que processa coisas para as outras. Não se trata disso, mas de pensar um universalismo onde os acessos possam ser garantidos na perspectiva da especificidade desta política e esta especificidade só pode ser entendida em relação a, e isso traz para a gente uma série de dificuldades, porque a gente tem muita dificuldade de construir a intersetorialidade,

e eu quero lançar para o nosso debate esse como um dos primeiros desafios que nós temos para avançar na construção deste plano decenal que essa conferência se propõe a subsidiar, que é a intersetorialidade. E um segundo desafio: quando a LOAS fala da primazia da responsabilidade do Estado, ela está falando de uma opção pela esfera pública como responsável pelo alcance e como guardiã dos princípios e diretrizes constitucionais dos direitos sociais.

E isso nos traz o segundo desafio que eu quero colocar também para o nosso debate aqui, que é o desafio da construção do trabalho em rede. E aí quando a LOAS diz primazia, ela não está falando da exclusividade do Estado, não está dizendo que o Estado deve fazer sozinho, mas que o estado tem uma responsabilidade primaz, tem uma responsabilidade primeira em garantir que os acessos aconteçam, isso na articulação com todos os segmentos da sociedade interessados em fazer a coisa dar certo. Então, vejam, o segundo desafio é esse trabalho em rede que nós temos que construir. E aí eu queria caminhar para o final da minha fala… além de colocar esses dois desafios para o debate, eu quero lançar para nós um terceiro desafio. Justamente pensando no pacto federativo e pensando que o processo conferencial é um ator extremamente potente e importantíssimo para que a gente possa mostrar como é que o pacto federativo funciona, eu queria refletir com vocês a seguinte questão: todo mundo aqui sabe o que é um CRAS? Todo mundo aqui sabe o que é Centro de Referência da Assistência Social, o CRAS? Todo mundo aqui sabe o que o CRAS tem como diretriz? Diretriz da assistência Social que é o CRAS que viabiliza? Que é o princípio da territorialização, já ouviram falar nisso? Pois bem, se a gente quer entender como funciona a relação entre os entes federados, União, estados e municípios, na lógica republicana, federativa, democrática, participativa, por que é que a gente não tenta implementar o princípio da territorialização a partir do CRAS, como se o CRAS fosse uma pequena unidade federada? Estou lançando aqui um desafio para vocês que estão no município começarem a pensar nisso. Porque é que a gente não pensa o princípio da territorialização como se aquele território fosse um pequeno país onde as relações federativas têm que acontecer? Se a gente fizer esse exercício, a gente vai ter muito mais clareza da diversidade que acontece, da diversidade que existe na hora da implementação das políticas públicas que devem obedecer àquilo que a constituição diz que é responsabilidade da União, dos estados e dos municípios. E aquilo que deve ser compartilhado entre União, estados e municípios. Já pensaram nisso? Eu gostaria então de deixar essa reflexão aqui para vocês e gostaria que talvez na próxima conferência quem sabe a gente pudesse ouvir: olha, Renato, você falou lá na X Conferência de a gente fazer essa experiência, nós voltamos lá no nosso município e começamos a pensar a

territorialização nessa perspectiva, como se o território onde o CRAS está instalado fosse uma pequena unidade federativa e, a partir dali, a sua diversidade, as suas relações, as suas interações. Isso é um exercício que pode dar certo. Eu não coloquei isso na fala, não, isso eu pensei aqui agora, como nós podemos dar conta de entender melhor esse funcionamento republicano e federativo. E a nossa experiência lá na base pode nos ajudar inclusive a enfrentar, e aí eu queria concluir dizendo isso, a enfrentar um momento no Brasil que é muito interessante e que nós da assistência social precisamos ter muita clareza do momento em que vivemos.

Vocês sabem que em época de Copa do Mundo todo brasileiro é um pouco técnico de futebol, não é? Todo mundo entende, todo mundo sabe qual jogador tem que entrar, que jogador tem que sair, não é assim? E nós estamos vivendo um momento no Brasil onde todo mundo agora é cientista político. Todo mundo agora sabe tudo de política e todo mundo agora discute política, isso é muito bom, mas o que eu queria chamar a atenção de vocês é que infelizmente nós estamos fazendo o debate da política, abrindo mão daquilo que fundamenta a esfera política, que é o diálogo. E a sociedade brasileira hoje lamentavelmente tem substituído o diálogo pela intolerância. Então, o debate político hoje, vocês sabem disso, deve estar na vida cotidiana de vocês, de todos nós. Quando a gente começa a discutir política hoje em dia dá briga, não dá, gente? Ou seja, daquilo que funda a política que, o diálogo, nós estamos abrindo mão, como dizia o Aristóteles, da política que é a arte do diálogo, pela intolerância. E isso coloca em risco todos esses princípios que nós queremos adjetivar o SUAS, coloca em risco o universalismo, o republicanismo, coloca em risco o federalismo, a participação, que é o que vocês estão mais reivindicando nessa conferência, mas coloca em risco, sobretudo, a democracia. E nós queremos construir políticas públicas democráticas e participativas. Então vamos agora para o nosso debate… gostaria que essas reflexões pudessem subsidiar aquilo que a gente tem que discutir para sair dessa conferência mais animados e otimistas para construir um Brasil melhor para todos nós. Muito obrigado."

Comentário dos participantes:

Sra. Ângela Pérsico – Feira de Santana/BA – Relata a dificuldade que tiveram para receber as orientações do Conselho Nacional com a antecedência necessária à realização das conferências municipais, no sentido de seguir a mesma dinâmica da Nacional. E também esperava que os

convidados fizessem as devolutivas após a participação dos delegados que vivem na ponta o cotidiano do SUAS, com as especificidades das inúmeras dificuldades, inclusive nessa questão da descentralização, das dificuldades pelos atrasos nos repasses, com CRAS fechando como já foram denunciados. E também sobre as fragilidades do SUAS, não sendo só problema da conferência e conselho, mas cada um fazendo o seu papel. Relata que não se tem monitoramento, vigilância socioassistencial, a presença do estado vivo nas supervisões. E conclui afirmando a importância do trabalho em rede, mas que geralmente o CRAS acaba assumindo tudo o que não é resolvido na saúde, na educação e na própria gestão da assistência social.

Sr. Aparecido Oliveira – Cabrália – Parabeniza o Dr. Rômulo Paes e Dr. Renato de Paula pelas colocações e retoma as questões sobre a consistência da política e a diferença entre o que está na lei e o que é realmente feito. E ressalta o tema da crise que gera oportunidades e os embasamentos históricos do federalismo e o trabalho em rede. Traz uma reflexão perguntando para quem é mesmo o SUAS público, os desafios do cotidiano, a interferência da questão política, do poder econômico influenciando a gestão, tirando assim o foco muitas vezes daquilo que é oferecido e para quem é de direito. A importância de colocar o usuário no centro da "gerência e da fiscalização", através de organismos mais fortes, públicos e locais, garantidos pela descentralização. "O recurso é alocado e cabe às comunidades interagirem, mas de uma forma democrática, de uma forma direta e corajosa, agindo mais em conjunto, participando, porque na hora de reclamar é muito fácil, aparece um monte, mas na hora de participar e construir são poucos que aparecem."

Sra. Cízia de Assis – Paraíba – Ressalta o grande avanço e também o grande desafio que é o trabalho social com famílias no âmbito do Programa de Atenção Integral à Família (PAIF) e do Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI). Na sua visão, a primeira dificuldade é atender ao critério de referência para 5 mil famílias no território com uma equipe de quatro técnicos num CRAS, sendo irreal esse referenciamento. Do mesmo modo, relata as dificuldades do número de profissionais que atuam no PAEFI e nas unidades, independentemente do porte do município, para assegurar atendimento especializado de diferentes violações de direitos, onde cada uma tem sua complexidade. Reafirma o orgulho que tem de todos os atores que estão nessa conferência, inclusive o próprio MDS, que tem contribuído e feito avançar bastante a consolidação da política da assistência social e buscado qualidade nos

serviços. Aborda o tema da intersetorialidade, chamando a atenção para o risco de misturar o que é privativo de cada política pública, exemplificando o caso da Paraíba, informando que o MDS publicou uma portaria em que estabelece as atribuições dos CRAS, CREAS, Centros-Pop e as comunidades distribuidoras do programa de aquisição de alimentos. E que em alguns municípios do estado da Paraíba, acreditando que issoi ocorra em outros estados também, são os CRAS e outras unidades socioassistenciais que estão distribuindo cestas hortifrúti. Assim, Cízia solicita que o MDS revise essa publicação, porque segundo ela, "a gente não fortalece o PAEFI dessa forma, pelo contrário, a assistência social se torna assistencialista. Obrigada".

Sr. David Santos Miranda – Mato Grosso do Sul – Apresenta-se como conselheiro do CRAS do Jóquei Clube e também da Casa dos Conselhos e CMAS. Ressalta que se interessou pela fala do Professor Renato, quando este afirmou que temos que começar a ver nossos problemas "lá de casa, lá do município, lá de onde a gente está". E que exige para Dourados, a segunda capital de Mato Grosso do Sul, uma conferência só para os conselhos dos usuários "que estão juntos, que falam a mesma linguagem, que tem como saber onde vamos e onde não vamos". E também convoca a assistência social para fazer uma reunião com a população em geral, para explicar o que significa o SUAS, que muitas vezes "a gente vai falar: olha, eu vou numa reunião do SUAS, ah, do SUS? Não, o SUAS, que todo mundo sabe que é aquela Secretaria Social. Então, temos que abrir mais o olho da população, como o colega acabou de falar que na hora de cobrar, na hora de brigar aparece muita gente, mas quando ch, fazer qama para participar, poucos vêm. Então temos que fazer mesmo um chamamento, avisar na mídiaualquer coisa para convocar o pessoal para poder chegar até lá. Meu muito obrigado".

Sra. Luciana dos Santos – Populina – São Paulo – Ressalta a importância da participação, numa conferência nacional, dos municípios de pequeno porte 1 e 2, que realmente são a maioria dos municípios do país e também em ver os profissionais engajados na luta pela garantia de direitos. Sugere uma reflexão no sentido de avaliar se na prática do dia a dia "estamos realmente nos apropriando do conhecimento suficiente para fortalecer a nossa atuação, principalmente quando se fala em recursos financeiros, orçamento e financiamento". E acrescenta reforçando que, enquanto trabalhadores do SUAS, enquanto profissionais que visam assegurar direitos, devem saber realmente com o que trabalham, o quanto trabalham, não devendo ser só conhecimento privativo dos gestores, mas sempre compartilhado com os trabalhadores, porque só assim haverá

realmente uma política fortalecida e um trabalho realmente eficaz na ponta.

Sra. Télcia Lamônica – Londrina – Paraná – Inicia sua fala, manifestando seu constrangimento pelo fato de que houve poucas manifestações do poder público no período da manhã. Se apresenta como gestora municipal de Londrina, trabalhadora do SUAS e da Política de Assistência Social há mais de 20 anos. Reconhece as diversas realidades do Brasil e a impressão de que "o poder público e sociedade civil, trabalhadores e usuários, ficam em pontas diferentes". Mas defende que todos devem estar na mesma luta pela construção e consolidação desse sistema no Brasil. E que todas as questões colocadas pela manhã realmente sejam superadas nos municípios. Sugere uma reflexão sobre o pacto federativo, sobre como concretizar a responsabilidade dos três entes da federação. Lembra que na efetivação dos serviços locais, embora tenha havido crescimento no cofinanciamento do Governo Federal, nos vários processos de reordenamento que impactaram em valores, há ausência do estado no cofinanciamento ou pouquíssima participação, o que tem acarretado sobrecarga para os municípios. Reitera a necessidade de se encontrar uma forma mais concreta de responsabilização no cofinanciamento e no acompanhamento por parte dos estados junto aos municípios. E também uma análise sobre a manutenção e implementação dos serviços, considerando que muitos municípios de pequeno porte, aproximadamente 80%, tem ainda estruturas muito pequenas, muito precárias, poucos profissionais, estruturas compartilhadas e pouco aporte de recursos aos municípios, o que demanda a responsabilização dos estados no cofinanciamento.

Sra. Maria Rosilene – Rio de Janeiro – É assistente social e trabalha num CRAS na capital. Ponderou que a Conferência que trata de avaliar o SUAS que temos e o SUAS que queremos para os próximos 10 anos tem dado espaço a vários debates sobre todos os aspectos da gestão, repasse, política, serviços, enfatizando, no entanto, que se não houver a devida valorização da mão de obra humana que está no SUAS, não haverá os avanços esperados. Exemplificou com municípios do estado do Rio de Janeiro que estão fazendo concurso público, indicando salário de R$ 788,00 para assistentes sociais, psicólogos e outros profissionais, "o que é uma vergonha". E fez uma convocação a todos os trabalhadores do SUAS para essa luta em defesa da melhoria das condições de trabalho, afirmando que "esse é o momento, porque estamos numa Conferência Nacional, assim como ontem gritamos todos juntos que não vai haver golpe, querendo que nossa representação chegue onde tem chegar. Da mesma forma, temos que usar esse espaço para fazer

com que o piso salarial do trabalhador do SUAS, de todos eles, nível superior ou não, seja estabelecido. Trabalhador do SUAS tem que ter condições dignas de trabalho; trabalhador do SUAS tem que ser tratado com respeito e dignidade desde esta Conferência Nacional".

Sr. Ricardo Malta – **Manari – Pernambuco** – Representante da região do sertão do Moxotó de Pernambuco, coloca a dificuldade de articulação entre os conselheiros que representam os conselhos municipais pela sociedade civil, sendo que os municípios com menos de 20 mil habitantes não têm "estruturas de empresas e dependem, na maioria, das prefeituras". Ressalta também a importância da participação da sociedade civil nessa construção de um SUAS público, universal, republicano e federativo. "Somos nós juntos com todos os conselheiros, mas principalmente, junto com os usuários, que apresentamos as demandas de que o nosso povo necessita. Está em nossas mãos levarmos para a discussão do pleno do conselho, não só a análise do orçamento, mas as questões que envolvem o povo que representamos."

Sra. Telma Maria de Albuquerque – Manaus – Amazonas – Apresenta-se como representante das pessoas com autismo, enaltecendo a fala dos palestrantes sobre justiça social, participação social, igualdade, mas acrescentando que, para a pessoa com deficiência, faltou a palavra respeito. E faz uma observação em relação ao Caderno das Deliberações sobre as poucas prioridades para as pessoas com deficiência. E afirma que falta conhecimento sobre programas específicos como o "Viver Sem limite, a convenção da ONU e outros". Reconhece que as prioridades apresentadas não vão contemplar jamais as necessidades de pessoas com autismo, como é o caso de seu filho e também de outras associações de autismo que existem Brasil afora. Faz um apelo para que os vários grupos, de acordo com cada dimensão, que vão analisar as deliberações, incluam serviços como os Centros-Dia, Residência Inclusiva, Transporte acessível, que atende a todos e não só às pessoas com deficiência.

Sra. Dirce Koga – São Paulo (SP) – Manifesta sua preocupação com o debate em torno do pacto federativo, de modo que não seja confundido com territorialização. Entende que a esta última é muito específica e implica uma forma de gestão, sendo que o pacto federativo é outra forma de gestão que não necessariamente a operacionalização da política. Segundo ela, a territorialização só pode nascer do chão, não pode vir de cima para baixo. Nesse sentido, aponta que já se tem

experiências nessa área, mas ressalta o perigo de se confundir o CRAS como uma instância da federação. "O CRAS é espaço de serviço, de prestação de serviço e não se pode exigir dele uma responsabilidade de algum ente federativo ainda que seja numa alusão ou comparação."

Sra. Evanir – Macaíba – Rio Grande do Norte – Apresenta-se como usuária dizendo que o faz "de coração", e lembra o público que são 2.226 delegados e 228 usuários, mostrando que "são minoria, mas protagonistas". Diz não saber usar palavras bonitas, sabe da realidade de ser uma usuária dessa história da vida real. Faz a seguinte colocação: "O que nós fazemos como usuários para que os profissionais que vêm a cobrir a área saiam daqui profissionalizados? Foi falado de concurso público, mas que estão ganhando menos que um salário-mínimo. E é daqui que temos que apoiar o profissional, o concurso público e um piso salarial, para que ele aprenda, para que tenha o estudo e que a pessoa saia daqui satisfeita, porque nós usuários sofremos quando o gestor leva o seu assistente social, leva aqueles que estavam cuidando de nós. Então que se crie hoje aqui um piso salarial, um curso profissionalizante para cada um da assistência social, para que saibam cuidar de nós. Como usuária cheguei lá em 2012 e fui bem acolhida. E hoje eu sei reconhecer o que é um CRAS, eu sei porque estou até hoje como usuária, mas faço um trabalho lá ajudando. Somos ponto de referência do CRAS e podemos dizer: é assim, tem pessoas que não prestam, mas tem muitas outras que prestam. E o que é que nós podemos fazer?".

Sra. Miriam Correa – São Paulo – Integrante da delegação do estado de São Paulo, faz parte do Conselho de Políticas Públicas para as Mulheres e iniciou a fala demonstrando sua preocupação pelo fato de tema ainda não sido tratado na conferência, enfatizando a relevância da questão de gênero, da diversidade e do respeito pelas mulheres. Diz que a palavra "diálogo" chamou sua atenção durante as reflexões, termo que entende transmitir a intersetorialidade nos serviços da Secretaria de Assistência Social, nos serviços dos CRAS, dos CREAS e dos Centros Pop. O diálogo leva a interagir com diversos outros setores, tendo o CRAS como porta de entrada e encaminhamento para as diversas políticas públicas no município e no estado. No entanto, ressalta a dificuldade, afirmando que "o ego é muito grande entre os nossos pares. E acredito que, assistente social não deixa de ser assistente social na saúde, não deixa de ser assistente social na educação, não deixa de ser psicólogo na saúde e não deixa de ser psicólogo na educação. Então, onde está o erro e o porquê dessa diferenciação e essa falta de união entre nossos companheiros?" Propõe que essas reflexões feitas na conferência sirvam para repensar a

intersetorialidade, o papel que os profissionais têm que desenvolver e sobre as dificuldades que têm sido cotidianamente enfrentadas. Conclui, conclamando mais diálogo, maior aproximação entre os profissionais e serviços, para que o usuário seja bem atendido e bem representado nas políticas públicas.

Sr. Francisco Bispo – São Miguel da Baixada Grande – Piauí – Reconhece a importância das pessoas virem de tão longe para defender os interesses de todo o país e apresenta sua preocupação com os problemas de toda a natureza, desde a hospedagem até a alimentação. Expressa ainda sua preocupação por ser a conferência um espaço dos delegados para defender e debater os interesses da sociedade, mas ter se "transformado num verdadeiro palco de defesa do governo. Este espaço é um espaço meu, seu, de cada delegado para defender o interesse do povo brasileiro, o interesse da sociedade e do nosso país. Então nós estamos aqui porque nós queremos resposta – é dinheiro público que está em jogo. Em 2013 nós estivemos aqui em 13 de dezembro, foram quatro dias de conferência, e tudo que nós aprovamos aqui quase nada se fez. Não se pode repetir mais este erro – o que nós temos de fazer de fato é cobrar cada delegado e delegada para que se cumpra o que é aprovado aqui durante essa conferência. Eu tenho a capacidade de reconhecer de fato que mudou muito nesses 10 anos. Mas aqui não está se discutindo quem fez e o que se deixa de fazer. Aqui estamos abertos ao debate, ao diálogo para tratar de assunto para 10 anos, da construção de um plano para 10 anos. E esse momento eu espero que, de amanhã em diante, de hoje em diante seja tratado de fato os interesses do qual aqui viemos representar".

Sra. Marlene Severo – Fortaleza – Inicia sua fala manifestando sua insatisfação por não ter conseguido falar até aquele momento, mesmo tendo apresentado seu crachá, nas outras duas rodas de conversa. Apresenta-se como gerontóloga, 59 anos de idade, e 35 anos de experiência com a pessoa idosa, lamentando que até o momento, não havia sido tratado esse tema. Solicita que os convidados nas suas exposições falem também sobre esse segmento dos "excluídos dos excluídos". Aponta que apesar do SUAS ter 10 anos e a tipificação, seis anos, "ainda hoje não tem definido piso de atenção para a pessoa idosa; tem para a criança, o adolescente, mas para a pessoa idosa não tem. Porque ela não é vista; quando se fala em dignidade, respeito, liberdade, todos os direitos que uma pessoa tem, parece que a pessoa idosa não existe, talvez porque ela não tenha poder para guerrear, muitas vezes porque ela já está sem forças. Então, o que eu queria deixar para vocês aqui é a minha indignação e dizer para vocês o seguinte: eu não vou parar de

lutar enquanto eu estiver viva, não quero para minha velhice os abrigos que eu vejo hoje aí, nenhuma opção e ainda cada vez mais sucateados. Não se dá um olhar para as pessoa que estão lá, que precisam. E eu jamais seria louca de dizer que eu não posso precisar de um abrigo. Então, eu gostaria que vocês também tivessem atentos a isso, porque ninguém aqui pode dizer que não vai precisar de um abrigo".

Sr. William – Minas Gerais – Aborda dois temas, sendo o primeiro, em relação à importância da união entre as entidades de Assistência Social e a área governamental, explicando que muitas vezes o serviço que é do órgão gestor da assistência social vai para uma entidade. William é representante de usuário, mas também representante de entidade, presidindo o Conselho Vicentino. E afirma que "muitas vezes o serviço da assistência social sobra para nós, que a assistência social pede para nós o serviço que é dela, de visitar e de ver se a pessoa precisa ou não realmente do serviço de assistência social". Nesse sentido, reforça a necessidade do trabalho conjunto entre a sociedade civil, entidades e órgão gestor, entendendo que um não trabalha sem o outro. E o segundo tema trata das dificuldades enfrentadas pelos asilos, "a entidade 'asilo' que chamam de obras unidas 'de casa de repouso'", sugerindo que o órgão gestor acompanhe mais porque, segundo ele, existem muitas entidades de asilos que estão fechando por falta de verbas.

Sra. Adelina – Brasília – Distrito Federal – Apresenta-se como "baiana de cocos com muito orgulho e vim morar em Brasília por problema de doença e estou aqui até hoje, precisando de uma casa para morar, porque eu crio cinco netos e pago aluguel. Então eu queria também dizer que às vezes as pessoas falam muito da Dilma… porque, assim, eu vou comprar um remédio na farmácia que custava R$ 10,00, agora é R$ 20,00. Quem mandou você votar na mulher? Aí eu falo assim: não, na próxima política você me mostra quem está com estrela para eu votar, porque o que eu tenho que dizer é isso. Agora a Dilma pode ser ruim em outro lugar, mas na minha Bahia foi a melhor presidente que teve no Brasil. Eu vim para Brasília e sou conhecida de todos os hospitais aqui. E aqui eu sou bem atendida em qualquer hospital que eu vou, conquisto tudo que eu quero. Vi os doentes da Bahia tudo para minha casa, quando chegava aos hospitais a primeira coisa que fazia era para saber se tinha doença de Chagas, porque todos os baianos que vinham de lá estavam com Chagas, o coração do tamanho do coração de um boi. Não era fácil para mim, então lá hoje todo mundo tem casa boa para morar, todo mundo tem um tanque de água, todo mundo bem organizado nas casas. Então eu tenho que parabenizar a Dilma, que nem tudo que o

povo fala é verdade. Às vezes o povo fala mal dela e pode entrar outro pior do que ela, que pelo menos no exterior ela foi uma grande presidente e que Deus a abençoe. E não importa a crítica que o povo faz".

4. Qualificação do Trabalho no SUAS na consolidação do Pacto Federativo

Convidados:

Márcio Pochmann

Maria Carmelita Yazbek

Mediadora: Maria Luiza Amaral Rizzotti

Professor Dr. Marcio Pochmann

Graduado em economia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, tem doutorado em ciência econômica pela Unicamp (SP), onde também exerce a função de professor e é livre docente nessa universidade.

"Esta grande conferência tem um papel histórico de refletir a trajetória que permitiu chegar até esse momento na construção da cidadania, do processo de inclusão social brasileiro, e ao mesmo tempo também a oportunidade de fazer uma boa reflexão a respeito dos desafios em que nos encontramos, e para quais caminhos devemos direcionar nossa luta, a luta pela transformação do Brasil. Antes até de expor a minha fala muito brevemente, eu gostaria de solicitar que as pessoas que estiverem participando pela primeira vez de uma conferência que levantem o braço para dar uma ideia da constituição, os que estão participando pela primeira vez. Temos uma boa participação, talvez um terço, 40%, se o olhar me permite, de companheiros e companheiras que estão participando pela primeira vez de uma conferência dessa natureza.

O tema que eu vou abordar aqui é basicamente apresentar o segundo ciclo de transformações na relação do trabalho com a vida, de certa maneira abrindo um pouco o tema para que a professora Maria Carmelita possa expor de forma mais concreta a realidade do trabalho de vocês que levam avante o SUAS nesse país. E o que eu poderia dizer de uma forma muito objetiva? Segundo nosso modo de ver, estamos diante de uma segunda grande transformação da relação do trabalho com a

vida, não apenas a realidade que vocês possuem na atuação do dia a dia, mas olhando o conjunto dos trabalhadores. Para chamar a atenção a esta transformação que nós estamos vendo agora, uma segunda grande transformação, como impacta nossa vida, e como a nossa vida de certa maneira termina sendo condicionada pela natureza do trabalho que vocês exercem, que tem a natureza de um trabalho de serviço, e hoje o serviço basicamente representa as maiores possibilidades de geração de emprego, não apenas no nosso país, mas em grande parte dos países. E esse trabalho de serviços muito diferente do trabalho de maneira geral que predominava no nosso país, que era o trabalho material, o trabalho vinculado, por exemplo, na agricultura, na pecuária, na indústria, na construção civil. Nós estamos falando no serviço como sendo o trabalho imaterial, é um trabalho que não resulta a partir do esforço físico e mental do homem e da mulher em algo concreto, palpável, tangível. Na indústria, na agricultura, na construção civil o esforço físico e mental do homem e da mulher produz algo concreto, palpável, tangível. Um pé de alface, uma plantação na agricultura, uma ponte, uma fábrica na construção civil, uma camisa, um calçado, um automóvel na indústria. Então, o esforço físico e mental no trabalho material resulta em algo concreto e palpável. Nos serviços não há essa materialidade; pelo contrário, o esforço físico e mental resulta em trabalho, mas um trabalho que é intangível, que é cada vez mais condicionado pelo conhecimento, pela capacidade de o ser humano exercer sua atividade sem a obtenção de algo concreto como é a natureza do trabalho imaterial.

E essa mudança é muito importante porque coloca em xeque o sistema de regulação de trabalho, e as formas de representação dos trabalhadores; coloca em xeque as formas de remuneração deste tipo de trabalho e também a relação do trabalho com a vida. Para chegar a essas mudanças eu gostaria de fazer aqui um breve retorno a uma importante mudança que ocorreu há uns 100, 200 anos atrás no Brasil, que foi a transição do antigo trabalho agrário para o trabalho industrial. E é desta transição que surge o Estado que nós conhecemos hoje, que surge as formas de regulação do trabalho que nós temos hoje, que é justamente essa transição do trabalho agrário para o trabalho industrial, trabalho urbano. Na sociedade agrária o que acontecia? A expectativa de vida média da população encontrava-se ao redor dos 34, 35 anos de idade. As pessoas começavam a trabalhar aos cinco, seis anos de idade, ajudando em casa ou na lavoura, na pecuária. As pessoas trabalhavam e moravam no mesmo lugar, moravam e trabalhavam na fazenda. Começava-se a trabalhar aos quatro, cinco anos de idade, trabalhava-se praticamente até morrer, aos 34, 35 anos de idade. Por quê? Porque não havia sistema de aposentadoria, pensão, não havia sistema educacional para as crianças. Então estamos falando do Brasil do século XIX. Se nós fôssemos fazer

um evento como esse em 1915, bom, dificilmente eu teria condições de participar de um evento como esse em 1915 porque a expectativa de vida do brasileiro era de 35 anos de idade, mas infelizmente já passei dessa faixa etária. A presença feminina na sociedade agrária seria residual, por quê? Porque as mulheres, assim como os homens, viviam em média 34, 35 anos de idade, e as mulheres tinham cerca de 10 a 15 filhos ao longo de seu ciclo de vida. Portanto, a possibilidade da mulher exercer alguma atividade fora de casa, fora do lar, era muito difícil, era muito restrita. Estamos falando de uma sociedade do trabalho agrário em que predomina o sexo masculino, que é mais valorizado nessa circunstância. Mas a transição para o trabalho industrial, o trabalho na cidade, é na verdade um trabalho de novo tipo, um trabalho exercido na fábrica e, portanto, há uma separação do tempo da vida com o tempo do trabalho. Não é possível levar para a fábrica as crianças; então há uma separação das crianças dos pais porque em geral o pai e a mãe vão sair cedo de casa, 5 horas, 6 horas, para se deslocar até o local de trabalho e voltarão mais tardiamente. Então, temos a separação, uma mudança na estrutura das famílias, em vez de famílias com 10, 15 pessoas, vamos agora ter famílias de cinco, seis pessoas, dois adultos e quatro ou três crianças. Nesse trabalho material na indústria há uma atenção muito grande em relação à jornada de trabalho, pois as jornadas de trabalho na sociedade agrária, em que as pessoas começavam na hora que o sol aparecia às 5 horas, 6 horas e trabalhavam até o final do dia, quando o sol se punha. Portanto, estamos falando de jornada de 12, 13, 14 horas diárias.

Obviamente que esse tipo de jornada na indústria, que é muito mais intensiva, gera tensão e conflito, e nós teremos a construção de uma jornada semanal de trabalho de 40 horas, 44 horas, 48 horas semanais; portanto, uma jornada menor, a chamada semana inglesa que se trabalha 8 horas a cada cinco dias, e se folga em geral dois dias por semana. Não apenas essa mudança importante, como também a introdução da criança e do adolescente no mercado de trabalho que antes ocorria aos cinco, seis anos de idade, vai se dar a partir dos 15, 16 anos de idade. E depois de percorrido 30, 35 anos de trabalho, o cidadão se aposenta e poder viver cinco, seis anos na inatividade, sem precisar trabalhar. São conquistas importantes do trabalho da era industrial, conquistas que foram herdadas de muita luta, muita pressão popular. Esse período é importante porque nós ultrapassamos a expectativa média de vida de 34, 35 anos na sociedade agrária, para uma expectativa de vida de 50 anos, 55 anos de idade.

Bom, mas isso diz respeito à primeira transição do trabalho agrário para o trabalho industrial. Eu iniciei falando que nós estamos vivendo uma segunda transição, um segundo ciclo que decorre justamente da transição do trabalho industrial para o trabalho de serviços, que é o que

predomina. Hoje praticamente 4/5 dos postos de trabalho abertos no Brasil são postos de trabalho no setor terciário, no setor de serviços da economia. E não apenas é um trabalho imaterial como explicávamos no início, mas é também um trabalho cada vez mais vinculado à presença das tecnologias de informação e comunicação. Está cada vez mais presente no nosso cotidiano, mas também no trabalho a internet, o telefone celular, o computador, o iPad, o iPod, os vários novos instrumentos da tecnologia de informação que estão acoplados ao trabalho e à vida. Bom, o que significa isso? Significa que na verdade nós estamos expostos a jornadas mais intensivas de trabalho, mas também jornadas extensas de trabalho, porque acontece que, no trabalho imaterial, há a possibilidade desse trabalho se tornar portável, eu posso realizar o trabalho imaterial não apenas no local específico onde eu estou contratado, mas eu posso levar esse trabalho para outros lugares, para além daquele específico lugar determinado onde eu sou empregado. Isso faz com que na verdade haja uma extensão da jornada de trabalho, porque as pessoas levam o trabalho para casa, sonham com o trabalho, dormem com o trabalho, estão plugados com o trabalho. A internet nos faz permanecer conectados com o trabalho, os novos métodos de gestão do trabalho, de certa maneira gestão compartilhada do trabalho, as remunerações de acordo com metas de produção, metas de vendas, nos impõem, na verdade, um vínculo direto com esse trabalho.

Portanto, é uma etapa em que há uma exploração crescente do trabalho por força da intensificação do trabalho no local, mas também pela sua extensão. Pesquisas realizadas na Inglaterra com trabalhadores e serviços que utilizam tecnologia de informação e comunicação apontam que naquele país, por exemplo, não existe mais a semana inglesa para esses trabalhadores, porque eles levam trabalho para casa, chegam à noite e estão conectados no computador com a internet, interados com o trabalho. Essa pesquisa demonstrou que as pessoas voltam sexta-feira para casa e continuam conectados, e só desconectam com as tecnologias de informação no sábado à tarde, mas já no domingo de manhã voltam a estar conectados. Essa é uma outra realidade, pois nos diziam há 20, 30 anos, antes das inovações tecnológicas, que nós teríamos uma vida mais disponível, maior tempo de vida, mas também maior tempo livre de vida. E nós estamos vivendo uma sociedade cuja expectativa de vida aumenta dos 60 anos para 100 anos de idade. As gerações que estão nascendo, nasceram na década passada, vão nascer nessa e na próxima década, vão viver em média 100 anos de idade. Quem chega ao Brasil nos dias de hoje na chamada fase sexagenária que, segundo o IBGE, tem uma expectativa de viver mais 22 anos, vai a 82 anos de idade. Portanto, é uma sociedade muito diferente, uma sociedade em que as

instituições começam a ser questionadas, por exemplo, a instituição casamento, que é uma instituição inventada na sociedade agrária em que as pessoas viviam 35, 38, 40 anos de idade, então casava aos 15, 20 anos e morava com a pessoa durante 15, 20 anos, e a vida se encerrava ali. Nós estamos falando agora de uma sociedade em que as pessoas vão viver 100 anos, casam aos 20 e vão viver 100 anos, 80 anos com a mesma pessoa, o amor é lindo, mas obviamente que isso implica transformações significativas na sociedade, mudanças na questão de gênero, as mulheres têm tido melhor desempenho escolar, por exemplo. As novas oportunidades de trabalho em geral são oportunidades em que a mulher se sobressai ao homem. Então, essa é uma realidade que nos coloca agora situações que nós não imaginávamos, o casal recém-casado tem filhos e quem vai ficar cuidando da criança: a mulher que ganha mais ou o homem que ganha menos?

São questões de gênero que estão sendo abertas, e que precisam ser melhor analisadas, pois isso consagra na verdade um novo código do trabalho, pois o código que nós temos é um código que se relaciona com o século passado da era industrial. Como medir a jornada de trabalho, se as pessoas estão trabalhando não apenas no local específico, mas também levando o trabalho para casa? Na sociedade do trabalho material eu não podia levar um pedaço da fábrica de construção de automóvel para minha casa. Eu não podia levar um pedaço do canteiro de obra da ponte para minha casa, não podia levar uma parte da produção da fazenda para minha casa, mas o trabalho de serviço eu posso levar para casa. Imagino que aqui muitos estão acompanhando, mas também de olho na internet, atendendo a alguma chamada, estão conectados com o trabalho. Se há mais trabalho, há mais riqueza, se há mais riqueza é possível evidentemente distribuir mais.

E o que significa isso? A redução da jornada de trabalho, criar novas condições para que o trabalho possa ser de fato efetivo no local do trabalho. É preciso pensar o ingresso no mercado de trabalho, não aos 15, 16 anos de idade, mas depois da conclusão do ensino superior. Se a pessoa vai viver 100 anos de idade, para que iniciar muito cedo? No Brasil de hoje os filhos dos pobres estão condenados a iniciar muito cedo no mercado de trabalho, os filhos dos ricos entram depois, depois de ter estudado, ter feito a universidade, a pós-graduação, e aí eles entram para ocupar os principais cargos do país. Portanto é preciso na verdade considerar essa nova realidade do trabalho imaterial, dos serviços, ela abre uma grande possibilidade de relacionarmos melhor o trabalho com a vida, reduzindo a parte do trabalho na nossa vida, e abrindo, na verdade, a oportunidade do trabalho criativo, do trabalho autônomo, do trabalho comunitário, do trabalho em vida coletiva. São oportunidades que nós temos… Como dizia alguém no século XIX: só se consegue mudar a realidade quando a gente conhece a realidade. E eu não tenho dúvida que um

evento como esse que parte do pressuposto que é melhor, é necessário conhecer melhor a realidade para transformá-la, e é esse o caminho que eu espero que a gente possa seguir aqui nessa grande conferência. Muito obrigado pela oportunidade.”

Professora Dra. Maria Carmelita Yazbek

Assistente social, mestre, doutora em serviço social pela PUC-SP; fez pós-doutoramento pelo Instituto de Estudos Avançados da USP em São Paulo no âmbito de fundamentos políticos e ideias contemporâneas. É professora do curso de pós-graduação da PUC-SP. Foi também a primeira vice-presidente do Conselho Nacional de Assistência Social. A Professora Carmelita participou palestrando em todas as 10 conferências de assistência social.

"Muito boa tarde aos presentes. É com muita satisfação que eu partilho com vocês algumas reflexões para o debate obviamente, sobre as condições dos trabalhadores do nosso Sistema Único de Assistência Social no contexto desse segundo ciclo de relações de trabalho, e em tempos políticos e sociais tão complexos, tão acelerados, que nos colocam diante de inúmeros desafios, inclusive diante do enorme desafio de trabalhar na contradição e na ambiguidade. Pois os trabalhadores da assistência social vivenciam no seu cotidiano de trabalho as consequências das transformações que caracterizam atualmente o mundo do trabalho, mas, mais do que isso, as consequências das transformações, políticas, sociais, culturais, entre as quais eu incluo a força feroz do renascimento do pensamento conservador. Como lembra a Professora Raquel Raichelis, as transformações que o mundo do trabalho vem experimentando nas últimas décadas caracterizam uma nova era de precarização estrutural do trabalho, de acordo com Ricardo Antunes. Estas incidem tanto nas condições do uso da força de trabalho, como nas suas formas de contratação e gestão, diante das novas exigências de flexibilização e de precarização.

A denominada 'nova morfologia do trabalho' desencadeia mudanças profundas nas formas de organização e relações de trabalho, gerando processos continuados de informalização, insegurança, desproteção no trabalho e novas formas de contratação dos trabalhadores através de trabalhos terceirizados, subcontratados, temporários, domésticos, em tempo parcial ou por projeto, além das formas regressivas que estavam eliminadas no país, como o trabalho escravo, trabalho infantil, para citar apenas algumas das formas que observamos do mundo do trabalho. Essa situação coloca o trabalho e os trabalhadores em grande instabilidade. Sob múltiplas dimensões, entre as quais eu gostaria de destacar a ruptura entre trabalho e proteção social, condição que vem redefinindo as bases do sistema de proteção do estado capitalista e também as suas intervenções no âmbito das políticas sociais. Pois, com uma nova hegemonia liberal financeira, redefine-se a intervenção do estado no âmbito dos processos de reprodução das relações sociais, principalmente nos países da periferia.

Para vocês terem uma ideia, programas de transferência de renda existem em todos os países da América Latina, em diversos países da Europa e da África. Obviamente os trabalhadores do SUAS, com suas diversas formações, sofrem as consequências desse quadro, desse contexto de mudanças, no mundo do trabalho, sim, mas há retorno no mundo da política, no mundo da cultura, no mundo dos valores, e se veem submetidos a muitos constrangimentos no seu cotidiano de trabalho. Essa é uma frente a ser analisada e enfrentada pelos trabalhadores do SUAS. Eu entendo que o melhor caminho para enfrentar essa situação de precarização e intensificação do trabalho, apesar do peso determinante, estrutural conforme foi apontado aqui pelo professor Pochmann. A grande alternativa para enfrentar as sequelas dessas transformações se dá no âmbito da organização coletiva. Eu não entendo que haja saídas individuais no campo do trabalho dos trabalhadores do SUAS. Nós temos alguns mecanismos, alguns espaços que devem ser fortalecidos, ocupados, como o fórum dos trabalhadores, a mesa de negociação, as ações das entidades dos assistentes sociais, dos psicólogos e de outros profissionais que estão buscando articular a luta que não é só de um trabalhador, mas uma luta coletiva como deve ser o trabalho com os usuários também numa dimensão sempre coletiva.

Alguns dados sobre os trabalhadores do SUAS, os dados que me foram fornecidos muito recentemente pelo próprio MDS, extraídos do Censo SUAS e de outras fontes: nós temos hoje como trabalhadores do SUAS 597.432 pessoas. Quase 600 mil trabalhadores. Destes, 270.571 estão na rede estatal. E 326.861 na rede privada. Além daqueles considerados formalmente trabalhadores do SUAS, nós temos um número de voluntários que alcança aproximadamente 190 mil pessoas, o que vai implicar consequências como nós todos que cotidianamente estamos nas entidades sabemos. Bom, como é que estão distribuídos esses trabalhadores? Eu tenho mais dados sobre os assistentes sociais, que é o meu campo de formação e de exercício. 75% deles estão no âmbito municipal, nos municípios; 3% na gestão estadual; e 22% na rede privada, embora seja essa rede que tem o número maior de trabalhadores. A questão dos vínculos é extremamente variada, mas, em média, nós temos por volta de 41% desses trabalhadores com vínculos permanentes, estatutários; 8% CLT; 9% comissionados; e outros 42% sem vínculos permanentes, com vínculos estáveis, precários.

Nós temos ainda um grupo significativo de trabalhadores com situações de trabalho bastante instáveis. Na última Conferência Nacional de Assistência Social, eu acompanhei a questão do trabalho também. Lá apareceram muito fortes dois pontos que parecem permanecer e que eu estou retomando: a precarização. A precarização do trabalhador, principalmente dos

trabalhadores que têm contratos sem vínculos permanentes, são trabalhadores terceirizados, trabalhadores contratados por tarefa, com responsabilidades, por exemplo, de acompanhar a assistência social em mais de um município, mantendo as históricas relações de subalternidade dos trabalhadores da área social do âmbito da própria seguridade. Essa questão aparecia lá e ressurge esse ano como decorrente das fragilidades do cofinanciamento da política de trabalho. Nós sabemos que na área, no Brasil de um modo geral, a questão dos recursos humanos, a questão dos trabalhadores da área pública constitui um desafio para a administração. Situação que na assistência social ganha complexidade por causa desses 42% de trabalhadores sem vínculos permanentes, e também em razão do número de voluntários que atuam no campo.

Uma história que já vem, se você retomar um pouco a história do Brasil como o professor fez, quer dizer, vem pelo menos dos anos da sociedade industrial, marcada pela tradição de não política. Basta lembrar da LBA criada pelo Getúlio Vargas e que traz uma política de convênios, uma política gerida por mulheres, quando as mulheres vão para o mundo do trabalho, elas vão para três profissões: assistência social, enfermagem e educação. Foram as primeiras profissões consentidas ao perfil da mulher, que se achava que cabiam no perfil da mulher. As atividades desses trabalhadores no SUAS se distribuem em atividades de gestão, de modo geral atividades relacionadas à gestão, à prestação de alguns serviços, como o PAIF, como o PAEFI, a convivência familiar e o fortalecimento de vínculos. A operacionalização das medidas, o acompanhamento de medidas e operacionalização de medidas socioeducativas, como prestação de serviços comunitários, liberdade assistida, abordagem social e atualização do CadÚnico, atualização cadastral. Em linhas gerais, os trabalhadores vêm colocando no âmbito dos seus questionamentos uma lista de questões que parecem ainda serem objeto das preocupações daqueles que trabalham – a questão da contratação temporária, os baixos salários, a precariedade de recursos materiais disponibilizados para desenvolver o trabalho, a morosidade, a burocratização no repasse de recursos destinados à gestão do trabalho, o desvio desse dinheiro para outras prioridades etc.

O quadro profissional, apesar dessas características, se ampliou em relação à própria conferência do ano passado, e eu gostaria de apresentar alguns desafios, algumas dificuldades, algumas questões que eu acho que devem ser discutidas. Primeiro, há um conjunto muito grande de questões relacionadas ao trabalho com famílias, lembrando que a matricialidade é estruturante do SUAS. A dimensão socioeducativa que tanto pode ter um caráter de enquadramento, como pode caminhar numa direção compensatória… aliás, observa-se uma grande fragilidade no domínio desses três conceitos: protagonismo, emancipação e autonomia, que são utilizados conforme o

censo comum, sem o entendimento do que está por trás deles. Em relação ao trabalho com famílias, já que eu mencionei o pensamento conservador, há o risco insidioso de uma perspectiva conservadora no trabalho com essas famílias. A ilusão de que se resolvem muitas questões no âmbito das famílias, no campo individual, há uma perspectiva muito forte de individualização dos serviços, quando sabemos que muitas das questões que alcançam a vida das famílias têm a sua raiz em conflitos e contradições da própria sociedade capitalista, conflitos de natureza macro, societária, ou conflitos que dizem respeito a outras dimensões da vida, não apenas a classe, a classe fundamental obviamente, mas a questão de gênero, a questão de etnia tem um peso muito grande nos grupos com os quais trabalhamos.

Para finalizar é importante lembrar que, obviamente, as políticas sociais, e entre elas a Assistência Social, têm limites de ordem estrutural, que agravam a sua baixa efetividade. É preciso lutar num sentido um pouco mais amplo, criar condições de resistência nessa população, sempre coletivamente; criar espaços para o protagonismo e para a ação coletiva dos sujeitos políticos que chegam à Assistência Social, e que lutam pela realização do caráter público e do direito que possuem de acessar a essas políticas.

Os trabalhadores do SUAS são interpelados e desafiados pela necessidade de escapar do pragmatismo. A ação apenas técnica, sem uma dimensão política, acaba sendo uma ação profundamente esvaziada. Então, há a necessidade de que os trabalhadores sejam capazes de construir mediações políticas e ideológicas, expressas em ações de resistência, em alianças estratégicas, no jogo da política, em suas múltiplas dimensões, dentro dos espaços institucionais e no contexto das lutas sociais. Em práticas cotidianas de contestação e resistência, em que vamos encontrar experiências concretas de busca e fortalecimento dos interesses e projetos de superação dessa condição subalterna, nos espaços jurisdicionais onde atuamos, podemos e devemos desenvolver iniciativas de resistência, buscar novas práticas que se esbocem como alternativa. Esse é um caminho a ser procurado, considerando as várias lutas e propostas de resistência. Há espaços a ocupar, fórum, conselhos, movimentos; é cada vez mais evidente que diferentes projetos sociopolíticos de sociedade, projetos societários se confrontam nesse projeto, nesse processo. O projeto neoconservador, valendo-se de novas roupagens, fragmenta cada vez mais as análises e as ações. A individualização é fruto da presença do projeto conservador que fragmenta as lutas coletivas. Apoiar as resistências cotidianas dessa população, entendendo que as rebeldias têm que se encontrar a partir de baixo, da participação de todos, de todos os dias substituindo relações de poder, relações autoritárias, por relações de partilhamento.

Quando falo de relações de poder, não estou excluindo as relações dos profissionais com a população; é o poder das triagens, da elegibilidade, da governabilidade, da concessão de laudos, das visitas controladoras – veja, uma visita pode ser uma possibilidade de encontrar as pessoas no seu universo, nas suas condições, e pode ser também uma estratégia de controle de enquadramento das classes subalternas. As definições de quem fica e quem não fica, de quem pode participar de um programa, em síntese, em diferentes situações precisamos expressar que caminhamos profissionalmente junto com nossos usuários, levando em conta o papel estratégico da comunicação, da informação, para mostrar que não se está só na luta. E nesse âmbito evidencia-se a relevância da dimensão cultural e política de nossos trabalhos. Combater o pensamento conservador, combater o falso moralismo e enquadrar as pessoas nesse contexto sem que ela desenvolva atitudes de questionamento, não é compatível com aquele enunciado que às vezes é muito vazio. Permitir o protagonismo, a emancipação, a autonomia, isso exige uma efetiva inserção da população e dos profissionais nas lutas sociais mais amplas.

Comentários dos participantes:

Sra. Ana Caroline – Rio Grande do Norte – "Eu queria fazer rapidamente uma reflexão sobre a conferência passada e sobre a conferência atual em relação à situação do trabalho no Sistema Único de Assistência Social. Na conferência passada, nós discutimos a questão do trabalhador, dos trabalhadores do SUAS. Em dois anos muito pouco foi modificado, a gente tem aqui uma realidade onde os municípios trouxeram, os estados, concursos que oferecem vagas de um salário-mínimo para um profissional que precisa ser altamente qualificado para atender na proteção social básica e na especial de média e alta complexidade.

A Professora Yazbek trouxe aqui uma questão que o serviço social vem discutindo há muito tempo: o trabalhador precisa se organizar. Mas como é que esse trabalhador vai se organizar numa situação onde há um desmonte total das políticas públicas, cortes públicos em todos os recursos de execução da política, como é que esse trabalhador vai se organizar se ele não é efetivo? Como é que ele vai se organizar se é perseguido? Então, acho difícil demais lutar contra o capital nesse contexto social, e acho que a gente vai ter que conseguir, de alguma forma, ver como vai resolver esse problema, que nunca consegue ser resolvido. A União, o estado e o município não conseguem modificar essa realidade. Então, eu pergunto para todos os trabalhadores que estão aqui, como podemos ter um SUAS de qualidade, ofertar um serviço de qualidade, quando nem nós somos respeitados? Obrigada."

Sra. Greice Barros – Goiás – "Quero aproveitar a fala do Professor Márcio quando ele tratou do envelhecimento. De fato, temos conhecimento de que o Brasil está envelhecendo. O que nós, enquanto assistência social e o Brasil em geral, estamos fazendo para contribuir para que esse envelhecimento venha de forma digna? No meu município, há dois abrigos de idosos que são movidos por entidades civis e pelo município. Não temos ajuda do governador do estado; nossos idosos ficam à mercê de conseguirmos vagas para eles em abrigos, até mesmo em estados diferentes do nosso. Muitas vezes acontece de ter alguma denúncia de maus-tratos com idosos, ou até mesmo a família não tem condições de cuidar do seu idoso, e nós recebemos ordem do Ministério Público para tirarmos esse idoso em até 24 horas do seu local de origem e colocá-lo num abrigo. Não conseguimos abrigo dentro do nosso município, dentro do nosso estado, precisando pedir para um estado diferente. Isso é uma violação de direitos, pois estamos tirando nossos idosos do local de origem para levar para outros estados onde eles não têm ninguém para cuidar deles. Precisamos olhar essa questão, olhar pelos nossos idosos."

Sr. Aparecido oliveira – "Eu gostaria que fosse chamada a atenção para a responsabilidade e a motivação das equipes que trabalham diretamente com as pessoas. Outra questão: a coordenação deve ser alguém especificamente qualificado, o 'primeiro-damismo' deve parar. Isto porque ele tira a oportunidade de pessoas mais interessadas e que se colocariam diante de uma instituição tão importante para a garantia dos direitos do SUAS. Sou educador social. Na minha unidade, presencio o despreparo; então, eu gostaria de chamar a atenção para a qualificação, gostaria que ela fosse colocada de forma aberta nas redes sociais, que ela fosse difundida."

Sra. Simone Lisboa – Amazonas – "A minha participação é no sentido de contribuir para o debate que iniciou há pouco na fala da professora doutora Carmelita Yazbek, quando ela falava da importância das alianças. A colega que me antecedeu fez um levantamento sobre a questão dos concursos públicos. Assim, na pauta do trabalhador, eu não consigo perceber uma forma de organização, articulação e fortalecimento do trabalhador sem reconhecermos a importância e a relevância dos sindicatos de categoria. Num determinado momento da história do sindicalismo, nós deliberamos pelo Sindicato de Ramos, mas aquele foi outro momento da história. Hoje, vivemos outra realidade, e o que percebemos a cada dia, com a precarização do trabalho, as

condições de trabalho, as mazelas sociais que nós passamos, corremos sério risco de nos transformarmos em beneficiários usuários da assistência por conta dos salários baixíssimos que recebemos; eu não vejo como a gente não repensar esse discurso, e nos organizarmos enquanto sindicato de categoria, até por que em nível nacional está sendo instalada uma mesa de negociação, e a gente sabe que na mesa de negociação o peso maior será dos sindicatos, nós precisaremos dos sindicatos das categorias dos trabalhadores do SUAS conforme rege a legislação. Então, o que eu estou colocando aqui é essa discussão, essa reflexão: nós precisamos, sim, fazer alianças, novas alianças e repensar nossas condutas. E uma delas é a necessidade da importância do sindicalismo por categoria para que a gente possa ocupar os nossos espaços verdadeiramente na discussão sobre as nossas demandas que estão aí nas prioridades nas nossas mãos. Obrigada."

Sra. **Edivane Melo de Sousa – Taquatiara – Amazonas** – "Estamos aqui nesse ato para falar especificamente sobre a situação do trabalhador do SUAS no interior, especificamente na área rural. No Amazonas, com os nossos rios, lagos, com nossos igarapés, nós temos muita dificuldade para chegar até o nosso usuário. Na última conferência, fomos contemplados com as lanchas para a equipe volante, que ainda precisa ser adaptada. Outra situação, como falar em qualificação do trabalho no SUAS sem concurso público, sem efetividade para os trabalhadores – o trabalhador precisa ser valorizado. Como falar num SUAS para todos, se nós que estamos lá na ponta atuando diretamente com os usuários não somos valorizados. Eu hoje tenho a plena convicção de que o SUAS em que estamos atuando realmente ainda não é o SUAS que queremos; falo para vocês com toda convicção: eu acredito nesse SUAS, o SUAS que nós sonhamos será realidade, sim, se nós trabalhadores formos valorizados, se tudo que preconiza nas legislações de fato for acontecer de verdade, porque teoria e discursos não mudam o mundo. Eu costumo dizer, ratificando as palavras de Karl Marx, o que muda o mundo é ação prática, ação concreta no cotidiano das nossas atividades. Obrigada."

Sra. Michele cristina Matarazzo – São Paulo – "Com relação à capacitação dos trabalhadores, eu acho que é importante lembrar também que nós não somos capacitados nas universidades. Começa uma luta também nossa que é importante ter o SUAS dentro das universidades. E quando se supera isso, o psicólogo, o assistente social, o trabalhador do SUAS, todos eles vão atrás da sua capacitação. A gente depara com gestores e com políticas que nos proporcionam a falta de autonomia no trabalho, assédio moral, castigos; climas muitas vezes de medo pelo autoritarismo e

ameaças de transferências e outras coisas. Espaços inadequados de trabalho, falta de material de trabalho, de carro ou barcos. A contratação de cargo de pessoas comissionadas que tiram nosso trabalho, que às vezes têm muito mais autonomia e muito mais direitos do que a gente dentro do trabalho. Eu acho que muito do que a gente tem aprendido… estamos aqui nessa luta já faz tempo, desde a conferência passada, e essas coisas que eu falei acho que se repetem e têm se repetido aqui na frente – eu vejo nos fóruns dos trabalhadores, na importância da nossa participação. O fórum dos trabalhadores do SUAS tem que ser fortalecido. Obrigada."

Sra. Ângela Maria Aguiar – Porto Alegre – Rio Grande do Sul – "Quero continuar um pouco a fala da colega que me antecedeu, o quanto nós trabalhadores precisamos ser protagonistas também na nossa cidade e nos nossos estados. E a gente só vai ser protagonista quando conseguir participar dos fóruns e ter ações conjuntas enquanto trabalhadores. De um lado tem o usuário, e a gente precisa fazer o atendimento com qualidade, com condições, e do outro lado nós temos o gestor que não nos dá a mínima condição de fazer nosso trabalho. Os trabalhadores desta política sofrem no dia a dia do seu trabalho as consequências de não conseguir atender com qualidade e com o respeito, e muitas vezes rompem com o seu código de ética enquanto trabalhador. E isso é inadmissível. Não podemos permitir mais, nós temos um Censo SUAS que faz uma avaliação que é quantitativa, não faz uma avaliação qualitativa – diz qual é o espaço, se temos sala, mas não sabe qual é a qualidade dessa sala; sabe os profissionais que existem lá, se são concursados ou se não são, mas não sabe quais são as condições que esse trabalhador tem para conseguir de fato fazer o atendimento. Eu quero concluir dizendo o seguinte: nós estamos todos do mesmo lado, todos do mesmo lado. E somente juntos e unidos vamos conseguir avançar e ter um SUAS de qualidade, somente juntos, trabalhadores e usuários, vamos conseguir avançar no protagonismo de fato. Estar aqui na conferência sem dúvida é um processo de democracia e de participação, mas é na nossa cidade, nos fóruns e conselhos que de fato vamos exigir que o gestor implemente a política de qualidade. Eu posso vir aqui denunciar que o meu prefeito não está colocando as condições, mas é lá na minha cidade com a minha organização que eu vou fazer esse enfrentamento. Então, a luta continua somente com todo mundo junto."

Sra. Elaine – "Eu quero dizer da minha fala mais cedo aqui, a respeito da crítica que eu fiz ao meu município e ao meu prefeito. Fui até a câmara dos vereadores e pedi até uma emenda parlamentar, porque CRAS já estão fechados, centros de convivência, e Centros-Pop correm o

risco de serem fechados. Aquelas pessoas que já são atendidas no Centro Pop, onde elas vão ter um lugar de dignidade para tomar banho, para se alimentar, para poder estudar no EJA. Quero dizer também que sou usuária do serviço, sou usuária do CRAS e do Bolsa Família, e tenho um marido que vive com obesidade mórbida, ele pesa 207 quilos. Tenho quatro filhos, então o Bolsa Família não é dado nas minhas mãos para me deitar e ficar relaxada, não, apesar de que não dá nem para sustentar os meus filhos, mas é com esse dinheiro que eu invisto no meu trabalho. Eu sou autônoma, vendo milho, papa, pamonha, água de coco, e eu venho reivindicar aqui por essas pessoas que estão dentro do CRAS e que não querem só ganhar uma cesta básica; elas querem oportunidade de romper, de mudar a história da sua vida. Eu tive oportunidade infelizmente de ser presa duas vezes, mas eu disse: vou mudar de vida, não é isso que eu quero para o futuro dos meus filhos. Hoje eu batalho dia e noite, só que eu vejo que o CRAS dá oportunidade para a pessoa aprender um curso, aí eu vou lá, faço curso, vou para a rua vender aquele bolo, aquele pão, aquele bombom que eu aprendi a fazer no CRAS. Mas o mesmo governo que apoia o curso dentro do CRAS, é o mesmo que vai lá e tira o ambulante da rua, tirando da boca dos meus filhos a alimentação. Então eu acho que realmente tem que haver uma construção de continuidade ao serviço, de não simplesmente colocar oficinas dentro do CRAS, mas ter uma visão profissionalizante, porque nós somos capazes. E eu agradeço."

Sra. Alcimar de Sousa – Pernambuco – "Eu quero fazer só algumas pontuações com relação à fala da professora Carmelita Yazbek quanto à precarização do trabalhador do SUAS. Em primeiro lugar, eu acho que precisa se entender que a precarização tem diversos fatores, porém todos eles são frutos dos ordenamentos do capital, inicialmente. E pensar a precarização do trabalho profissional no SUAS na atual lógica de financiamento… nós estamos sofrendo há algum tempo com a lógica de financiamento da assistência social com pisos que estão desatualizados há muito tempo, eu vejo exemplos das cidades de pequeno porte 1 e 2 que são cerca de 80% dos municípios do Brasil, onde um CRAS recebe R$ 6 mil ou R$ 6,5 mil de financiamento, que muitas vezes as prefeituras não têm nenhum tipo de arrecadação, vivem estritamente do FPM [Fundo de Participação dos Municípios], então não há uma inserção de recursos municipais na Assistência Social, onde muitas vezes os estados ainda não participam do cofinanciamento da Política de Assistência. Então, primeiro é preciso, importante que nós façamos, revisitemos a atual lógica de financiamento da assistência social no nosso país, para se pensar a desprecarização dos trabalhadores da Assistência Social. Importante também pensar na falta de condições materiais em virtude da não condição de

reprodução desses trabalhadores. Nós temos, na maioria das vezes, salários precários, salários baixíssimos para os trabalhadores da Assistência Social, não temos condições de nos reproduzir socialmente, então isso desmobiliza a nossa luta. Se eu não tenho condições de me reproduzir socialmente, com certeza eu não vou ter condições de lutar e me articular enquanto categoria. E pensar também na subalternização dos profissionais da Assistência Social atualmente ao judiciário, onde os profissionais da assistência têm sido intimidados, obrigados a fazer laudos e perícias para o Judiciário, esquecendo-se que muitas vezes os tribunais de justiça têm concursos realizados, e os profissionais não são chamados, e nós da assistência somos muitas vezes intimados com oito dias, sete dias, obrigados a fazer laudos e perícias para o Judiciário, senão nós corremos o risco de ser presos. Então, eu penso: que condição de trabalho é essa dada ao trabalhador da assistência? É preciso que nós urgentemente façamos uma reflexão sobre esses que são alguns dos muitos desafios que temos enquanto trabalhadores."

Sra. Maria de Lourdes – Amazonas – "Falou-se sobre o esforço que o profissional tem que ter para ser protagonista, mas como se esforçar sob as condições de trabalho oferecidas dentro da instituição onde o profissional atua. Eu não sou trabalhadora do SUAS, trabalho na área da educação, mas estou aqui porque acredito que você não precisa necessariamente trabalhar dentro da política para defendê-la, porque, afinal de contas, aquele cidadão é um cidadão de direito, e ele não é só necessário na política de assistência, ele é de educação e de saúde. Mas, para a assistência acontecer de fato e de direito, o usuário precisa também que os profissionais das demais políticas atuem junto com a Assistência Social para que de fato ele seja contemplado no seu direito. Estou aqui para falar sobre o indígena que é alguém que não foi tocado, que não foi mencionado aqui. O indígena é um usuário da assistência que precisa ser olhado com carinho, com particularidade, porque ele tem situações específicas, tem sua especificidade e, na Amazônia, boa parte da população é constituída de povos indígenas, povos quilombolas, comunidades tradicionais, ribeirinhas que não têm os mesmos problemas que se encontram no Sul e no Sudeste do país, ou no Nordeste, mas que se encontram em situações que estão para além da assistência nesse momento resolver, por quê? 'Porque nem a política ainda não contempla essas particularidades', pensa um profissional que vai até uma comunidade indígena que não fala a língua de um Sateré-Mawé, de um Hixkaryana que são etnias de nossa região do baixo Amazonas. Como trabalhar a política, como levar, como falar de direitos a essas pessoas, se o profissional não é capacitado para trabalhar nesse âmbito? E aí eu entro na questão da formação, da continuidade,

cadê as especializações, cadê os cursos de mestrados profissionais? Formação profissional não é só capacitação; a formação profissional continuada está para além das capacitações. Também acho que o respeito ao trabalhador tem que começar aqui; a nossa alimentação não está sendo respeitada, os hotéis não estão sendo respeitados, como se falar em trabalhador e tratá-lo com respeito, se nesse próprio espaço isso não está acontecendo? Obrigada."

Sr. Jeová Botelho – Pará – "Eu quero falar sobre a questão da acessibilidade aos municípios, no estado, em todas as regiões, da inclusão social, inclusão no mercado de trabalho. As leis existem, só precisam ser aplicadas e colocadas em prática, ou seja, precisam sair do papel. As pessoas com deficiência… Vou falar particularmente do meu caso: há oito anos eu estou de cadeira de rodas; estava recebendo o benefício pelo INSS no meu município, e os assistentes sociais queriam me encaminhar para a capital do meu estado para fazer uma RP [Reabilitação Profissional]. Acabei fazendo essa RP porque eu não tinha como me deslocar, eu teria que bancar a minha viagem, e eles me ressarcissem quando eu voltasse. Então eu não fui porque eu não tinha condições; por fim, cortaram meu benefício. Fiz um concurso público, passei, hoje eu sou uma pessoa concursada dentro do meu município, mas o que eu quero falar aqui é que a inclusão também dos professores possa existir dentro dos colégios. Essa inclusão toda tem que existir dentro da sociedade, todos têm que estar incluídos; se é inclusão, então vamos trabalhar dentro disso. Outra questão é o BPC [Benefício de Prestação Continuada]. Vamos dar direito, vamos usar, vamos aplicar isso, vamos trabalhar. Eu só queria colocar mais uma coisa aqui, que todos olhassem bem, porque na minha cidade tenho pessoas, professoras cadeirantes, assistente social, psicólogo. Eu fiz três processos seletivos na empresa Vale que é multinacional, fiz três processos seletivos, a própria assistente social chegou para mim e falou: eu não posso te colocar porque a gente não tem espaço aqui para cadeirante. Isso é uma indignação para mim, estou compartilhando com vocês. Obrigado, boa tarde."

Sr. João Maurício – Amazonas – "Muito foi falado em relação à questão do concurso público, em relação à questão do piso salarial dos nossos profissionais, mas a professora Yazbek trouxe um ponto importante, o número de profissionais hoje que compõe o Sistema Único de Assistência Social, que está na base de 500 mil, 200 mil nas instituições públicas e o resto nas instituições privadas. E se nós formos pegar a NOB-RH/SUAS que coloca como condição a questão da equipe mínima de dois assistentes sociais, dois psicólogos, enfim, para cada serviço, isso é um problema

muito grande no que diz respeito à consistência do trabalho dentro do Sistema Único de Assistência Social. O número de profissionais é insuficiente para fazer um trabalho consistente, um trabalho que realmente interfira na realidade da nossa população. Então, é uma questão que eu estou trazendo que nós precisamos pensar amanhã nos grupos de trabalho, no aumento desse quantitativo profissional. Nós temos aí a proteção por família, referenciadas, e na especial por número de atendimentos. E esses profissionais são colocados por serviço, e aí os municípios muitas vezes utilizam essa equipe mínima, e não a aumentam. O SUAS fica fragilizado nesse sentido; o trabalho voltado para nossos usuários fica fragilizado nesse sentido. Então é uma questão sobre a qual nós precisamos refletir, e amanhã tentar de alguma forma inserir para modificar mesmo a NOB-RH/SUAS no que diz respeito ao acréscimo, ao aumento de profissionais. Porque senão nós vamos continuar com a inconsistência por conta das fragilidades. Já temos a fragilidade institucional, a estrutura institucional, a falta de prédios próprios dentro dos CRAS, do próprio CREAS, e temos também esse problema grandioso que é a questão do quantitativo profissional. Então, que nós possamos refletir sobre essa questão, e de alguma forma amanhã nesse momento importantíssimo nós vamos ter que apresentar uma proposta de alteração da NOB-RH/SUAS para que essa equipe mínima de referência possa ser aumentada. E assim o trabalho deles de assistência social possa ser mais consistente, direcionado aos nossos usuários. Muito obrigado."

Sr. Idelfonso – Amapá – "Primeiro eu quero dizer aos trabalhadores do SUAS que vocês são guerreiros e guerreiras, porque vocês são pessoas dedicadas, pessoas que não medem esforços para fazer a política acontecer. Mas é preciso que o Estado brasileiro reconheça os esforços de vocês, porque sabemos que aqui neste plenário tem trabalhador no SUAS que está com 10 meses de salários atrasados, porque o estado não está fazendo a transferência de recursos para seus municípios. E isso faz com que o Estado se torne fragilizado nas políticas públicas da assistência social. Para finalizar, companheiros e companheiras, esse legado não pode ser dirimido, nós temos que avançar e não repaginar políticas públicas para a assistência social. Muito obrigado."

Sra. Valdelice Mota – Bahia – "Nós dos municípios de pequeno porte temos trabalhadores que são contratados e serão dispensados no final do ano. É preciso concurso público, espaço dos conselhos estruturados; nós não temos o espaço do conselho onde o conselheiro possa ir lá e exercer sua função. Precisamos de financiamento; esta é a questão dos estados que demoram

para fazer os seus repasses. Precisamos trabalhar aqui para que seja revertida a precariedade; precisamos de serviços completos, onde os programas sejam efetivados de fato, não maquiados e depois preenchidos no sistema dizendo que está tudo muito bem. No SUAS queremos conselheiros autônomos que participem das reuniões sem medo. O conselho estruturado, trabalhadores com concurso, isso é o SUAS que a gente quer até 2016, é preciso um trabalho educativo para os usuários, que possibilite entender que são cidadãos de direitos e de deveres também. Financiamento para o social de acordo com as necessidades de cada município. Serviços como preconiza os programas, completos, decentes, e espaços próprios para os conselhos."

Sr. Marcio Pochmann – "Eu queria de imediato cumprimentar as considerações, questões que foram realizadas, de certa forma materializando o objetivo dessa roda de conversa, que é de explicitar as angústias, os desejos, as dificuldades que vocês encontram no seu dia a dia. Na verdade, oferecer aqui uma possibilidade a partir da interpretação das diferentes realidades nacionais; nós estamos falando de um país republicano, uma república federativa, nós temos mais de 200 países no mundo, mas apenas 30 são repúblicas federativas, ou seja, pelo menos três entes do executivo no plano federal, estadual e municipal e, ao mesmo tempo, a professora Carmelita nos informou a respeito da constituição de uma categoria – vocês hoje representam uma categoria nacional que saiu de 50 mil para quase 600 mil trabalhadores. Nessa circunstância, eu fico imaginando aqui a possibilidade de vocês ajudarem a construir na verdade um contrato nacional de trabalho, um contrato que estabeleça os mínimos que devem ser seguidos independentemente das localidades em que vocês se encontram situados, porque temos uma heterogeneidade muito grande de condições de trabalho e, já que vocês oferecem um trabalho que é praticamente igual, independentemente da localidade, é mais do que justo que as condições de trabalho e de remuneração sejam justamente equivalentes a isso. E a história, o aprendizado da classe trabalhadora foi justamente quando se estabeleceram condições dessa mesma natureza, o contrato coletivo nacional é uma alternativa a ser configurada. Muito obrigado a todos, um bom congresso, uma boa conferência para todos e um bom retorno também a suas moradias. Muito obrigado."

Sra. Maria Carmelita Yazbek – "Bem, vocês levantaram muitas razões, e também foi apontado aqui agora, e durante as falas de vocês, a força do coletivo. A companheira do Rio Grande do Sul chamou a atenção… é em cada lugar que tem que haver articulação, os fóruns têm que pipocar

pelo país, a organização tem que ser de base. Eu tenho acompanhado uma coisa que eu havia previsto da minha fala, duas questões que eu havia previsto, o tempo não permitiu, uma delas é a questão da capacitação. A gente sabe que, obviamente, o Capacita SUAS, por exemplo, que já alcançou 30 mil trabalhadores, não é suficiente para o nível de capacitação que nós, que vocês estão demandando. Então, é preciso aprofundar a questão da universidade, a universidade tem que ter um compromisso na qualificação dos profissionais, não pode ignorar as políticas públicas, e a gente sabe que muitas universidades ignoram essa dimensão, seja na formação do assistente social, seja na do psicólogo. O outro ponto que eu queria reiterar é a questão do sofrimento dos trabalhadores. E o assédio moral, sofrimento moral ou adoecimento. Porque também foi dito aqui, trabalhar sem salário vai refletir em última instância no trabalho que a gente faz, no usuário, quem vai pagar o preço de condições precárias de trabalho é o usuário. Então mais uma razão para a gente lutar para ser melhor, para oferecer um serviço melhor, e para ser respeitado também como apareceu tão forte aqui na fala de vocês. Vamos continuar esses dias aprofundando as temáticas levantadas aqui. Muito obrigada."

5. Assistência social é direito no âmbito do pacto federativo

Convidadas:

Ana Paula Motta Costa
Abigail Torres
Luziele Maria de Souza Tapajós

Mediadora: Denise Ratmann Arruda Colin

Sra. Denise Ratmann Arruda Colin – Introduziu o tema "Assistência Social é Direito" com enfoque nas responsabilidades do Pacto Federativo, enquanto princípio a ser reafirmado na X Conferência Nacional de Assistência Social. Direito à política de assistência social, direito a um sistema público e republicano, direito de acesso a bens, serviços e riquezas, direito à participação popular e ao controle social, direito à vocalização das necessidades, demandas e anseios, direito à visibilidade da população em situação de vulnerabilidade e risco por direitos violados.

Mencionou que há que se demarcar também a passagem da lógica de culpabilização de cada pessoa pela situação de vulnerabilidade ou pela violação de direito a qual está exposta para se

reconhecer a responsabilidade do Estado e do conjunto da sociedade na garantia de proteção social, como forma de enfrentar as desigualdades sociais, da pobreza, da falta de oportunidades, da falta de equidade, na perspectiva do princípio da dignidade humana, que foi o primeiro tema de discussão das rodas de conversa. Todos os temas abordados estão absolutamente imbricados, como pode ser observado no resgate das exposições de hoje. A ausência de direitos e de dignidade pode resultar na ausência da participação, que foi o segundo tema, e tais restrições irão exigir a primazia da presença do Estado brasileiro, se comprometendo com o sistema único, universal, público, democrático, republicano, participativo, que foi o tema da terceira mesa, oferta que por sua vez deve ser executada e contar com trabalhadores qualificados, implicando condições de trabalho, formação continuada, mobilização social para enfrentar as vulnerabilidades e trazer a população vocalizando suas demandas, a sua realidade vivida e concreta, o que tem sido visto ao longo do dia de hoje e o que foi mencionado pela Maria, representante dos usuários na mesa de abertura no dia de ontem.

Passou a palavra para as expositoras, justificando que a professora doutora Ana Paula Costa não estava presente por motivos de saúde, mas que gravou um vídeo introduzindo o tema. Ana Paula é professora da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, mestre em Ciências Criminais e doutora em direito pela PUC-RS, e ultimamente atuou como pesquisadora do Projeto Pensando Direito, desenvolvido pelo Ministério da Justiça e pelo IPEA [Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada]. Na sequência foi reproduzido o vídeo.

Sra. Ana Paula Motta Costa

Graduada em Direito pela PUC/RS (2000), advogada, bacharel em ciências sociais pela UNISINOS (1990). Pós-graduada em Educação pela UFRGS (1992), mestre em ciências criminais pela PUC-RS (2004) e doutora em direito pela PUC-RS (2011), tendo realizado estágio doutoral na Universidade Pablo de Olavide, na Espanha, em 2009. Sua tese, aprovada com louvor, recebeu menção honrosa no prêmio CAPES 2011. É professora da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), onde está vinculada ao Departamento de Ciências Criminais e ministra as disciplinas de direito penal e criminologia; coordena projeto de pesquisa inscrito no CNPQ e Projetos de Extensão Universitária. É Professora do programa de pós-graduação – mestrado do Centro Universitário Ritter dos Reis (UniRitter) – mestrado em direitos humanos. Tem experiência na área de direito, com ênfase em direito da criança e do adolescente, atuando principalmente nos seguintes temas: adolescência, infância, Estatuto da Criança e do Adolescente e medidas

socioeducativas. Realizou consultorias em Projetos Sociais, em especial com a Unesco, PNUD [Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento] e o Ministério do Desenvolvimento Social. Foi presidente da Fundação de Assistência Social e Cidadania da Prefeitura de Porto Alegre (1997-2000 e 2003-2004), e presidente da Fundação de Atendimento Socioeducativo do RGS (FASE/RS) entre 2000 e 2002. É autora dos livros *As garantias processuais e o direito penal juvenil* (2005) e *Os adolescentes e seus direitos fundamentais* (2011), ambos publicados pela Livraria do Advogado Editora; e ainda o livro *Medidas Socioeducativas – gestão da execução* (2014), editado pela MarcaVisual Editora.

"Boa tarde, senhores participantes da Conferência Nacional de Assistência Social, delegados, conselheiros do Conselho Nacional, autoridades presentes. Quero dizer que eu estou muito chateada por não poder estar presente, em razão de um problema ocorrido hoje de manhã aqui em Porto Alegre, que me impediu de viajar. Esse tema de hoje, "Direito à assistência social no âmbito do pacto federativo" é muito caro e de muita importância no contexto nacional, posto que se constitui em um direito constitucional, de conteúdo fundamental, e faz parte do modelo de sociedade previsto na nossa Constituição Federal de 1988. Esse modelo também inclui o pacto federativo, ou seja, a participação das três esferas de governo (União, estados e municípios), e dos poderes constituídos (Poder Judiciário, Poder Legislativo e Poder Executivo). Durante o ano de 2014 eu realizei uma pesquisa nacional, a qual gostaria de expor pessoalmente para todos vocês, e que se refere à relação entre o Sistema Único de Assistência Social e o Sistema de Justiça. Essa pesquisa está disponível no site do MDS e também no site do Ministério da Justiça, que organizaram a pesquisa. Assim, talvez em outra oportunidade possamos conversar sobre essa pesquisa, mas ela está lá disponível, e diz respeito a uma relação que hoje é muito tensa entre os dois sistemas. Porém, nós identificamos na pesquisa possibilidades e caminhos para superação das dificuldades existentes. Desejo a todos uma boa conferência e mais uma vez peço desculpas. Sinto muito por não estar presente. Obrigada."

Para substituí-la houve a explanação da professora doutora Abigail Torres, da PUC de São Paulo, consultora e apoiadora de muitos municípios que estavam presentes, e consultora do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, mais particularmente na Secretaria Nacional de Assistência Social, que gentilmente aceitou o convite do Conselho e propôs abordar os fundamentos que sustentam o direito à assistência social.

Sra. Abigail Torres

Possui graduação em serviço social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1990), mestrado em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2001) e doutorado em serviço social, políticas sociais e movimentos sociais pela PUC-SP (2009-2013). Pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Seguridade e Assistência Social da PUC-SP. Linha de pesquisa: Seguridade Social e Assistência Social. Docente de pós-graduação. Atua como consultora em gestão social, principalmente nos seguintes temas: política pública de assistência social, políticas públicas para a infância e adolescência e controle social.

"Boa noite a todas as pessoas aqui presentes, delegados, participantes e autoridades. Agradeço ao CNAS a oportunidade e o voto de confiança para fazer essa dobradinha com a parceira Luziele Tapajós, e dizer que, como só soubemos hoje pela manhã da impossibilidade da professora Ana Paula, portanto a elaboração dessa comunicação teve um tempo de produção reduzido, mas contou com a colaboração de minha parceira de trabalho, Stela Ferreira. Eu vou fazer uma leitura não só para respeitar o tempo, mas também para controlar minha ansiedade nesse momento. Fizemos algumas escolhas para falar do direito à assistência social.

Primeiro, é fundamental reconhecer as pessoas nas políticas públicas como cidadãos. A relação do direito pressupõe um sujeito que o vive e que é o cidadão. Ser sujeito de direito significa que a sociedade brasileira, por meio da ação estatal, deve indenizar as pessoas por violências e violações presentes em toda sua trajetória. No entanto, não é raro dizermos: só se fala em direitos, onde estão os deveres? Especialmente em relação ao Estatuto da Criança e do Adolescente, essa é uma questão que muito se coloca. Mas quando a legislação estabelece direitos, por consequência, estabelece imediatamente deveres. Ela diz: é direito do cidadão e dever do Estado. Então, necessariamente, essa relação está dada entre o sujeito que vive o direito e a política social.

É necessário também destacar que a transição da assistência social como prática assistencialista para a lógica do direito se constituiu sem a ampla mobilização e a participação dos sujeitos usuários dessa política pública. A conquista na Constituição Federal de 1988 e na LOAS é fruto de legítimas forças sociais que intensamente lutaram por esse dever de Estado. Todavia, entre essas forças, não estavam presentes os usuários. Esse reconhecimento produz um desafio desde então, e para os próximos 10 anos se descortina como uma dimensão inescapável. Como faremos para, a partir da presença de serviços e das unidades públicas nos territórios, definirmos os rumos desta

política pública tendo os usuários como centro?

Isso redefine o trabalho social que deve ser desencadeado no SUAS, distinto de práticas imediatistas e clientelistas, centradas nas limitadas condições existentes e em concepções que por vezes tomam essas pessoas como coitadas, carentes e devedoras morais para com aqueles que lhes concedem ajuda. Essa questão já foi inclusive bastante explorada nas mesas de hoje. Esse reposicionamento da política pública para atender a um direito estabelece medidas de igualdade entre os agentes públicos e a população, pois é necessário reconhecermos que estamos a serviço do direito do outro, e que os conhecimentos que temos não são hierarquicamente mais importantes que os conhecimentos de vida trazidos pelos usuários. Assim, precisa haver uma medida de igualdade entre esses saberes e a compreensão de que a fala de um é tão legítima como a do outro. O desafio, portanto, é abrir espaços para a fala dos sujeitos, valorizar e facilitar sua elaboração e a expressão daquilo que é importante e relevante para si e para seu grupo de pertencimento.

Nos parece, inclusive, que precisamos azeitar ouvidos, mudar posturas e respeitar as manifestações de usuários que, por vezes, utilizam suas formas de comunicação, e que os trabalhadores devem estar preparados para compreender e respeitar. Ao perceber a potência desse modo de se relacionar, afirma a professora Vera Teles: "Aí está também o lado mais importante dos direitos, quando visto pelo prisma dos sujeitos falantes, que se apresentam na cena pública. Essa presença desestabiliza consensos estabelecidos e permite alargar o mundo comum, fazendo circular na cena pública outras referências, outros valores, outras realidades que antes ficavam ocultadas ou então eram consideradas irrelevantes, desimportantes para a vida em sociedade".

Dito isso, caberia então indagarmos: o que o reconhecimento de direitos exige como mudanças na atenção em serviços e benefícios, e que efeitos viver os direitos da assistência social provoca e mobiliza nas pessoas? Nesse sentido, uma importante contribuição está presente na teoria do reconhecimento formulada por Axel Honneth. Para esse autor, a vivência da experiência de ser considerado um cidadão portador de direitos é expressa pelo reconhecimento jurídico que provoca no cidadão o sentimento de autorrespeito, ou seja, a compreensão de que ele é merecedor do respeito de todos os outros, e que a atenção recebida não é um ato de vontade unilateral de quem o atende, mas uma obrigação inscrita na lei. Diríamos que essa é a dimensão declaratória e necessária do direito à assistência social, afinal é ela que assegura a continuidade da atenção, qualifica esse sistema como uma política estatal e não um projeto social de uma entidade

ou de um governo. Não basta dizer que é direito; o sujeito tem que viver o direito.

Hoje mesmo tivemos oportunidade de ouvir vários relatos de pessoas vivendo situações de injustiça, de humilhação, logo, de não cidadania. E quais são os direitos da assistência social? Visto que é mais comum conseguirmos identificar a sua resolutividade quando se efetiva a intersetorialidade, ela não tem uma resposta em si. O pacto feito em 2004 e registrado na Política Nacional de Assistência Social disse que 'sim', que ela produz como política de seguridade social a certeza para as pessoas de que sua sobrevivência será garantida, que ela será acolhida em situações de abandono, e que ela terá oportunidade de ampliar o seu convívio e ter vínculos de proteção diversificados e sustentados no tempo, para além do seu universo familiar.

Isso exige conhecer, reconhecer e dialogar sobre conflitos, preconceitos, discriminações, abandono, apartação, confinamento, isolamento, violências, como expressão de violação do direito ao convívio e acolhimento. Essas desproteções precisam ser identificadas como demandas, e precisam ser conhecidas na sua incidência, com presença em diferentes ciclos de vida, manifestadas em diferentes grupos e territórios, enfim, precisam se constituir num campo de conhecimento no SUAS.

Em termos de trabalho social, precisam ser incorporadas como objeto de intervenção nas entrevistas, registradas nos instrumentos de trabalho, ser objeto de observação na leitura da dinâmica territorial, no conhecimento sobre as cidades, nas estratégias de vivências grupais.

Portanto, não se trata de uma intervenção limitada a ser um frágil apoio à política de inserção no mundo do trabalho, por vezes ilegal, desprotegido e insalubre. A construção política da assistência social não pretendeu substituir uma política de trabalho que deve estar presente em todos os entes federados para assegurar o direito, a garantia de desenvolvimento pelo trabalho e de acesso aos direitos a ele correspondentes. Não temos conhecimento, nem recursos institucionais para assegurarmos inserção digna no mundo do trabalho. Só para lembrar, a assistência social não é política complementar ao trabalho, à saúde, à educação e à habitação. É uma política de seguridade social que oferece atenção profissionalizada, continuada e universal, construída sob as bases de um sistema único para todo território nacional.

O que muda no cotidiano, que indicadores poderiam nos demonstrar que estamos pautados pelo direito? Alguns elementos nos parecem consensuais para indicar uma ação que garante direitos. Primeira questão: uma ação que assegura direito se estabelece em modos democráticos de organizar o serviço com a participação dos usuários nos processos de trabalho, como disse o Pedro

Pontual hoje de manhã, em todas as etapas de uma política pública. Há que se discutir a participação de usuários em processos conferenciais, no controle social. Mas essencialmente há que se discutir a participação dos usuários no cotidiano dos serviços.

Costumo afirmar e quero repetir aqui: cada vez que tomamos uma decisão nos serviços, seja por profissional ou por um gestor, que irá incidir sobre a vida de um usuário, mas que desconsidera suas vontades, seus desejos, seus sonhos, sua trajetória de vida, estamos reafirmando a subordinação dentro de uma política que foi militada, que foi projetada, que foi pensada para a garantia de direitos. Toda vez que tomamos decisão pelo outro dizemos: você não tem condições de tomar decisão sobre a sua própria vida, e eu pelo meu conhecimento, pela minha formação irei fazê-lo, e desse modo se reafirma a subalternidade.

É necessário também que no cotidiano tenhamos posicionamento político em relação aos direitos, pressionando decisões de Estado e não suspendendo os serviços, ou interrompendo os atendimentos. Nos parece que no âmbito dessa Conferência temos maior assertividade para defender a responsabilidade de Estado e o direito do usuário, mas no cotidiano dos serviços e na hora dos posicionamentos políticos coletivos para alargamento de direitos, para ampliação de serviços, essa capacidade mobilizadora não está tão presente.

É necessário ainda que tenhamos prestação de contas da atenção realizada, não do dinheiro gasto tão somente, embora essa seja uma questão relevantíssima, mas também das atenções prestadas, dos procedimentos adotados nos serviços, lembrando que quando se opera direitos, não há desistência diante da não adesão do usuário ao que está sendo proposto. A dita fala de que as pessoas não aderem ao serviço não pode significar e não significa uma suspensão de responsabilidade, a responsabilidade pública não cessa. Mesmo sobre quem nem chegou ao serviço, ou até quem ao frequentá-lo deixou de vir por não responder às suas necessidades, este comportamento indica que há que se rever a condição do serviço para responder à necessidade do sujeito. Assim, o direito não é só de quem chega, mas, sobretudo, de quem não consegue chegar.

Exige ainda uma ação pautada no direito, exige que as informações sobre o trabalho sejam acessíveis, sejam claras, sejam compreensíveis para quem é atendido no serviço. Inclusive com acesso ao seu próprio prontuário – eis aí um desafio importante, temos visto muitas discussões e dificuldades entre os trabalhadores, inclusive de partilharem entre eles o prontuário, quiçá partilhar com o usuário que é o proprietário do prontuário, o que vem sendo discutido e definido para atendê-lo.

Exige ainda uma ação pautada no direito; exige que as pessoas sejam atendidas por profissionais qualificados e preparados para lidar com as situações complexas que afetam suas vidas. Hoje mesmo também ouvimos uma intervenção de uma usuária dizendo isso, defendendo o piso salarial para os trabalhadores e dizendo: é um direito meu ser atendida por um profissional em condições dignas de trabalho e com qualidade de formação para responder às minhas necessidades. De fato, nos direitos socioassistenciais está previsto que os usuários da assistência social teriam direito a uma atenção qualificada profissionalmente.

Queria dizer ainda que uma ação pautada no direito reconhece que na assistência social o benefício financeiro se constitui em um direito das pessoas, está associado à segurança de sobrevivência; portanto, não cabe nenhuma ação controladora, fiscalizatória, que estabelece valor moral sobre o consumo que as pessoas fazem. Inclusive as condicionalidades, como inicialmente pensadas, especialmente para o programa Bolsa Família, representavam mecanismos para facilitar ou identificar as famílias com maior vulnerabilidade e dar uma melhor resposta à política de educação e saúde. Em nenhum momento pensou-se em condicionalidades como mecanismo de punição de famílias. E existem várias manifestações, inclusive nessa plenária, em mais de uma situação dizendo 'tem gente que não precisa do benefício e recebe'. Vejam, o tempo inteiro quem recebe benefício está sob o olhar da sociedade, dos trabalhadores, dos seus vizinhos, ele está o tempo inteiro exposto, como se estivesse devendo algo para a sociedade, porque recebe um benefício estabelecido na legislação.

Há que se reconhecer, como hoje acho que até o professor Edivaldo mencionou de manhã, que o benefício tem valores baixos, que a nossa luta deve ser para ampliá-los, que a nossa luta deve ser para alargar o acesso e não para controlar as pessoas que recebem. Não raras vezes nós ouvimos depoimentos em espaços coletivos públicos, as pessoas dizendo que uma família veio, entregou o cartão dizendo que se sente digna por poder entregar o cartão de benefício e não mais depender de benefício. Ou ainda famílias que se sentem pressionadas pelos seus filhos a entregar o cartão porque tem vergonha de recebê-lo. Ora, se é um direito, por que as pessoas se sentem indignas ao recebê-lo? Isso tem a ver com o imaginário criado de que as pessoas nestas condições devem ser controladas, fiscalizadas, julgadas por terem um benefício.

Por fim, eu queria dizer que pautar uma ação no direito significa abrir oportunidades para que as pessoas manifestem o que elas avaliam dos serviços pelos quais são atendidas. E que essa manifestação não pode significar, de maneira alguma, um modo de represália ou de discriminação no serviço, porque alguém se manifestou falando dele.

Então, eu busquei destacar aqui alguns elementos que constituem uma relação de direito, e quais elementos do cotidiano alteram uma política pública quando está assentada no direito. E para terminar eu queria ler um pensamento que me parece que sintetiza essa expressão, porque trata da vivência do direito. O raciocínio que faço é que não basta declarar direitos, direitos têm que ser vividos. Diz, então, esse autor: ter direitos nos capacita a mantermo-nos como seres humanos. Ao olhar os outros nos olhos nos faz sentir, de uma maneira fundamental, iguais a qualquer um. Considerar-se portador de direito não é ter orgulho indevido, mas justificado, é para ser altivo, é para ser orgulhoso, é para andar de cabeça erguida, não é para ter vergonha de ser atendido no serviço de assistência social. É ter aquele autorrespeito mínimo, necessário para ser digno do amor e da estima dos outros. De fato, o respeito por pessoas pode ser simplesmente o respeito por seus direitos, de modo que não pode haver um sem o outro. Obrigada."

Sra. Luziele Maria de Souza Tapajós

É graduada em serviço social pela Universidade Federal do Amazonas, mestre e doutora em serviço social com ênfase em seguridade social e sistemas de informação pela PUC-SP. Atualmente é professora adjunta da Universidade Federal de Santa Catarina, mas já foi Secretária Nacional de Avaliação e Gestão da Informação do MDS da SAGI; assessora de Informação da Secretaria Nacional, vice-presidente e presidente do Conselho Nacional de Assistência Social.

"Olá a todos. Vou ser a última pessoa a falar nessa série de roda de conversas, e a minha responsabilidade se triplica, porque nós já estamos com a hora adiantada, muitas plenárias ocorrendo, mas certamente depois dessa fala da Abigail, o que eu tenho vontade mesmo é de cantar, de dizer: mas e o SUAS, e o SUAS o que é, diga lá meu irmão, ele é a batida de um coração, ou não é? É isso aí. Meu nome é Luziele Tapajós, e eu vivi em Brasília desde 2004 até o comecinho de 2015 no MDS, e eu fiz o SUAS acontecer. Muita falta de modéstia não é mesmo, mas todos vocês podem ser e portar-se também assim, sem nenhuma modéstia quando se pensa no SUAS que temos. E todos vocês podem falar essa frase de várias formas, exagerando como eu, tanto no verbo, como na falta de modéstia, adjetivando o verbo, por exemplo: eu fiz o SUAS acontecer de uma forma maravilhosa, eu fiz o SUAS acontecer radicalmente, ou então mudando o tempo do verbo: eu estou fazendo o SUAS acontecer, eu construo o SUAS no meu dia a dia, e por aí vai.

O fato é que nada se tornou assim por acaso, foi igual na vida de muitos brasileiros, incluindo nós,

muitos de nós depois da Conferência de 2003, quando numa articulação nada monótona, mas em tudo babélica, de babel mesmo, e muito animada, decidimos não apenas dar nome, mas sobrenome ao sistema descentralizado e participativo que a LOAS desde 93 sugeria e exigia. O nome foi Sistema Único de Assistência Social. Mas não foi um nome que decidimos coletivamente, embora tenha sido concebido como um sistema capaz de materializar isso que a Abigail acabou de falar, materializar a assistência social como direito, uma certeza do direito do presente para o futuro. O amanhã que vivemos hoje. O que a história vem registrando na construção do SUAS, de que SUAS nós estamos falando? Que SUAS nós estamos vivendo? Que SUAS nós queremos consolidar?

Ontem, na primeira fala no balanço, foram indicadas realidades, respostas e perspectivas, mas vejamos hoje com outros olhos, outros ouvidos, outras mentes e corações. Se nós, todos juntos, em 2003 assumimos que governos e sociedade têm responsabilidade na organização do SUAS, na sua gestão, na oferta de benefícios e serviços tipificados e com qualidade assegurada por meio de uma rede estruturada, devemos ser consequentes com esse novo contrato social, com este compromisso, governantes, gestores, trabalhadores, rede, usuários etc.

Este é um sonho do SUAS? Este é um SUAS de sonhos? Um sistema de proteção social que não seja real não é um sistema e não pode ser chamado de sistema de proteção social. Somos de fato real ou somos de viés? Somos o que queremos ser, ou o que podemos ser? Em se tratando de SUAS, pouco ou nada está relacionado com o eu, com o nós individualmente, com aquilo que eu quero, e sim com aquilo que a Abigail disse, com o que a coletividade quer, com o que a coletividade quer construir. O SUAS não é uma etiqueta, o SUAS não é um registro, não é um relato, não são pontinhos no mapa, não são sistemas, não são cadastros e nem nossa incessante luta por atingir metas.

O SUAS é vida nova, é vida real de pessoas, das comunidades, dos territórios. Assim como o CRAS não é uma placa, assim como o CRAS não é uma casa, nem uma porta de entrada e muito menos de saída, nem porta, nem janelas, coletivamente nós precisamos estar à altura do SUAS que nós vimos e decidimos em 2003. Nós precisamos estar à altura do SUAS esperado, do SUAS necessário e estar à altura do SUAS urgente, do SUAS das gentes, do SUAS que concretize direitos conquistados.

Sem isso a Assistência Social não é direito, e sim discurso, letra linda e poética da lei. Deve-se insistir em fazer o SUAS acontecer para esse direito existir. Quantas vezes chamamos de realidade aquilo que é apenas uma versão lapidada da realidade, a partir dos nossos filtros, filtros que nós

mesmos escolhemos. E filtros que escolhemos dependendo da nossa condição, filtros que refrigeram o nosso sofrimento, que acalantam os nossos desencantos cotidianos, que aliviam as nossas triviais e comuns desesperanças.

Eu vou ter sempre orgulho de dizer que eu sou Luziele Tapajós e fiz o SUAS acontecer. E vocês também vão ter orgulho de dizer isso sempre, mas a questão central não é essa. Após 14 anos passados daquele dezembro de 2003, estamos aqui para um novo dezembro, e para arquitetar o SUAS do futuro; o que está em jogo hoje nesta Conferência é saber como alicerçar a esperança de ontem em direito de hoje e de amanhã. Até que possamos um dia dizer com toda tranquilidade "ouviram do Ipiranga às margens SUAS, um povo heroico brado SUAS, e um SUAS da igualdade em raios fúlgidos brilhou no céu da pátria nesse instante'. Obrigada."

Comentário dos participantes:

Sr. Rafael Kelvin Dias Gadioli (usuário) – Brasília– Distrito Federal – Reforça a necessidade dos equipamentos da política de assistência social, em especial o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) estar preparado para atender a um conjunto de diversidades, ou seja, população LGBT, população indígena, povo cigano, povo de terreiro e demais comunidades. Informa que este é o único órgão de dentro de Brasília que acolhe todas essas comunidades citadas.

Sr. Leonilton da Silva Prado (usuário) – Timon – Maranhão – Enfatiza o papel dos usuários na fiscalização dos benefícios, das ofertas dos serviços com qualidade e da forma como os trabalhadores atendem à população. Também incentiva a todos a participar dos conselhos e das conferências, para nestes espaços expressar as demandas, as necessidades e os desejos dos usuários. Segundo ele, é preciso deixar claro aquilo que precisam e que deve ser oferecido pelos equipamentos, pelos municípios e pelos estados. Alerta que, enquanto não houver essa conscientização e a adoção dessa dinâmica por todos os usuários, não adianta ficar pensando nos próximos 10 anos e nas outras décadas.

Sra. Beatriz Chaves (usuária) – Delegação do Ceará – Identifica-se como uma mulher transexual e

traz a preocupação de que os trabalhadores não estão preparados para lidar com as diversidades sexuais, por exemplo, de travestis e transexuais, e que isto deve ser pensado para construir o SUAS para daqui a 10 anos. Solicita que todos os delegados presentes, particularmente nos grupos e na plenária, sejam sensíveis a essa população que até então há anos era invisível, mas existe – "e eu estou aqui para comprovar", reafirmou Beatriz.

Sr. Josiano Batista (usuário) – Delegação do Pará – Menciona que o trabalho oferecido nos serviços socioassistenciais não é ruim, mas que há muito a ser melhorado, principalmente em relação às condições dos trabalhadores do SUAS para desenvolver o atendimento da população usuária. Discorre que representa os moradores de rua do município de Belém, e que, apesar de estar nessa situação não se coloca na situação de coitadinho, pelo contrário, corre atrás dos seus direitos – acesso à educação, cursos de qualificação profissional etc. Sugere que o poder público deve intensificar a intermediação entre as pessoas que estão em condição de vulnerabilidade social para inseri-las no mercado de trabalho, tendo em vista que será muito difícil o mercado colocar essas pessoas como trabalhadoras, já que há muita discriminação e preconceito.

Sra. Keila Pinto Rodrigues (psicóloga do CRAS) – Parintins – Amazonas – Referenda a exposição da professora Abigail Torres, e compartilha do pensamento de como tratar os usuários enquanto sujeitos que vivenciam o exercício do direito. Acredita que o trabalho da assistência social não pode ter apenas enfoque quantitativo, como querem muitos governantes, mas precisa ser integrado pela avaliação qualitativa, de reconhecimento dos usuários, de poder ver se realmente os usuários estão sendo ouvidos, se o serviço está sendo feito de acordo com a opinião dos usuários. Explica que no local onde trabalha, geralmente após as rodas de conversa, as palestras, os encontros, são realizadas avaliações com os usuários, o que é de fundamental importância para construir o SUAS também com os usuários. Todavia, alerta que ainda existem alguns governantes que estão no poder e não gostam que as pessoas menos favorecidas saibam dos seus direitos, e que, muitas vezes, alguns funcionários/trabalhadores se colocam na condição de submissão, não fazendo questão de realmente colocar em prática tudo o que a LOAS e a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais estabelecem.

Sra. Antônia Maciete Macedo Ferreira (usuária) – Marituba – Pará – Descreve que faz parte da

construção do SUAS e que fica muito feliz com a fala das palestrantes ao esclarecer para todos os presentes que receber o Bolsa Família não é ser alguém miserável, é receber um benefício que se constitui como um direito da população. Além disso, à medida que o usuário participa das dos serviços, das conferências e dos fóruns, ele também encontra um espaço para exigir e ampliar seus direitos. Aproveita a oportunidade para fazer um agradecimento a todos os assistentes sociais, porque foi dentro de um CRAS que conseguiu se enxergar como uma mulher que têm direitos, porque vem de uma situação de violência extrema, e quando lá chegou não sabia nem falar. E agora se encontra na Conferência, construindo juntamente com todos o SUAS para 2026. Também agradece a sua família, porque apesar de todas as situações que vivenciou, aprendeu a exercitar seus direitos dentro do município. Hoje Antônia está à frente de um movimento de mulheres, com outras companheiras que lutam pela garantia dos direitos de todos, não somente delas, mas dos idosos, das crianças e de todos aqueles que necessitam. Finaliza dizendo ter esperança de que se pode fazer muitas coisas, mas juntos; fragmentados, nada.

Sra. Paloma Lírio Santos Maia (usuária) – Delegação do Ceará – Se apresenta como presidente da Associação dos Ciganos do Ceará, cigana legítima, filha de pai e mãe ciganos com muita honra. Aborda a situação dos ciganos, porque falar sobre os ciganos é fácil, mas o que realmente importa é analisar se os profissionais do SUAS se deslocam para seus espaços, se perguntam o que o que eles estão querendo, o que estão precisando, se os encaminham para acessar os seus direitos. E isto deve ser estendido para todos os usuários – moradores de rua, lésbicas, gays, ciganos, qualquer pessoa, especialmente os que são esquecidos e que sofrem muitos preconceitos. Conclui que mesmo que essa Conferência fique apenas em fogo de palha, como muitas já ficaram, todos os presentes na plenária vão continuar lutando para que esse SUAS que a nação cigana passou a conhecer há apenas seis meses realmente venha crescer e a favorecer a todos e a todas que dele precisam.

Sra. Jucimeri Isolda Silveira (convidada e expositora na plenária da região Sul) – Curitiba – Paraná – Registra a importância da inovação na dinâmica da X Conferência, e parabeniza o Conselho e a Secretaria Nacional de Assistência Social por propiciar o exercício de um dos princípios fundamentais da democracia que é a democracia participativa direta, por meio de diferentes falas que expressam importantes diretrizes, e que exigem uma escuta muito atenciosa e uma capacidade de registrar e dar continuidade às grandes questões que foram colocadas.

Descreve que ficou bastante emocionada com as falas dos usuários e usuárias que expressam o que vivem no dia a dia, e de trabalhadores e trabalhadoras que sabem da luta que é atuar com a tragédia social e pessoal, com a desigualdade nas suas várias expressões e desenvolver um trabalho de absoluta relevância pública no enfrentamento da desigualdade, da violência e de outras formas de opressão. Ressalta a importância da mesa no sentido da qualificação legal e institucional do direito à assistência social. Política esta que precisa continuar garantindo legislações e normativas, ampliando infraestrutura, aumentando o financiamento continuado, aprimorando a cooperação entre os entes federados, e mais que tudo, que precisa reconhecer e fortalecer a sua dimensão sociopolítica, na defesa de um projeto de sociedade.

O direito é uma travessia, não é um fim em si mesmo, e portanto não pode ser visto apenas do ponto de vista legal das instituições, pois esta seria uma visão muito limitada do direito. É preciso vocalizar, trazer para a esfera pública, apontar as contradições da sociedade, desencadear um processo de mobilização, de organização para defender o direito constitucional que amplia também a seguridade social brasileira. E, nesse sentido, é preciso radicalizar mais, revitalizar mais as instituições e não deixar que elas sejam permeadas por aquilo que mais torna desigual a América Latina e o Brasil, ou seja, a permanência da pobreza, e a pobreza focada na figura feminina, no negro, na área rural etc. A desigualdade se oculta muitas vezes lá no dia a dia, e a assistência social tem a obrigação ética de revelar as desigualdades por meio da vida da população, e de construir na relação com outras políticas públicas a ampliação dos direitos.

Por isso, essa conferência tem que se posicionar contrária à redução do direito à assistência social. Segundo ela, “o deputado Ricardo Barros, infelizmente do estado do Paraná, de onde eu venho, propôs a redução do orçamento do benefício do Bolsa Família, que vai significar uma redução em 40% das bolsas já concedidas. Essa conferência tem que se posicionar contra as investidas conservadoras, que impõe uma lógica de família e desconsideram as diversidades. Foi muito importante que essa conferência tenha colocado o eixo dos direitos humanos como discussão para reconhecer o papel que as políticas públicas têm no enfrentamento das desigualdades, além de outros processos necessários que reduzam as desigualdades do ponto de vista estrutural. É preciso, então, combater o conservadorismo que também se encontra dentro da assistência social, que desconsidera essas realidades. Reafirma, por último, que um sistema forte depende, sobretudo, da participação direta da sociedade civil, posto que o direito à assistência social é uma conquista que foi construída com muita luta por trabalhadores, usuários e usuárias no Brasil.”

Sra. Solange Bueno (usuária e conselheira municipal de assistência social) – Florianópolis – Santa Catarina – Destaca que o dia proporcionou momentos significativos, de reflexões, momentos em que os delegados presentes reforçaram seu papel no SUAS e reafirmaram que estão em luta. Momentos que proporcionaram também ouvir a fala das expositoras e se emocionar – "Porque a professora Luziele, que é de Santa Catarina e que volta para o mundo acadêmico, ela fez uma nova leitura do SUAS, em uma fala com alegria, trazendo a emoção, a poesia para amenizar as questões enfrentadas no cotidiano e que nos faz refletir, como as vulnerabilidades que ainda comparecem e que nos mobilizam para enfrentar". Menciona ainda a necessidade de se definir um valor de referência para garantir a qualidade e a continuidade dos serviços do SUAS, principalmente em função das alegações de muitos estados e municípios de que a assistência social não possui um percentual mínimo definido. Para finalizar, chama a atenção para a questão legal dos Conselhos, visto que as resoluções e documentos emitidos não estão sendo respeitados em algumas localidades. É importante o diálogo com o Ministério Público e com o Poder Judiciário para assegurar o exercício do poder deliberativo dos Conselhos, conforme as previsões de suas leis estaduais e municipais.

Sra. Jane Mara Silva de Moraes – Delegação do Amazonas – Retoma a afirmação de Luziele Tapajós e de Abigail Torres de que também está contribuindo para a construção do Sistema Único de Assistência Social, na ótica da proteção social, dentro do pacto federativo, com o conjunto de compromissos assumido pela União, estados e municípios. Ao falar de proteção social há que se remeter ao processo de inclusão. Há, portanto, que se discutir sobre as peculiaridades regionais, como do Amazonas, com o maior número de populações indígenas do país, embora outros estados também possuam populações indígenas, e sobre quais estratégias podem ser desenvolvidas para essas populações. Isso porque muitos avanços já foram conquistados no SUAS, mas estiveram concentrados em uma vivência mais urbana, e ainda não se conseguiu acumular uma discussão mais aprofundada para a população.

Sra. JANE – Delegação de São Paulo – Defende que a conferência precisa dar conta de cumprir uma tarefa muito importante, que é garantir o direito de toda população brasileira conhecer o que é o SUAS, porque atualmente essa política é valorizada e compreendida apenas pelas pessoas que são atendidas nos equipamentos da assistência social, nos CRAS, nos CREAS, nos serviços, e ele vai conhecer o SUAS de acordo com o profissional que o atender, porque, segundo ela, "como a

professora Carmelita Yazbek falou hoje, o trabalho social tanto pode servir para manter a condição de subalterno como pode trabalhar para superação das vulnerabilidades. No entanto, toda população brasileira precisa saber o que é o SUAS, até por que qualquer um, qualquer brasileiro pode um dia precisar do SUAS. Essa conferência precisa pensar um mecanismo de apresentação do SUAS a toda população brasileira".

Sr. José Vanilson Torres da Silva (usuário) – Natal – Rio Grande do Norte – Menciona que morou 27 anos nas ruas por questões familiares, e que o processo de sua saída ocorreu há um ano e meio porque obteve o apoio de uma pessoa que resgatou sua autoconfiança e sua condição de sujeito, o que considera fundamental para reinserção social. Mas nem todos os serviços funcionam assim, e outros não atendem à demanda. Ainda existem gestões que oprimem os trabalhadores e, consequentemente, os trabalhadores oprimidos oprimem os usuários, e isso até pode ser muito bom para algumas gestões, na medida que suscita desentendimentos entre os usuários e os trabalhadores, mantém a falta de união dessas duas classes, e enfraquece ainda mais o SUAS. Considera que os usuários são construtores do SUAS, pois ocupam os conselhos e exercem o controle social. Conclui reafirmando que deseja um SUAS mais forte, um SUAS igualitário para todos, que possa se estruturar cada vez melhor.

Sra. Célia lourdes Sales Roque da Silva (gestora municipal) – Nova Fátima – Paraná – Parabeniza a fala da professora Luziele Tapajós e menciona que também participa da construção do SUAS até hoje. Mas que esta função é muito difícil no cotidiano. Primeiro porque enquanto gestora tem que convencer o prefeito acerca da necessidade de se organizar o SUAS conforme todas as previsões e regramentos, especialmente da NOB/RH, o que tem conseguido. No município de apenas 8.150 habitantes instituiu equipe completa concursada, sendo que apenas o cargo de secretária é comissionado. Segundo porque, pela ausência de cofinanciamento do Estado, e pela dificuldade financeira do município em arcar com as despesas de manutenção e de investimento, a infraestrutura do CRAS ainda é bastante precária. O Estado do Paraná assinou um convênio, mas não cumpriu com sua parte e não liberou o recurso para construção. Então, ainda há muito para melhorar no SUAS dentro do pacto federativo.

Sra. Francisca Célia Rodrigues Lima (usuária do SUAS e agente comunitária de saúde) –

Delegação do Ceará – Relata sua inquietação no sentido de consolidar o SUAS até 2026, particularmente para atender a situações que ocorrem em sua comunidade e atingem pessoas bem carentes, usuárias do SUAS. Registra a necessidade de aperfeiçoamento dos critérios de concessão e manutenção do Benefício de Prestação Continuada (BPC), e de instituir outros benefícios destinados à cobertura de situações específicas. Cita um exemplo que vivenciou em sua comunidade: de uma pessoa com problema renal, que recebia o BPC. Quando faleceu, o benefício foi cortado, mas a família era composta pela esposa, que teve que parar de trabalhar para cuidar do marido doente, e uma filha de três anos. Essa mãe, que vivia somente para cuidar desse homem, agora se vê sem nada, além da perda do marido, ela se vê com a perda financeira, e foi se prostituir porque a filha estava passando fome. Isso tem que ser repensado, principalmente se definimos que a criança é prioridade na sociedade brasileira, e que o Brasil é signatário das Declarações e dos Tratados de Direitos Humanos.

Sr. Gilvan Santos Pereira (usuária e líder comunitária) – Teresina – Piauí – Informa que, no dia 28 de novembro de 2015, foi publicada, no Diário Oficial da União, a Portaria nº 410, que assegura a gratuidade para a pessoa com deficiência viajar com acompanhante. Destaca que apesar de observar a presença de muitas pessoas com deficiência nessa conferência, ainda persiste a dificuldade de acessibilidade para esse público, de adaptações dos meios de transporte, de acesso às tecnologias assistivas etc.

PLENÁRIAS REGIONAIS

REGIÃO CENTRO-OESTE

Coordenadora: Eutália Barbosa

Convidadas:

Valdete de Barros Martins

Patrícia Souza de Marco

Valdete de Barros Martins – "Primeiro, gostaria de destacar, como já foi falado em várias mesas, que este é um momento fundamental para o processo de consolidação do Sistema Único de Assistência Social, e que é importante estarmos juntos aqui, fazer esse debate por região. Nós estamos fazendo uma avaliação desses dez anos decorridos e pensando nos próximos dez anos. Desde a I Conferência Nacional, temos uma luta exatamente pela construção de uma política pública que tenha como paradigma a proteção social. O ano de 2003 foi um grande marco – tínhamos uma lei aprovada em 1993 e depois de muito tempo conseguimos aprovar o Sistema Único de Assistência Social, desde o primeiro governo do presidente Lula – porque temos que dizer qual foi o governo que realmente fez com que essa política avançasse de fato e tivesse o sistema único, público e universal. Esse é o caminho que nós estamos trilhando. Então é a luta pela universalização do acesso da população brasileira aos direitos socioassistenciais para superar o legado assistencialista que nós vivemos por muito tempo. Esse caminho percorrido evidentemente tem como grande protagonista o governo, mas tem também como protagonista nesse processo a sociedade civil organizada, usuários, trabalhadores e governos de outras esferas. É um processo coletivo que nós temos buscado trilhar.

Nesse contexto, nessas duas décadas, tem-se fortalecido e ampliado a participação dos setores engajados na consolidação dessa política pública. Nesses dez anos tivemos uma etapa da construção de um aparato legal: nós temos a Norma Operacional Básica (NOB), várias resoluções, temos pactos e um aparato legal importante para implementar essa rede de proteção social. Temos uma significativa capilaridade no Estado brasileiro. Então, esses avanços passam a exigir novas estratégias. O que nós temos que fazer? Qual a mobilização, qual o compromisso para que a gente possa potencializar esse sistema? Criar uma capacidade de gestão e articulação intersetorial, qualificação das prestações e ampliação das capacidades de incorporar as especificidades dos territórios e das populações atendidas. Assim é preciso preparar essa nova

década pensando num contexto maior, porque o SUAS está num contexto de uma política econômica e social. Os desafios que as conferências já identificaram… vocês já participaram das conferências estaduais, municipais e agora estão aqui na nacional para mais uma etapa. Tudo o que nós estamos fazendo aqui, avaliação, a construção de novas propostas, é exatamente para o futuro. Não vamos pensar no ano que vem; lógico que o ano que vem está incluído, mas nós devemos pensar mais para o futuro. O que nós queremos com esse sistema nos próximos dez anos? O que ele deve enfrentar e propor? É exatamente essa visão de futuro que deve nos orientar a partir do que foi colocado como tema na conferência. Tínhamos três subtemas que foram trabalhados: enfrentamento das situações de desproteções versus cobertura de serviços. O que tem de desproteção em relação à cobertura de serviços? A segunda: o pacto federativo. Como está questão do pacto federativo na implementação desse sistema? E o terceiro: a participação e o controle social, porque se é um sistema descentralizado e participativo, há necessidade de fortalecer essa participação. Quais mecanismos temos que aprimorar? A partir desses três subtemas, nós trabalhamos as cinco dimensões (a dignidade humana e justiça social como princípio desse sistema; a primazia da responsabilidade do estado para um SUAS republicano; a participação social como fundamento desse sistema, e a qualificação do trabalho no SUAS), que vão fazer um cruzamento sempre com esses três subtemas, e foram expressas nas rodas de conversas de ontem e são muito interessantes porque resgataram conceitos, analisou estratégias.

Agora, falando da região Centro-Oeste, quais são as diversidades dessa região? Quais são as especificidades dessa região? Porque é importante debatermos juntos com os estados da nossa região e o DF? O que existe de particularidade? Esse caderno que vocês receberam que é a pesquisa realizada pela professora Aldaíza e que traz importantes dados, baseados no CENSO SUAS, no IBGE, na PNAD, contém informações importantes que podem nos respaldar para construção de prioridades. Nós podemos analisar e pensar sobre o SUAS que queremos e, ainda, indagarmos quanto ao SUAS que temos.

Nós queremos ampliar, adotar novos critérios que contemplem a caracterização da diversidade dos municípios brasileiros de modo a corresponder com maior proximidade às necessidades da população, ou seja, aquilo que a política tem como um dos seus grandes fundamentos que é o território. Olhar o território e refletir: que território é esse? Não só numa dimensão de espaço, território enquanto tamanho do município, mas quais características tem esse município, esse estado, essa região. Queremos um SUAS para ampliar as referências para o dimensionamento mais equitativo da distribuição da rede socioassistencial e da cobertura dos benefícios

continuados e de transferência de renda a partir das características de sua população. Então é esse SUAS que queremos. Os princípios que nortearam essa pesquisa estão de acordo com tudo aquilo que foi definido na conferência, o que foi perseguido em todo esse período, que é o respeito às diversidades territoriais, populacionais dos municípios para distribuição, para o alcance da proteção social, respeito à concentração e espalhamento dos territórios. Temos territórios que tem muita concentração de população, mas também territórios que estão espalhados, que são as áreas rurais com menos habitantes.

Temos muitos desafios para implantar o Sistema Único de Assistência Social e, a partir daí, orientar a distribuição desses serviços para responder à proteção social dos grupos específicos que ainda hoje se encontram em situação de desprotegidos, isto é, grupos específicos, tradicionais, e superar a limitação do entendimento de que as desproteções sociais e sua intensidade são manifestações enraizadas no indivíduo, dependentes da capacidade de consumo do indivíduo ou de sua renda. Então precisamos mudar essa visão, com um olhar dessa questão das vulnerabilidades.

Eu vou passar alguns dados da região Centro-Oeste, no sentido de poder pôr o pé na nossa região. Esse documento – a pesquisa – faz uma classificação dentro do pequeno porte 1, dentro do pequeno porte 2, dentro do médio, que vai aproximar a realidade de cada município. Outra questão que esse documento traz é a densidade demográfica, classificando-a em densidades desde muito altas a baixíssimas. Na região Centro-Oeste temos baixíssima densidade, duzentos e dez municípios da região Centro-Oeste, ou seja, 45,2% municípios estão com baixíssima densidade populacional e 16,5% com baixa densidade. Esse é um dado importante pois indica que temos muito território, muita terra e pouca gente. O mapa [apresentado na tela] aponta a densidade baixíssima, que está representada pelo cor mais escura. Com relação à população rural, também teve uma classificação de altíssima até baixa concentração. E na região Centro-Oeste, 365 municípios tem baixa população rural, a gente tem 11,5%. Se nós falamos da densidade demográfica, temos Mato Grosso do Sul com 6,8 habitantes por km^2; Mato Grosso com 3,36; Goiás com 17; e o Distrito Federal com 440 habitantes por km^2.

Vamos ver, a partir do documento, os grupos específicos que foram formados no IBGE e no Censo SUAS que estão relacionados ao meio ambiente. Os extrativistas, pescadores artesanais e ribeirinhos; grupos por etnias: ciganos, quilombolas, indígenas; grupos por normas de situações urbanas: população em situação de rua e catadores de papel. Na região Centro-Oeste, o que nós temos em maior número são indígenas: 14.1%. Depois ciganos, 7.1%, e quem não pertence a

nenhum desses grupos alcança 60% da população.

Outra questão importante são os municípios de fronteiras. Temos a fronteira de Mato Grosso do Sul e Mato Grosso. O Mato Grosso do Sul tem 78 municípios, sendo que 44 municípios fazem fronteira com Paraguai e com a Bolívia; Mato Grosso tem 22 municípios, ou seja, um total considerável de municípios de fronteira.

Outra questão importante é a migração. Na região Centro-Oeste tivemos 418.143 imigrantes e 281.553 emigrantes. Assim, a situação da migração na região também é uma questão fundamental para o debate. Sobre os dados do SUAS em relação à diversidade vale acrescentar ainda alguns aspectos: (i) fronteira e populações específicas; temos várias questões com o que nos preocuparmos porque a fronteira tem grandes desafios; (ii) altos indicadores com relação à violência, ao tráfico, ao trabalho infantil. Os dados são significativos e temos que pensar em que ações dessa política, do ponto de vista da sua gestão e das suas especificidades precisam ser priorizadas; (iii) violência contra a mulher e o jovem – temos dados de estados e cidades, capitais, que são a primeira e a segunda no Brasil de violência contra a mulher e de morte de jovens; (iv) a questão da migração como já exposta anteriormente; e (v) a questão indígena: temos no Mato Grosso do Sul uma situação política bastante desafiante que é a demarcação das terras indígenas com conflitos agrários e o trabalho escravo.

Em relação aos dados do SUAS trazemos aqui alguns mais relevantes: famílias cadastradas no CadÚnico – famílias em unidades domésticas: 4 milhões; beneficiadas e recebendo o BPC, 1.102.070; e famílias do CadÚnico, 2.098.000. O percentual então de famílias do CadÚnico na região Centro-Oeste é 7,2%, incluídos os dados do Distrito Federal. Percebe-se que 48% das famílias são atendidas, portanto ainda não temos 100%. Na Proteção Social Básica, a distribuição de CRAS na região Centro-Oeste 7,6% dos CRAS da totalidade dos 8 mil e poucos CRAS que temos no Brasil. Sobre a localização dos CRAS, do total da região só 1,1% estão em zonas rurais, ou seja, temos um número muito pequeno de CRAS em áreas rurais. Com relação aos CREAS, são 9,4% dos CREAS do país implantados, isto é, existem 2.372 Centros de Referência Especializados da Assistência Social e a região Centro-Oeste conta com 38,4% dos municípios com CREAS. A região Centro-Oeste e a Norte estão acima da média nacional com relação à implantação dos CREAS. Com relação a trabalhadores, nessa região C temos 22.356 trabalhadores, o que corresponde a 8,7% do total nacional, e a maioria têm formação até o Ensino Médio. Neste sentido, a região Centro-Oeste está com a menor relação de trabalhadores com formação de nível superior, com uma média de 0,5 trabalhador para cada mil habitantes. Quanto à Vigilância Socioassistencial na

região Centro-Oeste, a média é inferior à média do país, ou seja, as secretarias ao serem estruturadas, a Vigilância e a Gestão do Trabalho ainda não estão em uma média adequada."

Patrícia Souza de Marco

"É um prazer e uma honra estar participando junto com vocês de uma discussão tão importante sobre uma região tão importante do país: a região Centro-Oeste, uma região muito diversificada que tem no seu interior a capital do país e uma especificidade totalmente diferenciada do restante da região.

Fica difícil fazer um perfil da região Centro-Oeste, incluindo o Distrito Federal, porque como vimos, a região é essencialmente rural, tem um traço rural muito grande e por isso a presença de grandes grupos específicos vinculados à área rural, como os indígenas, quilombolas, as populações ribeirinhas, traço que não é do Distrito Federal que, embora tenha uma área rural, é muito pequena; tem outras demandas muito mais de metrópole (ou urbanas), como é a questão da população de rua, por exemplo, a ocupação territorial na questão imobiliária, mas com toda essa diversidade nós estamos fazendo um trabalho aqui e um debate para nos vermos enquanto região, apesar das nossa diferenças dentro dela.

O que nos unifica? O que nos aproxima? Quais são os nossos desafios, enquanto populações específicas, tradicionais e diferenciadas? Quais são os grandes desafios para prestar assistência social a esses grupos de forma que o SUAS seja mesmo universal?

Eu fiquei com a tarefa de apresentar algumas considerações que eu tirei ao ler as 21 prioridades que a região Centro-Oeste tem, vindo dos estados da região pelo sistema de dados.

Foi assim organizada a sistematização da relatoria: os municípios de fronteira, quais eram as propostas? As propostas vinculadas aos povos indígenas, propostas relacionadas aos quilombolas, ribeirinhos, outras comunidades tradicionais, e entram as comunidades pantaneiras. E algumas propostas que não dizem respeito diretamente ao grupo, como é a proposta da vigilância, diagnóstico social e pronto. Vale lembrar que algumas dessas propostas, embora sejam vinculadas aos quilombolas, aos povos indígenas, são muito semelhantes, aparecem para a comunidade de indígenas, por exemplo.

Eu percebi na leitura dessas 21 propostas que foram sistematizadas para o Centro-Oeste que predomina o cofinanciamento dos serviços, especialmente colocando esse cofinanciamento para área do Governo Federal. Então, colocaram: aumentar o cofinanciamento da área federal para

isso, para implantar tal e tal serviço. Então há ainda uma visão de que a responsabilidade maior do serviço é do Governo Federal. Se a gente fizer uma relação com a mesa de segunda-feira de balanço dos dez anos do SUAS, o que foi falado pelo Presidente do FONSEAS, o Secretário de Minas Gerais? Que a união em 10 anos aumentou de 7 para 80 bilhões o financiamento do SUAS. Os estados tiveram uma pequena queda e os municípios mantiveram o financiamento. Então essa aqui é uma reflexão: temos que repensar como é a base do cofinanciamento, a medida que continuamos sempre colocando na área federal a maior responsabilidade.

Outro dado para discutirmos essa questão é a existência de 1 bilhão de recursos nos Fundos Municipais de Assistência Social, como foi dito também na mesa de balanço dos 10 anos. Os municípios estão com dificuldade de utilizar os recursos que recebem.

Então, temos duas questões relacionadas ao financiamento: (1) Existe um Pacto Federativo, as três unidades devem se responsabilizar pelo financiamento. Queremos o aumento do cofinanciamento só do recurso federal ou também o aumento do cofinanciamento dos estados e dos municípios? Porque até então predomina o cofinanciamento federal. A segunda questão é: (2) o que é preciso para melhorar a gestão? Porque há recurso que não está sendo utilizado e ainda estão pedindo mais recursos. Não é uma coisa pela outra, do tipo mais recursos ou gastar mais, são as duas coisas. É preciso saber até mesmo o que deve aumentar, quanto e para que deve aumentar. Para quais serviços, para quais ações? Precisamos ver também o que não foi gasto e aí precisamos pensar: o que é necessário para melhorar a gestão do recurso? É capacitação de gestor, de técnicos, pessoal da contabilidade, o que é? A questão da gestão tem muito a ver com o financiamento e com a prestação de serviços de proteção para as comunidades específicas e as comunidades tradicionais.

Outra questão que eu percebi no conjunto de deliberações é que vi modalidades ou formas de atendimentos propostos, oferta de serviços e proteções para esses grupos específicos ou para populações tradicionais se colocam em cinco modalidades: equipes volantes, equipes de referência, CREAS regionais, consórcio e polos regionais. Variando um pouco do tipo de atendimento, por exemplo, equipe de referência e equipe volante aparece tanto para a questão indígena quanto para a quilombola, independemente de qual grupo seria atendido, se colocou como modalidades essas formas. Penso eu, considerando que essas modalidades são dispersas – áreas rurais distanciadas dos equipamentos, que nós vimos também na mesa do balanço e das quais a Valdete falou aqui também – e que os equipamentos da assistência social não estão chegando à população especialmente da área rural, a área onde se concentram os grupos

específicos e as populações tradicionais. Aqui vocês vejam que não apareceu nenhuma proposta de instalar equipamentos nas áreas rurais, instalar equipamentos em comunidades específicas ou tradicionais. Será que é porque essas comunidades são muito pequenas e não justifica ter um CRAS? Então vem também aquela discussão que a professora Aldaíza fez da dispersão da densidade populacional. Ela disse que não devemos considerar só a quantidade de pessoas da população para instalar os equipamentos, mas também considerar a densidade populacional. Será que toda população que está na área rural tem uma densidade pequena? Pode ser que sim ou não. Pode ser que em uma área rural haja uma densidade populacional significativa, e valha a pena colocar um equipamento. Então, também temos que problematizar, discutir, que já temos meios colocados na nossa mentalidade de que na área rural necessariamente a população é dispersa, logo só a modalidade de equipe volante é que pode atendê-los.

Outra questão que eu trago aqui é: que discussão temos, que debate, que conhecimento sobre as experiências de polos regionais, consórcios? É preciso refletir também a proposta de modalidades que estão incluídas na Política Nacional e na NOB, mas que temos que ver também em termos financeiros, de articulação política que deve haver entre gestores dos municípios, a quantidade de recursos financeiros necessários e como gerir recursos de vários municípios. É preciso refletir se devemos optar por modalidades mais simples de implementação para não correr o risco de inviabilizá-la em nome da falta de recursos, ou de poucos recursos, ou então pensarmos em modalidades complexas de se operar. É uma problematização. Não estou dizendo que é isso ou aquilo, mas para pensarmos um pouco: o que é preciso para organizar um consórcio de municípios? É algo fácil de se fazer? O que é um consórcio de municípios, nós sabemos? O que é um polo regional?

Outra observação recai sobre a preocupação com a busca de maior conhecimento sobre as comunidades específicas e tradicionais e que é mais difícil de entender. Essa preocupação aparece de duas formas especialmente: uma pela proposta de elaborar diagnóstico socioassistencial e socioterritorial, o diagnóstico para elaborar políticas públicas regionais com corte étnico-raciais, cultural, de gênero e orientação sexual através de equipes específicas de vigilância socioassistencial. Também foi apresentada uma proposta de implementar uma prioridade no setor de vigilância socioassistencial.

Aí eu queria fazer alguns comentários: primeiro que se ainda tem que implementar a vigilância socioassistencial, isso revela que a nossa região ainda tem dificuldade de fazer a vigilância porque não tem setor próprio, não tem equipe própria. Isso prejudica nosso conhecimento sobre essas

populações específicas que hoje são uma pauta. É bom lembrar que há algum tempo atrás não se falava de quilombola, de população ribeirinha. Então, com a implantação do SUAS começamos a entender melhor, que deveria ser universal, tivemos e temos que saber quem são esses todos que a assistência social tem que atender porque ela é universal. Nós temos que nos debruçar e identificar, conhecer o nosso território e descobrir: tem quilombola, tem índio, tem ribeirinho, tem pantaneiro. Isso foi um primeiro passo. Nós descobrimos que existem comunidades desses grupos, mas nós sabemos como são, como vivem, quais são seus valores, éticas, o que é específico deles, o que é comum a todos os brasileiros e de que maneiras eles se incorporam à sociedade brasileira. Para universalizar o SUAS, para incluir todos, temos que conhecer todos eles. O SUAS tem esses dados. É fundamental fazer o diagnóstico, implementar o setor de vigilância socioassistencial.

Eu trago mais uma problematização: considerando a situação da quantidade de trabalhadores que o SUAS tem, conforme foi dito pela professora Aldaíza no balanço dos 10 anos, foi identificada situação de 0,4 trabalhadores no SUAS por mil habitantes até 4 trabalhadores por 100 habitantes, que também não é lá essas coisas, mas o máximo que tem é quatro trabalhadores por mil habitantes. Então, considerando o que a Valdete colocou aqui, que a relação de trabalhadores por população no Centro-Oeste é bastante baixa, com predomínio do nível médio, com baixa proporção de trabalhador de nível superior relacionado por habitante, temos que discutir se dá para ter uma equipe específica de vigilância para esses grupos específicos. Dentro do setor de vigilância, dá para ter um grupo só para fazer vigilância dos grupos específicos e tradicionais? Temos que pensar também, considerando o quantitativo de servidores por habitante no Brasil, especialmente na região Centro-Oeste, como é que nós vamos organizar os serviços de equipes volantes, de equipes de referência? Então precisamos pensar também, para garantir a universalização, a proposta de mais contratação de servidores para o SUAS, além da questão da estabilidade para que a terceirização, a precarização não comprometa a continuidade dos serviços e o acúmulo de conhecimento, também temos que pensar na condição dos trabalhadores. Contratar mais trabalhadores para o SUAS é uma questão geral e tem rebatimento grande para trabalhar com grupos específicos e com grupos tradicionais porque, se tivermos poucos trabalhadores, acabamos concentrando na área urbana e fica cada vez mais inacessível a proteção social do SUAS para populações e grupos específicos.

Outra observação é que há uma preocupação em atender os grupos específicos e populações tradicionais criando equipamentos próprios para esses grupos. Esses grupos possuem

especificidades que a gente precisa cada vez mais aprender, conhecer e entender quais são suas especificidades. A preocupação aqui é de que maneira reconhecemos o que realmente é específico, para que não criemos CRAS para cinco tipos de grupo; CREAS para não sei quantos tipos de grupo; albergues para não sei quantos tipos de grupo, e assim por diante. É o equipamento que tem que ser específico, é a equipe que tem que ser específica, é o serviço que tem que ser específico. Então, é urgente se capacitar para conhecer essa população tão diversificada e pensar os serviços adequados às suas necessidades. A capacitação sobre a temática dos grupos específicos e comunidades tradicionais, como estratégia e qualificação do atendimento das necessidades das populações, não está destacada no conjunto de deliberações. Se for verdade que nós conhecemos pouco desses grupos, a capacitação é estratégica, é fundamental para universalizar o serviço.

Passando às considerações finais, observei que a discussão sobre a universalização da proteção da assistência social a grupos específicos e às populações tradicionais, por meio do acesso a programas, projetos e benefícios, é recente e complexa. Há pouco tempo temos falado de comunidades específicas, onde vivem, onde moram, quantos são. Agora o que eles pensam, como se organizam, ainda conhecemos pouco. Por ser recente, isso traz uma complexidade, pois temos muito a aprender e muita dificuldade de estruturar os serviços para um grupo que se conhece pouco ainda. É difícil e complexa essa discussão porque, historicamente, essas populações foram excluídas social, cultural e economicamente da sociedade brasileira. Nós temos uma sociedade bastante conservadora, preconceituosa com os diferentes, e por isso temos dificuldades de enxergar, de conhecer essa população, quiçá organizar serviços para ela. Trata-se de uma herança histórica que nós, trabalhadores, gestores, todos nós temos que cotidianamente enfrentar nossas limitações. Precisamos nos colocar como eternos aprendizes e superar preconceitos, senão nunca vamos universalizar o SUAS.

Diante de tanto desconhecimento e preconceito com o modo de pensar e viver dessas populações é tarefa e desafio do SUAS, de seus gestores, trabalhadores e entidades, superar a desinformação e preconceitos. A qualificação da gestão do trabalho técnico com grupos específicos e populações tradicionais, a universalização da proteção à assistência social, o reconhecimento e identificação das necessidades desses grupos e populações e a estruturação de proteção adequada a essas necessidades são questões urgentes para a sociedade justa e igualitária que pretendemos construir, e isso é uma questão de direito e justiça social. Fica o desafio de, ao estruturarmos a proteção social do SUAS aos grupos específicos e populações tradicionais de acordo com suas

necessidades e características, não reforçarmos o desconhecimento, o preconceito e o isolamento cultural e social do conjunto da sociedade brasileira."

Após as apresentações a plenária da região Centro-Oeste passou ao debate dos temas apresentados por 30 minutos e, em seguida, iniciou-se o processo de escolha das prioridades dessa região. Destaca-se que as oito prioridades elencadas a seguir tiveram como base as já trazidas como resultante do processo conferencial dos municípios, estados e Distrito Federal e as propostas nessa plenária conforme o regimento interno da X Conferência Nacional de Assistência Social.

Prioridades aprovadas na plenária regional e encaminhadas para a plenária final:

Elaborar diagnóstico socioassistencial e socioterritorial para implementar políticas públicas regionais com recorte étnico-racial, cultural, de gênero e de orientação sexual, através de equipes específicas de vigilância socioassistencial.
Fortalecer o diálogo e implantar processos de decisão conjunta entre os conselhos de assistência social e os coletivos que tratam da migração, refúgio e tráfico de pessoas, visando a garantia dos direitos desses públicos.
Garantir recursos e implantar serviços de PSB e PSE às populações indígenas como construção e manutenção de CRAS e CREAS, implantação de serviços especializados em famílias acolhedoras a crianças e adolescentes, albergues e abrigos para a população indígena migrante, garantindo formação específica para trabalhadores do SUAS em comunidades indígenas, respeitando a Convenção 169/OIT e a Constituição Federal de 1988.
Garantir recursos federais para implantar equipes volantes, CRAS e CREAS específicos para municípios e áreas de fronteiras, populações tradicionais como comunidades indígenas, ribeirinhas, quilombolas, comunidades de religião de matriz africana e de terreiro, oriundas de acampamentos ciganos, acampamentos da reforma agrária e assentamentos rurais, conforme a lei brasileira de inclusão, e garantir a execução dos serviços com equipamentos e veículos adequados.
Implantar e cofinanciar unidades de acolhimento para mulheres vítimas de violência e Centros POP em polos regionais;
Implantar e implementar um Sistema Nacional de Vigilância Socioassistencial, de forma integrada entre as três esferas de governo, garantindo cofinanciamento.
Inserir no PEP-SUAS – inclusive com a participação dos usuários – os conteúdos referentes à migração, refúgio, tráfico de pessoas, população em situação de rua e povos tradicionais, capacitando a Rede SUAS para a atenção integral, visando a prevenção, atendimento e vigilância socioassistencial às ordens de violações de direitos desses públicos.
Integração e fortalecimento das redes de atenção regionalizadas aos direitos dos(as) migrantes nacionais e estrangeiros(as) – independentemente da condição de entrada e do status jurídico –, implantando, implementando e qualificando serviços na PSB e PSE, visando a atenção integral aos (as) migrantes, população local, populações tradicionais, pessoas em situação de tráfico, refúgio, resgatados do trabalho escravo e população em situação de rua, assegurando dotação orçamentária específica nas três esferas de governo, ampliando o cofinanciamento da assistência social Proteção Social Básica e Proteção Social Especial.

REGIÃO NORDESTE 1

Coordenadora:
Rosária Rabelo

Convidadas:
Lídia de Oliveira Lira
Ana Maria de Farias Lira

A coordenadora do grupo, Sra. Rosária Rabelo, deu início à plenária da região Nordeste e procedeu sua apresentação, enquanto assistente social, militante da política pública de assistência social, ex-gestora municipal e ex-presidente do COEGEMAS de Sergipe. Em seguida, esclareceu que devido ao número de estados que compõem a região Nordeste, com elevado quantitativo de delegados nessa conferência, os quais foram subdivididos em 2 (dois) grupos, estando este denominado como Região Nordeste 1 e composto pelos estados de Alagoas, Bahia, Paraíba, Pernambuco e Sergipe, e fez o chamamento das delegações presentes.

Explicou sobre o funcionamento dos trabalhos, conforme o art. 9° do Regimento Interno da conferência, com o objetivo de discutir as diversidades e especificidades de cada uma das regiões do país, na perspectiva de apontar as prioridades e atenções a serem observadas pela política de assistência social na próxima década. Inicialmente haverá uma fala, de até 45 minutos, de duas facilitadoras que farão uma avaliação, um balanço sucinto das prioridades elencadas pelos estados e de outros elementos que entenderem pertinente. São elas a assistente social Ana Farias, ex-gestora municipal no estado de Pernambuco e militante histórica da Política Pública de Assistência Social, e a pedagoga Lídia Lira, também militante da política pública de assistência social.

Depois disso, em subgrupos, serão analisadas as 64 prioridades constantes do Caderno de Prioridades, provenientes das deliberações das respectivas Conferências Estaduais, com o indicativo de hierarquização e de possíveis sugestões de redação ou de nova proposição Alerta que, em razão do Nordeste estar dividido em dois grupos, cada qual definirá quatro prioridades, que podem ser as já contidas no caderno ou três prioridades destas e mais uma nova. Ao término, haverá a compatibilização com o outro grupo da região Nordeste, e o posterior encaminhamento para apreciação na plenária final. Para tanto, contarão com o apoio de um conselheiro do CNAS,

Sra. Patrícia Alves, de um representante da coordenação geral da relatoria, Sra. Denise Colin, e das integrantes da equipe de relatoria Fátima Valéria e Estela Ferreira. Também estão acompanhando essa plenária as conselheiras Léa Braga, vice-presidente do CNAS, e Lúcia Marquim, vice-presidente do CONGEMAS.

Informa que está disponível o serviço de audiodescrição, e quem precisar de fone pode se dirigir à cabine no fundo da sala.

Sra. Ana Maria de Farias Lira – Abordou o resgate histórico das Conferências e pontuou que a facilitadora Lídia fará a colocação das especificidades que serão trabalhadas. Perguntou quem já participou de três conferências nacionais e identificou um número pouco superior a vinte pessoas, um grupo menor participou de duas e outro está participando pela primeira vez, além de também ter registrado quem participou de dez. Demarcou a grande diferença de metodologia que está sendo utilizada nessa conferência por várias razões. Diante dessas 10 Conferências, e ao longo desses 20 anos de realização, que têm servido de lastro para que a Política da Assistência Social e o SUAS tenham sido implantados, observou-se a necessidade de uma profunda avaliação do percurso seguido até então, desde quando começou em 1995 até agora em 2015.

Assim, o Conselho Nacional solicitou a todos os Conselhos Estaduais e os Conselhos Municipais para enviarem as informações acerca das discussões ocorridas nas Conferências, para que a partir de agora, com a perspectiva de elaboração de mais um plano decenal (2016-2026), essa caminhada de vinte anos – recheada de muitas propostas e conquistas mas, ao mesmo tempo, com muitos desafios ainda a serem enfrentados – possa ser considerada.

“Essa conferência tem um marco da maior importância, que é justamente projetar para mais de dez anos os caminhos que a Política da Assistência Social deve percorrer no fortalecimento tanto das conquistas sociais quanto do processo democrático brasileiro e, particularmente, do aprimoramento do SUAS. No momento em que todos estão organizando as conferências, e que está sendo oportunizada a presença, a participação, a contribuição, todos estão fazendo história, e retomando a fala da Luziele Tapajós ontem, quando ela disse: eu fiz o SUAS, então todos nós fizemos o SUAS, e estamos participando do processo de democracia desse país.

Outra característica fundamental é que pela primeira vez na história das Conferências atingiu-se um número tão significativo de usuários, uma conquista da maior importância política no processo de formação da cidadania do povo brasileiro e no processo de participação, aquilo que a LOAS

coloca no parágrafo 1º, do seu art. 1º, de uma política de assistência social participativa, descentralizada, com o objetivo de garantir acesso aos direitos e à proteção social não contributiva. E isso também nos remete a outra atividade de hoje de tarde, que é justamente discutir a questão dos direitos humanos e a consequente instituição do princípio da dignidade humana, que é nada mais nada menos do que o reconhecimento de vários direitos, inclusive e principalmente da participação.

Nesse momento é preciso que os usuários digam como estão percebendo a política de assistência social e do SUAS, como querem que sejam organizadas e prestadas na próxima década, e atendam às suas necessidades, demandas e proposições. Nos dois primeiros dias teve-se a oportunidade de participar nas rodas de conversa, de ouvir os expositores que representam pessoas que já vem também nessa luta há bastante tempo, mas agora cabe a cada delegado exercitar a participação, de modo a expressar seus pensamentos, seus sentimentos em relação à construção do SUAS e/ou fortalecimento do SUAS por mais 10 anos."

Reforçou a importância do aproveitamento desses momentos, e do aprofundamento das discussões no grupo, que deverá registrar a enorme diversidade presente na região Nordeste como um todo e de cada um de seus estados.

Sra. Lídia de Oliveira Lira – Inicia esclarecendo que sua contribuição será provocativa a partir das rodas de conversa, e que a ideia não é repetir o que já foi colocado, mas aproveitar para revisitar as concepções e conceitos, e ampliar o momento de participação.

Ao mesmo tempo que as plenárias regionais aproximam geograficamente, também geram o desafio de olhar as diferenças no campo da diversidade. Pergunta sobre as representações das diversidades: comunidade quilombola, indígena, ribeirinha, pescadora, matrizes africanas, pessoal de terreiro, semiárido, distrito estadual de Fernando de Noronha, metrópoles, capitais. No grupo identificou como pequena ainda a participação dos quilombolas, dos indígenas, dos pescadores e da população ribeirinha.

O tema da conferência "Consolidar o SUAS de vez rumo a 2026" não quer dizer que nunca mais será revisitado, mas que é preciso consolidá-lo na concepção de um novo projeto de sociedade, um projeto de sociedade que revoluciona, de uma revolução pautada nos paradigmas emergentes, na forma de compreender o mundo, a partir do local para o global, e a partir do global para o local. É preciso olhar a estrutura do país, como ele foi pensado, sob a lógica de

exclusão, de manutenção das populações tradicionais excluídas do seu processo de cidadania. A ideia é levantar as prioridades para elaborar um plano para os próximos 10 anos, e esse plano vai ser revisitado e vai ser discutido nos entes federados até chegar ao município. E não focar no campo da diferença, numa competição de quem tem mais e quem tem menos, mas no campo da diversidade e trabalhar o contexto de ser humano dentro desse país.

O propósito é trazer alguns elementos e esclarecimentos com muito cuidado, porque normalmente quando se busca esclarecer, tempera-se muito com uma vivência particular, e é importante que todas as pessoas, sobretudo os usuários, consigam interagir numa discussão objetiva, clara, numa visão mais larga, para não pensar um plano de gestão, mas, sim, uma proposta de Estado.

Questiona o que marca a identidade dessa construção, o controle social, todos os avanços e os enormes desafios? E afirma que marca é a renovação permanente de um movimento pautado nos direitos humanos. Movimento necessário e pautado desde 515 anos atrás, desde a lógica de colonização desse país sob o viés da exploração, e que ainda está muito forte no imaginário coletivo, e justifica a desproteção social e a ameaça à dignidade humana.

“A professora Abigail Torres falou muito sobre a proteção social no âmbito do SUAS, mas claro que não é só no âmbito do SUAS, a proteção social deve se estabelecer em todas as políticas sociais. Um outro elemento se refere a um projeto de sociedade direcionado à inclusão. Isso pode ser plenamente reconhecido pelos estados do Nordeste, que vem o tempo todo se reafirmando nessa condição e, muitas vezes, enfrentando o preconceito. Impera a necessidade de transformar o pensado no vivido, em cada estado, em cada município, em cada localidade. Essa leitura precisa trabalhar a forma de pensar e a forma de viver a proteção social, considerando todos os elementos abordados nas rodas de conversa no dia de ontem, como a questão do direito à assistência social, da dignidade humana, participação, qualidade das ofertas, condições de trabalho, do SUAS que queremos. E hoje, nesse grupo, iremos pensar o Nordeste, com suas especificidades e com as demandas das populações que ainda estão nesse campo de exclusão, para propor um projeto de sociedade mais inclusiva, dentro do âmbito de tudo o que já foi feito no SUAS.

O desafio será eleger prioridades estratégicas que sejam revisitadas no período de 10 anos, atualizando assim propostas e metas diante das conjunturas. Então, são grandes diretrizes para essas populações, para que lá na frente se consiga transformá-las em propostas ou atualizá-las. Daqui a dois anos, na próxima conferência, diante da conjuntura, será revisitada esta, é isso que

faz que a conferência tenha esse sentido, e atualizado esses debates.

Assim, diante do que foi colocado ontem, é fundamental reconhecer as diversidades, potencializando os campos das diferenças, ou seja, olhar a diferença dentro do campo da diversidade. Portanto, será preciso trabalhar a intolerância religiosa, a questão dos preconceitos raciais, e de tudo que ameaça o processo de inclusão, ou seja, tratar os desiguais de forma desigual é o caminho para encontrar a igualdade, não tem outro para promover a inclusão. Pois, quando se trata as pessoas que tiveram oportunidades diferentes da mesma forma, se comete um grave erro, a ser reparado com a política de afirmação, a questão das cotas, a prioridade para idosos e pessoas com deficiência, e tantas outras discussões."

A facilitadora apresentou algumas imagens para quebrar um pouco a rigidez da letra: pessoal de uma tribo de Rodelas na Bahia, comunidades quilombolas, comunidades ribeirinhas, comunidades de pescadores, do semiárido, e do Distrito Estadual de Fernando de Noronha.

Salientou que, embora grande parte do território nordestino seja ocupado pelo semiárido, curiosamente, vieram poucas, quase nada de propostas elencando as prioridades para a população destes lugares – o que denominou de surpreendente, questionando a banalização do olhar.

"É preciso pensar tratar essa questão, não apartando as outras, porque lá no semiárido, naquele espaço geográfico, também existem negros, índios, população de matriz africana, quilombolas. Além de serem pesadas as especificidades da região, há que se considerar ainda as várias peculiaridades, como a questão do meio ambiente, até todas as violações de direitos. Mas não só, existem também os diferentes formatos de ofertas de serviço adotados pelas localidades. Por exemplo, em Noronha, um CRAS com alma de CREAS. Outra discussão é a de gênero, que é transversal a todas essas – há um índice altíssimo de violência contra a mulher em todos os cantos do país. A violência contra a mulher precisa ser trabalhada no campo da equidade de gênero, não é no campo de lutas de sexos, é no campo da equidade de gênero, um projeto de sociedade em que homens e mulheres consigam tratar-se respeitosamente, e não numa hierarquia, machismo versus feminismo.

No relatório elaborado pelo MDS em conjunto com a Secretaria de Promoção da Igualdade Racial, constam dados bem interessantes sobre a população quilombola – uma minoria acessa serviços do conjunto das políticas públicas, indicando frágeis respostas para a quantidade de jovens negros assassinados nesse país, o elevado número de jovens que estão nas unidades de acolhimento,

jovens que estão na internação por cumprimento de medidas socioeducativas. Nas comunidades quilombolas, 55,6% dos adultos e 41% das crianças e adolescentes vivem com fome e sobre risco de inanição. Esse é um dado muito grave e urgente de ser abordado.

Por sua vez, os programas de transferência de renda precisam ser entendidos para além do preconceito. Sua finalidade primeira foi garantir a vida e a sobrevivência. Mas como diz a canção: a gente não quer só a vida, a gente quer a vida, diversão e arte. Então, o fundamental é que as pessoas tenham essa oportunidade de sobreviver.

Outros elementos de exclusão nessas comunidades quilombolas estão relacionados ao acesso à água encanada, ou seja, a água tratada que está presente em menos da metade dos domicílios, e também o acesso à saúde e à educação.

Em dezembro do ano passado, o relatório registrou 2.431 comunidades quilombolas reconhecidas e homologadas no Brasil, mas na realidade existe muito mais nesse universo. No entanto, ocorre um processo para garantir o reconhecimento sobre a terra, que busca os elementos históricos, a identidade etc. Enfim, o número é três vezes maior do que o reconhecido até 2003, ou seja, apesar de se ter conseguido avançar muito no aspecto da identificação e reconhecimento, muitas comunidades estão lutando pelo reconhecimento dessa identidade e desse direito que foi garantido na Constituição Federal de 1988. Atualmente, 21 comunidades quilombolas estão para ser oficializadas, já com a documentação toda pronta, e 330 em processo de reconhecimento."

A facilitadora passou então a abordar a realidade da população indígena, e identificou no grupo um representante do estado da Paraíba, da etnia Potiguara. Fez a leitura do parágrafo a seguir: "As terras tribais eram praticamente todas as terras do país, depois, pouco a pouco, ou com a rápida violência, os indígenas foram rechaçados das suas terras, a catequese, a evangelização, o extrativismo, a pecuária, a agricultura, sob as mais diferentes formas, estenderam a sociedade e a comunhão nacionais pelas terras, comunidades, culturas indígenas". E perguntou: quais as consequências desse processo?

"As tribos indígenas do Nordeste foram identificadas na década de 1940, e hoje apenas dez etnias mantêm a língua-mãe, que é um instrumento de identidade cultural. Entre outros motivos, o desenraizamento cultural tem levado à miséria, alcoolismo, desnutrição, suicídio, violência interpessoal, pois afeta consideravelmente a autoestima dos indígenas. Tais situações demandam os serviços da Política de Assistência Social, principalmente da alta complexidade, e revela a pressa em se trabalhar o serviços da proteção social básica.

Os ribeirinhos, as comunidades ribeirinhas que convivem com o rio, com o qual têm toda uma relação, visto que o rio é sua rua, é do rio que tira seu sustento, seu lazer, sua vida, mas ao mesmo tempo corre o risco de isolamento muito grande. Por exemplo, no Nordeste está o Rio São Francisco, que percorre muitos estados, e está em fase de transposição, mas para que se possa cuidar do rio, garantir a sobrevivência da população, é preciso um movimento de visão de ecossistema. Essa visão de ecossistema aponta para o paradigma do pertencimento. Mas a população ribeirinha, uma população não só de pescadores, vive no isolamento. E existe a população de pescadores na parte litorânea que exige outro movimento de inclusão, na medida que sofrem com a pressão do mercado imobiliário." Citou o caso de Porto de Galinhas, uma das praias mais bonitas do Brasil, que fica no estado de Pernambuco. Era uma praia de pescadores, e hoje os pescadores estão em uma área de favela, ocupação desordenada, dificultando toda a sua atividade pesqueira, porque Porto de Galinhas foi reservada para especulação imobiliária para quem tem poder aquisitivo.

Salientou que ao olhar o meio ambiente, a diversidade cultural, a diversidade religiosa, a diversidade de divindades, a diversidade de pigmentação, de melanina, a Política de Assistência Social está buscando olhar a diversidade da vida, e reafirmando que a diversidade promove a aproximação e a agregação.

Para finalizar, apresentou alguns desafios para o SUAS, e solicita que sejam analisados em conjunto com tudo o que foi falado no balanço do SUAS, nas rodas de conversa de ontem, de todas as contribuições que os usuários fizeram no microfone, os trabalhadores, os gestores, pensando, particularmente, nos cinco estados da região Nordeste que integram esse grupo, e correlacionando-os no contexto nacional. E orienta que o trabalho dos subgrupos será identificar nas prioridades elencadas no Caderno de Prioridades, as quatro de maior significância e abrangência, aquelas que contemplam o princípio da dignidade humana, do direito socioassistencial e o protagonismo das populações mais excluídas, reconhecendo o que pode marcar e demarcar o projeto de uma sociedade mais inclusiva. Isso é importantíssimo: "Apontar, no SUAS que queremos, caminhos para alcançar essas populações mais excluídas. Assim, é importante analisar a capacidade de olhar na dimensão da dignidade, da participação, e como isso repercute no trabalho, na organização dos trabalhadores e na integralidade das proteções".

REGIÃO NORDESTE 2:

Coordenadora:

Ana Maria Conegundes

Convidada:
Maria Zelma de Araújo Madeira

Relatoria:
Elias de Souza

Maria Zelma de Araújo Madeira

"Como eu já me apresentei, sou professora da Universidade do Ceará e hoje estou na coordenadoria. Sou estudiosa das relações étnico-raciais com ênfase na população negra, o que requer também que falemos de outras etnias. Considerar o território brasileiro é considerar a sua multiplicidade e diversidade. Vejam a região Nordeste – não posso pensar em algo de maneira monolítica ou homogênea, pensar de um jeito só. Para tanto precisamos começar tratando da diversidade para se aproximar dessa realidade, pensar uma política pública, pensar a Política de Assistência Social, adequada à realidade, que acredito ser o que nos compete aqui.

Acho que para a gente trabalhar a diversidade nos territórios e a garantia da inclusão, precisamos fazer uma discussão sobre o que eu estou chamando de diversidade. O que são as diferenças, esses paradigmas que nos informam a forma como nós estamos lidando com os diferentes territórios e os grupos populacionais que lá habitam, porque o território é para quem vive, quem sabe falar desse território é quem está lá instalado, vivo e cotidianamente nas suas práticas é quem sabe dizer.

Primeiro, a gente precisa entender essa diversidade em termos étnicos-raciais. Nós precisamos fazer uma revisão da formação sócio-histórica do Brasil, ou seja, é preciso conhecer essa sociedade brasileira a partir de uma colonização de exploração.

A gente lembra muito o que estudou na história dessa colônia de exploração. Os pesos, as consequências e os impactos que temos até hoje enfrentado. Então, temos um acúmulo de desigualdades sociais e raciais, de gênero, de outra sorte, que já vêm nessa composição, nessa feitura de Brasil como nação. Eu diria que o projeto de nação brasileira é um projeto racista, por

isso nós não pensávamos iríamos estar hoje no século XXI com essa composição. Por exemplo, em 1929, no Congresso de Antropologia diziam já os antropólogos e cientistas que em 2012, ou seja, três anos atrás, nós teríamos a seguinte composição étnica na sociedade brasileira – 80% dessa população seria de brancos e apenas 20% de mestiços, mas nós não teríamos mais nenhuma população, ninguém negro e nenhum indígena. Isso descreve um projeto de nação, um projeto de nação racista e antinegro, e anti-indígena, e contra outras comunidades das quais nós vamos falar aqui. Então isso não é inocente, isso vai comprometer o modelo de desenvolvimento que esse país, onde essa região Nordeste que nós queremos trabalhar vai estar posta.

Nós temos um projeto de nação racista e antinegro, ao mesmo tempo que se edifica uma sociedade que se diz capitalista, que se diz moderna. Nesta modernidade, nós, dentro de uma vertente do liberalismo, onde todos somos iguais perante a Lei, teremos a igualdade, a liberdade e a fraternidade. Então temos a igualdade, e todos somos iguais, somos livres para concorrer, e a sociedade é fraterna.

Se você não prosperar o problema é teu, se essas populações negras, se essas populações indígenas, se essas populações de comunidades tradicionais, se esses ciganos não prosperaram o problema é deles, o problema reside nele que está na sociedade, que tem igualdade, que tem liberdade. A sociedade é fraterna, tem tudo na mão, se você não foi e correu, porque você não desenvolveu seus esforços, você é preguiçoso, você é preguiçosa. É por isso que você não vence, não é?

Nós vamos ter uma igualdade formal, mas nós precisamos trabalhar com a igualdade material e é isso que a gente precisa pensar. Por isso quando nós falamos de cota, ação afirmativa assusta muita gente, por quê? Porque nós vamos contrariar um ideal de liberalismo, de que todos nós somos iguais perante a Lei, e não precisa defender negócio de negro, não, negócio de indígena, negócio de cigano, cada um cuide de si. Se se esforçar, oh! Você não se esforçou, no seu tempo? Pela sua idade nós estamos notando, não tinha cota, Zelma, e você não conseguiu!

É assim que a gente parte de um pressuposto, mas eu não quero que as minhas gerações, as gerações futuras dos meus filhos, meus netos, meus parentes e outros, em outras populações negras, passem pelo que eu passei, não precisa.

Nós precisamos constituir uma civilidade, uma civilização, e a ruptura com as práticas racistas não depende só de negros, de negras, de indígenas, daqueles ciganos que estão numa condição de invisíveis, mas de todos, romper com o racismo é uma tarefa de todos nós, brancos e não brancos.

Vamos trabalhar a diferença e a diversidade, entender as variáveis 'sexo' e 'gênero', ser homem, ser mulher, etnia como eu já vinha falando, e raça que a gente sabe que não tem.

A raça é humana, mas na sociedade brasileira por conta do racismo, desde a pele, se tem muita melanina, pouca melanina, o ângulo facial, os cabelos, o formato do rosto, do nariz, os lábios, tudo isso conta, porque, na verdade, nós temos um silenciamento acerca das relações raciais no Brasil há pelo menos 80 anos.

Tem gente que tem até medo de falar: 'Zelma, chegou uma mulher negra, vai que eu chamo a mulher de negra e a mulher se zanga, eu fico com medo! Será que eu posso chamar aquela mulher de negra, ela não vai se zangar? Por quê?' Porque nós não comentamos isso, nós não falamos sobre as relações raciais na sociedade brasileira, há um silenciamento. Então a gente precisa tocar neste ponto, o porquê de nós explicarmos sempre pela mestiçagem. Vão dizer: não, mas não tem como a gente ir atrás desse negócio aí não, Zelma, esse negócio dessa regional aí a manhã toda falando de indígena, de comunidades ribeirinhas, só para dividir o povo. É bom pensar todo mundo pobre, todo mundo pobre, não é? Ou então uma coisa que garanta uma unidade.

Não queremos isso. Nós precisamos trabalhar essas especificidades, porque nas especificidades nós vamos enxergar as vulnerabilidades, mas também vamos enxergar a resistência. Porque as pessoas não estão nesse território lá do Nordeste, Maranhão, Ceará, Piauí, Rio Grande do Norte esperando pelo CRAS no dia que cheguem duas assistentes sociais e dois psicólogos para poder viver, não. As pessoas já têm uma dinâmica que precisa ser interpretada, compreendida para que a gente possa fazer as resistências acontecerem e, por consequência, a consolidação da nossa política de Assistência Social.

Então, como eu venho dizendo que raça não existe? Ela existe em termos sociais e políticos. A raça é humana, não existem esses aspectos biológicos, mas na sociedade brasileira existe. Existe com cunho, por isso que nós não podemos deixar de falar de raça; não é que a gente pensa que tem uma raça superior e uma inferior, como do século XVIII, não é isso, mas nós precisamos entender que esses traços características biologicamente demarcam e definem lugar de homens e mulheres na mesma sociedade. Então, nós temos o gênero que demarca, a faixa etária, a dimensão da geração, jovens idosos, orientação sexual, as lésbicas, os gays, os trans, elas definem lugar de homens e mulheres na mesma sociedade.

As pessoas dizem: 'Acho que quando começou a discussão desse negócio de cota foi que trouxe a inimizade, a desarmonia'. A gente tem muito medo dessas diferenças, mas nós não temos que ter

medo da diferença quando a diferença é aberta à reciprocidade e à diversidade. Nós temos que relutar contra essa diferença quando levar a hierarquias, quando levar a desigualdades de um ser superior e outro inferior, mas quando nós estamos dentro, por exemplo, dessa sala há uma diversidade, há diferenças aqui desde a dimensão do território, de onde nós viemos, da maneira como nós nos portamos, da classe a que nós pertencemos, do gênero, da nossa orientação sexual, da nossa pertença étnico-racial, essa sala é diversa e não tem problema, isso pode dar uma riqueza maior do mundo que nós vamos ver daqui a pouco no segundo momento, que é o debate, que é a propositura a partir de cada lugar, de cada diferença. Então assim nós vamos ter um grande círculo e vamos ter a reciprocidade e a diversidade. Quando nós escalonamos a diferença de quem é superior e inferior, aí sim, aí existe um problema, porque a diferença hierarquiza e aí vai excluir alguns segmentos em relação ao outro.

Esse discurso liberal que estamos aqui a discutir é abstrato, é oco quando diz que todos nós somos iguais perante a Lei. Porque não somos uma dimensão material, e precisamos das políticas públicas para enfrentar as diversas expressões da questão social, desses grupos diferentes, desses grupos que estão em desvantagem, desses grupos que não contam com oportunidade ao longo de 500 anos de existência do Brasil.

Nós precisamos ter esse olhar para esses diferentes, para pessoas com deficiência, para pessoas na dimensão da geração. Vejam que as plenárias lá no auditório vêm denunciando e reivindicando direito à diferença. Eu tenho direito a ser diferente, eu tenho que ter respeitado esse meu direito, e eu não tenho. Eu percebo muito isso na universidade, tem gente que chega lá, por exemplo, com problema degenerativo de visão e aí não há uma diferença no trato, o que se quer é que continue do mesmo jeito, fazendo a mesma prova. Sabemos que tinha que ter um tratamento diferenciado, e a gente ainda resiste, mesmo a universidade dizendo que tem que trabalhar a diversidade, a diferença, mas mesmo assim a gente percebe essas exclusões.

Todos os seres humanos nascem livres e iguais. Eu acho que também foi essa discussão ontem da dignidade humana: todos nascem livres e iguais em dignidade e direitos, sem distinção de raça, cor, sexo, idioma, religião, origem nacional ou social. Essa posição expressa uma ideologia universal que defende a igualdade e a liberdade. Claro que é esse horizonte em que queremos chegar, mas não chegamos ainda, por isso precisamos de ação, de iniciativas que possam levar a isso. Queremos a verdadeira liberdade, a verdadeira igualdade, a verdadeira fraternidade – é o caso de uma verdadeira abolição que não seja uma abolição inacabada; que essas populações consigam ter lugar, um lugar diferenciado, um lugar que garanta qualidade de vida para elas.

Dialogando com Hanna Arendt, é preciso dizer que a cidadania é o direito de ter direito, pois a igualdade e a dignidade são direitos dos seres humanos. Por isso que é importante ter uma Conferência, ter o Controle Social e a participação. É como se a gente estivesse ilustrando aqui uma grande roda e nessa roda alguns segmentos não estivessem incluídos. Então, a nossa luta é para que tenha essa reciprocidade e que todos consigam entrar nessa roda e ampliar o exercício da sua cidadania. É preciso construir essa convivência coletiva, que requer o acesso a um espaço público comum. Vamos partir de questões individuais, com certeza, mas essas questões têm que passar dessa esfera individual e ser politizada para entrar numa esfera pública. Na violência contra a mulher – a Dona Maria, por exemplo, sofre violência contra a mulher. Essa é uma questão individual, mas nós precisamos publicizar, ou seja, retirar de uma dimensão particular individual e trazer para esse âmbito público − como é que eu faço isso? A partir do fortalecimento da esfera pública, e esse espaço da Conferência é o lugar em que a gente tira do particular para uma dimensão coletiva, uma dimensão pública que não fica individualizada; fica, na verdade, na esteira desse social, na esteira desse histórico e do político que nós podemos alterar, que é o que nós vamos fazer na manhã de hoje, e no período da tarde também, quando formos discutir nas plenárias das dimensões, e amanhã com certeza na plenária final que irá elencar as prioridades.

Todas elencadas, então é esse acesso ao espaço público, o direito de pertencer a uma comunidade política. Isso aqui é uma comunidade política que permite a construção de um mundo comum através do processo de ascensão dos direitos humanos e, no caso dessa Conferência, dos direitos socioassistenciais, dos direitos que nós estamos aqui na luta para a efetivação, principalmente para esses grupos nos seus territórios que são excluídos, que são discriminados desse usufruto da riqueza. Essa esfera pública requer essa participação, a cidadania aí concebida como direito a ter direito, pois sem ele não se trabalha a igualdade, que exige o acesso ao espaço público, pois os direitos não são dados, mas eles são construídos no âmbito de uma comunidade política. Sabemos que não vai estar nada dado para nós, nós temos mesmo que ter essa construção coletiva, esse debate, essa reflexão a partir do meu território, de onde eu moro. Que contribuição? O que eu vivo, as demandas que eu trago e de que forma isso pode entrar dentro dessa comunidade política, construída coletivamente.

Vamos tratar das relações étnico-raciais. Você percebe que temos essa mistura, um processo de miscigenação, esses traços biológicos das nossas características, embora silenciados dizendo que não temos preconceito, que não temos discriminação, que não temos racismo, e esse é um grande problema, porque enquanto não assumirmos que temos problemas, não vamos correr atrás de

soluções.

Então dizem assim: 'Não, mulher, não tem que ficar discutindo esses territórios, esse negócio de quilombola, cigano, comunidades tradicionais, comunidade de terreiro, esse povo chamado de 'macumbeiro', fica dividindo as coisas…'. Essa é uma não concepção de um paradigma, mas, ao contrário, queremos sempre algo que dê essa unidade, mas possamos trabalhar essa diferença, essa riqueza para alcançar a unidade que desejamos, mas a partir do respeito à diferença. Tivemos essa miscigenação – aqui existiam os povos nativos, as populações indígenas, depois chegaram os portugueses na condição de colonizadores, depois os negros africanos do continente africano na condição de escravizados e aí outros grupos também vão se incorporando. E vamos ter essa brasilidade que as pessoas dizem: 'Olha aí, é uma coisa tão rica e às vezes as pessoas querem atrapalhar. É bonito o Brasil, porque ninguém vai encontrar um povo tão lindo que nem nós, misturado'. Quando falamos de ações afirmativas e trabalhamos a equidade, as pessoas acham que vamos tirar o que é mais belo do Brasil, que é a mistura, mas nós queremos é politizar, falar criticamente dessa mestiçagem e desconstruir o mito da igualdade, o mito da democracia racial, que não existe, já está dito 'é um mito'.

Dizem assim: 'Não, Zelma, mas não concordo, não. Acho que é porque vocês negros, por exemplo, vocês são pessoas assim complexadas, porque já temos mais de 100 anos que nós abolimos a escravidão e vocês ficam chorando. Eu acho que é um problema de vocês'. Então retira dessa comunidade política que é o que estamos querendo trazer para cá, para um terreno político sair de uma dimensão particular, assim: 'Ah, Zelma, a pessoa é até boa, mas é uma mulher impressionada com negócio de raça. É uma pessoa até boa, mulher, é até inteligente, mas ela só pensa nisso'. Então você vai, me retira de uma condição coletiva das relações sociais, dessa comunidade política e me deixa só, enfatizando o sentido de que ela é a complexada. É isso que precisamos enfocar no nosso trabalho social, lá na nossa proteção social, seja básica, especial, nos equipamentos. Como é que nós estamos recebendo essas populações diferentes? Precisamos entender como ocorre esse mito da democracia racial de dizer: 'Aqui se convive pacificamente. Zelma, esse negócio aí de apartheid, esse negócio de racismo é coisa dos Estados Unidos, que tem uma rua de branco e uma rua de negro, uma escola de branco e uma escola de negro, um ônibus de branco e um de negro, mas aqui não, é todo mundo lindo, todo mundo se mistura, veja só como é lindo o futebol, tantos negros no estádio que a gente joga banana e diz que é macaco'. Então precisamos discutir isso. Nós estamos com mais de 80 anos de atraso porque a gente não fala, porque a gente diz que quem pauta o debate sobre as relações étnico-raciais é que é o

racista. Ou a gente vai mudar essa concepção ou fica difícil trabalhar com as populações e os grupos diferentes.

Começo discutindo com os quilombos e as comunidades quilombolas. Sabemos que os quilombos foram uma das resistências negras; as populações negras, eu diria, desde os navios negreiros que resistem, e elas resistem de forma diferenciada. Eu trouxe um pouco dos dados de 2015, da Fundação Palmares, que é quem certifica, porque primeiro a comunidade tem que se autoafirmar, ela se autoafirma Quilombola, depois ela chama a Fundação Palmares para ir atrás da certificação. Eu fui atrás dos dados no Nordeste, que é a região que tem o maior número de comunidades quilombolas certificadas ou não. Eu só trouxe as certificadas. São mais de 1.657 comunidades e 1.362 comunidades certificadas. 'Zelma, mas certificada é porque já tem a terra, tudo garantido?' Não, aí é que vai começar o processo, que dura às vezes décadas. É interessante que durante essas décadas, elas tenham e possam contar com o trabalho social.

Então eu trouxe aqui essas comunidades quilombolas, indígenas, extrativistas, ribeirinhas, ciganas, outras comunidades tradicionais. É preciso compreender a dinâmica populacional, o tamanho, o porte, e também como vivem e sobrevivem nos territórios, quais as suas riquezas, suas fragilidades, suas vulnerabilidades, suas potencialidades nesse dinamismo que é preciso interpretar. Dentro desse território, essas famílias vão ser plurais, hoje são e sempre foram historicamente. Sempre se pensava na família da colônia que era extensa, e agora nuclear, nunca de diferentes formas. Convivemos com famílias nucleares, que é aquela composta por pai, mãe e filhos, e que pode ter várias gerações, temos as famílias extensas, temos as famílias adotivas, temos as famílias de casais que fazem ou por opção ou porque não podem ter filhos, temos as famílias monoparentais lideradas por homens e mulheres, a nossa história de Nordeste é muito as famílias lideradas pela mulher mãe. Essa é a realidade nossa. Temos as famílias dos homossexuais, das lésbicas com ou sem filhos, temos as famílias reconstruídas após o divórcio. Eu tinha dois filhos, era casada, me juntei com outra pessoa que já tinha três, tivemos mais dois, são as famílias reconstruídas pós-separação e divórcio.

'Zelma, mas você quer dizer que esse negócio vai dar certo?' Não, eu estou querendo dizer que existe, e tem um dinamismo, e nós temos que interpretar o dinamismo, não podemos dizer 'família desestruturada'. Não, ela não é desestruturada, ela é estruturada a partir dessa recomposição do divórcio. Ela tem uma estrutura e uma dinâmica. 'Mas você quer dizer que lá todo mundo é feliz com esse monte de mãe, com esse monte de pai e com esse monte de filho?' Não sei, a gente precisa analisar a dinâmica, se é aberta ao diálogo ou se há negligência ou

violência. Precisamos também entender que há famílias que são várias pessoas vivendo juntas, mas sem esse compromisso. Precisamos ver, e os nossos dados dentro do nosso material indicam para mais de 11% das famílias unipessoais com uma tendência da contemporaneidade, que elas precisam ser analisadas, elas têm uma estrutura? Têm uma estrutura e uma dinâmica, por isso que eu tenho dificuldade de entender famílias atípicas: "Ah, não tem tipo". Tem sim, é porque já colocamos na nossa cabeça que as boas são as que chamamos estruturadas e as ruins são aquelas que têm uma composição que para nós não é interessante, mas que, historicamente, se você for ver, já tivemos essas famílias.

Os escravizados formaram famílias, sim, a historiografia nos mostra. Principalmente a partir da década de 70 temos famílias que as populações negras, mesmo em tempo de adversidade da escravidão, e as famílias indígenas, elas fazem ou a partir de fuga, como é que a gente sabe? A gente pega os boletins de ocorrência, os jornais da época: 'Negro Fulano de Tal fugiu da fazenda tal e se juntou com a negra não sei mais da onde da fazenda tal e estão morando não sei onde'. Então, sempre existiu, nós precisamos é interpretar essas diferenças que estão postas dentro dos nossos territórios. O que é interessante é pensar o nosso trabalho dentro das realidades dos territórios, que requerem primeiro o respeito a esse autorreconhecimento das populações.

Eu chego e digo: 'Eu sou cigano'. Às vezes dizem: 'Mas, Zelma, uma mulher lá disse para mim que mora no meio rural, e ela disse para mim que era branca, mas só que ela tem muita melanina, mas é uma autoafirmação'. Eu tenho que respeitar essa autoafirmação, eu tenho que respeitar essa autoafirmação do mesmo jeito que eu também tenho que ter a autoafirmação das populações indígenas, das populações ciganas, das populações quilombolas, e tirar essa visão moralista: 'só querem, porque querem a terra, estão aí atrás porque querem terra'. A gente tem que respeitar o autorreconhecimento, a autoidentidade deles, a luta pela terra. Eu não tenho como trabalhar nessas comunidades tradicionais, se não vejo em que pé anda a posse da terra, a titularidade da que está vinculada à política de Assistência Social, mas essas outras que se entrecruzam.

Esse tempo é longo, esse tempo é árduo, esse tempo é difícil entre fazer autorreconhecimento e ter a titularidade da terra. Então há, na verdade, que se trabalhar tanto esse autorreconhecimento como a titularidade das terras. É um longo período, com tensionamentos, e precisamos trabalhar com programas de apoio às vítimas, defensores de direitos humanos, lideranças, ativistas, com os que são perseguidos com acusação ou com ameaças de morte por parte daqueles que se dizem proprietários daquelas terras.

A gente mexe também com isso. Requer um trabalho social de fortalecimento identitário, dentro

dos meios urbanos também, quantos de nossa juventude não querem se identificar com negros e negras e indígenas, porque nunca foi bom nesse país você se autoafirmar negro e negra. Quando você vê uma criança dizer com toda alegria que ela é quilombola, que é negra, que é indígena, que é cigana, tenha certeza de que tem processo de empoderamento, porque dentro desse discurso liberal de que todos nós somos iguais perante a Lei, que existe a igualdade, a liberdade e a fraternidade, você não vai entender. Então a gente diz: 'Ah, esse negro é que é preconceituoso; ele não foi socializado dentro de uma bolha, ele tem influência da sociedade abrangente; se a sociedade abrangente é racista, é homofóbica, com certeza isso está dentro dos processos de socialização, seja primário dentro da família ou secundário de mais espaço'.

É preciso entender e fazer a tipificação de serviço e de ações a partir dessas demandas específicas, que considerar os povos de terreiro, as religiões de matrizes africanas que constituíram desde sempre as famílias de santo e algumas pessoas não consideravam, diziam assim: 'Não, isso aí não é família, esse negócio não é família, não'. Porque a família não está no laço da consanguinidade para eles, mas está no pertencimento religioso, na figura das ialorixás, das mães de santo, e isso tem que ser mapeado, têm que serem feitos a análise de situação e o diagnóstico para entender que essas pessoas têm seu próprio dinamismo, elas não estão esperando para viver suas práticas cotidianas. No dia que os técnicos, no dia que a Política de Assistência lá chegar, quando chegamos como gestores, como trabalhadores, temos que interpretar a maneira de viver dos usuários dos nossos serviços, porque eles têm a maneira de viver e sobreviver.

As comunidades ciganas… precisamos também entender as suas especificidades. Tivemos um primeiro encontro de ciganos no Nordeste em agosto de 2015, a Carta de Souza, puxado pelo estado da Paraíba, mas outros estados do Nordeste estiveram presentes. De acordo com o Censo do IBGE de 2010, o Brasil tem cerca de 800 mil ciganos distribuídos em 291 cidades, sendo mais de 1.500 na Paraíba – está lá na plenária Nordeste 1 –, mas é interessante que está na nossa região e isso dá uma dinamicidade, uma especificidade para entender a região Nordeste com os diferentes povos e maneiras de ser e de sobreviver. A população cigana no Nordeste em grande parte não possui registro civil; consequentemente, tem dificuldade para ter acesso aos programas governamentais, as redes públicas de saúde, educação e outros serviços.

A Carta Aberta dos Povos Ciganos no Nordeste elaborada em 2015 teve por objetivo garantir o acesso às políticas públicas, o exercício da cidadania plena, a proteção e preservação de sua tradição e cultura. O eixo que eles reivindicam na carta é da sua garantia e da sua identidade a partir da sua autoafirmação, a proteção e preservação de uma cultura cigana, a saúde específica

para eles, a educação, o trabalho, a habitação e a cidadania, e a ruptura com os estereótipos construídos historicamente dessas populações invisíveis. A sugestão também é a implementação do Dia do Cigano como Feriado Nacional.

Vamos agora abordar os dados na dimensão do gênero. O Mapa da Violência nos traz a grande preocupação dos homicídios contra as mulheres e a incidência de maior homicídio com as mulheres negras. Temos aí a dimensão do sexismo, a força do patriarcado, acrescida ao racismo. Entre 2003 e 2013 a taxa de homicídio de mulheres negras no Brasil aumentou 19.5%, enquanto a taxa de homicídio contra as mulheres brancas caiu 11.9. Por isso precisamos trabalhar as diferenças e analisá-las minuciosamente. Não é que as mulheres brancas não estejam também sendo mortas, mas existem diferenças, existe o racismo.

Temos ainda práticas de trabalho escravo – 'negros só na cozinha do RU, Restaurante Universitário'. Toda uma discussão em torno das cotas, porque dizem que as cotas trazem o preconceito, que vai trazer a guerra, mas já existe, ocorre que a gente não quer falar. Há 10 anos, apenas 2% da população negra estava na universidade; hoje esse número é bem maior, mas aí vai ter confusão. Vai, então vamos pautar o debate de forma sincera, não vamos esconder, porque se você esconder os grupos historicamente, vão continuar excluídos. Precisamos enfrentar o preconceito, a primeira forma de sair e combater o racismo é assumir que ele existe, porque assumindo que ele existe nós vamos pensar, e as cotas, só tem cotas? Não, vamos pensar que tem mais, se você não gosta de cota me apresente outra alternativa e vamos pensar técnicas. Nós temos inteligência para poder pensar, o que não dá certo é não mexer, é deixar as coisas todas nos mesmos lugares. Toda vez que a gente faz uma ação que desequilibra historicamente 500 anos, vamos ter a repulsa, vamos ter a resistência e vamos ter o tensionamento.

Mas não podemos ter harmonia em torno de uma mentira, em torno de desigualdades gritantes, de mortes, desse extermínio da juventude negra, da forma como a juventude negra é abordada pela polícia. Quem é negro, quem é indígena, quem é cigano, quem é quilombola sabe o que eu estou dizendo. A forma como a mídia veicula o racismo… lembram de um quadro do programa da Rede Globo, o Zorra Total? Teve vários processos e nunca tirou o quadro do ar. Eu acho que se o quadro não existe mais é porque ele saiu mesmo, mas não tinha processo nenhum que conseguisse tirar essa imagem de mulher negra, fétida, desonesta. Ela é esteticamente fétida, ela é feia, mas ela é instituída de uma ética e de uma moralidade. Foi isso historicamente que disseram dessas comunidades tradicionais e dessas populações ciganas, indígenas, negras que nós

não temos ética, que nós não temos moralidade e isso está posto.

De que forma será que estamos atendendo essas pessoas, de que forma essas pessoas chegam para acessar serviços no nosso território? Precisamos pensar sobre isso e tivemos boa parte da inteligência brasileira reafirmando esse lugar de que somos destituídos de uma ética para o trabalho, de que não queremos trabalhar, de que queremos um Bolsa Família para ficar deitado dentro de casa eternamente e não lutar. Foi isso que disseram dessas populações historicamente discriminadas. Então, precisamos ressignificar e ver, com a forma crítica, como que essa dinâmica territorial está posta com essas populações?

Outra questão: existe a homofobia. Nós temos uma sociedade homofóbica. Nós temos que também respeitar que o corpo é nosso e eu posso chegar e dizer: esse corpo é meu, ninguém toca, eu estou dizendo que eu sou lésbica, ou eu sou gay, eu sou trans, e temos que respeitar as pessoas na sua orientação, na sua sexualidade. Essa autoafirmação… deixemos de ter esse moralismo e essa maneira dura de querer dar identidade ao outro, pois quem dita a minha identidade sou eu, eu sei onde eu estou, eu sei o que eu sou. 'Ah, mas na minha graduação, por exemplo, eu não vi nada disso, Zelma! Acho até legal, mas eu não vi.' Pois vamos estudar, pois se a gente não viu na formação inicial vai ter que ver na capacitação continuada, que necessariamente deverá falar sobre isso. Não é mais desculpa dizer: 'Eu não sei história de África, eu não sei dos povos ciganos, eu não sei dos povos indígenas'. Pois vamos aprender. Se o texto desses profissionais requer que tu saibas disso, tu vais ter que estudar.

Eu penso também que à medida que temos as vulnerabilidades, vivemos e sobrevivemos em sinais de pobreza, de miséria, historicamente também nós resistimos. Eu não gosto de achar que nós só tivemos vulnerabilidade; temos que demarcar a vulnerabilidade para trazer as estatísticas e discutir, mas dizer da resistência, porque a resistência que faz e explica porque estamos hoje aqui, porque queremos fazer daqui uma comunidade política, porque queremos qualificar a participação. Penso que nos resta fazer, e temos feito isso, a ampliação dos espaços de controle social. Temos que ter a qualificação dessa participação, não é só estar, mas é debater, propor, diagnosticar, analisar a situação dessas populações nos devidos territórios, quem elas são, como elas vivem, como elas sobrevivem, por que sobrevivem, não podemos achar que as pessoas só vão viver no dia em que o SUAS chegar lá. Pelo amor de Deus! Elas já vivem e que bom que vivem, que bom que elas têm a dinâmica, e os assistentes sociais e os psicólogos do CRAS têm que entender qual a dinâmica daquele território.

Aí vem alguém e diz assim: 'Não, Zelma, mas é porque esse povo é difícil, pense num povo difícil,

Zelma. Eita povo difícil para a gente fazer o trabalho! Mulher, pois não é que eu fiz uma reunião tão bonita, minha reunião de segunda-feira ou sexta-feira, eu fiz a reunião, sabe? Aí eu fiz uns circos, Zelma, eu fiz mosquitinho, andei de casa a casa e você acredita que foram duas pessoinhas?' Mas o que essas pessoas fazem nesse horário? Porque se essas pessoas têm as religiões de matrizes africanas e tem a chamada Gira, quem é das religiões sabe o que eu falo, ela já está há não sei quantas décadas em Pagira, ela não vai para a reunião do CRAS, não, ela vai para aquilo que já tem historicamente cimentado, que é do contexto dela. É preciso mapear quantas igrejas evangélicas, quantas igrejas católicas, quantas roças, terreiros das religiões de matrizes africanas, umbanda, candomblé ou que receba o nome diferenciado nessa extensão territorial nossa, mas precisamos saber o substrato, como eles vivem e sobrevivem para, a partir daquilo, poder ter o projeto técnico de intervenção, de como é que vai ganhando força com o que eles já fazem. Isso é que é a metodologia do trabalho com família, e que temos contribuído com o MDS e me coloco à disposição também, como estudiosa da família, para continuarmos a propor.

Temos que saber que o trabalho é em rede, que requer considerar a intersetorialidade e a transversalidade das políticas públicas, o mapeamento das potencialidades criativas e produtivas, e que não se pode chegar, por exemplo, com a proposta de inclusão produtiva já pronta, mas que é preciso pensar no que essas pessoas fazem ou fizeram naquela sua história. É por uma outra lente que precisamos enxergar, apostando na potencialidade dessas populações, entendendo ela de dentro, entrando, sabendo, estudando, analisando como é que elas vivem e sobrevivem.

As mulheres negras em novembro marcharam e nessa marcha elas vêm dizendo: 'Sabe por que nós estamos marchando? Porque nós queremos mostrar para a sociedade e mostrar para o Estado brasileiro que nós sabemos, nós queremos dizer o que nós passamos como demanda, mas também as soluções para as políticas públicas'. Isso quer dizer que não é só denúncia não, é denúncia e propositura, e é isso que precisamos entender. E a juventude? A juventude indígena, a juventude negra, a juventude cigana está dizendo o quê? Não podemos pensar esse jovem só como um ser destituído, precisamos entender suas potencialidades, porque a partir daí o trazemos para nosso âmbito.

Eu digo assim porque eu me coloco como trabalhadora também – desculpa quando eu estou chamando e trazendo para a nossa a política –, porque estou me incluindo como trabalhadora. Podemos pensar essas políticas, pensar projetos interventivos. Temos a experiência das mulheres, quantas mulheres do nosso território vieram para Brasília? Ou mesmo que não vieram, mas fizeram parte do Comitê Impulsionador dentro do seu território e marcharam lá, marcharam no

Ceará, marcharam no Maranhão, no Rio Grande do Norte, no Piauí. Eu sou do Piauí, estou em Fortaleza há mais de 20 anos, mas sou do Piauí. Então temos a experiência das mulheres negras que marcharam e disseram por que marcharam. Fizeram denúncia, mas também apresentaram soluções. E a Marcha das Mulheres Negras contra o racismo, contra a violência e pelo bem viver. Então o que elas reivindicavam? Direito à vida, à liberdade, a promoção pela igualdade racial, educação, a justiça. Temos as mulheres de terreiro que abriram a marcha, mulheres que têm resistido historicamente e que temos que respeitar, não é só tolerar as religiões de matrizes africanas, é respeitar as religiões como forma de religação com o plano divino, que é também uma possibilidade, como também são os evangélicos, e que temos as mulheres pastoras, as mulheres católicas, as mulheres espíritas, as mulheres de todas as religiões que precisam ser respeitadas e a forma como elas se vinculam ao território e podem contribuir para a resistência.

Há também a questão dos marcos legais para poder pensar o enfrentamento ao racismo para as populações indígenas, para as populações ciganas, para a população negra, para a população quilombola. Existe todo um marco legal que precisamos procurar e entender, como o Estatuto da Igualdade Racial, a Lei nº 10.639 que está em atraso, a Lei nº 11.645, entender a Lei das Cotas, como funciona nas universidades públicas e nas universidades federais. A Convenção nº 169 da OIT [Organização Internacional do Trabalho] prevê, só para saber, que não podemos entrar nas aldeias indígenas, nas comunidades ciganas, quilombolas ou mesmo em outras dessas comunidades tradicionais sem contar, sem autorização dos seus membros para participar da consulta, do diálogo, do atendimento. Assim, precisamos dialogar, interpretar como entrada das políticas públicas nessas comunidades e propor um trabalho conjunto. Pronto, termino aqui e obrigada, vamos conversar.

Prioridades aprovadas nas plenárias regionais Nordeste 1 e 2, encaminhadas para a plenária final:

Ampliar e garantir o cofinanciamento e a cobertura dos serviços, programas e projetos nas áreas rurais, no enfrentamento das situações de desproteções, mapeando as situações que necessitam de cuidados mais urgentes e extremos, especialmente no atendimento nas áreas mais vulneráveis como semiárido, áreas de barragens e impactadas por grandes projetos.
Garantir e ampliar o cofinanciamento e a cobertura dos serviços, programas e projetos e benefícios no enfrentamento das situações de desproteções, com ênfase no fator “seca” no semiárido nordestino, na perspectiva de valorização do potencial das famílias com equivalência na área rural e urbana e comunidades tradicionais, ribeirinhas, indígenas, quilombolas, ciganas, comunidades de terreiro, pessoas com deficiência, LGBT, entre outras, considerando as especificidades de cada região do pais
Garantir e exigir a acessibilidade e materiais em braile em todos os espaços da Assistência Social, em conformidade com a Lei Federal 10.098/2000 e o Decreto Federal 5.296/2004, bem como garantir e inserir como trabalhadores do SUAS os profissionais em libras.

Garantir o cofinanciamento dos serviços por parte dos estados, além de ampliar o cofinanciamento federal existente, de forma a universalizar as proteções sociais a todos os municípios brasileiros.
Implantar, implementar, cofinanciar e garantir a manutenção de CRAS e CREAS itinerante nas áreas rurais, ribeirinhas, novos aglomerados habitacionais, ciganos, marisqueiros, pescadores, populações do semiárido, povos de terreiro, indígena e outras comunidades, ofertando lanchas e equipes volantes.
Qualificar os profissionais no que diz respeito às normativas, metodologias e especificidades dos usuários (LGBTT, negros, quilombolas, indígenas, pescadores, extrativistas, ciganos, ribeirinhos, pessoas com deficiência, idosos, população de rua, comunidades tradicionais e de terreiros, adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa, entre outros) ressignificando o trabalho social com famílias.
Regulamentar a lei de repasse de recursos financeiros arrecadados no pré-sal, garantindo a aplicação destes recursos na política pública de Assistência Social para os entes federados, vinculados ao cumprimento das metas do pacto de aprimoramento da gestão.
Desenvolver projetos, a partir de diagnóstico em cada comunidade, de qualificação para o trabalho (que contribuam com a identidade cultural dos povos) e acesso à renda para os povos indígenas.
Reconhecer o semiárido nordestino como fator “Nordeste”, garantindo o cofinanciamento de serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais para este fim, articulando as demais políticas públicas.

REGIÃO NORTE

Coordenador:

Carlos Maciel

Convidados:

Joaquina Barata Teixeira

Edval Bernardino Campos

Sra. Joaquina Barata Teixeira – Universidade Federal do Pará – "Bom dia, e o meu respeito aos que compareceram à plenária da região Norte. Cumprimento autoridades do MDS, conselheiros, gestores, delegados, pessoas convidadas, pessoal de apoio. Cumprimento e agradeço aos companheiros de mesa, Professor Edval, Professor Carlos Maciel. Agradeço a Márcia Lopes que me trouxe aqui para trabalhar com todos da nossa região.

A região Norte cuja análise devemos processar aqui sob a ótica do SUAS com a contribuição de todos e todas. Nós apenas vamos dar o ponto de partida. Como todos sabem, é a maior região do Brasil em dimensão territorial, 45,5%. Sua composição envolve os sete estados cujos representantes estão aqui presentes: Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins. Abordar a região Norte num evento como este nos obriga a não situá-la *stricto senso* nas fronteiras de um mapa cartográfico, como este que intitulamos região Norte com os seus sete estados, entre os quais dois são de grande extensão territorial, mas nos impõe situá-la em sua dimensão relacional, tanto no que toca às suas questões sociais, quanto ao seu território, para o qual envolve mais duas cartografias convencionadas no âmbito da geografia – a da Amazônia Legal que abriga mais de dois estados da federação, e a da Pan-Amazônia onde se situam sete países vizinhos de fronteira, com similitudes e diversidades: Colômbia, Venezuela, Suriname, Guiana Francesa, Guiana, Peru e Bolívia.

A população da região Norte, a área e o número de habitantes segundo o IBGE estão assim distribuídos: o Acre, com uma área de 152.581.388 quilômetros quadrados, 776.463 habitantes; Amapá com uma área de 142.814.585, com população de 734.995; Amazonas com uma área de 1.570.745.680 e população de 3.807.923 habitantes; o Pará é menor do que o Amazonas, com 1.247.689.515, população de 7.969.655 habitantes; Rondônia tem 237.576.167 de área e população de 1.728.214; Roraima com uma área de 224.298.980 e população de 488.072, e Tocantins com uma área de 277.620.914 e população de 1.427.827. Todos totalizam 16.953.149,

quase 17 milhões de habitantes. O Pará é o mais populoso da região, mas não o melhor no Índice de Progresso Social (IPS), que é o indicador criado recentemente e, segundo os pesquisadores da Amazônia, também vem sendo usado para representar a situação social das populações no mundo. Vejamos como os estados se situam por ordem do IPS. Tocantins está em cima com 59,46, depois Rondônia com 59,21 e Amapá é o terceiro com 56,80. Pará é o quarto com 55,40. Amazonas é o quinto com 54,92, Roraima é o sexto com 54,38 e Acre com 54,09. Então é uma região reconhecidamente com grande diversidade em relação às demais regiões brasileiras, e também com diversidades internas, quer do ponto de vista de suas áreas, quer da quantidade de suas populações, quer do ponto de vista cultural, quer do ponto de vista do território, o que leva alguns pesquisadores a falar em 'Amazônias', no plural. É a maior região que abriga a maior quantidade e pluralidades de etnias indígenas do país. Todos os seus estados possuem grupos étnicos diversificados e grande concentração de quilombolas conforme demonstra o mapa. Vejam lá a distribuição de quilombolas na região, que até me surpreendeu porque eu não supunha que a região tivesse a maior quantidade de territórios quilombolas. E vejam lá no mapa: então é nesse território, às vezes independentemente de fronteiras, que transitam e circulam diferentes situações e questões que articulam na mesma raiz a questão social e a questão ambiental na Amazônia. E que desafiam nossas políticas públicas e nossa capacidade de intercâmbio e diplomacia para o enfrentamento do que ali acontece. Eu vou situar apenas algumas questões: o tráfico de drogas com a cooptação de jovens e adolescentes. Pasmem com o que eu vou dizer: em um dos municípios da região Norte o traficante de drogas é o filho do prefeito; o tráfico humano de mulheres e crianças e, pasmem mais uma vez, em um município da região Norte, em outro município da região Norte, eclodiu o escândalo de um prefeito pedófilo; a saída ilegal da madeira saqueada e devastada da Floresta Amazônica, e o contrabando de mercadorias. O trânsito do trabalho escravo, o trânsito do trabalho infantil. O conflito que é mais do que um conflito, é uma guerra, em torno dos territórios de ocupação das populações tradicionais, especialmente indígenas, quilombolas e agricultores herdeiros das culturas originais. E a tendência, a concentração nas periferias urbanas das populações expulsas do campo, onde explode a violência e a rebeldia despolitizada. Infratores matando policiais e vice-versa, policiais matando infratores. Tudo isso parece ganhar mais visibilidade e sobrepor-se com sua força deletéria subsumindo e ocultando o que tem a Amazônia de extraordinário, de mais belo, de mais rico, ou seja, sua fantástica biomassa com a maior riqueza florestal do mundo, fonte de descobertas científicas que estão por serem desvendadas. No campo da farmacologia, da cura de doenças, da fabricação de óleos, perfumes, doces, entre outras. E cujos segredos do processo de fabricação os índios

conhecem mais do que nós. Segundo, seu imenso manancial de água potável, com seus rios navegáveis de grande extensão e de grande limpidez, alguns já sofrendo a contaminação e poluição por parte da exploração transnacional do minério. E principalmente seu maior reduto de etnias, com suas pluralidades linguísticas, diversidades culturais, suas artes, seu conhecimento da biosfera e sua relação harmoniosa com a natureza que é uma lição para o mundo de sustentabilidade.

Não se pode falar em região Norte no Brasil também sem referir que a maioria de suas questões resulta das determinações de uma ordem social econômica e social injusta, que chegou à região e ao país com a colonização, desde a colonização, com seus crimes violentos, suas doenças europeias que dizimaram etnias indígenas. Ordem que militarizou o poder do capital com uma ditadura, cuja visão truculenta, distorcida e cega diante do diferente, do singular e do diverso, acabou substituindo na região o caminho dos rios por horríveis estradas mal construídas. Ordem que tem hoje seus representantes no Congresso Nacional, e que estão muito assanhados para retomar o poder e continuar avançando com suas políticas neoliberais. Políticas que são favorecedoras do latifúndio, dos enclaves transacionais e que alimentam o processo de separação de agricultores da terra na região amazônica. Tudo isso sem falar nos seus ciclos de crise pontuais e agora permanentes.

Foi no rastro dessa investida e descaso que foram intensificadas na Amazônia as determinações dessa ordem. Ou seja, escassez onde antes havia a fartura, poluição onde antes havia a limpidez, devastação onde antes havia a preservação. A abordagem da questão social, a questão indígena e a questão dos povos tradicionais na Amazônia de interesse do SUAS precisam ser vistas também em sua dimensão relacional. Porque não há pobreza sem uma relação com a riqueza, e o que sai de riqueza da Amazônia para outros países tem valores gastronômicos. Não há exploração do trabalho e devastação ambiental sem uma relação com o capital, não há desproteção que possa ser analisada sem uma crítica pesada e contundente ao reinado do capital parasitário.

Eu li recentemente uma entrevista na *Isto É* acusando os beneficiários do Bolsa Família de parasitas. Parasita é o capital financeiro que nada produz que se possa comer, beber ou vestir, mas cujos lucros extrapolam todos os limites de uma decência social, que a constituição de 88 quer assegurar. Por tudo isso, a construção de prioridades para a região Norte extrapola responsabilidades do MDS, ou dos CRAS e dos CREAS. As prioridades cobram mais do que uma intersetorialidade no plano das secretarias estaduais. Cobram a integração de ações interministeriais, com força política necessária para transformar o estado republicano no Brasil

verdadeiramente em um estado social e em um estado pluriétnico, comungando com o avanço das teorias do pluralismo político no campo da Ciência do Direito, para as quais o direito produzido pelo estado republicano não é o único direito, mas, sobretudo avanços em dispositivos constitucionais.

O SUAS tem que ser uma referência nesse avanço, e tem que dar concretude ao que já está assegurado no plano legal, e tem que forçar a barra, porque muitas unidades da federação ainda estão presas a velhas concepções que alimentam o assistencialismo e colocam as etnias no interior da noção genérica de povo, tornando-as invisíveis em suas particularidades. E expostas a estigmas e preconceitos que ainda perduram no Brasil e no mundo. É do interesse da região Norte que o SUAS assuma, como prioridade, os indígenas, quilombolas e outros povos tradicionais como sujeitos de direitos diferenciados em suas ações. Sabe-se hoje que a categoria populações tradicionais que se referia mais a indígenas e quilombolas sofreu deslocamentos no seu significado desde a Constituição. E hoje ela é acionada também para designar outros sujeitos com existência coletiva, a maioria vivendo na Amazônia. Essa categoria passou a incorporar o critério não só natural, mas político, organizativo e uma diversidade de situações específicas. Tem-se como exemplo os seringueiros, os garimpeiros, as quebradeiras de coco de babaçu, os ribeirinhos, os castanheiros e os pescadores.

Nesses grupos, indígenas, quilombolas e seringueiros ganharam visibilidade como formações que enfrentam a luta em defesa do território ocupado e do meio ambiente. É célebre no mundo a luta do seringueiro Chico Mendes em Xapuri que ensejou a sua morte em 88. São muitos os eventos de violência contra indígenas e quilombolas. Quem esquece o ato bárbaro de jovens racistas daqui da elite brasiliense que queimaram vivo o indígena Galdino? A despeito da mobilização desses sujeitos coletivos não ter diminuído, há entraves políticos e impasses burocráticos administrativos que procrastinam a efetivação do seu pleno reconhecimento, principalmente quanto à garantia dos territórios que é a base de sua autonomia. Sabemos que mesmo as terras homologadas dos indígenas e tituladas dos quilombolas, cujo usufruto foi assegurado constitucionalmente, não têm segurança na região, porque sofrem o intenso processo de intrusão por parte de mineradoras, minerodutos, hidrelétricas e por parte dos violentos e reacionários madeireiros e fazendeiros do Brasil, que estão lá na Amazônia, e que pagam milícias particulares para expropriar pela força, para assassinar, intimidar e calar.

Todos sabem que em 2013 uma liderança quilombola foi assassinada no Pará, e em 2014 uma liderança ambientalista e uma liderança indígena também foram assassinadas. É preciso dizer que

algumas das ações para o âmbito da região Norte estão, sim, carregadas de equívocos, ou enfrentam sérias dificuldades de implementação por três razões que se constituem desafios ao trabalho de proteção social. A primeira razão por não serem operacionalizadas, considerando os distintos paradigmas culturais dos diferentes grupos da região, balizadas no conhecimento das diferentes formações sociais, das diferentes culturas. A segunda razão dá-se por não promoverem um diálogo entre o saber profissional acadêmico, científico, e o saber das etnias da região, que também acumularam mais de 10 mil anos de conhecimento dos ecossistemas amazônicos e de respeito à natureza. A terceira razão: por não haver uma convergência das políticas sociais com a mais importante delas, qual é a mais importante? A defesa e proteção dos territórios de ocupação e trabalho, de agricultores, de populações caboclas, indígenas, quilombolas, o território é a base fundamental para a autonomia desses grupos.

É por tudo isso que agrupamos em três blocos os enfrentamentos na região Norte, que devem ser processados nas prioridades do SUAS e nas políticas de Estado. O primeiro e mais duro já falei, e que repercute sobre os demais, é o da expropriação e intrusão nos territórios. O segundo é o da expropriação da propriedade intelectual de suas tecnologias e saberes no campo dos medicamentos, do manejo da floresta, dos alimentos, produtos oleaginosos, perfumes e conhecimento da biodiversidade. Empresas europeias já patentearam a fabricação de perfumes com base no conhecimento indígena. Vocês lembram de uma história há algum tempo de que os japoneses iam patentear o processamento do açaí? Então, o chocolate já foi patenteado há tempos por outros países.

O terceiro enfrentamento foi destacado pelo antropólogo Alfredo Wagner e diz respeito a políticas sociais inadequadas no campo da saúde, no campo da educação, no campo da habitação e da assistência social. Sobre isso ele diz o seguinte: ‘Essas políticas destinadas aos pobres, carentes, excluídos, de baixa renda, ou o que é mais comum, vulneráveis, instrumentalizam-se de forma inadequada para a abordagem das etnias indígenas e populações tradicionais’. Por quê? Porque detonam o princípio étnico da coletividade, ferem o paradigma cultural e individualizam pessoas em detrimento do grupo ou da etnia. Que outras ações prioritárias a região Norte requer para o trabalho de proteção social? Dá para mapear algumas hipóteses. Primeiro, fugir da padronização que iguala o atendimento às populações da região Norte ao da realidade urbana do Centro-Sul. É necessário um rigoroso conhecimento das especificidades regionais, as quais envolvem diversidades étnicas e diferentes universos culturais. Para quê? Para uma identificação tanto dos espaços de potencialidades, quanto de possíveis ameaças à reprodução das famílias. O SUAS tem

que incluir entre suas perspectivas não só a identificação da falta de seguranças sociais, mas também os espaços de potencialidades que todas as regiões têm. E esse trabalho no caso da região Norte requer uma complexa instrumentalidade no campo teórico, técnico e ético político. Segunda hipótese: no trabalho com as etnias é imperioso que elas sejam ouvidas sobre suas próprias dificuldades, necessidades e forças. O diálogo étnico tem sido nulo nas políticas de Estado, e os profissionais de todas as áreas, exceto os da antropologia estão despreparados para essa relação interétnica.

Outra sugestão de prioridade que ousamos reproduzir aqui vem da proposta de lideranças indígenas da região: transformar o Bolsa Família em bolsa aldeia para que os recursos sejam investidos em projetos coletivos. O Bolsa Família com seu encaminhamento individualizado, como eu disse, viola valores e práticas milenares de coletividade e de socialização. Quarto: incluir representações indígenas e quilombolas nos conselhos de Assistência Social. Finalizo com a confiança de que este fórum possa aprovar avanços na política de proteção social. Que o poder público em todos os âmbitos – Legislativo, Executivo e Judiciário – avance no reconhecimento das especificidades da região Norte, no reconhecimento da necessidade de proteção de suas riquezas materiais e imateriais, entre elas as ricas culturas das populações tradicionais.

Diversidade é diferente de desigualdade; a diversidade é para ser celebrada, a desigualdade é para ser combatida. Por isso concordamos com os que propõem derrubarmos o castelo de nossa pseudoautossuficiência e superioridade cultural para comungar com as populações tradicionais da região Norte, o sonho da igualdade na diferença, e com os indígenas o sonho de uma terra sem males, onde haja lugares sem guerras, sem terrorismo, sem bombas atômicas, sem racismo de espécie alguma, sem dominação de classe, sem tragédias ambientais e sociais. Lugares tão maravilhosamente acolhedores, pacíficos e silenciosos, como disse o indígena Seathl: “Não há lugar onde se possa ouvir o desabrochar da folhagem na primavera, ou o tinir das asas de um inseto”. Muito obrigada.

Sr. Carlos Maciel – “Obrigado, professora Joaquina pela sua exposição carregada e eivada não só de uma capacidade analítica profunda, mas principalmente de um sentimento regional, de um sentimento de reconhecimento da importância dessa diversidade na região Norte.”

Sr. Edval Bernardino Campos – Universidade Federal do Pará – “Bom dia. Gostaria de

cumprimentar a mesa, parabenizar a professora Joaquina e dizer do meu orgulho de ser contemporâneo das suas reflexões. A professora Joaquina consegue em suas análises combinar profundidade de análise, rigidez científica e suavidade poética, que torna o texto superagradável, como também a sua fala. Quero cumprimentar os delegados, cumprimentar a ex-ministra Márcia, dizer da alegria de poder contar com a sua prestigiosa interlocução, cumprimentar a todos os demais participantes dessa conferência.

No início aqui dos trabalhos houve uma manifestação da Amazônia regional, Amazônia ocidental etc. Acho que a gente precisa ter cuidado com as metodologias, e eu estou aqui apenas fazendo uma observação, porque o Brasil é uma República Federativa organizada em torno de estados e municípios. E desde os anos 50, do ponto de vista geopolítico, os estados organizaram regiões para poder estabelecer interlocuções com o poder central. Por isso que nós temos cinco regiões que não têm nenhuma autoridade institucional para representar, mas uma legitimidade política como um fator de congregação de interesse de vários estados. Ora, se essa organização é o que permitiu e tem permitido uma interlocução melhor no processo de distribuição de recursos, é preciso ter toda cautela para que não estimule metodologias que possam enfraquecer. Por isso que a gente precisa compreender o Norte na sua integralidade de sete estados. Melhor seria se fosse Amazônia Legal. Claro que isso daria um poder de representatividade muito maior. Mas essa é uma metodologia que dificulta acertos no campo geopolítico. Isso não é questão menor.

A Amazônia brasileira não pode ser caracterizada como região pobre. Caracterizar a região amazônica como pobre, oculta de um lado as suas imensuráveis riquezas naturais – florestas, mananciais, recursos minerais, biodiversidades –, como uma área estratégica em recursos do ponto de vista internacional, para além da Pan-Amazônia. A Amazônia é cobiçada pelo grande capital, e não é pelo encanto das suas florestas, é pela reserva de riquezas que existe. Caracterizar a Amazônia como a região pobre, por outro lado, ocultaria ou dissimularia as desigualdades sociais como produtos de opções históricas, de opções sociais e políticas, porque compreendendo como pobre é natural que a grande maioria possa ter uma condição de vida abaixo da média. Mas isso não é natural, as desigualdades são produtos de opções políticas e precisam ser problematizadas para poder adquirir o status de questão social. Ou seja, de desnaturalização das desigualdades socialmente produzidas. A Amazônia tem sido em escala crescente objeto de cobiça e de exploração desenfreada por parte de interesses poderosos externos em prejuízo das opções dos seus residentes. Trata-se de um processo secular cujo produto histórico é a inscrição da Amazônia no ranking dos piores indicadores sociais do Brasil. Nós temos a impressão de que é o Nordeste, e

não é. A Amazônia foi incorporada de uma forma subalterna a uma estratégia de desenvolvimento nacional econômico que já é subordinada a uma diretriz de desenvolvimento econômico internacional. Ou seja, nós somos dependentes de uma estratégia dependente, por isso que a Amazônia é tratada com tanto desdém pelas autoridades que governam o país. Isso precisa ser problematizado. Essa região com 450 municípios e concentra 8% apenas dos municípios brasileiros. Mas vejam, desses 450, 36 integram o ranking dos municípios com o pior IDHM do Brasil. Dos 100, 36 estão na nossa região, representando 8% dos nossos municípios. Os demais são do Nordeste, mas proporcionalmente representam 0,36 dos municípios nordestinos. Então nós temos que compreender isso, entender essa proporcionalidade que nos coloca numa condição preocupante.

Esta situação social pode ser muito pior quando consideramos que a região Amazônica e o Norte é a que tem o maior percentual de população não urbana do Brasil – e tradicionalmente essa população é precariamente alcançada, senão invisível nas pesquisas e estatísticas oficiais. É possível que nossa condição de desigualdade seja ainda mais profunda, mas a nossa região, como diz a professora Joaquina, tem como marca, como característica central, a pluralidade étnica. O que nos coloca desafios gigantescos para pensar políticas para a região e em particular política de Assistência Social, sobretudo se consideramos como eixos objetivos estruturantes a territorialidade e a matricialidade familiar. Pensar um plano estratégico decenal para a região a partir da perspectiva da assistência social exige, em primeiro lugar, uma adequada tradução da realidade regional, e depois a definição de prioridades e diretrizes consentâneas às demandas regionais e às demandas de atenção às necessidades sociais.

Somos uma região economicamente muito rica em recursos reais e potenciais, e ao mesmo tempo com populações em profunda situação de pobreza e desproteção social. Somos uma região com a qual o Brasil tem uma enorme dívida secular, uma dívida social e é necessário saldá-la. Nós não podemos esperar muito. Somos uma região na qual as vastidões territoriais impõem custos diferenciados aos produtos de mercados e também aos processos de gestão, não tem por que compartilhar recursos para a região adotando os critérios que são aplicados para as outras regiões do país – isso é um diferencial fundamental. Nós temos o maior número de municípios por região na fronteira internacional: 10% dos nossos municípios estão na fronteira internacional, não é qualquer demanda, não é qualquer particularidade, porque aí a qualidade, a natureza do trabalho é muito diferente, é preciso decifrar antes que seja devorado. 60% dos municípios são de pequeno porte, e quando nós somamos pequeno porte 1 e 2 isso chega a 86%. Sabe o que é que significa

isso? 86% dos municípios não dispõem de orçamento próprio para ter iniciativa política, precisam necessariamente do posicionamento cooperativo de uma federação cooperativa. Porque se for uma federação egoísta, que não tenha como princípio a solidariedade federativa, estaremos condenados a um sofrimento maior. Esse é um problema crucial para nós, a defesa da federação cooperativa. Que desafios podem ser assumidos para o próximo milênio na próxima região, no próximo decênio? Primeiro eu penso que nós precisamos adotar algumas cautelas metodológicas para aprimorar o processo de proposição de ideias. Definir prioridades por porte de municípios e por grupos de municípios com características assemelhadas é uma questão crucial. Porque senão nós vamos ter um retrato idealizado da região, sem compreender sua heterogeneidade. Nós temos um Norte que é igual ao Brasil, e temos um Norte que é totalmente diferente. Então nós temos que compreender essas particularidades do ponto de vista metodológico, do contrário nós vamos propor prioridades que podem ter aplicação em uma região e não ter aplicação em outro.

Vale lembrar que as duas principais regiões metropolitanas do Norte, congregadas em torno de Manaus e Belém, apresentam o pior IDH de todas as regiões do Brasil. Ou seja, são regiões metropolitanas que concentram algo em torno de 35% da população com condições de vida precárias para a maioria da população. É preciso indicar as prioridades para os municípios de pequeno porte onde predomina o trabalho não estável, a infraestrutura mais precária e onde predomina, sobretudo, as práticas de gestão doméstica e o assistencialismo. Nós temos um compromisso muito sério, para afirmar o paradigma da assistência social como direito com os municípios de pequeno porte. Lá onde as relações são mais domésticas, onde o poder do prefeito se dá na relação direta com o cidadão, com o usuário e com o servidor, corroendo os fundamentos da vida republicana.

Precisamos compreender que as regiões metropolitanas apresentam demandas que são transmunicipais e, portanto, nós precisamos defender a evolução do planejamento para essas regiões para além do município, é preciso pensar a região metropolitana como uma geopolítica específica, porque as fronteiras dos municípios são inalcançáveis, e as pessoas transitam nesses municípios agregando formas de sobrevivência em que muitas vezes se abrigam num lugar e improvisam a sobrevivência em outro totalmente diferente. Como alcançar a pessoa do município A, se 70% do seu tempo está no município B? É preciso pensar a região metropolitana como estratégia; isso impõe o compromisso da intersetorialidade no planejamento das ações públicas, o que não é simples. Porque não é simples, porque nós somos uma sociedade em que o poder executivo em todos os níveis guarda muito forte a herança monárquica. E cada governante tem a

compulsão de um pequeno rei, eleito, tem dificuldade de dialogar com a sociedade, nós precisamos retomar isso.

Quais são as proposições que eu gostaria de apresentar rapidamente para poder não escapar desses 15 minutos que eu combinei aqui com a mesa? Primeiro precisamos alcançar, nesse plano decenal, 100% do cofinanciamento dos estados da região. Hoje apenas 17% dos estados praticam o cofinanciamento, isso precisa ser uma deliberação da conferência. O cofinanciamento é regra, mas a atitude do cofinanciamento resultará de pressão política, e nós precisamos definir isso como uma demanda. Segundo, precisamos profissionalizar a gestão da proteção especial em 100%, com equipes completas e concursadas. Não dá para tratar demandas desta magnitude improvisando trabalho, improvisando intervenções. Essas equipes precisam ser completas, precisam ser qualificadas e precisam ser do quadro, como um corpo permanente a serviço dos interesses e as necessidades da sociedade. Precisamos construir equipes multiprofissionais e unidades especiais em todos os municípios com presenças de populações quilombolas e povos indígenas. Eu estou chamando unidades especiais porque considero rigorosamente inadequado a ideia do CRAS e de CREAS conforme concebemos para essas localidades. Precisamos estudar as formas desse atendimento, porque a lógica aqui estrutura essas sociedades, e a Joaquina já destacou, é uma lógica diferente da lógica que estrutura a sociedade urbana industrial brasileira.

Portanto, não podemos usar a mesma metodologia, nem o mesmo equipamento, é preciso pensar em unidades especiais. Nós precisamos assegurar o planejamento estratégico e cooperativo entre as regiões metropolitanas; precisamos investir na construção de, no mínimo, 50% da infraestrutura para o funcionamento das unidades do SUAS. Nós temos hoje um processo de gestão muito caro, e parte disso é pelo aluguel de unidades sem qualidades, para atender a interesses políticos locais e econômicos. E nós precisamos adotar uma diretriz com, no mínimo, 50% das unidades construídas como patrimônio do município, e não como recurso utilizado para patrimônios particulares. Casas que são alugadas no bairro por um valor, quando alugadas para unidade pública o aluguel é três ou quatro vezes superior; isso onera a gestão, e nós aceitamos esse processo de corrupção administrativa legitimada. É preciso combater. Nós precisamos regular os benefícios eventuais em 100% dos municípios sob pena de não assegurar o direito do cidadão. Não podemos deixar a cargo do prefeito ou do gestor municipal a vontade, o desejo e o tempo para instituir os mecanismos que asseguram o direito. Temos que investir nisso, e aqui os conselhos têm papel fundamental; não havendo a adesão dos prefeitos por meio dos processos políticos, não tem outro caminho. O Ministério Público precisa judicializar para que o cidadão seja

acolhido e respeitado naquilo que a legislação lhe atribui como direito. Nós precisamos assegurar infraestrutura, recursos e pessoal adequado para o funcionamento dos Conselhos Municipais de Assistência Social. Não haverá controle social enquanto o conselho e a sua estrutura couber na bolsa da primeira-dama; o conselho é uma unidade de poder, e como unidade de poder, a exemplo da câmara de vereadores, precisa dispor de infraestrutura e de meios para funcionamento regular. O conselho não é uma concessão, o conselho é uma conquista dessa sociedade que nós estamos construindo. E nós precisamos avançar neste processo para que essa sociedade seja a sociedade democrática que o Brasil precisa e que a Constituição já reconhece. Nós precisamos assegurar o planejamento e a gestão intersetorial, principalmente entre a política de assistência, de saúde e de educação para enfrentar demandas relacionadas aos programas de distribuição de renda e ao cumprimento das medidas socioeducativas. Esses programas, se não forem agregados com estratégias que assegurem novas aquisições sociais, sobretudo o programa de distribuição de renda, poderá se converter em um assistencialismo de cartão magnético; distribuição de renda em si mesmo não resolve o problema – é um mecanismo para soerguer as pessoas a outros patamares de vida social.

Mas esse trabalho não resultará exclusivamente da vontade e da orientação subjetiva dos técnicos, precisa de recursos. É preciso investimento, quando os empresários querem ampliar os seus negócios, eles não vão no Sebrae, eles vão no Banco do Brasil, na Caixa Econômica e no BNDES. Só se consegue empreendimentos emancipatórios com recursos, e nós estamos trabalhando na assistência a empreendimentos emancipatórios com orientação subjetiva. Precisamos dar um passo adiante, precisamos da orientação, mas precisamos de meios para que projetos alternativos sejam possíveis. Do jeito que está, não é possível. Precisamos garantir a aquisição e apoio financeiro para uso e manutenção de meios de transportes adequados para as demandas regionais. Esse negócio de só ter transporte não resolve, você manda uma lancha para o município, e a manutenção da lancha é mais cara do que o gabinete do prefeito. É preciso ter recursos. Ora, se eu quero assegurar a mobilidade, se eu quero assegurar as condições para que a gestão alcance os usuários nos seus diferentes lugares, é preciso ter meios, não só de transporte, mas meios de manutenção e de operacionalização dos transportes. Alguns ônibus escolares não funcionam porque a prefeitura não tem como manter o ônibus. Se quebrar uma peça não tem como corrigir. Conceber o plano decenal de Assistência Social nos impõe olhar para o futuro com coragem, ousadia e espírito transformador. Por isso temos um desafio que é indeclinável: precisamos investir na organização sociopolítica dos usuários da Assistência Social.

Enquanto os usuários não se constituírem em corpos políticos, em organizações representativas de coletivos, não tenham dúvidas, serão assistidos, não cidadãos, e é preciso fazer essa transformação, é preciso organizar beneficiário do BPC, do Bolsa Família, populações atendidas nos PAIFs, nós precisamos transformar os nossos CRAS não apenas em centros de referência, mas em centros de referência e de articulação, por isso que nós precisamos instituir comissões territoriais de controle social a partir dos CRAS, para que a população aprenda a arte do controle da ação governamental, a partir do microespaço para depois interferir no macroespaço.

Não se forma cidadão por obra e graça do divino acontecimento, é preciso investir, é preciso ter vontade política, é preciso ter diretriz. Uma sociedade socialmente justa, fundada no ideal de dignidade da pessoa humana não será produto do acaso, depende das opções que nós vamos fazer agora e das lutas que nós vamos ter para cumprir o plano decenal. Eu acho que o SUAS já avançou muito, diria que é a política pública que mais evoluiu, mas nós estamos desafiados a produzir mais. E nós sabemos que há uma orientação metodológica para isso, quem nos ensina é o poeta de Barreirinha, Tiago de Melo: "Quem sabe aonde quer chegar, escolhe o caminho certo e o jeito de caminhar". Muito obrigado!"

Prioridades aprovadas na plenária regional, encaminhadas para a plenária final:

Considerar o fator amazônico e a grande extensão territorial no critério populacional para implantar CRAS e CREAS e demais equipamentos públicos.
Garantir a aquisição de meios de transporte terrestre e fluvial adequados à realidade local (ribeirinho, indígena, quilombola, rural e outros).
Garantir o cofinanciamento do Governo Federal, a partir da revisão da LOAS, Estadual e municipal, destinado à gestão, aos serviços ofertados e aos benefícios eventuais na Assistência Social, de acordo com as necessidades e especificidades regionais e locais, considerando o fator amazônico.
Instituir rede de combate do uso de drogas, tráfico de pessoas e exploração sexual em parceria com Sistema de Garantia de Direito e demais políticas públicas incluindo as diversidades municipais.
Integração e fortalecimento das redes de atenção aos direitos dos(as) migrantes nacionais e estrangeiros(as), independentemente da entrada e do status jurídico, implantando, implementando e qualificando serviços na proteção básica e especializada, visando atenção integral aos(as), migrantes e as populações locais tradicionais, especialmente as pessoas em situação de tráfico, de refúgio, resgatadas do trabalho escravo e em situação de rua.
Pactuar a nova escala de porte de município com desagregação dos intervalos populacionais, a partir do proposto na PNAS 2004 compreendendo as especificidades e diversidade dos municípios brasileiros.
Propor alteração constitucional na definição do percentual de no mínimo 10% da receita corrente líquida no orçamento geral da União, estados e municípios para o financiamento do SUAS.

Realizar qualificação das equipes fixas e volantes sobre o trabalho ofertado às famílias de comunidades tradicionais.

REGIÃO SUDESTE

Coordenadora:
Abigail Torres

Convidadas:
Rosilene Cristina Rocha
Dirce Harue Ueno Koga

Sra. Dirce Harue Ueno Koga – "O fato de a gente estar aqui, enquanto a região Sudeste é um marco importante de aproximação da conferência para as diversidades e especificidades que nós temos nesse grande país… Que bom que estamos juntos; acho que nós estamos vivendo um momento em que precisamos dessa unidade regional e ao mesmo tempo uma unidade de propósito do nosso de país. Eu gostaria de lembrar que nós tivemos antes da Política Nacional de Assistência Social de 2005, a Política Nacional de 1999 que trazia para nós um retrato do Brasil nas cinco regiões. Um retrato que, naquele momento, era um retrato regionalizado, ainda de forma homogênea, que não expressava as diversidades e ainda as especificidades do nosso país. Em 2005, pela primeira vez nós tivemos uma Política Nacional que vai trazer na sua primeira parte a diversidade dos municípios brasileiros. Então, as regiões são, em 2005, uma expressão da diversidade e das especificidades. Hoje dos 5570 municípios… eu gostaria de demarcar bem isso, porque é uma sinalização em uma nova direção de enxergar a assistência social. A partir não só do seu público-alvo, mas também do lugar onde esse público vive, isso faz muita diferença. Eu acho que essa é uma virada importante da Assistência Social, e não há como negar que isso faz parte de um novo projeto de país que nós inauguramos em 2003, com o governo Lula. À época, nós tivemos a ministra Benedita, logo em seguida o Ministro Patrus Ananias, uma nova perspectiva de país em que a assistência social de fato vai fincar uma visão na qual o município entra em cena de fato. O nosso desafio para daqui a dez anos é justamente não perder essa diversidade, essas especificidades e ao mesmo tempo buscar a unidade socioterritorial.

Eu queria partilhar com vocês três pontos de partida. De fato, eles são só ponto de partida para a gente caminhar e contribuir nesse processo dessa plenária regional. São reflexões, são estudos que vão se basear no Documento do SUAS 10. Vocês vão poder encontrar essas informações um pouco desagregadas, e a gente vai tentar focar na região Sudeste, mas sempre tendo a perspectiva do país e desse país continental que eu acho que é importante. Então, são esses três pontos que eu pretendo aqui trabalhar: primeiro, a diversidade que a Política Nacional de Assistência Social

inaugura. A primeira política que vai distribuir o país em cinco grandes polos populacionais. O IBGE até então reconhece apenas três portes de cidades: pequeno, médio e grande. É a Política Nacional de Assistência Social que vai então reconhecer os pequenos na sua multiplicidade, por isso tem pequeno porte 1, pequeno; porte 2, médio; grande e a metrópole. E aqui a gente vê [no mapa apresentado na tela]… onde está azul é onde temos os municípios pequenos. Então aqui vamos ver dois estados cuja marca é a presença dos municípios pequenos, que são justamente os dois estados com maior número de municípios, Minas Gerais e São Paulo.

Interessante a gente perceber na nossa região como o azul predomina, em municípios de pequeno porte. Eu queria lembrar que, para além dos portes, a gente precisa reconhecer que um município, não é porque ele tem cinco mil habitantes e o outro tem mil é que eles são iguais. O porte é só uma das características que a gente tem, e tem outras características que a gente precisa levar em conta para começar a pensar socioterritorialmente a assistência social no Brasil. Então, algumas características, por exemplo, densidade e rarefação, tudo isso, essas características que nos ensina o geógrafo Milton Santos, que eu tenho como uma referência, uma referência importante, uma referência que hoje contribui muito para o nosso debate aqui da Assistência Social. Outro geógrafo que contribuiu para esse nosso estudo e que também tem uma referência como Milton Santos, mas estuda hoje, especialmente, a ruralidade brasileira e nós vamos tratar disso, porque entre as prioridades da região Sudeste, o que mais apareceu foi a demanda por priorizar as áreas rurais. Realmente isso faz muito sentido, esse geógrafo chama Jean Bitoun, é um francês que está radicado em Pernambuco já há muitos anos.

O Milton Santos vai falar, por exemplo, (i) de densidade e rarefação. O que é isto? Nós temos cidades aqui no Brasil com população reduzida, mas o território onde está situada é muito grande. Então, um município de cinco mil habitantes, mas cuja população está espalhada em um território muito grande, é diferente de uma população que tem cinco mil habitantes e tem uma área pequena, portanto, com uma alta concentração. (ii) Rapidez e lentidão, é interessante ver que os lugares têm tempo diferente. A gente vai a um lugar e acha que o tempo passa mais rápido, vai em outro parece que o tempo passa mais devagar. Milton Santos dizia que a mudança está nos homens lentos, dentro de uma cidade que tem ritmo forte, como em uma metrópole, como Rio, Belo Horizonte, Vitória, São Paulo, a gente tem um ritmo alucinante, mas dentro desse ritmo a gente vai ter homens lentos, homens que não conseguem acompanhar esse ritmo e uma dessas populações é justamente a população em situação de rua, que anda a pé pela cidade, que não faz uso daquele outro ritmo. Nós temos (iii) rugosidades. Todos os territórios nossos, nós como aqui

territórios do Brasil nós temos heranças, heranças políticas, heranças culturais, portanto, a gente se faz território não só pelas nossas características naturais, mas também pelo uso que a gente faz desse território, pela produção que existe nesse território. Os territórios são constantemente produzidos e reproduzidos e isso vai dando rugas para o nosso território. Há territórios mais (iv) jovens no país, há território mais jovem em Minas, em São Paulo, e tem território mais velho em Minas, São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo. Rio de Janeiro é um dos territórios mais velhos que a gente tem, do ponto de vista da sua ocupação. É diferente um Rio de Janeiro mais velho de uma cidade do próprio Rio de Janeiro mais jovem. Tem características diferentes.

E aqui a gente começa a entrar um pouquinho nessas especificidades em que a gente pega os municípios com até vinte mil habitantes que são todos esses que estão manchados no país, e quando a gente começa a olhar para dentro deles de dois mil até vinte mil, a gente vai encontrar municípios de dois mil habitantes, de três mil habitantes, de cinco mil, até chegar nos vinte mil, são vários portes dentro dos pequenos e é por isso que nesse documento existe uma proposta de a gente trabalhar com mais divisão dentro de cada porte, para reconhecer também esses municípios, porque simplesmente esses municípios com até vinte mil habitantes correspondem a 70% do total de cidades do Brasil. Então, não é desprezível. Ao mesmo tempo, a gente vai ter metrópoles como São Paulo e Rio de Janeiro, Belo Horizonte, onde nós vamos ter mais de vinte por centro de toda a população do país. Então, é um grande quebra-cabeça que a gente tem na mão, nós como trabalhadores, técnicos, gestores da política de assistência social. Como a gente vai lidar com essa diversidade de cidades? E aqui é muito pequeno o número, mas é a distribuição nos estados brasileiros em que Minas Gerais e São Paulo são aqueles estados em que a gente vai ter uma forte presença de municípios de pequeno porte.

Fica no estado do Rio de Janeiro São João de Meriti, na Baixada Fluminense, considerado o município de maior densidade populacional. Isso significa treze mil pessoas em São João do Meriti por quilômetro quadrado. O que é fazer proteção social em São João de Meriti, onde em cada quilômetro tem uma cidade de pequeno porte 1? É isso aqui [mapa apresentado na tela] São João de Meriti. Só tem cinza, isso significa que só tem gente, não sobrou uma arvorezinha de tanta gente em São João do Meriti, não é São Paulo. São Paulo é a cidade com maior número de habitantes, mas não é a mais densa, por incrível que pareça, o povo de São João de Meriti vive muito mais apertado do que o povo que vive em São Paulo e no próprio Rio.

Aqui está o mapa em que existe essa proposta no livro SUAS 10, essa maior desagregação dos portes populacionais. Aqui, por exemplo, Espírito Santo, onde está em tom de verde e amarelo,

onde é município pequeno. Então vejam [mapa apresentado na tela] que no Espírito Santo há quase um meio a meio entre município pequeno, município médio e município grande. Isso aqui [mapa apresentado na tela] é Minas Gerais. Minas Gerais só tem município pequenininho, oitocentos e cinquenta e três municípios, a grande maioria deles muito pequeno, por isso que a gente tem aqui pequeno 1-A, B, quase que o alfabeto inteiro de pequeno, mas ali a gente está propondo outros portes. Agora, vejam, [mapa apresentado na tela] que incrível, o estado do Rio de Janeiro. O estado do Rio de Janeiro são os dois únicos estados do país em que o predomínio é de municípios de médio para grande. Rio de Janeiro e Pará. No Rio de Janeiro a predominância é de município grande. Vejam isso na mesma região Sudeste. Pensar o Sudeste vai ser um desafio para nós aqui. Como que a gente pensa prioridade para essa região que tem Minas Gerais e Rio de Janeiro com configurações populacionais muito diferentes, dinâmicas muito diferentes? E São Paulo, onde nos 645 municípios do estado, predominam os municípios pequenos.

Aqui uma característica do que a professora Aldaíza falou na mesa do Balanço do SUAS e que é interessante nós levarmos em consideração, que é a configuração natural dos nossos biomas. A gente precisa levar em consideração a natureza. A natureza faz parte da nossa vivência, quando a gente fala de degradação da natureza significa que também estamos fazendo a degradação humana que vive nessa natureza, então não dá para a gente dissociar bioma, ambiente, questão ambiental da questão social, a gente precisa reconhecer também essas diversidades. Então, por exemplo, no Espírito Santo a gente reconhece uma zona costeira e ao mesmo tempo uma região metropolitana. Uma zona costeira e uma zona não costeira, Espírito Santo não é só praia, como não é só montanha. Como Minas Gerais, que não tem praia – lamentavelmente não tem praia –, mas tem um semiárido que faz parte do norte de Minas. Esse pedaço de Minas é mais parecido com a Bahia do que com o resto de Minas, mas é Minas. Então como vamos reconhecer também na região Sudeste essas diferenças ambientais. O Rio de Janeiro, zona costeira também, mas também não é só zona costeira – o piscinão que o diga. Espírito Santo, dos lagos, tem região dos lagos, por exemplo.

Aqui [mapa apresentado na tela] estão os povos tradicionais que moram no nosso território, e aqui a gente pegou o IBGE e tentou identificar os extrativistas, ciganos, ribeirinhos, indígenas – em alguns lugares estão esses quatro presentes, alguns têm duas comunidades presentes. E aqui, pegando o Espírito Santo, a gente vai ver que tem a presença desde ciganos, alguns ribeirinhos ali, na zona costeira, como também a gente vai ter ciganos, ribeirinhos e quilombolas ao longo do Espírito Santo. Faltaram os índios? Eu lembro que ali na parte norte do Espírito Santo a Aracruz

nasce de um conflito indígena muito forte. O povo continua bem briguento lá, ainda bem, porque tem que resistir. Aqui [mapa apresentado na tela], Minas Gerais, também com uma forte presença de grupos e comunidades tradicionais em que a gente vai ter quilombolas, indígenas, ciganos, extrativistas, e lugares em que a gente vai ter presença de dois ou três grupos juntos nesses municípios. No oeste de Minas, o vermelhinho indica ribeirinhos, ciganos. Aqui [mapa apresentado na tela], o Rio de Janeiro tem uma população indígena em Parati, em Angra. Ali a gente vai ter também ciganos, ribeirinhos, quilombolas, indígena. Tem dois pontos vermelhos, tem ribeirinho e cigano. Aqui [mapa apresentado na tela] São Paulo, vocês vejam que há população indígena em São Paulo, inclusive na cidade de São Paulo a gente tem população indígena. Também extrativista, ciganos, ribeirinhos, além da população indígena. Aqui [mapa apresentado na tela] é a densidade populacional no Brasil, o vermelho é muita gente concentrada, cidades com uma altíssima densidade populacional, é muita gente morando no mesmo espaço. Nas beiradas onde começou o povoamento do Brasil é que a gente concentra mais população morando. Minas Gerais: parece que o norte de Minas é uma coisa e o sul é outra. A concentração da população, a densidade populacional está mais ao sul. No Rio de Janeiro [mapa apresentado na tela] há uma altíssima densidade e aqui [mapa apresentado na tela] São Paulo, a concentração da população é mais ao leste do que a oeste. O estado de São Paulo tem uma altíssima concentração na região metropolitana e também na área do litoral. Tem 26 tipos de ruralidade segundo aquele estudo do Jean Bitoun. Pela primeira vez a gente tem um estudo reconhecendo a diversidade de ruralidade e aí vai fazer um alerta importante para a política de assistência social. Ele vai dizer: Cuidado para não fazer o rural como se ele fosse o contrário do urbano, tendo o urbano como referência. Quando a gente estiver falando de cidade, a gente vai falar de urbano e rural juntos. Cada qual com as suas especificidades; o rural não é contrário de urbano. Urbano é urbano, rural é rural, certo? Por isso ele vai falar de ruralidades.

Aqui no SUAS 10 a gente identificou a concentração de população morando em área rural [mapa apresentado na tela] – é onde está em azul. Apesar de nós sermos um país com 90% de urbanização, temos alta concentração de gente morando em área rural. Olha aqui [mapa apresentado na tela], no Espírito Santo onde está azul é a concentração de população rural. Olha [mapa apresentado na tela] Minas Gerais, a alta concentração de população rural. Olha [mapa apresentado na tela] o estado de São Paulo, vocês vejam então que São Paulo, reconhecida como capital, tem uma grande concentração, e aqui a gente tem o mapa do Brasil mostrando o Brasil do Jean Bitoun, na sua heterogeneidade de rural e urbano, onde ele vai classificar, por exemplo, o

município que é essencialmente rural e isolado, essencialmente rural e próximo da sede, isolado em relação à sede e também municípios que são predominantemente rurais isolados, predominantemente rurais e próximos. E aquelas manchinhas vermelhas [mapa apresentado na tela] que são de áreas metropolitanas e capitais regionais. Isso aqui é o retrato dos municípios do Brasil que são essencialmente rurais e isolados, e esse é um grande desafio para a proteção social na Assistência Social. Como a gente chega nessas comunidades, nessas populações isoladas?

Aqui [mapa apresentado na tela] está o INSS, as agências do INSS. Aqui a gente vai ver como o INSS está onde há gente, que acha que há concentração de gente, ou então não tem concentração de gente, não tem INSS, e é onde as pessoas mais precisam do INSS, e é longe. Eu trouxe isso e depois vocês podem ver aí como a população do Norte e Nordeste, não que o Sudeste não tenha, mas isso a gente tem que levar em conta. E por isso que nós estamos na luta para que o Benefício de Prestação Continuada seja administrado não mais pelo INSS, mas pela Política de Assistência Social. Nós temos muito mais CRAS do que agência de INSS. Aqui [mapa apresentado na tela] é a concentração de número de CRAS. Onde está em azul é onde a gente tem de um a dois CRAS, e onde está em vermelho é onde a gente tem mais CRAS.

No Espírito Santo e Minas Gerais existe cobertura de, pelo menos, um CRAS em todos os municípios. No Rio de Janeiro, vejam [mapa apresentado na tela] como a quantidade de CRAS está de acordo com a população. Aqui [mapa apresentado na tela], o estado de São Paulo. E aqui [mapa apresentado na tela] os números de CREAS por microrregião, porque o CREAS não é um serviço que precisa estar necessariamente em cada um dos municípios. É outra discussão para a gente pensar. Aqui [mapa apresentado na tela], no Espírito Santo a gente mostra, onde está em vermelho mais CREAS, onde está em azul menos CREAS. Aqui também em Minas Gerais, onde se concentra na área metropolitana de Belo Horizonte, aqui também no Rio de Janeiro onde a gente tem mais CREAS e aqui também na área metropolitana de São Paulo, alta concentração de CREAS.

Eu só queria terminar dizendo o seguinte: para pensar em região, a gente precisa considerar que, apesar de todos esses mapas, ainda há mapas vazios, isto é, situações que ainda não foram mapeadas; há situações que a gente já mapeou, mas continua invisível e vocês sabem quem são os invisíveis. Há um território que ainda não foi mapeado, continua invisível e que é um grande desafio para nós: os territórios de vivência, aqueles que têm o ‘sangue quente’. Aquilo que a gente só vai conseguir capturar a partir do cotidiano do nosso trabalho. E, por isso, eu acho que é para a gente pensar região na assistência social, não a partir só da localização, dos potinhos no mapa. Como dizia a Luziele Tapajós ontem: a gente tem que partir do ‘lugar quente’, do lugar onde tem

vida, porque ali está o segredo e onde a gente vai descobrir o que nos une. Nesse emaranhado de coisas não são os pontinhos no mapa é aquilo que a gente vivencia no dia a dia. Eu posso estar no estado de São Paulo, como acontece com Barretos, e a área rural de Barretos está mais próxima de Frutal, que fica no estado de Minas Gerais. E, aí, então, Barretos, na área rural, não pode cessar os serviços de Frutal porque é São Paulo e lá é Minas Gerais. Acho que a gente precisa superar essa visão administrativa de território e partir para pensar a região a partir das vivências que nós temos no nosso trabalho, no nosso cotidiano com a população."

Rosilene Cristina Rocha – Secretária de Estado Adjunta em Minas Gerais – "Eu havia preparado uma apresentação para pontuar alguns desafios que nós temos para o sistema para os próximos anos, pensando em médio e curto prazo, pensando que essa conferência também tem que dar diretrizes até 2016. E, aí, depois da fala da professora, é impressionante que ela mesmo, com esse tanto de mapa, faz a gente perceber e entender tudo com uma clareza gigantesca.

Eu queria fazer uma introdução brevíssima. Nós somos de uma região que exige muito, e eu acho isso bom, felizmente, mas também acho, como disse a professora, nós não podemos esquecer do tanto de coisa que a gente fez num período curtíssimo de tempo. É um sistema novo, a gente tem uma capilaridade gigantesca. Sempre que encontro um médico lá de Minas falo assim: O SUS tenta colocar um psicólogo em cada cidade do Brasil ligado ao setor de saúde, nunca conseguiu e vocês, em um período muito mais curto, têm praticamente pelo menos um. Então nós temos que lembrar disso para poder impulsionar; já fizemos muita coisa. Avançamos no atendimento, estão gritando para publicizar os direitos, e a gente tem sempre que se lembrar disso, sem deixar para trás esses desafios novos que se apresentam no cotidiano do nosso atendimento. Nesse trabalho maravilhoso que elas produziram na PUC e que a professora Dirce Koga apresentou há um bocado de informação que a gente vai ter que ficar estudando um bom tempo.

Queria lembrar que é um momento de luta política, e nós estamos em um processo conservador no Brasil. Não podemos esquecer-nos disso, senão ficamos aqui dentro discutindo direitos, e lá no Congresso estão cassando direitos. Nós temos que equilibrar as duas coisas, temos que fazer enfrentamentos políticos.

Uma coisa que a gente repete vendo a propaganda, mas não atina com os dados e informações que a Dirce foi falando: a gente diz que quem sustenta, quem põe comida na mesa do Brasil é a agricultura familiar, porque a grande agricultura produz grãos e vende. Se a gente está dizendo

isso, quer dizer que boa parte do nosso povo está morando lá no sítio e lá se produz. É a agricultura familiar. E a gente foi tomando decisões que foram colocando o urbano e as grandes regiões metropolitanas no centro de nossas decisões e do rumo das políticas da assistência e de outras tantas outras, mas aqui, no caso da assistência, isso foi importante em determinado momento e continua sendo. A gente foi deixando para trás alguns públicos importantes.

Então, no caso da questão da agricultura, a área rural é um dos primeiros desafios que a gente encontrou em Minas Gerais, que tem 30% da população caracterizada como rural. Isso é o que a prefeitura, o governo local diz, que o IBGE usa como fonte. Mais de 50% da nossa pobreza, da pobreza extrema está no campo, ou seja, nós andamos e largamos o povo do campo para trás. Não é à toa que isso mostra o compromisso e o bom trabalho que o sistema está fazendo.

No Sudeste, as propostas prioritárias estão voltadas para o campo, porque nós temos que enfrentar uma desproteção que nós, lamentavelmente, viemos também aprofundando por falta de capacidade do sistema, por falta de financiamento do sistema, por falta de gente lá no campo, e por mil motivos, isso é só uma constatação, eu não tenho nenhuma avaliação de juízo. Essa é uma questão importante para a gente começar a construir uma identidade de região, o que nunca fizemos no SUAS. Quem às vezes faz uma avaliação é o Colegiado de Gestores Municipais, o CONGEMAS que faz encontros regionais. Só que essa ideia da construção de uma identidade regional a gente começa a fazer com mais consistência neste momento. A questão, por exemplo, de migrantes e apátridas, é um tema importante em São Paulo, fortíssimo em Minas. Se a gente combina o jogo, uma boa recepção no aeroporto do Rio de Janeiro e de São Paulo ajuda muito. Eu não sei como está a situação no Espírito Santo, mas, por exemplo, nós estamos colocando uma recepção no aeroporto de Confins. As pessoas saem literalmente andando pela BR até chegar a Belo Horizonte; nós descobrimos cinco mil haitianos, a meia hora de Belo Horizonte, vivendo em condições absolutamente absurdas de pobreza. Então, nós temos temas comuns e podemos nos ajudar, fazer gestão e melhorar, inclusive, resolutividade, eficiência, eficácia etc.

Tenho uma lista de temas, não vou falar sobre todos, mas é só para dizer a vocês como a gente precisa de fato construir e enfrentar alguns problemas juntos, os estados e municípios do Sudeste, com acompanhamento, financiamento, estudos que o Ministério pode proporcionar para a gente ter mais resultado.

Outra coisa para a qual eu queria chamar a atenção é o tema do pacto federativo. Ele está com a força que está nesta conferência porque temos que admitir um problema. Se a gente não admitir, nunca vai superá-lo. Historicamente, no sistema é a ausência do nível estadual no SUAS, sobre

todos os aspectos. Não estou dizendo aqui que não houve avanços; alguns estados avançaram mais e outros menos, mas, na média, os municípios e a União vêm fazendo muito mais o seu papel no sistema do que os estados. Então, esse debate do pacto federativo tem que botar uma cunha do que foi até agora e do que será para frente. Ou nós dos estados assumimos de fato que é preciso financiar mais, preparar-se para financiar e acompanhar os municípios. Não estou falando nada que não esteja na política de assistência social, só que essa dificuldade não é só política. Isso seria reduzir o debate. Ela é uma dificuldade histórica, porque constitucionalmente os estados têm um papel mais nebuloso. Todo mundo aqui já sabe; só que isso não pode servir de desculpa. Alguns estados já implantaram, por exemplo, a alta complexidade de maneira direta, com servidores seus, enfrentando o sistema de justiça, com uma parceria com o sistema de justiça; alguns estados, não; alguns estados passam para o município, outros não, ou seja, nós temos que fazer essa discussão.

Se a gente quer avançar no debate do pacto federativo, e mais, se a gente quer de fato construir uma identidade de região – porque evidentemente nasce dos municípios –, esta precisa ser coordenada, assessorada, financiada, do ponto de vista, inclusive das suas respostas, pelos estados. Essa dúvida de papel não existe, está muito bem escrita na Política Nacional e nos pactos que fizemos ao longo dos últimos anos em todas as instâncias, de gestão e de controle, CIB, CITs, Conselho Nacional etc.

Eu queria também chamar a atenção para o fato de termos 67,3%, quase 70% de municípios de pequeno porte I. Este é um desafio a mais para a gestão estadual, não é fácil. Minas Gerais sempre enfrentou esse desafio. Está ali a secretária Albanita Roberta, ela sempre dizia isso, é uma dificuldade enorme você dar conta de acompanhar 853 municípios. Nós temos que pensar saídas para isso, temos que colocar a cabeça para funcionar, e aqui é o pontapé para pensarmos em soluções de região que nos ajudem a responder problemas comuns, como o tema rural, como o tema dos imigrantes, apátridas etc.

Há pontos muito comuns nos desafios dentro dos estados, junto com os municípios e regionalmente; por exemplo, nós podemos ter metas regionais que o Sudeste em tanto tempo garanta, acompanhe e incentive, que os municípios tenham um percentual de municípios com a Lei do SUAS aprovada, ou seja, garantias das conquistas. Isso é uma forma – não a única – de resistirmos aos avanços conservadores que estamos vivendo. A gente pode também conversar sobre metas regionais neste sentido, que são típicas do Sudeste.

Finalizando, eu queria dizer que a gente tem que construir esse SUAS rumo a 2026 no conjunto

dos quatro estados, que é o que a gente vai aprofundar aqui e pensar como a gente vai lidar com os riscos de homogeneidade. Não podemos tratar tudo da mesma forma. Precisamos respeitar a diversidade. Eu considero que a proposta de ter portes distintos é fundamental, especialmente quando se fala em enfrentar a questão do campo, da pobreza rural. Os problemas do campo, a distância, a questão da identidade, a questão do respeito – porque ao falar de dignidade humana e de direito, nós temos que pensar que na hora que estou fazendo o desenho da intervenção, do atendimento, como eu garanto que ali eu tenho respeito à dignidade humana e à diversidade.

Para além de termos a questão dos portes, um avanço rumo a 2026, acho que nós temos que os territórios com suas distinções, municípios que são mais rurais, municípios rurais em si, quilombolas, indígenas etc. Ou seja, temos que trabalhar com porte e especificidades. Fazer um programa, um serviço, qualquer uma das ofertas do sistema, sem colocar, na hora que eu estiver desenhando os critérios de atendimento, por exemplo, a questão de gênero, raça, não estou fazendo nada do que estamos discutindo, nem de respeito aos direitos humanos, nem a garantia à diversidade. Ou isso desce ao ponto em que as intervenções são desenhadas, municípios, estados e União, nessa ordem, ou a gente vai daqui a dez anos enfrentar um problema parecido com esse diagnóstico atual. Nós fizemos muita coisa boa, mas vejam a pobreza, nas ribeirinhas, nas indígenas, por exemplo, nem sei se é possível fazer uma propositura nesse sentido, porte e essas especificidades.

Então é preciso dividir portes e considerar as características: municípios que são predominantemente quilombolas – a gente tem quilombo urbano, rural, mas a gente sabe que quilombo rural tem predominância maior, também tem uma distinção. Não dá para atender a um quilombo urbano, como se ali fosse região metropolitana, como se tivesse características urbanas, há uma distinção. Nós estamos penando para fazer o desenho da intervenção para regionalizar para Proteção Social Especial de alta complexidade, para abrir os CREAS regionais. São questões que a gente está se colocando. Como é que a gente faz ao implementar o corte de gênero, a questão de indígenas, por exemplo, nós temos que contratar urgente um antropólogo. São coisas que nós temos que trabalhar, porque senão, daqui a dez anos nós falaremos que avançamos muito e esquecemos disso.”

Prioridades aprovadas na plenária regional, encaminhadas para a plenária final:

Ampliar e garantir apoio técnico, cofinanciamento e ações de formação e capacitação, pelos entes federados, de forma contínua, para a execução de serviços, benefícios, programas e projetos socioassistenciais.

Ampliar o cofinanciamento compartilhado pelos três entes para a garantia da ampliação do CRAS, para o acesso da população em situação de vulnerabilidade e de risco social nas áreas rurais e de grande extensão; equipes volantes e infraestrutura necessária para garantir o atendimento às especificidades desse seguimento, incluindo as populações indígenas, quilombolas, assentamentos, mananciais e outras comunidades tradicionais e garantir transporte específico para acesso aos serviços, programas e projetos socioassistenciais.
Implantar serviços regionalizados de alta complexidade a partir da execução do Estado com cofinanciamento estadual e federal, considerando as demandas municipais.
Incluir nas orientações técnicas e metodológicas dos serviços formas específicas para oferecer o atendimento que assegure a atenção às especificidades de público e diversidades territoriais como: Zona Urbana, Zona Rural, área de proteção indígena, assentamentos, população cigana, quilombola, comunidades tradicionais, com temas relacionados ao ciclo de vida, gênero, localização geográfica, deficiência, orientação sexual, identidade de gênero, questões étnico-raciais e problemas oriundos de questões ambientais.
Mobilizar os usuários do SUAS e a população em geral através de campanhas, fóruns e afins, visando garantir o empoderamento político e a efetiva participação da população.
Pactuar nova escala de porte de municípios com desagregação dos intervalos populacionais, a partir do proposto na PNAS/2004, compreendendo as especificidades e diversidades dos municípios brasileiros.
Rever a NOB-RH, considerando a composição das equipes de referência das unidades e dos serviços, a instalação das mesas de gestão do trabalho nas três esferas (incluindo o PCCS do SUAS, jornada de trabalho de 30 horas), a PNEP e a instalação dos núcleos de Educação Permanente nas três esferas.
Garantir o cofinanciamento nas três esferas para construir unidades da rede socioassistencial, com infraestrutura e acessibilidade adequadas à especificidade do território com provisões de equipamentos e transporte.

PLENÁRIA REGIÃO SUL

Coordenadora:
Maria Rosa Castilhos

Convidadas:
Lúcia Cortes da Costa
Jucimeri Isolda Silveira

Relatoras:
Maria Eunice Malcarne Bernat – Assistente Social – Santa Catarina
Iraci Andrade – Assistente Social – Santa Catarina.
Sandra Regina Nishimura – Assistente Social do Paraná

A plenária teve início com a coordenadora esclarecendo a metodologia que incluía a exposição pelos palestrantes, com foco na realidade da região Sul, o debate e a escolha das prioridades, considerando as especificidades regionais. No caso específico da região Sul, foi possível a proposição de até seis prioridades novas, em razão do fato de que dois de seus estados não haviam encaminhado ao CNAS as respectivas deliberações. Isto posto, deu-se início às exposições que iluminaram as deliberações posteriores.

Sra. Lúcia Cortes da Costa – Universidade Federal de Ponta Grossa – Paraná – **"**Bom dia a todos e a todas. Bom dia, meu nome é Lúcia, eu trabalho na Universidade Estadual de Ponta Grossa, no Paraná, e a minha tarefa aqui, junto com a Jucimeri, é questionar alguns aspectos desse nosso processo de consolidação do SUAS. Primeiro eu quero agradecer – é um enorme prazer participar hoje dessa Conferência e, junto com a nossa região Sul, poder problematizar algumas questões.

A primeira questão que eu quero pontuar, e que vem imbricada com a dimensão dos direitos humanos e da cidadania, é o sentido do SUAS dentro do sistema de proteção social brasileiro. Estamos vencendo um processo de inovação da proteção social brasileira. O nosso histórico de proteção social sempre esteve vinculado ao sistema contributivo para trabalhadores; era vinculado à condição de trabalho, e não à condição de cidadania e de direitos humanos. Então, nós estamos inovando e ousando construir o Brasil a partir de 1988, com a Constituição Federal, mas, essencialmente, a partir da constituição do SUAS, de 2005 para cá, que é demarcar a

responsabilidade do Estado no atendimento ao cidadão. Esse é o sentido do SUAS, ou seja, compor o sistema de proteção social, ampliar a responsabilidade do Estado no atendimento às demandas e necessidades do cidadão, simplesmente porque ele é parte da sociedade, e não o relacionando à condição de trabalhador no sistema contributivo. Historicamente, nós tivemos uma cobertura do sistema previdenciário para mais ou menos 50, 60% da População Economicamente Ativa (PEA). Isso quer dizer que metade da população estava incluída em qualquer sistema de proteção social.

A nossa Constituição Federal inova quando constrói o conceito de seguridade social. O que é esse conceito de seguridade social? É a ideia de que todos que participam de uma sociedade devem ter assegurados direitos e cidadania que lhes permitam enfrentar situações de risco e de vulnerabilidade. É rever o papel do Estado, rever a primazia da responsabilidade do Estado na proteção social. Ninguém deve ser abandonado à própria sorte numa sociedade. A sociedade não cria condições iguais de acesso a bens, serviços ou mercado de trabalho para todos. E esse é um problema da sociedade, e não dos indivíduos. As pessoas e as famílias não podem ser abandonadas à própria sorte, ainda mais num país que tem um mercado de trabalho desestruturado, pois não temos um mercado de trabalho como os países europeus que têm um sistema de bem-estar social muito mais efetivo e amplo.

E a condição de vida das pessoas e das famílias não podem pesar sobre seus próprios ombros sem que a sociedade crie mecanismos para atender a suas demandas. Nesse sentido, há uma profunda transformação cultural, na maneira como olhamos as pessoas que precisam de proteção social. Ele não é um carimbo, não é um necessitado, ele é um cidadão. Portanto, eu tenho que reconhecer nele dignidade humana. Esse é o nosso desafio, trabalhar com o paradigma de direitos humanos e direitos de cidadania.

A população que está em situação de rua deve ser acolhida. Nós trabalhamos nos anos 80 e 90, quem foi assistente social no final dessas décadas trabalhou muito na mobilização pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), lembram disso? Tínhamos um dizer: “Rua não dá criança, a criança é da família, é da sociedade, é do estado. Não existe criança de rua, porque rua não dá criança. As crianças são nossas”. Não existe população de rua, existe cidadão desprotegido. E de quem é a responsabilidade? Esses são os enfrentamentos que nós temos que trazer.

Para isso, de 2005 para cá decidiu-se, uma decisão ousada, que o Estado tem que ter equipamento para operar como política pública. Como nós operávamos no campo da assistência, primeiro, nem política era, correto? Assistência não era política pública. Nós tínhamos a Legião Brasileira de

Assistência (LBA), que articulava uma rede filantrópica e que repassava um subsídio, uma subvenção do Estado para que prestassem o atendimento via entidades sociais, pois o Estado se ausentava da atenção direta. Isso mudou. Quando decidimos levar a sério que é responsabilidade do Estado, começamos a construir uma rede para atender às pessoas que demandam serviços da política pública de Assistência Social, e começamos a implantar os equipamentos CRAS e CREAS, correto? E que dificuldade, gente! Mesmo assim, dá para pintar aquele cantinho e só pôr a placa? Não, não dá. Não dá só para pintar o cantinho e pôr a placa, porque é para atender com dignidade. E quem vai trabalhar para atender a essa população tem que ter também a sua dignidade no espaço de trabalho, não pode ser um cantinho que nenhuma Secretaria quer e é repassado para a Assistência Social.

Outra questão que temos que rever no âmbito da região Sul, tanto no órgão gestor estadual quanto nos órgãos gestores municipais, é a visibilidade da política pública de Assistência Social, e dizer no nome do órgão que se trata de uma Política de Assistência Social. Só Santa Catarina tem essa nomenclatura no nome do órgão gestor. Vejam, quando mandamos nominar as coisas, é com o objetivo de construir sentido para as coisas. E quando não nominamos que essa é uma Política de Assistência Social não damos o sentido. Portanto, não é só uma briga pelo nome, temos que construir, inclusive no campo simbólico, o espaço dessa política dentro do sistema de proteção social brasileiro. Na esfera dos estados ainda estamos muito vinculados à política do trabalho. E aí não se cria uma identidade própria.

Porque é tão importante ter a placa do CRAS e do CREAS? Para que a população nos reconheça. Criar identidade, inclusive, simbólica. Se eu tenho direito à educação, sei muito bem qual é a secretaria que eu procuro. Sim ou não? E se eu tenho direito à Assistência Social? Como eu me saio? Então, simbolicamente também temos que construir, nominar as coisas.

O sentido do SUAS dentro do Sistema Brasileiro de Proteção Social é alargar a proteção social, reclamando o papel do Estado. E em tempos neoliberais, em tempos de ajuste, nossa missão é não aceitar precarização da Política Pública de Assistência Social. É resistir e dizer quanto mais estamos a atender as pessoas, mais estamos cumprindo nossa função. Não podemos aceitar a fragilização da política pública quase sem recursos. Por isso é muito importante uma tarefa nessa história, brigar em cada município pelos fundos destinados à assistência social, regulamentar em lei qual o percentual que temos que destinar, regulamentar em lei o que são os benefícios eventuais. Muitos municípios não têm regulamentação, e aí o que vira? Um pacotinho de entregas com um carimbo do gestor recriando práticas inglesas. Não é possível.

O benefício de prestação continuada (BPC) é de responsabilidade do Fundo Nacional de Assistência Social, e os recursos e a gestão do benefício em parceria do MDS com o INSS estão regulados. E dos benefícios eventuais, de quem é a responsabilidade? É do município e do estado. O gestor estadual deve cofinanciar, dar suporte técnico para que o município conceda os benefícios eventuais. E aí, o que são os benefícios eventuais? O que nós entendemos em cada município; qual é o debate que vai para o Conselho para dizer o que são os benefícios eventuais?

Se nós reduzirmos os benefícios eventuais a apenas auxílio-natalidade e auxílio-funeral nós estamos aquém do que a previdência social fazia com os seus segurados. Trabalhamos na região sul com situações de calamidade que precisam ser consideradas para a concessão dos benefícios eventuais. A nossa região é uma região que tem chuva excessiva em algum período do tempo, temos o Rio Grande do Sul com área de desertificação, e a população, inclusive, tem dificuldade até de acesso à água. É importante falar isso. Temos, em Santa Catarina, algumas cidades como Blumenau, que tem o problema do rio que inunda, situações inclusive que não afetam apenas os mais pobres e, para isso, nós temos que prever os benefícios eventuais, ou seja, as situações em que o estado tem que atender como cofinanciamento do município, que são demandas que também se colocam para política pública de assistência social.

E quando alargamos o escopo da nossa política, nós alargamos a compreensão de que não é política para pobre, mas uma política pública de proteção social para o cidadão e apresenta vários desafios. Um dos desafios é dar materialidade aos serviços; não basta que a população compareça aos serviços, temos que dizer o que fazemos dentro dos serviços, quais entregas conseguimos assegurar. Já conseguimos alguns avanços em termos técnicos, tirando a assistência social daquele campo do voluntariado – isso já é um avanço. Quando eu me formei em serviço social em 1988, a grande briga era que não tínhamos equipamento de política pública. Eu era funcionária do Governo Municipal, mas o equipamento era da rede filantrópica. Hoje, não, hoje nós já temos equipamentos. Só que agora nós temos que qualificar as ofertas. O que fazemos nos serviços? O nosso serviço é o registro no CadÚnico? Um encaminhamento? Ou nós temos entregas importantes dentro dos serviços?

E aí vem o debate do trabalho social. Eu só quero levantar mais uma questão, e registrar que trabalhar as políticas públicas e, particularmente, a Assistência Social é trabalhar a dimensão política de que país nós queremos. Nós temos um histórico nesse país de desigualdade absurda que se transforma num apartheid, produzindo muitos excluídos. É contra a desigualdade absurda, contra a desigualdade que fere direitos humanos e direitos de cidadania que nós temos que

trabalhar. Nós estamos mudando o país, cada um no seu espaço. Temos que levantar de manhã e dizer: 'Eu vou mudar esse país'. É isso o que nos move; é essa luta que nos traz aqui e que nos reúne. Muito obrigada."

Sra. Jucimeri Isolda Silveira – "Bom dia a todos, bom dia a todas. Depois dessa fala apaixonada da Lúcia, vamos tentar manter a mesma direção no sentido sempre de afirmar a nossa luta coletiva para construir o direito à Assistência Social no Brasil, ampliando a seguridade social. Eu vou trazer algumas questões mais objetivas para a finalidade dessa plenária. Como vamos conseguir, no estágio atual do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), garantir que as discussões que foram sendo desencadeadas durante as mesas de ontem, nos debates, e numa inovação importante – as pessoas puderam se expressar –, ainda que tivéssemos algumas queixas com relação ao limite do tempo, visto que precisamos ter regras para o funcionamento da Conferência, em razão da quantidade de participantes.

Neste espaço foi importante ver e localizar demandas, inclusive demandas que ainda não asseguram, de certo modo, a transversalidade dos direitos humanos e que nos trazem alguns sinais daquilo que nós precisamos avançar, uma vez que as políticas públicas, especialmente no nosso caso, a de Assistência Social, são expostas a graves desigualdades regionais, locais e, quando eu digo 'regionais', também incluo as marcas da desigualdade na América Latina, que na região Sul tem expressões importantes para considerarmos. Por exemplo, na realidade latino-americana, o atendimento às migrações forçadas, no caso do Paraná, e nos espaços metropolitanos, uma das demandas principais de migração, além dos haitianos, é o atendimento aos argentinos. Temos, atualmente, uma migração regional em fluxo, e não sabemos em que medida a política de Assistência Social e as demais políticas setoriais e de defesa de direitos estão dando conta dessas questões específicas na região Sul.

O SUAS avançou em escala. Hoje temos uma ampla territorialização de equipamentos, são mais de 7 mil no Brasil. A região Sul tem contribuição importante na universalização dos equipamentos, ou do acesso aos direitos socioassistenciais no Brasil. Apesar de região Sul ter uma tradição de possuir uma rede não governamental maior, um volume maior em relação às outras regiões, com exceção da região Sudeste, que sempre tem sido considerada na sua especificidade, por ser São Paulo a megalópole, e por outras características, mas a região Sul tem um importante adensamento. Eu oferto esses serviços que agora estão num processo maior, na sua unificação ao SUAS, da vinculação das entidades chamadas privadas e, apesar disso, a região Sul fez um movimento

importante no sistema. Comandou a nomenclatura e a estrutura adequada – percebe-se um movimento forte dos municípios.

Isso tem relação com a nossa tradição municipalista, principalmente no Rio Grande do Sul. E uma experiência de federalismo municipalista, que são os municípios se colocando numa relação com os estados e a União, porém numa relação mais autônoma. Então, percebemos uma organização forte da região Sul na estruturação dos serviços. Percebemos uma autonomia grande dos municípios em se organizar. E, muitas vezes, a relação com os estados fica um pouco tensa nesse aspecto. Como eu vou me colocar em relação a um Estado que monitora e "apoia", se alguns municípios já estão até à frente em termos de estruturação dos seus serviços? Isso traz para os estados um desafio grande, em ter uma supervisão mais regionalizada e fortalecida, uma relação mais cooperativa e, talvez, rever o seu papel na estruturação de alguns serviços de maior complexidade em regiões com baixa capacidade de gestão ou com baixa demanda, dada essa força que os municípios têm.

A região Sul também carrega o cofinanciamento em nível nacional. Ela tem, em estudos em execução no país, enfim, estudos do Colegiado Nacional de Gestores Municipais, que mostra que os municípios da região Sul, principalmente os do Paraná, muito contribuem para a contabilizar recursos da função assistência social no Brasil. Então, percebemos um movimento nesses anos de SUAS com os municípios. E temos aí uma tarefa importante, de priorizar as ações que fortaleçam o pacto federativo de um novo modo. Nesse sentido, trago algumas reflexões para pensar, no tempo que temos nessa manhã, as prioridades que considerem essa realidade da região Sul.

Primeiro, acho que precisamos superar, conseguir escutar a homogeneização. O importante é a matricialidade familiar, o importante é a gente organizar os serviços por referência, o que é equipamento da básica, da especial, hierarquizar esses serviços. Mas é preciso avançarmos em outros patamares, em termos da garantia da diversidade territorial, étnica, cultural e outras especificidades. Vamos garantir esse princípio da diversidade em termos territoriais, pois temos características de grande extensão territorial, principalmente no Paraná, que concentram, adensam também as situações de maior pobreza. E pensar como podemos avançar em territorialização de serviços que alcancem territórios mais dispersos, mais distantes dos grandes centros.

Em levantamento realizado em alguns estados, a característica rural aparece muito forte na região Sul, e também as especificidades que marcam as regiões metropolitanas. Especificidades socioculturais no meio rural e nas grandes cidades. Temos muitas comunidades quilombolas

isoladas, principalmente no estado do Paraná. Então, precisamos pensar em políticas específicas, ações específicas, estratégias específicas que alcancem comunidades tradicionais, indígenas, que é uma diversidade cultural do estado do Paraná, é uma identidade cultural do estado do Paraná. Estas questões devem direcionar, portanto, as expansões qualificadas e o aprimoramento do Sistema, tanto nos aspectos de gestão quanto nos de serviços.

Então, nesse sentido, é importante adotar novos critérios para analisar municípios e sua organização em termos de rede de proteção socioassistencial. Temos um descompasso entre a realidade e o desenvolvimento do SUAS. Por exemplo, os critérios de porte dos municípios. Portes de municípios não cabem mais em nossa realidade. As exigências, os requisitos para estruturar os serviços, os níveis de gestão estão em descompasso com a realidade. Precisamos priorizar a reorganização com o próprio município, líderes de gestão, para que os municípios possam planejar a estruturação nos próximos anos. Estamos pensando um SUAS para os próximos anos e, como prioridade, precisamos rever os critérios de organização dos serviços por porte, por exigências de gestão e serviço. Colocar a mão nos critérios para análise e organização dessa rede, considerando as espacialidades. Da mesma forma que fomos estimulando os CRAS para que, em alguns municípios, tivessem estratégias diferentes para atender a suas realidades, como unidades de atendimento e equipes volantes, também devemos pensar em equipes volantes no SUAS para regiões ribeirinhas e, inclusive, para as grandes cidades, e em outros critérios.

Os critérios de veículos urbanos, por exemplo. Há uma dificuldade, muitas vezes, de posicionar determinados equipamentos em alguns espaços. Então, considerando essas espacialidades desprotegidas, e como forma prioritária de fazer diagnósticos maiores do Brasil ou, senão, as áreas que não têm proteção socioassistencial, em que medidas o SUAS está pensando essas dinâmicas intraurbanas. Regiões metropolitanas que atraem muitos, por exemplo, fluxos migratórios, que exigem outro volume de serviços e que têm um adensamento populacional maior, e que precisam estar integradas com as agendas de desenvolvimento das cidades.

Assim, temos que discutir a Assistência Social para dentro dela mesma e para a realidade e especificidades regionais, não são só regiões e capitais dos estados do sul, mas outras macro ou micorregiões que compõem os estados da região Sul, que atraem população e que precisam de uma política de desenvolvimento regional mais estruturada – realidades rurais isoladas, dispersas, regiões de fronteiras. Precisamos colocar no nosso sentimento essa prioridade de reorganização dos serviços que considere essas dinâmicas territoriais, realidades que envolvem populações tradicionais, indígenas, e também dinâmicas que demandam normas específicas. A regionalização

da Assistência Social está bastante pensada nos municípios menores, com uma demanda menor, mas que exigem uma presença maior do estado. Temos que pensar novos critérios para a regionalização dos serviços que considerem essas dinâmicas setoriais. Migrações forçadas, fenômenos climáticos, como a professora Lúcia falou, há períodos sazonais de muito frio na região Sul, e isso entra na agenda do SUAS. Então, como estruturar os nossos serviços de modo a considerar nossos fenômenos climáticos etc.

Precisamos de um aporte maior de cofinanciamento, principalmente nos municípios de maior porte, que permitam a montagem dessas estruturas que possam ampliar a capacidade de atendimento para essas vertentes sazonais. Porque pensamos em equipamentos pequenos, e em quantidade maior, como o atendimento à população de rua para 50 pessoas, só que nas regiões metropolitanas são mais de mil. Como montar essa estrutura rapidamente, se esses pedidos passam, e as crises não passam. População em situação de maior violação dos direitos, nas ruas, vai aumentar, pois isso é um fenômeno mundial e precisamos estar preparados para a proteção também a essas situações.

Outras questões, as especificidades do público que consideram fatores como desigualdade, equidade, defesa de direitos. Que considerem o debate como um dos elos da transversalidade dos direitos humanos. Questões de gênero. A nossa pobreza, no Brasil, é feminina. Estávamos discutindo as desigualdades de gênero, as desigualdades raciais. As questões da juventude, nós trabalhamos com família, o risco de homogeneizar. E hoje em dia nossos serviços estão sendo mais potentes em reverter violações de direitos, principalmente. E a nossa juventude negra, que mora em cidades periféricas, é preciso que o SUAS olhe para esses jovens e os perceba como mais desiguais. E os ciclos de vida. Não precisamos abandonar as especificidades do ciclo de vida, como aqueles ciclos que ficam em maior desvantagem ou mais suscetíveis às violações dos seus direitos. Devemos, sim, estabelecer alguns parâmetros para o reordenamento e adequação desses serviços. Mas criar alguns critérios é também criar alguns problemas. Então, precisamos ter abertura para rever o conceito, e que possam significar maior qualidade no valor aos serviços, englobar a relação entre níveis de gestão, porte, requisitos para serviços e capacidade de atendimento.

Outra questão importante na nossa avaliação é avançar na construção de estratégias que enfrentem, de forma mais integrada com outras políticas, fenômenos complexos, como a violência, estabelecendo o que a gente vem discutindo, que são territórios de proteção social. No começo do SUAS construímos critérios para a equidade, para posicionar os CRAS nos territórios

mais vulneráveis. Já está na hora de pensarmos quais são os territórios de proteção social, ou seja, que precisa de um complexo de serviços mais integrados, para superarmos essa fragmentação e as ideias muitas vezes burocratizadas. Então, o que precisamos integrar nesses territórios? Alguém tem alguma sugestão? Responsabilidade das áreas, investir mais na vigilância socioassistencial e nos diagnósticos dos territórios, posicionar de forma mais integrada estados e municípios. Quais os parâmetros necessários para a organização da equipe de serviços, qual infraestrutura? Precisamos de cofinanciamento e normas específicas nacionais e estaduais que autorizem os municípios a fazer a reforma e construção dos equipamentos, porque a qualidade dos serviços também está na qualidade das estruturas que trabalhamos, nas condições objetivas dos nossos trabalhadores.

Garantir uma educação permanente, metodologias que permitam análises, diagnósticos, uma atuação mais estratégica nesses territórios, intervenções mais planejadas, para também superar essa fragmentação de quem planeja e executa. As equipes estão lá, muitas vezes, no dia a dia, pressionadas por um atendimento gerencialista, pressionadas pela quantidade dos atendimentos, e não conseguem, muitas vezes, fazer o papel dos equipamentos e reorganizar essa rede em territórios, se integrar melhor com outras políticas de proteção, com ações de defesa do direito, ter uma atuação mais proativa, mais transformadora desses territórios.

Avançar no desenvolvimento da capacidade da gestão, na qualidade dos serviços, melhorando a escala, alcançando mais os trabalhadores, gestores e conselheiros. Avançamos nos últimos tempos na capacitação, mas ainda não conseguimos incidir na qualidade dos serviços, na avaliação dos impactos. O sistema é, portanto, integrado com o movimento de avaliação.

Avançar na regulação e definição de novas metodologias, aliás, novas modalidades de proteção social, como a proteção social em domicílio. Alguns municípios estão desenvolvendo a questão, mas isso não tem ainda um debate nacional. Ou aquela perspectiva de territórios a serem protegidos pela atuação integrada dos serviços e as demais políticas, podemos também avançar em novas modalidades e na gestão institucional, com uma regulamentação diferenciada da proteção em alguns municípios.

Por último, aprimorar a relação entre segurança alimentar, transferência de renda e previdência social, com os benefícios e serviços, de modo a termos novos critérios, novos incentivos em gestão, novos incentivos em cofinanciamento, benefícios eventuais. Temos uma lacuna muito grande ainda. Há uma insegurança muito grande na execução dos benefícios e a maior responsabilidade é dos municípios. Então, para terminar, é essa a reflexão que fazemos aqui,

sobre a importância de finalizarmos como prioritário, também considerando as realidades da região Sul, quais os critérios para organizar os territórios de Assistência Social, com a garantia de coordenação, responsabilidade dos estados, atendimento de demandas regionais e entre os estados, o cofinanciamento correspondendo aos custos locais. Hoje o cofinanciamento não expressa os custos dos serviços prestados pelos municípios – isso também é uma prioridade, não é? Aproveitar a característica histórica da região Sul, de presença forte dos municípios, mas que venha acompanhada de uma boa cooperação com os estados, de modo a superar os programas paralelos e termos, de fato, o cofinanciamento dos serviços continuados de Assistência Social. E também uma atuação mais integrada com o Sistema de Justiça e com outras políticas setoriais para viabilizar o desenvolvimento regional.

Garantir, portanto, um pacto federativo forte, um Sistema mais fortalecido, mais universalizado, que considere as demandas e as especificidades territoriais, as diversidades culturais, e enfrente as desigualdades sociais e territoriais.

Que a gente possa ter como prioridade a garantia que as receitas da Assistência Social não sejam confraternizadas para fins, no limite, senão a gente sempre fica pressionada pela incapacidade de avançar numa rede universal, que é estruturada a partir do princípio da universalidade, assim como é a educação em saúde, mas fica presa. Isso é uma prioridade, eu acho que é importante a gente avançar. E novos incentivos para estruturar a gestão. Então, nós temos um cadastro único de consórcios e municípios, em sentido de gestão, para a manutenção dessas funções de gestão. Claro que nada disso vai avançar em termos de diversidades e éticas raciais, diversidades climáticas, diversidades nos aspectos territoriais, com o grau 'intraurbano metropolitano', se não os não regulamentarmos no sistema único dos municípios e estados, de modo a garantir o princípio estruturante do SUAS como comando único e a relação cooperada entre estados, municípios e União.

Avançarmos em nossa resistência posto que, diante dos ciclos de crise econômica, o que primeiro se coloca em xeque é a continuidade do financiamento na Assistência Social. Temos que ter uma firme posição, já que está mais do que comprovado, principalmente em países com povos tão desiguais, com desigualdades histórias, o papel estratégico das políticas sociais no desenvolvimento desses territórios e, mais do que isso, na garantia do direito como um meio de ação fundamental, que amplia o Estado, amplia a seguridade social, amplia as políticas públicas universais e amplia a qualidade das ofertas. Muito obrigada."

Após as apresentações, a plenária da região sul elegeu as prioridades, destacando-se que parte

delas foi construída em conjunto, uma vez que não haviam sido enviadas em número suficiente por dois estados (Paraná e Rio Grande do Sul).

Prioridades aprovadas na plenária regional, encaminhadas para a plenária final:

Apoiar a implementação da política nacional de migração, com articulação da política de Assistência Social e das demais políticas, ampliando o cofinanciamento das três esferas de governo com o estabelecimento de metodologia e capacitação específica. No que concerne à capacitação, incluir o ensino da língua estrangeira para os técnicos e língua portuguesa para os imigrantes, sendo esta responsabilidade da Política de Educação.
Aprimorar o apoio técnico da União e estados, priorizando a orientação e assessoria técnica às entidades e aos serviços voltados para mulheres e jovens da zona rural e urbana, população indígena, quilombolas e pessoas com deficiência, promovendo a integração ao mundo do trabalho.
Criar equipes multidisciplinares volantes que atendam aos povos tradicionais, assentamentos, imigrantes e população rural com cofinanciamento estadual e federal para estruturas e veículos nos municípios, independentemente do número de habitantes, porte dos municípios e extensão do km^2.
Criar unidades de acolhimento e serviços de média complexidade para atender a migrantes tanto em regiões de fronteira como em centros onde haja demanda, a partir de um estudo qualificado e da implantação de um diagnóstico social através de um sistema integrado de informações. Além do cofinanciamento estadual e federal, são necessários apoio técnico e capacitação para esse serviço específico.
Garantir cofinanciamento nas três esferas para construir unidades da rede socioassistencial com infraestrutura, acessibilidade adequada às especificidades do território.
Integrar e fortalecer as redes de atenção aos direitos dos(as) migrantes nacionais e estrangeiros(as), independentemente da condição de entrada e do status jurídico, implementando e qualificando serviços na proteção básica e especial, visando a atenção integral aos(às) migrantes, especialmente as pessoas em situação de tráfico humano, de refúgio e resgatadas do trabalho escravo.
Realizar diagnósticos e estabelecer parâmetros para a estruturar serviços de atendimento às situações de seca, frio extremo, desastres naturais e não naturais, vendaval, granizo, bem como população em trânsito nos períodos com incidência turística na nossa região e contribuem para violações de direitos, assegurando o cofinanciamento municipal, estadual e federal.

PLENÁRIA FINAL

A plenária final da X Conferência Nacional de Assistência Social foi realizada no dia 10 de dezembro contando com uma mesa coordenadora composta por Edivaldo da Silva Ramos, presidente do CNAS, Léa Lúcia Cecílio Braga, vice-presidente do CNAS, Leovane Gregório e Célia Maria de Souza Melo Lima, conselheiros nacionais da Assistência Social, Célio Moraes, coordenador da Equipe de Relatoria, e Ronaldo Camargos, convidado para coordenar os trabalhos de plenária. Além disso, contou com uma mesa de apoio composta pelos conselheiros nacionais Solange Teixeira, José Ferreira da Crus, Telma Maranho Gomes, Bárbara Pincowsca Cardoso Campos e Fábio Moassab Bruni.

Para a tomada de decisão relativa às prioridades e às moções, foram distribuídos a todos os presentes o documento contendo as propostas a serem votadas, inclusive com cópias em braile e em letras ampliadas para pessoas com deficiência visual. Além disso, os textos foram lidos em plenária e exibidos em dois telões. A votação aconteceu com o uso de um aparelho sem fio, distribuído individualmente aos delegados na entrada do auditório e, no momento próprio, todos eram chamados a manifestar seus posicionamentos, favoráveis, contrários ou abstenções, resultando num gráfico percentual apresentado no telão e lido pela coordenação da mesa.

Conforme previsto no Regimento Interno, foram apreciadas inicialmente as prioridades regionais, propostas pelas plenárias simultâneas por região geográfica. Na sequência as prioridades por dimensão, sendo que neste caso somente os textos novos poderiam sofrer alterações em plenário. Ao final foram apreciadas as moções que obtiveram o percentual de assinaturas de apoio (20%) dos delegados presentes.

PRIORIDADES POR REGIÃO

Centro-Oeste

1. Elaborar diagnóstico socioassistencial e socioterritorial, para implementar políticas públicas regionais com recorte étnico-racial, cultural, de gênero e de orientação sexual, através de equipes específicas de vigilância socioassistencial;

2. Fortalecer o diálogo e implantar processos de decisão conjunta entre os conselhos de

Assistência Social e os coletivos que tratam da migração, refúgio e tráfico de pessoas, visando a garantia dos direitos desses públicos;

3. Garantir recursos e implantar serviços de PSB e PSE às populações indígenas, como construção e manutenção de CRAS e CREAS, implantação de serviços especializados em famílias acolhedoras a crianças e adolescentes, albergues e abrigos para a população indígena migrante, garantindo formação específica para trabalhadores do SUAS em comunidades indígenas, respeitando a Convenção 169 da OIT e a Constituição Federal de 1988;

4. Garantir recursos federais para implantar equipes volantes, CRAS e CREAS específicos para municípios e áreas de fronteiras, populações tradicionais como comunidades indígenas, ribeirinhas, quilombolas, comunidades de religião de matriz africana e de terreiro, oriundas de acampamentos ciganos, acampamentos da reforma agrária e assentamentos rurais, conforme a lei brasileira de inclusão, e garantir a execução dos serviços com equipamentos e veículos adequados;

5. Implantar e cofinanciar unidades de acolhimento para mulheres vítimas de violência e Centros POP em polos regionais;

6. Implantar e implementar o sistema nacional de vigilância socioassistencial, de forma integrada entre as três esferas de governo, garantindo cofinanciamento;

7. Inserir no Plano de Educação Permanente (PEP-SUAS) – inclusive com a participação dos usuários – os conteúdos referentes à migração, refúgio, tráfico de pessoas, população em situação de rua e povos tradicionais, capacitando a Rede SUAS para a atenção integral, visando a prevenção, atendimento e vigilância socioassistencial em relação às ordens de violações de direitos desses públicos;

8. Integração e fortalecimento das redes de atenção regionalizadas aos direitos dos(as) migrantes nacionais e estrangeiros(as), independentemente da condição de entrada e do status jurídico, implantando e qualificando serviços na PSB e PSE, visando a atenção integral aos(às) migrantes, população local, populações tradicionais, pessoas em situação de tráfico, refúgio, resgatados do trabalho escravo e população em situação de rua, assegurando dotação orçamentária específica nas três esferas de governo, ampliando o cofinanciamento da Assistência Social Proteção Social Básica e Proteção Social Especial.

Nordeste

1. Ampliar e garantir o cofinanciamento e a cobertura dos serviços, programas e projetos nas áreas rurais, no enfrentamento das situações de desproteções, mapeando as situações que necessitam de cuidados mais urgentes e extremos, especialmente no atendimento das áreas mais vulneráveis como semiárido, áreas de barragens e áreas impactadas por grandes projetos;

2. Garantir e ampliar o cofinanciamento e a cobertura dos serviços, programas, projetos e benefícios no enfrentamento das situações de desproteção, com ênfase no fator seca no semiárido nordestino, na perspectiva de valorização do potencial das famílias com equivalência nas áreas rural e urbana e comunidades tradicionais, ribeirinhas, indígenas, quilombolas, ciganas, comunidades de terreiro, pessoas com deficiência, LGBT, entre outras, considerando as especificidades de cada região do país;

3. Garantir e exigir a acessibilidade e materiais em braile em todos os espaços da Assistência Social, em conformidade com a Lei Federal 10.098/2000 e o Decreto Federal 5.296/2004, bem como garantir e inserir como trabalhadores do SUAS os profissionais em libras;

4. Garantir o cofinanciamento dos serviços por parte dos estados, além de ampliar o cofinanciamento federal existente, de forma a universalizar as proteções sociais a todos os municípios brasileiros;

5. Implantar, implementar, cofinanciar e garantir a manutenção de CRAS e CREAS itinerantes nas áreas rurais, ribeirinhas, novos aglomerados habitacionais, ciganos, marisqueiros, pescadores, populações do semiárido, povos de terreiro, indígenas e outras comunidades, ofertando lanchas e equipes volantes;

6. Qualificar os profissionais no que diz respeito às normativas, metodologias e especificidades dos usuários (LGBT, negros, quilombolas, indígenas, pescadores, extrativistas, ciganos, ribeirinhos, pessoas com deficiência, idosos, população de rua, comunidades tradicionais e de terreiros, adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa, entre outros) ressignificando o trabalho social com famílias;

7. Regulamentar a lei de repasse de recursos financeiros arrecadados no Pré-Sal, garantindo a aplicação destes recursos na Política Pública de Assistência Social para os entes federados, vinculado ao cumprimento das metas do pacto de aprimoramento da gestão;

8. Desenvolver projetos, a partir do diagnóstico em cada comunidade, de qualificação para o trabalho (que contribuam com a identidade cultural dos povos) e acesso à renda para os povos;

9. Reconhecer o semiárido nordestino como fator nordeste, garantindo o cofinanciamento de serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais para este fim, articulando as demais políticas públicas.

Norte

1. Considerar o fator amazônico e a grande extensão territorial no critério populacional para implantação dos CRAS e CREAS e demais equipamentos públicos;

2. Garantir a aquisição de meios de transporte terrestre e fluvial adequado à realidade local (ribeirinho, indígena, quilombola, rural e outros);

3. Garantir o cofinanciamento do Governo Federal, a partir da revisão da LOAS, estadual e municipal destinados à gestão, aos serviços ofertados e aos benefícios eventuais na Assistência Social, de acordo com as necessidades e especificidades regionais e locais, considerando o fator amazônico;

4. Instituir rede de combate ao uso de drogas, tráfico de pessoas e exploração sexual em parceria com Sistema de Garantia de Direito e demais políticas públicas, incluindo as diversidades municipais;

5. Integração e fortalecimento das redes de atenção aos direitos dos(as) migrantes nacionais e estrangeiros(as), independentemente da entrada e do status jurídico, implantando, implementando e qualificando serviços da proteção básica e especializada, visando a atenção integral aos(as) migrantes e às populações locais tradicionais, especialmente as pessoas em situação de tráfico, de refúgio, resgatadas do trabalho escravo e populações em situação de rua;

6. Pactuar a nova escala de porte de município ou desagregação dos intervalos populacionais, a partir do proposto na PNAS 2004, compreendendo as especificidades e diversidade dos municípios brasileiros;

7. Propor alteração constitucional na definição do percentual de no mínimo 10% da receita corrente líquida no orçamento geral da União, estados e municípios para o financiamento do SUAS;

8. Realizar qualificação das equipes fixas e volantes sobre o trabalho ofertado às famílias de comunidades tradicionais.

Sudeste

1. Ampliar e garantir apoio técnico, cofinanciamento e ações de formação e capacitação pelos entes federados, de forma contínua, para a execução de serviços, benefícios, programas e projetos socioassistenciais;

2. Ampliar o cofinanciamento compartilhado pelos três entes para a garantir a ampliação do CRAS, visando o acesso da população em situação de vulnerabilidade e de risco social das áreas rurais e de grande extensão, equipes volantes e infraestrutura necessária para assegurar o atendimento às especificidades desse segmento incluindo as populações indígenas, quilombolas, assentamentos, mananciais e outras comunidades tradicionais, garantindo transporte específico para acesso aos serviços, programas e projetos socioassistenciais;

3. Implantar serviços regionalizados de alta complexidade com execução do Estado e cofinanciamento estadual e federal, considerando as demandas municipais;

4. Incluir nas orientações técnicas e metodológicas dos serviços formas específicas para oferecer o atendimento que assegure atenção às especificidades de público e diversidades territoriais, como: zona urbana, zona rural, área de proteção indígena, assentamentos, população cigana, quilombola, comunidades tradicionais, com temas relacionados ao ciclo de vida, gênero, localização geográfica, deficiência, orientação sexual, identidade de gênero, questões étnico-raciais e problemas oriundos de questões ambientais;

5. Mobilizar os usuários do SUAS e a população em geral através de campanhas, fóruns e afins, visando garantir o empoderamento político e a efetiva participação da população;

6. Pactuar nova escala de porte de municípios com desagregação dos intervalos populacionais, a partir do proposto na PNAS 2004, compreendendo as especificidades e diversidades dos municípios brasileiros;

7. Rever a NOB-RH, considerando a composição das equipes de referência das unidades e dos serviços, a instalação das mesas de gestão do trabalho nas três esferas (incluindo o PCCS do SUAS, jornada de trabalho de 30 horas), a PNEP e a instalação dos núcleos de Educação Permanente nas três esferas;

8. Garantir cofinanciamento nas três esferas para construção de unidades da rede socioassistencial, com infraestrutura e acessibilidade adequadas à especificidade do território com provisões de equipamentos e transporte.

Sul

1. Apoiar a implementação da política nacional de migração, com articulação da política de assistência social e das demais políticas, ampliando o cofinanciamento das três esferas de governo com o estabelecimento de metodologia e capacitação específica. No que concerne à capacitação, incluir o ensino da língua estrangeira para os técnicos e língua portuguesa para os imigrantes, sendo esta responsabilidade da Política de Educação;

2. Aprimorar o apoio técnico da União e estados, priorizando a orientação e a assessoria técnica às entidades e aos serviços voltados para mulheres e jovens da zona rural e urbana, população indígena, quilombolas e pessoas com deficiência, promovendo a integração ao mundo do trabalho;

3. Criar equipes multidisciplinares volantes que atendam aos povos tradicionais, assentamentos, imigrantes e população rural com cofinanciamento estadual e federal para estruturas e veículos aos municípios independentemente do número de habitantes, porte dos municípios e extensão do km^2;

4. Criar unidades de acolhimento e serviços de média complexidade para o atendimento de migrantes tanto em regiões de fronteira como em centros onde haja demanda, a partir de um estudo qualificado e a implantação de um diagnóstico social através de um sistema integrado de informações. Além do cofinanciamento estadual e federal, apoio técnico e capacitação para esse serviço específico;

5. Garantir cofinanciamento nas três esferas para a construção de unidades da rede socioassistencial com infraestrutura, acessibilidade adequada às especificidades do território;

6. Integrar e fortalecer as redes de atenção aos direitos dos(as) migrantes nacionais e estrangeiros(as), independentemente da condição de entrada e do status jurídico, implantando, implementando e qualificando serviços na proteção básica e especial, visando a atenção integral aos(às) migrantes, especialmente às pessoas em situação de tráfico humano, refúgio e resgatadas do trabalho escravo;

7. Realizar diagnósticos e estabelecer parâmetros para estruturar serviços de atendimento às situações de seca, frio extremo, desastres naturais e não naturais, vendaval, granizo, bem como população em trânsito nos períodos com incidência turística na nossa região e contribuem para violações de direitos, assegurando o cofinanciamento municipal, estadual e federal.

PRIORIDADES POR DIMENSÃO

Dimensão 1 – Dignidade Humana e Justiça Social: princípios fundamentais para a consolidação do SUAS no pacto federativo.

1. Aprimorar a articulação das diretrizes da política de assistência social com as particularidades da política de promoção da igualdade étnico-racial, de mulheres, de pessoas com deficiência, da população LGBT, ciganos, comunidades tradicionais e de matriz africana, pescadores e marisqueiros, ribeirinhos, comunidades rurais, migrantes, refugiados, pessoas idosas, população em situação de rua e políticas de direitos humanos abrangendo demandas não atendidas como os(as) filhos(as) recém-nascido(as) de mulheres encarceradas;

2. Alterar os critérios de concessão do BPC estabelecendo: a) aumento de renda per capita para um salário-mínimo; b) redução da idade do idoso para 60 anos; c) não computação do valor do benefício na renda per capita para efeitos de concessão do BPC a uma segunda pessoa com deficiência; d) não computação de benefícios previdenciários de até um salário-mínimo no cálculo da renda per capita para concessão do BPC à pessoa idosa e à pessoa com deficiência; e) não computação da renda do curador no cálculo da renda do curatelado para fins de acesso; f) ampliação em 25% do valor do BPC para pessoas que necessitam de cuidador; g) inclusão do microempreendedor (MEI) por até dois anos em condição análoga ao aprendiz; h) concessão de 13º parcela anual;

3. Revisar o Art. 18 do Decreto-Lei 5.209, criando critérios objetivos para a correção anual do teto de renda per capita para concessão do Programa Bolsa Família, observando aspectos constitucionais, orçamentários e de razoabilidade;

4. Validar o parecer social dos técnicos de CRAS, no sentido de ser considerado na concessão dos benefícios de transferência de renda BPC;

5. Estabelecer o aumento anual dos valores dos benefícios e do valor per capita dos programas de transferência de renda federal, aprimorando-os e ampliando-os, de forma a garantir a formação para profissionais e o encaminhamento ao mercado de trabalho para as famílias beneficiárias como direito, revisando os critérios de definição de público-alvo prioritário, inclusive mediante estabelecimento de, no mínimo, 10% de orçamento público de cada ente federativo para a Assistência Social;

6. Ampliar o acesso fomentando o debate e qualificando os trabalhadores dos serviços da PSB e PSE de média e alta complexidade, implementando serviços e equipamentos que garantam os direitos e o atendimento a pessoas idosas, pessoas com deficiência, pessoas em situação de rua, LGBT, crianças e adolescentes, jovens, comunidades tradicionais e outros grupos em situação de vulnerabilidade. Aperfeiçoar as normas técnicas, garantindo a ampliação dos recursos existentes e o apoio técnico, definindo de imediato o piso de alta complexidade para todos os segmentos;

7. Implementar serviços e formação específica aos profissionais para garantir os direitos de pessoas idosas, pessoas com deficiência, população LGBT, crianças e adolescentes, jovens, comunidades tradicionais, e outros grupos em situação de vulnerabilidade social;

8. Ampliar a rede de PSB e PSE e a cobertura de serviços e benefícios socioassistenciais, através da implantação e ou melhoria da infraestrutura dos equipamentos da assistência social (CRAS, CREAS, Centro Pop, Centro Dia, ONGs e Instituições), garantindo a acessibilidade de todos e com especial atenção para a zona rural, comunidades indígenas, quilombolas, ciganos e demais povos de comunidades tradicionais;

9. Garantir fomento, ampliação, assessoria, qualidade e oferta dos serviços socioassistenciais, construção e/ou reforma de equipamentos sociais de proteção social básica e proteção social especial de alta e média complexidade em prol da dignidade humana observando o ciclo de vida de famílias em situação de vulnerabilidade social, LGBT, comunidades indígenas, ribeirinhas, quilombolas, comunidades de religião de matriz africana e de terreiro oriundas de acampamentos ciganos, assentamentos rurais e acampamentos de reforma agrária;

10. Fomentar e ampliar os serviços voltados à família em situação de risco e vulnerabilidade social que promovam a prevenção contra a violência, abuso, exploração sexual, tráfico de seres humanos, bem como o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, contribuindo para a efetivação do Plano Nacional de Garantias, Convivência Familiar e Comunitária e os princípios e direitos humanos;

11. Fomentar a implementação e garantir o cofinanciamento do serviço de proteção em situação de calamidade pública e de emergência, independente do porte do município e do reconhecimento formal do desastre pela Defesa Civil Nacional, incentivando-os à construção intersetorial de planos de gestão de riscos e respostas a desastres;

12. Assegurar que os estados e municípios tenham aprovadas as suas respectivas Leis Estaduais e Municipais da Assistência Social em consonância com Lei Federal 8.742/1993 modificada pela Lei

Federal 12.435/2011, até julho 2017, para aprovação nas Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais, garantindo princípios de dignidade e justiça social;

13. Aquisição de meios de transporte adequados, bem como sua manutenção, ao atendimento de populações tradicionais indígenas e não indígenas de acordo com suas especificidades regionais;

14. Aprimorar a articulação das diretrizes da política de assistência social com as particularidades da política de direitos humanos de promoção da igualdade racial, de mulheres, de pessoas com deficiência, população LGBT, povos indígenas, ciganos e idosos, partindo do pressuposto da equidade no atendimento;

15. Implantar serviços regionalizados de alta complexidade, sob responsabilidade compartilhada entre estado e União, com a implantação de CREAS em todos os municípios, bem como qualificar estes serviços para o atendimento aos migrantes, povos e comunidades tradicionais e refugiados, com a ampliação de destinação de recursos e cofinanciamento;

16. Ampliar o acesso e qualificar a PSB e PSE, contemplando os benefícios eventuais e serviços de média e alta complexidade, garantindo a ampliação do cofinanciamento do Governo Federal, Estadual, Municipal e DF, com prioridade para o atendimento às pessoas idosas e com deficiência em Centros Dias e população em situação de rua em Centros Pops, garantindo a acessibilidade a todos os serviços e com especial atenção para a zona rural;

17. Revisar a estimativa de famílias em situação de pobreza, de forma a garantir a inclusão de mais famílias no programa Bolsa Família, e diminuir o tempo entre cadastramento e concessão dos benefícios nos casos de famílias com perfil para participar do programa;

18. Garantir que o SUAS assuma integralmente a gestão e a operacionalização do BPC, assegurando recursos financeiros e técnicos que possibilitem a atuação da gestão e do serviço com qualidade;

19. Regular e cofinanciar os Serviços de Proteção Social Básica e Especial no Domicílio para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias; ampliar residências inclusivas, reordenar e ampliar serviços de acolhimento para pessoas idosas e unificar nacionalmente os critérios de acesso ao passe livre para pessoas com deficiência e idosos.

Dimensão 2 – Participação social como fundamento do pacto federativo no SUAS

1. Garantir recursos para a capacitação continuada de conselheiros da Política de Assistência Social no âmbito do município e do estado, fortalecendo e instrumentalizando os Conselhos, nas três esferas, como instância de controle da Política de Assistência Social;

2. Ampliar o acesso às informações do papel dos usuários sobre a participação social, através de meios de comunicação (televisão, rádio), mídias alternativas, cartilhas, materiais didáticos, com linguagem acessível que traga conhecimento aos usuários sobre seus direitos e deveres para a efetivação de uma gestão participativa;

3. Garantir acessibilidade em todos os órgãos públicos, bem como qualificar os trabalhadores do SUAS em relação a Libras e braile; confeccionar, divulgar e distribuir materiais com linguagem fácil e acessível sobre o controle social nas três esferas de governo;

4. Ampliar/garantir os recursos e a oferta de cursos do programa de formação continuada para os conselheiros de assistência social, secretarias executivas, gestores, trabalhadores do SUAS, e usuários da rede pública e das entidades não governamentais, em modalidades presenciais ou a distância, inclusive de pós-graduação, respeitando e alcançando todos os estados, regiões e municípios, com o objetivo de aprimorar e fortalecer o exercício do controle social e estimular a participação da sociedade, dos trabalhadores e dos usuários nos conselhos de assistência social;

5. Garantir e ampliar o financiamento e o percentual do Índice de Gestão Descentralizada (IGD) SUAS e do IGD PBF de 3% para 10% para a manutenção, construção e estruturação dos conselhos de assistência social e secretarias executivas (incluindo na NOB-RH profissionais de nível médio e superior, considerando o porte dos municípios); para desenvolvimento de capacitação; para ações informativas e educativas e de fiscalização dos serviços e programas; aprimorar a fiscalização da sua execução financeira, flexibilizando a utilização dos recursos conforme as necessidades locais e garantindo condições que assegurem a participação de representantes da sociedade civil nas reuniões, além do funcionamento adequado com espaços funcionais, veículos e custeio das despesas dos conselheiros;

6. Criar mecanismos para garantir avaliações periódicas com os usuários dos programas, projetos, serviços e benefícios do SUAS, através do CMAS, objetivando aprimorar os trabalhos e favorecer a participação destes no planejamento das atividades dos programas e na participação do controle social para a gestão democrática;

7. Garantir recursos para incentivar nos níveis federal, estadual e municipal a criação e o fortalecimento de fóruns, comitês, conselhos locais e outras organizações, para estimular a articulação e a mobilização dos movimentos sociais, de modo que propiciem uma permanente participação da sociedade, em especial, dos usuários no SUAS;

8. Estabelecer nova proporcionalidade na representação dos segmentos nos conselhos e nas conferências de Assistência Social, sendo 25% governo, 25% entidades/organizações de Assistência Social, 25% usuários e 25% trabalhadores, garantindo que cada segmento seja eleito entre seus pares;

9. Incluir no campo de doações do imposto de renda, pessoa física e jurídica, a possibilidade dos fundos de Assistência Social captar recursos de deduções fiscais (parte do imposto de renda devido), garantindo destinação de percentual de recurso para o fomento e manutenção de fóruns de usuários, trabalhadores e entidades, sendo regulamentado pelos conselhos e ouvidos os fóruns;

10. Garantir a criação e a implantação da ouvidoria do SUAS nas três esferas de governo;

11. Criação de normativa de validade nacional pelo CNAS que oriente municípios, estados e União a garantir a participação efetiva e autônoma de trabalhadores do SUAS, nas capacitações e nas atividades de representação nos conselhos e fóruns em horário de trabalho para os quais tenham sido eleitos;

12. Garantir um cofinanciamento específico entre União, estados e municípios para construir, equipar e manter a estrutura física da sede do CMAS nos municípios e ampliar o IGD SUAS e IGD PBF de 3% para 10%, para sua adequada manutenção e funcionalidade;

13. Estruturar mecanismos estratégicos específicos, bem como garantir o financiamento para a capacitação continuada de conselheiros (sobretudo usuários, entidades e trabalhadores) e secretarias executivas, incluindo modalidades a distância e presencial, além de inovações como escolas de conselheiros, visando fortalecer o controle social no SUAS em consonância com a Política Nacional de Educação permanente do SUAS.

Dimensão 3 – Primazia da responsabilidade do Estado: por um SUAS público, universal, republicano e federativo

1. Garantir percentual mínimo de 15% da destinação orçamentária da União, 10% da destinação orçamentária dos estados e Distrito Federal, e 6% da destinação orçamentária dos municípios, por meio de Emenda Constitucional, para a Política Pública de Assistência Social, assegurando aumento gradual até 2021, considerando as especificidades regionais;

2. Assegurar que as receitas da política pública de assistência social e suas despesas com pessoal não sejam computadas para fins dos limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal;

3. Garantir cofinanciamento estadual e federal na modalidade de investimento para construção, reforma, aquisição de equipamentos, mobiliário para a execução dos serviços, programas, projetos e benefícios da Política de Assistência Social, respeitando os critérios da territorialidade e acessibilidade;

4. Definir como um dos critérios de partilha os custos dos programas, projetos, benefícios e serviços da Política de Assistência Social nas três esferas de governo, considerando as especificidades regionais, até 2017, com atualização financeira dos pisos de proteções para o financiamento dos programas, projetos, benefícios e serviços do SUAS, cumprindo o artigo 30 da Lei do SUAS;

5. Ampliar a participação da União e dos estados no pagamento dos profissionais das equipes de referência dos serviços do SUAS e da gestão, incluindo a vigilância socioassistencial, definindo-se um percentual de cofinanciamento das três esferas de governo, assegurando a adequação da NOB-RH, a fim de contemplar a atual tipificação dos serviços socioassistenciais, atualizando-a sempre que houver o reconhecimento de novas ofertas de serviços no SUAS;

6. Garantir e ampliar o apoio técnico e financeiro da União e dos estados, priorizando os municípios de pequeno porte, visando o aprimoramento do SUAS no que se refere à gestão e à qualidade da oferta dos serviços da proteção social básica e especial para a população urbana e rural, assegurando que ambos aconteçam de maneira sistemática e contínua, contemplando ainda recursos para investimento (construção, ampliação e aquisição de materiais permanentes) nas unidades públicas considerando o custo dos serviços;

7. Atualizar a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) no que se refere ao porte, características e realidades locais dos municípios, bem como a NOB-RH SUAS, tipificação nacional

dos serviços socioassistenciais quanto às equipes de referência considerando o diagnóstico socioterritorial e definição das equipes técnicas necessárias para a gestão, de acordo com o Pacto de Aprimoramento;

8. Instituir parâmetros da relação do SUAS com o Sistema de Justiça para o estabelecimento de fluxos e protocolos de referenciamento e delimitação de competências;

9. Garantir a implantação e implementação da Vigilância Socioassistencial em todos os municípios, estados e DF, mediante cofinanciamento das três esferas de governo, assegurando apoio técnico, contratação de equipe de referência especializada, mediante concurso público, com a democratização do software e outras tecnologias, entre elas um prontuário eletrônico e único dos atendimentos, implementando um sistema nacional de gestão da informação que integre todos os equipamentos da rede socioassistencial;

10. Caracterizar os municípios brasileiros considerando a proteção socioassistencial, a desproteção social e diversidades locais e regionais, em observância às distinções culturais, geográficas, históricas, políticas, econômicas, sociais, urbanização, influências climáticas, manifestações de ruralidades, fronteiras, Amazônia Legal, regime de águas, grupos tradicionais, migrações, entre outras, ancorados nos princípios da equidade e da heterogeneidade, como elemento para a estruturação da rede e intervenção da política de assistência social nos territórios;

11. Fortalecer a articulação do Poder Legislativo nas três esferas para assegurar que legislações e outras medidas adotadas por este Poder sejam coerentes com as normativas da Política de Assistência Social e respeitem as competências do Executivo, Legislativo e Judiciário;

12. Garantir recursos das três esferas de governo para a implantação e manutenção dos serviços socioassistenciais tipificados, estabelecendo sanções para as esferas estaduais quando do descumprimento das responsabilidades estabelecidas no Pacto Federativo.

Dimensão 4 – Qualificação do Trabalho no SUAS na consolidação do Pacto Federativo

1. Revisar a NOB-RH SUAS, visando a garantia da composição e a ampliação das equipes de referência do SUAS das proteções sociais básica e especial, dos órgãos gestores de Assistência Social e das secretarias executivas dos conselhos de Assistência Social, conforme orienta a NOB e a Resolução CNAS 17/2011, considerando as demandas do acompanhamento familiar e assegurando o cumprimento do protocolo integrado entre serviços e benefícios, com garantia de fiscalização dos estados e nos municípios e cofinanciamento dessas equipes pelo estado e União;

2. Garantir sanções efetivas aos municípios, estados e União que descumprirem as metas estabelecidas no pacto federativo no que se refere à realização de concurso público para todos os trabalhadores do SUAS e sua efetiva nomeação, considerando as demandas e especificidades dos serviços e territórios de forma a garantir a continuidade e estabilidade dos serviços;

3. Assegurar que as receitas da política pública de assistência social e suas despesas com pessoal não sejam computadas para fins dos limites estabelecidos na lei de responsabilidade fiscal, a fim de que se viabilize a realização dos concursos públicos, garantindo a efetivação dos aprovados para composição das equipes do SUAS, bem como propor definição do piso salarial e a jornada de trabalho de, no máximo, 30 horas para todos trabalhadores do SUAS;

4. Recomendar a aprovação do PL 5.278/2009, que defende um piso salarial para profissionais de serviço social, trabalhadores cujo papel é indispensável na consolidação da Política de Assistência Social;

5. Implementar a Mesa Nacional de Negociação, instituir e regulamentar mesas de negociação nos estados e municípios, conforme NOB-RH SUAS, para tratar de questões referentes aos trabalhadores do SUAS, estabelecendo mecanismos que tornem obrigatório aos municípios e estados atingir o percentual de 100% de mesas de negociação instaladas e regulamentadas até 2017;

6. Revisão e alteração da NOB-SUAS e NOB-RH visando a ampliação do número de profissionais que compõem as equipes de referência do SUAS, tendo como parâmetro a territorialização, o índice de vulnerabilidade social e outros indicadores, e garantir o cofinanciamento para os recursos humanos nas três esferas de governo através de concurso público;

7. Normatizar as relações entre o SUAS e o Sistema de Justiça, assegurando orientações e normas técnicas do CNAS que subsidiem os conselhos estaduais e municipais, gestores da Política de

Assistência Social e o Executivo pela não utilização das equipes do SUAS para atender às demandas do Poder Judiciário e Ministério Público, que extrapolam o âmbito das competências profissionais na execução da Política de Assistência Social e do SUAS, evitando a fragilização das relações entre profissionais e usuários;

8. Efetivar, fortalecer, monitorar, avaliar e cofinanciar a Política Nacional de Educação Permanente no âmbito do SUAS para os trabalhadores de todos os níveis de escolaridade, governamentais e não governamentais, gestores e conselheiros da área, garantindo a supervisão técnica, ofertando todas as modalidades e tipos de formação e capacitação, além de garantir a licença remunerada para a realização de pós-graduação lato e stricto sensu, com critérios transparentes e devidamente pactuados e deliberados com as instâncias de controle social;

9. Criar uma Normativa Federal que assegure aos técnicos(as) do SUAS a recusa de realizar estudos, pareceres e congêneres para o Poder Judiciário e Ministério Público, que não sejam condizentes com a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais;

10. Propor alteração da Lei de Responsabilidade Fiscal, no que se refere aos recursos financeiros da Assistência Social destinados aos Recursos Humanos, a fim de que se viabilize a realização dos concursos públicos para compor as equipes do SUAS, garantindo que o vínculo dos trabalhadores não seja terceirizado;

11. Definir equipe de referência efetiva para o Cadastro Único, incluindo obrigatoriamente as categorias de digitador, entrevistador e técnico de nível superior, levando em consideração o número de habitantes e a territorialização do município;

12. Normatizar condições para que trabalhadores e trabalhadoras possam participar da criação e funcionamento dos Fóruns dos Trabalhadores do SUAS, nas três esferas de governo, garantindo a democracia como valor principal, sem criar obstáculos para que os trabalhadores participem das instâncias de debate e deliberação da PNAS (fóruns, conselhos e conferências), reconhecendo esta participação como serviço de utilidade pública, sem prejuízos de descontos aos seus salários quando se ausentam de seus locais de trabalho nestas oportunidades em que fazem a construção do SUAS;

13. Cumprir a deliberação da VIII Conferência Nacional de Assistência Social que propõe projeto de lei nas respectivas esferas de governo e no Distrito Federal e que garanta a implementação de plano de carreira, cargos e salários (PCCS) específicos para todos os trabalhadores do SUAS, construído a partir das mesas de negociação com a instituição de piso e isonomia salarial para as

equipes de referência, com jornada de trabalho de até 30 horas semanais, sem redução salarial e, quando for o caso, o adicional de risco, noturno, penosidade e condições especiais de trabalho, entre outras garantias, com base nas diretrizes da NOB-RH SUAS e resoluções do CNAS;

14. Criar lei que garanta, nas três esferas do Governo e no Distrito Federal, instituindo a gestão do trabalho, implementando o Plano de Carreira, Cargos e Salários (PCCS), específicos para todos os trabalhadores do SUAS da rede pública e privada, visando ainda a constituição de piso e isonomia salarial das equipes de referência, jornada de até 30 horas semanais, Mesa Nacional, Estadual e Municipal de negociação do trabalho, política de segurança e saúde do trabalhador e previsão de aposentadoria especial aos 25 anos de trabalho, adicional de risco, adicional noturno e insalubridade, penosidade e condições especiais de trabalho, entre outras garantias, com base nas diretrizes da NOB-RH SUAS e de acordo com a Resolução CNAS 17/2011 e CNAS 09/2014;

15. Implantar, monitorar e avaliar a política de educação e qualificação permanente, continuada, sistemática, participativa e descentralizada para todos(as) os(as) trabalhadores(as) do SUAS de todos os níveis de escolaridade, governamental e organizações da sociedade civil prestadoras de serviço socioassistenciais, na modalidade presencial e on-line, por meio das escolas do SUAS nas três esferas de governo, considerando a diversidade regional, cultural e étnico-racial, bem como ampliar/fortalecer o Capacita-SUAS, além de garantir a licença remunerada para realização de pós-graduação lato e stricto sensu com critérios transparentes e devidamente pactuados e deliberados com as instâncias de controle social com início em 2016.

Dimensão 5 – Assistência Social é direito no âmbito do pacto federativo

1. Garantir efetivamente a universalização do acesso à Política de Assistência Social como direito de cidadania a todos, indistintamente, considerando benefícios, programas, projetos e serviços socioassistenciais;

2. Ampliar e garantir o acesso dos usuários às informações sobre o acompanhamento do Cadastro Único e dos serviços socioassistenciais;

3. Ampliar e fortalecer os serviços da rede de proteção e enfrentamento à violação dos direitos contra crianças, adolescentes, jovens, mulheres, idosos e pessoas com deficiência (PCD) em áreas rurais e urbanas em comunidades tradicionais, promovendo espaços de participação e acolhimento visando o empoderamento de cada usuário;

4. Disponibilizar transporte acessível para pessoas com deficiência e/ou de mobilidade reduzida para o atendimento das demandas nos Centros-Dia, do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos e demais serviços socioassistenciais;

5. Realizar atividades de formação cidadã com foco no reconhecimento da Assistência Social como direito para os usuários do SUAS, criando cartilhas, materiais educativos e lúdicos em braile, janelas em Libras, com legendas, com fonte ampliada sobre as ações e os serviços socioassistenciais com veiculação nacional;

6. Criar canais de comunicação e informação sobre direitos socioassistenciais e o SUAS nos diversos meios midiáticos através de linguagem acessível, respeitando as especificidades, por meio de campanhas publicitárias que tenham uma comunicação diversificada com foco na pluralidade e na diversidade social, política e cultural, com veiculação nacional;

7. Garantir o direito à proteção social por meio da intersetorialidade, visando o fortalecimento da articulação com as demais políticas públicas, a fim de que todas potencializem suas ações no sentido de garantir direitos à população usuária da política de Assistência Social;

8. Fortalecer, em âmbito nacional, o debate com o Sistema de Justiça, para evitar o crescente processo de requisições pelo Poder Judiciário e Ministério Público, e mobilizar para que estes órgãos constituam suas próprias equipes interdisciplinares nos municípios;

9. Fortalecer nacionalmente e apoiar os Estados na mobilização dos Poderes Executivos, Legislativo e Judiciário aprofundando o diálogo com ênfase no SUAS para fortalecer o Sistema de Garantia de Direitos e demais políticas públicas, e ter uma rede integrada, garantindo uma melhor

articulação, visibilidade e reconhecimento da Política de Assistência Social;

10. Revisar a tipificação nacional e os pactos de aprimoramento da gestão visando a ampliação e qualificação dos serviços, garantindo oferta de qualidade dos serviços para todas as faixas etárias e públicos atendidos pela assistência social: crianças e adolescentes, jovens egressos de serviços de acolhimento, LGBT, egressos do sistema prisional, egressos do sistema socioeducativo, pessoas com deficiência e/ou com dificuldade de locomoção, com obesidade, povos da floresta e comunidades tradicionais (ciganos, indígenas, quilombolas, comunidades de terreiros, ribeirinhos), população em situação de rua, idosos e catadores de materiais recicláveis, reutilizáveis e resíduos sólidos, pequenos agricultores familiares, entre outros;

11. Criar novas estratégias de oferta de serviços e benefícios em territórios com grande extensão e em territórios urbanos com alta incidência de violência;

121. Fortalecer, em âmbito nacional, o debate com o sistema de justiça, para evitar o crescente processo de judicialização da Política de Assistência Social, entendido como a necessidade de provocar o Poder Judiciário para garantir os direitos que devem ser acessados diretamente no SUAS.

MOÇÕES

Nº	Destinatários	Moção
1	Governo Federal, Fundação Estadual do Meio Ambiente (FEAM), Procuradoria Geral da República	Tema: Repúdio ao crime socioambiental ocorrido no município de Mariana, especificamente no distrito de Bento Rodrigues, no dia 05/11/2015, diante do descaso incalculável aos danos ambientais à fauna e à flora, a ruína das bacias dos rios Doce, Gualaxo do Norte e do Carmo, e a irresponsabilidade da empresa Samarco para com o meio ambiente e a população da respectiva localidade diante das vidas perdidas. Os delegados eleitos(as) na conferência municipal/estadual de Assistência Social de Minas Gerais vêm publicamente formalizar veemente repúdio à tragédia ocorrida no município de Mariana, em específico no distrito de Bento Rodrigues, no dia 05 de novembro de 2015, diante do descaso incalculável aos danos ambientais à fauna e à flora, a ruína das bacias dos rios Doce, Gualaxo do Norte e do Carmo, a exploração do setor de mineração de forma irreparável, além da incalculável e irreversível omissão/irresponsabilidade da empresa Samarco para com o meio ambiente e a população das respectivas localidade diante das vidas perdidas na tragédia que perpetuou sofrimento e angústia por toda uma vida perante o luto de um distrito, município, estado de uma nação. Diante do exposto, nós, representantes de Minas Gerais enquanto delegados(as) eleitos(as) na X Conferência Nacional de Assistência Social, solicitamos, demandamos, exigimos, pedimos, provocamos, requeremos, requisitamos e rogamos providências imediatas perante as ações inconsequentes, imprudentes e levianas da empresa de mineração Samarco e demais responsáveis e evidenciamos nossa indignação, revolta e repúdio aos(às) responsáveis pela tragédia de Mariana. A letra da música de Thiago Delegado e Márcio Borges, cantores mineiros, com o título “Quem vai pagar o que não tem preço?” expressa nossos sentimentos e angústias: “Quem vai dizer fim da esperança/ essa herança irracional/ que outros filhos terão./ Lama letal,/ Lamaçal!// Água da gente beber/ o dragão/ arrastou na lama,/ quem vai pagar tão imenso mal?/ Matou o rio afinal./ O que era doce acabou.// Antes da lama tocar meu blue, o verde vale era azul, azul blue…/ a plantação queria dar,/ o peixe só queria/ nadar/ e eu também ser/ alguém feliz, então cantar./ Mas quem vai pagar o que não tem preço/ me devolver o que não tem mais?/ Quem vai virar o que está ao avesso,/ quem vai salvar o meu blue?”.
2	Câmara dos Deputados – Brasília/DF; ao Senado Federal – Brasília/DF; à Presidenta da República Federativa do Brasil – Brasília/DF	Tema: Aquisição do piso salarial para a categoria dos Assistentes Sociais, realização de concursos públicos, melhores condições de trabalho e cumprimento das trinta horas. Os delegados e delegadas da X Conferência Nacional de Assistência Social realizada no período de 07 a 10 de dezembro de 2015, em Brasília (DF), entendendo a importância do trabalho dos profissionais do Serviço Social para o desenvolvimento das mais diversas políticas públicas e sociais em execução no Brasil, nos três níveis de gestão, viemos solicitar a correção de uma falha histórica que será possível com a aprovação dos seguintes Projetos de Lei: 5.278/2009 que trata da regulamentação do piso salarial para os profissionais do Serviço Social; o 3.688/2000, inclusão de Assistentes Sociais na área de Educação; o 3.145/2008, da contratação de Assistentes Sociais; 0428/2015 sobre a inclusão dos profissionais do Serviço Social nos PSFs, e o 430/2015 sobre condições de trabalho dos Assistentes Sociais, todos em tramitação na Câmara Federal. Destacamos ainda a necessidade do cumprimento da carga horária de 30 horas semanais, realização de concursos públicos, nas três esferas, ressaltando que a ausência destes perpetua a prática assistencialista de todas as políticas sociais.

3	CNAS, CFESS, CFP, Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional, FNTSUAS, Ministério Público do Trabalho, Prefeitura Municipal de Nova Lima, Câmara dos Vereadores, Ministério Público de Nova Lima, Comarca (Fórum de Nova Lima) MP Estadual.	Tema: Demissão dos servidores concursados do SUAS. No plenário da X Conferência Nacional de Assistência Social, nesta oportunidade repudia os ataques ao estatuto do concurso público, instituto democrático que garante a transparência e o mérito na administração pública, e que no âmbito do SUAS representa conquista essencial, garantindo a presença segura e qualificada do trabalhador, frontalmente nos manifestamos contra um destes ataques, ocorrido no município de Nova Lima, Minas Gerais, com a exoneração de trabalhadores concursados sob alegação de adequação à Lei de Responsabilidade Fiscal, o que inclui a demissão de mais de 20% dos trabalhadores do SUAS da cidade, podendo gerar, inclusive, o fechamento de equipamentos socioassistenciais, além de ser precedente de alto risco para todos os trabalhadores e políticas sociais do país.
4	Conselho Nacional de Assistência Social e Ministério do Desenvolvimento Social e combate à Fome (MDS).	Tema: Reconhecimento do trabalho realizado das Entidades e organizações de Assistência Social nos 10 anos do SUAS. Nós delegados da X Conferência Nacional de Assistência Social congratulamos as entidades e organizações de Assistência Social pelos trabalhos realizados nos 10 anos de SUAS, contribuindo para o seu fortalecimento na defesa dos direitos socioassistenciais, e parabenizamos o segmento das Entidades do CNAS pela iniciativa de articulação destas em nível nacional.
5	Governos Federal, Estaduais, Distrital e Municipais, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Conselho Nacional de Assistência Social.	Tema: Recomendação de concurso público para especialistas em gestão pública no SUAS. Pela imediata chamada de concursos públicos nas três esferas do governo, no âmbito dos órgãos gestores da Assistência Social, para os cargos de especialistas em gestão pública oriundas de formação acadêmica no campo de políticas públicas, com o intuito de profissionalizar e modernizar o modelo de gestão pública no Brasil.
6	Presidente Dilma, 6ª Câmara de Coordenação e Congresso Nacional, MPF, PGR, STF, MDS, SENARC, IBGE, CNAS, CEAS/PE, Administração Estadual Fernando de Noronha, Conselho Distrital Fernando de Noronha	Em Fernando de Noronha, além de uma natureza exuberante, existe uma comunidade local que necessita ser reconhecida como grupo social de minoria ou comunidade tradicional. O Distrito Estadual de Fernando de Noronha precisa ter garantia nas políticas, SUAS e todas as demandas referentes à Assistência Social. A comunidade de Fernando de Noronha necessita ser reconhecida por todos os entes federativos. Por não ter esse reconhecimento, não é garantida a inclusão de programas e projetos na área de Assistência Social. Por exemplo, a comunidade local não atende aos critérios do Cadastro Único. A comunidade insular e oceânica necessita de critérios específicos para programas e projetos, com excepcionalidade, singularidade e voltados à comunidade tradicional.
7	MDS/Departamento de Vigilância Socioassistencial	Tema: CENSO SUAS Nós, delegados e delegadas da X Conferência Nacional de Assistência Social, reunidos nos dias 7, 8, 9 e 10 de dezembro de 2015, no centro de convenções Ulisses Guimarães, na cidade de Brasília (DF), recomendamos ao Departamento de Vigilância Socioassistencial do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) que, a partir do Censo SUAS de 2015, os resultados exibidos nas planilhas de divulgação passem a expor, de forma individualizada, todas as categorias profissionais reconhecidas nas resoluções CNAS 17/2011 e 09/2014, com o intuito de dar visibilidade à situação de cada categoria profissional na política de Assistência Social, visto que atualmente os questionários colhem estes dados, mas não são divulgados por categoria.

8	CNAS, CEASs, MDS, Órgãos Gestores Estaduais e Municipais da Política de Assistência Social	Nós, delegados e delegadas da X Conferência Nacional de Assistência Social, reunidos nos dias 7, 8, 9 e 10 de dezembro de 2015, no centro de convenções Ulisses Guimarães, na cidade de Brasília (DF), vimos por meio desta RECOMENDAR aos gestores da política do Núcleo Nacional de Educação Permanente, Núcleos Estaduais de Educação Permanente e Núcleo Distrital de Educação Permanente como instâncias colegiadas, constituindo-se em *locus* privilegiado de: a) descentralização para estados, Distrito Federal e municípios de atribuições relacionadas à realização de diagnósticos de competências e necessidades de qualificação e de formação, oferta e implementação de ações de formação e capacitação; b) participação social na elaboração de diagnósticos de necessidades de qualificação e no planejamento das ações de Educação Permanente; c) interlocução, diálogo e cooperação entre os diferentes sujeitos envolvidos na implementação desta Política; d) proposição de alternativas às equipes responsáveis pela Gestão do Trabalho nas três esferas de governo, conforme dispõe a Resolução CNAS 04/2013
9	CNAS	Vivenciamos nos municípios do Amazonas, inúmeras questões que afetam, sobremaneira, nossa realidade como trabalhadores e usuários do SUAS, das quais podemos citar: as distâncias geográficas, as situações de vulnerabilidade e riscos sociais que afetam as famílias, e a precarização dos equipamentos que compõem a rede socioassistencial de nossos municípios. Porém, mesmo enfrentando estes desafios, observamos na X Conferência Estadual a disparidade dos números de delegados entre os municípios, pautada em um porte populacional, inserindo-lhes nos portes grande, médio, pequeno I e II. Essa lógica, a nosso ver, não permite uma paridade justa e equânime entre eles por entendermos que neste parâmetro ocorre uma agregação elevada de municípios de pequeno porte I e II – somados chegam a 1.185.407 habitantes, embora existam apenas 8 vagas para delegados, distribuídos entre os 54 municípios. Assim, com baixo padrão de representatividade, esses municípios não conseguem defender e debater sobre questões sócio-históricas e persistentes que afetam suas realidades. Dessa forma, sugerimos que o CNAS reveja os critérios de distribuição de vagas destinadas aos municípios que compõem os grupos de pequeno porte I e II, considerando a densidade populacional presente nestes locais, para conceder maior autonomia ao CEAS como espaço deliberativo e democrático no processo de escolha de seus delegados, de acordo com as especificidades locais nas calhas do nosso estado.

10	Congresso Nacional, Poder Executivo e Respectivos Ministérios, TCU, Poder Judiciário	Nós, delegados e delegadas da X Conferência Nacional de Assistência Social, reunidos nos dias 7, 8, 9 e 10 de dezembro de 2015, no centro de convenções Ulisses Guimarães, na cidade de Brasília (DF), diante do momento de crise social, política e econômica, que coloca em risco o conjunto de conquistas sociais e coletivas, e aprofunda as políticas neoliberais de ajustes fiscais, as pautas conservadoras que atacam direitos constitucionais e humanos, que pesam especialmente sob os(as) trabalhadores(as) e a população em geral que sofrem com o aumento do desemprego e a violência, repudiamos a agenda de ajustes fiscais que retiram direitos e retrocedem a proteção social da classe trabalhadora, tais como: as Medidas Provisórias 664 e 665/2015 e a Lei 43.330/2014; o Projeto de Lei 5069/2013 que criminaliza as mulheres vítimas de violência e as equipes profissionais que lhes atendem; o Projeto do Estatuto da Família, que não reconhece a diversidade humana e social na composição das famílias e os direitos de seus membros; o Projeto de Emenda Constitucional 115/2015, no Senado, que propõe a redução da maioridade penal; os cortes no orçamento das políticas sociais de saúde, moradia, educação e de assistência social, em especial no SUAS e no Programa Bolsa Família.
11	À Sra. Ministra Tereza Campello do MDS, senhores(as) governadores(as) do Estado e CONGEMAS. Conselhos Municipais, Estaduais e Nacional de Assistência Social.	Nós, delegados e delegadas da X Conferência Nacional de Assistência Social, reunidos nos dias 7, 8, 9 e 10 de dezembro de 2015, no centro de convenções Ulisses Guimarães, na cidade de Brasília (DF), vimos, por meio desta, solicitar a criação do cargo de musicoterapeuta nas três esferas do governo, bem como a abertura e a garantia de vagas para este profissional nos concursos públicos a serem realizados, em conformidade com a Resolução nº 17 do CNAS de 2011, que ratifica a equipe de referência da assistência social e NOB-RH SUAS de 2012 que orienta a formação de uma equipe multiprofissional constituída por servidores efetivos. A comissão Nacional dos Musicoterapeutas no SUAS da União Brasileira das Associações de Musicoterapia (UBAM), junto ao Fórum Nacional dos(as) Trabalhadores(as) do SUAS (FNTSUAS) e demais apoiadores que subscrevem esta moção seguem firmes na defesa da garantia do espaço profissional e pela valorização dos(as) trabalhadores(as) da Assistência Social.

12	Conselho Nacional de Justiça, Tribunais de Justiça, CNAS, CEAS, CMAS, MDS, Órgãos Gestores Estaduais e Municipais da Política de Assistência Social.	Tema: Requisições indevidas do Sistema de Justiça versus SUAS. Nós, delegados e delegadas da X Conferência Nacional de Assistência Social, reunidos nos dias 7, 8, 9 e 10 de Dezembro de 2015, no centro de convenções Ulisses Guimarães, na cidade de Brasília (DF), manifestamos o nosso repúdio ao modo como as(os) profissionais das equipes de referência dos serviços socioassistenciais são requisitadas(os) para atender às demandas do Sistema de Justiça que vem recorrentemente solicitando destas(es) trabalhadoras(es) que elaborem estudos sociais, laudos e pareceres referentes às matérias da infância e juventude, família e sucessões, bem como o que concerne às violações previstas na Lei Maria da Penha e concessões de Benefícios Sociais, sendo que esses profissionais não são remunerados por tais serviços e o realizam sob pena de sofrer sanções penais e administrativas em caso de desobediência, o que vem gerando acúmulo/excesso de trabalho, bem como uma carga horária exaustiva, muito além daquela para a qual estão sujeitos(as), comprometendo assim o cumprimento de suas atribuições nos referidos equipamentos da Política de Assistência Social, trazendo prejuízos à qualidade da execução dos serviços no âmbito do SUAS e para a consolidação do sistema. Reiteramos a necessidade do aprimorar as relações de mediação dos órgãos gestores, para que estes, no exercício de suas responsabilidades, barrem possíveis excessos e tentem institucionalmente impedir requisições que extrapolem o campo da Proteção Social.
13	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	Nós delegados da X Conferência Nacional de Assistência Social, realizada entre os dias 7 e 10 de dezembro de 2015, em Brasília (DF), manifestamos a recomendação de atenção à participação da população rural nas conferências, conselhos, dadas as suas particularidades específicas e distintas da população urbana, assim como na definição das políticas públicas abrangidas pela Assistência Social aptas a atendê-las, notadamente através de assistência técnica e extensão rural, que constitui o mecanismo de concretização da assistência social à população em estado de vulnerabilidade social no campo, realizada desde a década de 1950 no Brasil, e, por fim, manifestamos apoio à manutenção destas atividades que são prestadas no estado do Rio Grande do Sul pela Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural (ASCAR) desde 1955, em relevantes serviços na defesa e garantia de direitos e na inclusão social e produtiva de atualmente 226 mil famílias daquele estado.
14	Congresso Nacional, Câmara dos Deputados e Senado Federal, Ministério do Planejamento, Ministério da Fazenda, Presidência da República, Comissão de Orçamento da Câmara e Senado.	Nós, delegados e delegadas da X Conferência Nacional de Assistência Social, reunidos nos dias 7, 8, 9 e 10 de dezembro de 2015, no centro de convenções Ulisses Guimarães, na cidade de Brasília (DF), repudiamos as propostas apresentadas pelo relator do orçamento da União, Ricardo Barros (PP-PR), de cortes dos recursos orçamentários para o programa Bolsa família considerando o seu papel estratégico no enfrentamento da pobreza, da fome e de outras expressões das desigualdades e desproteções. Ressalta-se que tal corte reduzirá cerca de 40% das bolsas atualmente concedidas às famílias.

15	Governo Federal, Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), Governo Estadual, Municípios, Poder Legislativo, Poder executivo, Conselho Federal e Regionais de Psicologia.	Nós, delegados e delegadas da X Conferência Nacional de Assistência Social reunidos entre os dias 7 e 10 de dezembro de 2015, no centro de convenções Ulisses Guimarães em Brasília (DF), vimos por meio desta solicitar a regulamentação da carga horária de, no máximo, 30 horas para profissionais da psicologia, criação da legislação e aprovação do piso salarial desta classe, gerando assim um bem-estar trabalhista e oferecendo melhor qualidade de atendimento à comunidade. É imprescindível organizar o fluxo das demandas para psicólogos dos setores da educação e saúde, visto que várias crianças, adolescentes, adultos e idosos necessitam de atendimento/acompanhamento e acabam buscando os serviços do profissional do SUAS pela sua facilidade de acesso; muitas vezes necessitam de atendimento de caráter psicoterapêutico, que é realizado pelo psicólogo da saúde ou uma demanda da educação que poderia ser sanada tendo presente um psicólogo educacional em cada escola. Mas as UBS não têm como composição obrigatória o psicólogo, e, com isto, o acompanhamento familiar e/ou individual realizado pelos trabalhadores do SUAS ficam com encaminhamentos parados, uma vez que o atendimento necessário ao cidadão fica aberto, sem resolução das queixas próprias, o que acaba sobrecarregando os psicólogos do SUAS, quando a demanda não diz respeito às políticas públicas sociais.
16	Congresso Nacional, Deputados e Senadores, Presidência da República, Poder Executivo e Judiciário.	Nós, delegados e delegadas da X Conferência Nacional de Assistência Social, reunidos entre os dias 7 e 10 de dezembro de 2015, no Centro de Convenções Ulysses Guimarães, na cidade de Brasília (DF), vimos a público repudiar a tentativa de **GOLPE** no Estado democrático de direito por parte de setores do Congresso Nacional, capitaneados pelo presidente da Câmara dos Deputados Eduardo Cunha que, numa atitude desesperada, após não ter conseguido a suspensão do processo de investigação que poderia gerar sua cassação, por ter mentido no depoimento da operação Lava Jato, faltando assim com o decoro parlamentar, acolheu na semana passada pedido de impeachment da Presidenta da República Dilma Rousseff, eleita legitimamente por 54 milhões de votos dos brasileiros e brasileiras. Este episódio tenta fragilizar os processos institucionais e democráticos constituídos a duras penas pelo povo brasileiro. Evidencia que temos que permanecer mobilizados(as) na luta em defesa do Estado Democrático de Direito.
17	CNAS, MDS, Secretarias Estaduais de Assistência Social, FNTSUAS, Grupo Nacional de Pedagogos.	Considerando a especificidade do serviço de fortalecimento de vínculo devidamente tipificado e a necessidade de alcance dos objetivos do serviço que pressupõem ações socioeducativa, recomendo: a inclusão do profissional de pedagogia na equipe mínima de referência de proteção básica na Resolução 17.
18	CNAS, CEAS, CMAS, MDS, Órgãos Gestores Estaduais e Municipais Da Política de Assistência Social	Nós, delegados e delegadas da X Conferência Nacional de Assistência Social, reunidos nos dias 7, 8, 9 e 10 de dezembro de 2015, no centro de convenções Ulisses Guimarães, na cidade de Brasília (DF), vimos por meio desta manifestar o apoio à realização de Conferências Livres, enquanto espaços alternativos, não concorrentes e complementares aos processos conferenciais formais, por trazerem novas possibilidades metodológicas, de escuta e interação, que inclusive podem inspirar e potencializar as dinâmicas e os resultados dos processos conferenciais formais.
19	CNAS, CEAS, CMAS, MDS, Órgãos Gestores Estaduais e Municípios da Política	Nós, delegados e delegadas da X Conferência Nacional de Assistência Social reunidos entre os dias 7 e 10 de dezembro de 2015, no Centro de Convenções Ulisses Guimarães, na cidade de Brasília (DF), considerando o tema "Consolidar o SUAS de vez rumo a 2026", a população em situações

	de Assistência Social	de desastres, calamidades e emergências (públicas e privadas), a exemplo da tragédia que atingiu milhares de pessoas dos subdistritos do município de Mariana (MG) e o leito do Rio Doce, e de tantos outros que ocorrem periodicamente, REPUDIAMOS a falta de regulamentação e investimentos no âmbito das três esferas de governo/conselhos de Assistência social, em ações no âmbito do Serviço de Prestação em situações de calamidades públicas e de emergência, prevista na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais.
20	CNAS, CEAS, CMAS, MDS, Órgãos Gestores Estaduais e Municipais da Política de Assistência Social	Nós, delegados e delegadas da X Conferência Nacional de Assistência Social reunidos entre os dias 7 e 10 de dezembro de 2015, no centro de convenções Ulisses Guimarães, na cidade de Brasília (DF), vimos por meio desta RECOMENDAR aos gestores federais, estaduais e municipais da política de Assistência Social para que realizem CONCURSOS PÚBLICOS contemplando todas as categorias profissionais definidas na Resolução CNAS 17/2011 e da Resolução CNAS 09/2014, de acordo com as especificidades dos serviços e as demandas apresentadas, ressaltando as categorias profissionais que estão diretamente prestando serviços aos usuários. A inserção desses profissionais na rede socioassistencial qualificará o trabalho que vem sendo realizado pelas equipes de referência na proteção social básica e especial.
21	Ministério da Educação	Nós, participantes da X Conferência Nacional de Assistência Social, vimos apresentar moção de apoio à ampliação da oferta dos cursos de Terapia Ocupacional nas universidades públicas do país. Atualmente apenas 20% das universidades públicas ofertam o curso em seus programas de graduação e inclusive em 8 estados brasileiros temos a ausência da oferta tanto em instituições públicas de ensino como também na rede privada. Contamos atualmente com aproximadamente 16 mil profissionais atuando em vários campos, o que torna necessária a ampliação numérica da categoria para atender tanto à legislação vigente, que inclui o Terapeuta Ocupacional do SUAS, como a colaboração da categoria profissional na atenção às demandas da população atendida pela Política Nacional de Assistência Social.
22	MDS, SISAN e Presidência da República	O semiárido do Nordeste brasileiro está atravessando uma das suas piores secas; com isso, temos vários impactos sociais, entre eles: o êxodo rural, a migração dos jovens para as metrópoles e outros estados e a mortalidade dos pequenos rebanhos. Se não bastasse tudo isso, a população está sendo afligida por um grande surto de virose, dengue, zika e chikungunya. Não estamos pedindo mais do que um olhar diferenciado para esta população que, muitas vezes, tem que comprometer mais de 50% do que recebe do Bolsa Família para pagar um carro-pipa para ter água ou perder sua dignidade para políticos que frequentemente usam a seca para manipular pessoas. Queremos políticas públicas eficazes e efetivas, voltadas para a convivência com a seca, dando-nos assim a possibilidade e meios necessários de sermos protagonistas do futuro com dignidade, pois já dizia o mestre Luiz Gonzaga: “Mas, doutor, uma esmola a um homem que é são, ou lhe mata de vergonha ou vicia o cidadão”.

AVALIAÇÃO PELOS CONSELHEIROS

O texto que segue é a síntese da avaliação realizada pelo Conselho Nacional de Assistência Social, em reunião realizada no dia 15 de fevereiro de 2016.

O processo de avaliação da X Conferência Nacional de Assistência Social vincula-se à apreciação do desenvolvimento da Política de Assistência Social ao longo da última década (2005-2015), inserida no âmbito das conquistas do Sistema de Proteção Social ocorridas no Brasil.

A análise do processo e dos resultados dessa Conferência trazem à luz os avanços e desafios desta política, considerando as dimensões abordadas: 1. Dignidade Humana e Justiça Social: princípios fundamentais para a consolidação do SUAS no pacto federativo; 2. Participação social como fundamento do pacto federativo no SUAS; 3. Primazia da responsabilidade do Estado: por um SUAS público, universal, republicano e federativo; 4. Qualificação do trabalho no SUAS na consolidação do pacto federativo; 5. Assistência Social é direito no âmbito do pacto federativo.

A democratização da política de assistência social tem a Conferência como espaço singular e expressivo do caminho da participação social, emanada dos sujeitos que, mesmo advindos de públicos e realidades diferentes, conjugaram as aspirações e as necessidades na perspectiva coletiva.

O evento teve como eixo central a reflexão dos elementos que estruturam o pacto federativo e de sua relação com a sociedade civil, acompanhada das indicações para o aprimoramento constante, consubstanciadas na proposição de diretrizes e prioridades para a elaboração do Plano Decenal 2016-2026.

As especificidades do SUAS em todo o país foram apresentadas e amplamente discutidas nas respectivas plenárias por região, viabilizando reconhecer e valorizar o conhecimento da realidade cotidiana no espectro socioterritorial – local e regional.

Essa conjugação imputa ao Conselho o fortalecimento de seu papel essencial no controle social com ênfase numa visão prospectiva do SUAS. Para subsidiar a avaliação dos conselheiros nacionais, a comissão de relatoria apresentou um balanço geral da Conferência, abordando desde os processos preparatórios que resultaram na produção dos informes e reuniões de orientação, até as etapas de realização no âmbito municipal, estadual, do DF e nacional, e do quantitativo dos participantes (conselheiros, delegados, expositores, convidados e autoridades).

De modo geral, as manifestações dos conselheiros do CNAS versaram acerca dos aspectos

qualitativos e políticos da Conferência e sobre as perspectivas para o SUAS, a partir dos seguintes tópicos:

1. **Etapas preparatórias:**

- Aspectos positivos: realização da conferência na grande totalidade dos municípios (97,5%) e em 100% dos estados e no Distrito Federal; viabilidade de conferência do SUAS nas respectivas esferas de governo; identificação das fragilidades e experiências positivas nos municípios e estados; conferências estaduais denunciaram o desmonte dos gestores estaduais, unificando diversas áreas em uma mesma pasta; participação dos conselheiros em todo processo de realização das conferências nos municípios e estados; participação do CNAS nas conferências municipais das capitais e estaduais; suporte qualificado da relatoria e da comissão organizadora, contribuindo para o sucesso da Conferência; cumprimento de todas as etapas do processo conferencial; superação dos desafios criados pela crise política e econômica para a realização das Conferências.
- Aspectos negativos: desencadeamento do processo de mobilização e da elaboração dos informes em espaço de tempo muito próximo das etapas municipais e estaduais; frágil sistematização das propostas.

2. **Qualidade da organização e da infraestrutura:**

- Aspectos positivos: boa organização, alimentação, espaço físico; realização de filmagem tanto nas plenárias quanto nos grupos; identificação das delegações na abertura; recepção interessante com os bonecos para integração dos presentes na entrada; boa recepção aos delegados e boa organização do credenciamento; bom funcionamento do *stand* dos segmentos; espaço estratégico para *stands* das entidades; presença da equipe do CNAS, com elevado compromisso coletivo dos conselheiros e funcionários.
- Aspectos negativos: local inadequado; condições de acessibilidade; reclamações da redução de vagas para sociedade civil e para alguns estados (por exemplo, São Paulo); ausência de previsão de convidados e redução do número de delegados; pouca mobilização para o *stand* do CNAS; falta de material de divulgação das ações; baixa qualidade da internet e ausência de disponibilidade de Wi-Fi*;* problemas de infraestrutura em um hotel, que deve ser responsabilizado; desgastes da diretoria do CNAS para superar as dificuldades de infraestrutura, particularmente do hotel.

3. **Qualidade da participação dos delegados:**

- Aspectos positivos: ampliação quantitativa dos representantes de usuários; oportunidade para os usuários falarem do seu lugar; boa preparação dos usuários para intervir nas plenárias; possibilidade de posicionamento dos delegados; apelo pelo acesso universal presente nas deliberações; reconhecimento dos benefícios como parte da política de Assistência Social, sobretudo na fala dos usuários; lançamento do Movimento Nacional de Entidades de Assistência Social com a presença da Ministra e da secretária da SNAS, com representação das cinco regiões do país; marco da Conferência foi a instalação do Fórum Nacional de Usuários; politização dos delegados acerca do projeto de Assistência Social para uma sociedade inclusiva, justa e democrática; acontecimento histórico num momento político importante da democratização no Brasil, particularmente quando a militância da política de Assistência Social mencionou seu protesto contra o *impeachment.*

- Aspectos negativos: expressão individualizada das demandas dos usuários; fragilidade política das discussões; ausência do debate aprofundado sobre o pacto federativo; reduzida participação dos conselheiros nacionais em alguns momentos da plenária e dos grupos; participação tímida dos conselheiros nacionais, com ausência de discussão política e propositiva; minoria na participação dos trabalhadores, principalmente dos trabalhadores de Ensino Médio e Fundamental; baixa adesão dos participantes ao formulário de avaliação; baixa participação do segmento das entidades e sugestão para maior investigação dos motivos; pouca participação das entidades de defesa de direitos; redução pelos estados do número de delegados por causa das dificuldades para financiar suas delegações.

4. **Importância do tema, conteúdos abordados e programação**:

- Aspectos positivos: retomada da discussão central da política de assistência social e de seu futuro, reafirmando a responsabilidade pública do Estado; diálogo e integração entre os eixos, subtemas e dimensões; proposta diferenciada para aprimorar o processo democrático; qualificação dos trabalhos da relatoria; metodologia inovadora acertada; metodologia fantástica da Conferência, principalmente na plenária final; salto qualitativo da Conferência; importância da mesa de balanço; participação da Ministra e da Presidenta da República; compreensão do processo de construção do Plano Decenal.

- Aspectos negativos: falta de debate sobre a relação do SUAS com o Sistema de Justiça; ausência de enfoque da questão de gênero e de igualdade racial; momento da entrega da premiação e do formato de avaliação das experiências; problemas na coordenação de

algumas plenárias; dificuldade de compreensão inicial dos conselheiros e organizadores dos eixos, temas, lemas, subtemas e dimensões, o que foi sanado ao final do processo.

5. **Importância das plenárias regionais**:

- Aspectos positivos: atendimento de reivindicação antiga dos delegados para discussão das especificidades das diferentes regiões do país; identificação substancial das especificidades das respectivas regiões; qualidade e entusiasmo dos participantes; apresentação de insumos para o Plano Decenal; possibilidade de reprodução nos encontros regionais do CONGEMAS.
- Aspectos negativos: reduzido tempo para discussão; falha de sistematização no documento disponibilizado para os grupos, com repetição de prioridades ou ausência de especificidades.

6. **Importância das rodas de conversa e das plenárias por dimensão**:

- Aspectos positivos: sistematização e continuidade dos debates desencadeados nos estados e municípios; domínio das equipes que conduziram as plenárias (expositores e coordenadores).
- Aspectos negativos: reduzida compreensão da profundidade dos temas; deliberações não traduziram a força que cada tema contemplou nas exposições e não expressaram o conteúdo estratégico e político inerente; descaracterização da roda de conversa porque se materializou em minipalestras com ausência de contraponto, sem a presença e o empoderamento dos conselheiros; falta do fecho e de direção ao final nas rodas de conversa e da participação dos conselheiros.

Ao final, foram elencadas sugestões para monitorar deliberações da X Conferência e de suas implicações nas Resoluções do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS):

– instalação de comissão específica para monitorar as deliberações da X Conferência Nacional de Assistência Social e de construção do Plano Decenal;

– assimilação da responsabilidade em continuar as discussões temáticas da Conferência no âmbito dos Conselhos Nacional, Estaduais e Municipais, das representações da sociedade civil e dos usuários;

– elaboração de planejamento do CNAS na perspectiva de deliberar as diretrizes, prioridades e metas do SUAS para os próximos 10 anos;

– retomada e análise das prioridades e deliberações das Conferências Municipais e Estaduais para a construção do Plano Decenal;

– entrega do prêmio na abertura da conferência;

– avaliação da X Conferência nas plenárias regionais promovidas pelo CNAS;

– repetição do formato da nova metodologia na próxima conferência, com os aperfeiçoamentos necessários.

CONCLUSÃO

A X Conferência Nacional de Assistência Social consolidou a Assistência Social enquanto política setorial no âmbito da proteção social, assumindo o protagonismo no debate com os princípios fundantes que mantêm e ampliam direitos sociais e reafirmam a efetivação de novos patamares civilizatórios. Para além do marco histórico dos 10 anos da implementação do SUAS, possibilitou a retomada dos princípios e diretrizes da Política de Assistência Social, expressos na Constituição Federal de 1988 e na LOAS.

Os debates travados nesta conferência refletiram o acúmulo da trajetória percorrida na política de Assistência Social, uma vez que trouxe à tona temas como pacto federativo, gestão intergovernamental, diversidade, especificidades regionais, participação e controle social. Esses temas recolocaram a dignidade humana, universalidade de acesso, a equidade e a qualidade das ofertas como essenciais para o avanço do SUAS, além de uma percepção coletiva da necessidade de repactuação das relações entre governo e sociedade civil.

Deve-se ressaltar que o pacto federativo permeou todas as discussões trazendo como imperativo a primazia da responsabilidade do Estado, com a efetiva presença dos entes federados. Somando-se a isso, evidenciou-se a vocalização de múltiplas bandeiras de luta manifestadas por segmentos diversos, que foram prontamente acolhidas no espaço conferencial e mostraram a viabilidade de convergências em torno do direito universal de acesso e do imprescindível reconhecimento das peculiaridades.

A metodologia adotada configurou-se como um diferencial substantivo, pois permitiu amplo diálogo sobre questões nacionais e regionais, permitindo aos delegados eleger prioridades e conhecer múltiplos olhares acerca dos desafios e possibilidades que se impõem à política de Assistência Social na próxima década.

Conclui-se, portanto, que a X Conferência Nacional de Assistência Social expressou com notoriedade seu espaço coletivo, político, deliberativo e democrático.

ANEXOS

1. Portaria Conjunta MDS e CNAS nº 1, de 9 de fevereiro de 2015;
2. Resolução CNAS nº 1 de 10 de fevereiro de 2015;
3. Informes 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7 e 8 de 2015;
4. Resolução CNAS nº 13/2015;
5. Regulamento da X Conferência Nacional de Assistência Social;
6. Regimento Interno da X Conferência Nacional de Assistência Social

0800 707 2003

www.mds.gov.br

X Conferência Nacional de Assistência Social

CONSOLIDAR O SUAS DE VEZ RUMO A 2026

BRASÍLIA - 7 A 10 DE DEZEMBRO DE 2015

Apoio:

GOVERNO DE BRASÍLIA

Patrocínio:

CAIXA

SESI Conselho Nacional

Realização:

10 Anos SUAS Sistema Único de Assistência Social

CNAS Conselho Nacional de Assistência Social

Ministério do **Desenvolvimento Social e Combate à Fome**

GOVERNO FEDERAL BRASIL PÁTRIA EDUCADORA